

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**LORENA CÂNDIDO FLEURY**

**CONFLITO AMBIENTAL E COSMOPOLÍTICAS NA AMAZÔNIA  
BRASILEIRA: A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE  
BELO MONTE EM PERSPECTIVA**

**Porto Alegre**

**2013**

**LORENA CÂNDIDO FLEURY**

**CONFLITO AMBIENTAL E COSMOPOLÍTICAS NA AMAZÔNIA  
BRASILEIRA: A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE  
BELO MONTE EM PERSPECTIVA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida

**Porto Alegre**

**2013**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Fleury, Lorena Cândido

Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva / Lorena Cândido Fleury. -- 2013.

320 f.

Orientador: Jalcione Pereira de Almeida.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Conflitos ambientais. 2. Cosmopolíticas. 3. Amazônia. 4. Projetos de desenvolvimento. 5. Sociologia ambiental. I. Almeida, Jalcione Pereira de , orient. II. Título.



**LORENA CÂNDIDO FLEURY**

**CONFLITO AMBIENTAL E COSMOPOLÍTICAS NA AMAZÔNIA  
BRASILEIRA: A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE  
BELO MONTE EM PERSPECTIVA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovada *com louvor* em Porto Alegre, 26 de setembro de 2013.

---

Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida - orientador  
PPGS/UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos  
PPGA/NACDR/UFPA

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Isabel Cristina de Moura Carvalho  
PPGEDU/PUCRS

---

Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky  
PPGS/UFRGS

---

À minha família, sem a qual nada disso seria possível.

A todas as mulheres que dia a dia lutam por um  
mundo mais justo e com mais afeto.

*On n'entre pas dans la vérité si ce n'est pas par l'amour.*

(Santo Agostinho)

## AGRADECIMENTOS

Quando se torna um produto finalizado, uma tese deixa atrás de si um processo longo, atravessado por histórias, emoções, dúvidas e aprendizados, no qual coloca um ponto final. Escrever uma tese é experimentar seus limites, é descobrir caminhos, reconhecer possibilidades e limitações. É uma curiosa tarefa, esta de se escrever uma tese: ainda que seja uma atividade essencialmente individual, por vezes solitária, só é possível de ser realizada com a ajuda de uma infinidade de pessoas. Mesmo que no produto final apareça uma autoria, ninguém escreve uma tese sozinho – desde a concepção do projeto e suas ideias iniciais até a última correção do texto escrito, pessoas colaboram com sugestões, apoios logísticos, recursos financeiros, ou mesmo relevando ausências. Uma tese, portanto, tem um autor, mas não é feita por uma só pessoa. Por fazerem parte da minha tese, e, assim, fazerem com que ela exista, eu registro aqui a minha gratidão a algumas pessoas e instituições completamente fundamentais.

Começo agradecendo ao meu orientador, Prof. Jalcione Almeida. Para mim foi uma honra ser sua aluna nestes sete anos e meio de convivência, nos quais muito aprendi sobre o que é ser um professor dedicado, um orientador presente, um intelectual engajado. Levarei seu exemplo como uma das mais preciosas bagagens de minha formação acadêmica. Obrigada!

Estendo o meu agradecimento ao corpo docente e aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que congregam em torno de si um ambiente acadêmico da mais alta qualidade. Em especial, agradeço ao Prof. Marcelo Kunrath, coordenador do Programa durante a maior parte do meu período de doutorado, sempre competente, participativo e interessado, e à Regiane Accorsi, pela sua disponibilidade, solicitude e paciência para resolver todos os trâmites administrativos necessários. Ainda no corpo docente do PPGS/UFRGS, agradecimento especial cabe ao Prof. José Carlos dos Anjos. Suas aulas, provocativas e instigantes, suas conversas, precisas, e suas sugestões de leituras e de caminhos foram definitivas na formulação e na condução desta tese, obrigada.

Agradeço também o corpo docente e os funcionários do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sobretudo por permitirem que, com vocês, eu sempre me sentisse em casa. Desde que me mudei para Porto Alegre, no PGDR encontro amigos, estudo, trabalho, intercalando com naturalidade todas essas atividades. Agradeço em especial às professoras Gabriela

Coelho-de-Souza e Rumi Kubo, parceiras e inspirações fundamentais para o início da minha jornada entre a Biologia e a Sociologia. De forma extensiva, este agradecimento ao PGDR cabe a toda equipe do PLAGEDER. Com carinho especial, agradeço à Eliane Sanguiné e à Tânia Cruz, amigas, chefas e colegas de trabalho.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de doutorado que permitiu que eu me dedicasse exclusivamente à minha tese. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por me proporcionar o estágio no exterior que tanto contribuiu para a minha formação como pesquisadora.

Os amigos e colegas do grupo de orientação Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade – TEMAS, coordenado pelo Prof. Jalcione, ocupam um lugar especial na minha trajetória. Nas reuniões mensais do grupo, discuti ideias, compartilhei receitas, recebi conselhos e aprendi bastante. Muito obrigada a todos vocês, em especial a Míriam Oliveira, Adriano Premebida, Fabrício Neves, Carla Rocha, Patrícia Binkowski, Márcio Neske, Cleyton Gerhardt, Felipe Vargas, Camila Prates, Rodrigo Dornelles, Hieda Corona, Adriana Paredes. Muito dessa tese é fruto de nossas conversas, obrigada!

Agradeço muito à Prof<sup>a</sup> Sônia Magalhães, cuja contribuição à minha tese começou com sua leitura atenta e participação na minha banca de qualificação, e daí por diante se tornou uma referência constante. Por me indicar caminhos, abrir portas na minha pesquisa de campo, compartilhar emoções, além de seus trabalhos e artigos, e também por aceitar participar novamente da minha banca, minha mais sincera gratidão.

A minha pesquisa de campo em Belém, Santarém, Brasília, Altamira e Volta Grande do Xingu teria sido impossível sem a colaboração de muitas pessoas. Menciono aqui as que agora me parecem ter sido as mais essenciais, assumindo o risco de cometer graves ausências. Agradeço ao colega Otávio do Canto, e à sua família, Mônica Tembra, Maíra e Luiz Otávio, pela recepção generosa em sua casa em Belém. Agradeço também ao Armando Lírio e a Adrea Canto, que também estiveram sempre disponíveis e interessados em colaborar. Muito obrigada à Carolina Campos e ao Eduardo Aguiar, pela hospitalidade e companhia. Todos vocês, com seus sorrisos e acolhimento, têm a minha mais sincera amizade e gratidão!

Em Altamira, a amizade, a generosidade, e o acolhimento da Carla Rocha e de sua família, José Alberto Braz, Pedro e Débora, foram fundamentais em todos os sentidos. Sem vocês, meu campo teria sido impossível, muito obrigada! A partir da amizade da Carla, pude conhecer também os pesquisadores do NEAF/LAET da Universidade Federal



do Pará em Altamira, que muito contribuíram para a minha estadia e minha pesquisa. Agradeço ao Flávio Bezerra Barros, à Soraya Abreu de Carvalho e ao Fábio Halmenschlager.

Os meus interlocutores de pesquisa me mostraram que não apenas “um outro mundo é possível”, mas já existe. Este aprendizado levarei comigo por toda a minha vida. Agradeço então, muito sinceramente, à Antônia Melo, à Renata Pinheiro, à Helena, ao Welker, ao Ruy Sposati, ao André, ao Moisés, ao Seu Lídio Pessoa, à D. Raimunda, à Aldice, ao Seu Alexandre, ao Lúcio, à Clarissa, ao Seu Zé Preto, à Ana Alice, ao José, à Sheila Juruna, ao Seu Raimundo, ao Seu Miguelzinho, a D. Miriam e a tantas pessoas que me receberam, me falaram de suas vidas, seus medos e seus sonhos. Agradeço à Roberta Amanajás por toda a colaboração e pelas longas conversas. Ao Felício Pontes pela solicitude e apoio. À Sabrina Nascimento, pela amizade e solidariedade de pesquisa.

Minha pesquisa em Brasília contou com a amizade e o apoio incondicional, como eu conto sempre desde que eu entrei para a Biologia, dos meus amigos Camila Campos – a melhor anfitriã do mundo!, Tiago Castro – as mais longas e divertidas caronas do mundo!, Ivan Braga Campos – os melhores contatos do mundo! Muito obrigada, amigos, vocês são fundamentais para mim.

A disponibilidade e a solicitude dos meus interlocutores em Brasília me fizeram amadurecer e ampliar, em muito, minha capacidade de compreensão das questões em pauta. Não os menciono nominalmente aqui para manter o sigilo de fonte, mas sou imensamente grata a cada um deles, que reservaram tempo e paciência para conversar longamente com uma doutoranda em Sociologia.

Para a realização do meu doutorado-sanduíche em Paris, a receptividade do *Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces* (LADYSS), cuja sede se situa na Universidade Paris X – Nanterre, foi fundamental, mas foi apenas o primeiro bom motivo que me proporcionou para lhe ser grata. A cordialidade e o interesse com que fui recebida por toda a equipe, e as discussões profícuas e recomendações que me ofereceram merecem toda a minha gratidão. Em especial, agradeço ao Prof<sup>o</sup> Jean-Paul Billaud, então diretor do grupo e meu orientador durante o período no exterior, que com seu debate interessado de minhas questões colaborou muitíssimo para a minha análise. Agradeço também especialmente à Beatrice Moëllic, com sua solicitude e simpatia sempre reconfortantes, e aos colegas e professores Bassem Mouad, Michel Streith, Mohamed-Raouf Saïdi, Eliane Noya e Narciss Sohrabi.

A minha estada na França me trouxe a possibilidade de estreitar laços com uma amiga a quem terei sempre muitíssimo a agradecer: estar com a Magda Zanoni não apenas me ajudou a estar muito melhor em Paris, como também todo o depois se tornou muito melhor e mais fácil com a sua generosa contribuição. Magda, muito obrigada, pela sua companhia, pelas suas conversas, pelos seus conselhos, pelo seu exemplo, e por seu coração aberto e generoso!

Agradeço também aos amigos e amigas que fiz na Maison du Brésil, em Paris, e que tornaram mais *chaleureuse* minha estadia no exterior: obrigada Shirley Torquato, Raquel Lima, Vanda Ponte, Andréa Silva, Deivison Amaral, Fernanda Tarabal, Gisele Gellacic, João Jeanine Carneiro, Paulo Haiduke, Hind Benmoussa, Karina Ribeiro, Robin Lefebvre, Marina Duarte e tantas outras pessoas com quem compartilhei as aventuras pelas terras francesas.

De volta a Porto Alegre, tenho muito a agradecer a minhas amigas e amigos, que deixam a minha vida mais leve e feliz e me lembram sempre que, para além do computador, há um dia de sol a ser desfrutado, ou uma noite estrelada para se aproveitar. Muito obrigada Márcia Alves, Bethânia Zanatta, Daniele Marzari, Alejandra Osejo, Luiz Augusto Araújo, Janine Arruda, Victoria Irisarri, João Rickli, Tiago Galvão, Sílvia Zelaya, Fabiela Bigossi, Cédric Bertel, Fabiano Escher, Felipe Vargas, Camila Prates, Márcio Neske, Alessandra Matte, Patrícia Binkowski, Cleyton Gerhardt, Joana Bassi, por não desistirem de me ligar mesmo depois de tantas ausências! Agradeço muito também à Karine Rodrigues, que com suas “agulhas mágicas” e sua escuta atenta me ajudou a manter a calma e seguir e frente nos momentos de maior ansiedade.

Agradeço ao Prof. Guilherme Radomsky e à Prof<sup>a</sup> Isabel Carvalho por aceitarem participar da minha banca e me oferecerem suas contribuições. Agradeço ainda a Prof<sup>a</sup> Isabel pelo convite para participar do Sobrenaturezas, grupo de pesquisa que coordena, com o Prof<sup>o</sup> Carlos Steil, a quem também tenho muito a agradecer. Entre os membros do Sobrenaturezas meus agradecimentos se estendem especialmente ao João Rickli, que me levou ao grupo, e ao Rodrigo Toniol, por sua leitura atenta e férteis contribuições.

Não importa onde eu estiver, a minha família sempre está comigo, e cada um a sua maneira, me conforta, me tranquiliza, me apoia, possibilita que eu siga em frente. Muito obrigada, pai, Flávio Fleury, pelo apoio em todos os momentos, desde os mais alegres até aos momentos mais tensos dos períodos de transição. Muito obrigada, mãe, Beatriz Cândido, pelo cuidado, pelos consolos, pelos conselhos, por compartilhar das minhas alegrias, escutar minhas aflições, e me fazer acreditar sempre no melhor. Muito

obrigada, irmã, Luana, pelas conversas, pela companhia e pelo exemplo de determinação. Obrigada, Leo, pelo companheirismo. Vocês são completamente fundamentais para mim! Muito obrigada também às minhas avós Lilia e Nazinha, aos meus primos, primas, tios e tias Cândido dos quais estou sempre com saudades. Agradeço muitíssimo também à família Comunello, que eu conheci e tive a alegria de vir a fazer parte durante este doutorado. Muito obrigada, S. José e D. Arlete, os melhores sogros do mundo! Muito obrigada Cláudia e Lucas, meus queridos cunhados, Diego, meu concunhado, e a todos os demais familiares. Estar com vocês sempre me traz muitas alegrias, e com o encerramento da tese desejo que nossos encontros possam ser mais frequentes. Agradeço, de forma muito especial, ao meu marido e companheiro, Felipe, que compartilhou todos os momentos dessa jornada comigo. Por incontáveis vezes me “emprestar seus ouvidos” para eu desabafar reflexões, ideias, questões teóricas, revoltas e sensibilidades, por me consolar e me motivar sempre, por me acompanhar e por me fazer ir mais adiante, muito obrigada!

Com tantas e tão especiais colaborações, escusado dizer que os limites que este trabalho apresenta são todos meus, e os eventuais méritos são todos graças a essa ampla rede de amizade, solidariedade, carinho e amor.

## **O CONFLITO**

Escavar uma montanha para abrir uma mina, perfurar o subsolo para buscar petróleo e derrubar árvores para conseguir madeira podem ser algo mais que um mero dano ambiental. Se se realizam de maneira inadequada (sem se negociar com as regras locais de respeito), estas atividades podem traduzir-se localmente como uma violação das redes de convivência que tornam possível o habitar. Nesses casos, têm provocado uma oposição de grande capacidade, surpreendentemente exitosa, que abre uma disputa ontológica (todavia impensável para as mentes modernas) confrontando os seres sensíveis locais contra a Natureza universal, e em certas ocasiões envolvendo ambientalistas na negociação. Desta maneira, os conflitos políticos atuais estão fora do comum. [...] De fato, o rótulo “guerra” poderia ser uma designação mais apropriada para o que penso estar tomando lugar. Ambos os rótulos (conflito e guerra) indicam o surgimento público de um antagonismo (aquele entre a política moderna e as práticas mantidas em suas sombras) que poderia dar lugar a uma nova configuração de poder e convocar atores não usuais ao centro da atenção política. Estes levantes requerem uma nova imaginação. Desafiam as formas convencionais de pensamento sobre a política, a geografia, a religião e os direitos, para nomear apenas algumas categorias. Nestes confrontos [...], o “conflito” dá importância ao impensável. (DE LA CADENA, 2009, p. 163).

## RESUMO

Esta pesquisa analisa o conflito ambiental em torno da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, Amazônia brasileira. Tal conflito iniciou-se em meados da década de 1980, quando, a partir do inventário de bacias hidrográficas realizado visando o planejamento energético brasileiro, foi apontado no Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010 que o aproveitamento energético do rio Xingu constituiria o maior *projeto nacional* daquele século e início do próximo. Desde então, uma ampla rede, conectando grupos sociais diversos – indígenas, ribeirinhos, agricultores, autoridades políticas, ambientalistas, socioambientalistas, celebridades –, relatórios e pareceres técnicos, instituições governamentais, organizações da sociedade civil, a floresta amazônica e a bacia do Rio Xingu, é associada, de forma instável e controversa, disputando-se a realização ou não deste projeto. Ancorando-se nas abordagens teórico-epistemológicas propostas por Bhabha (2007), Latour (1994), De la Cadena (2010), Stengers (2007), Viveiros de Castro (2002) e Boltanski (2009), é elaborada uma proposição do conceito de conflito ambiental, o interpretando como uma categoria híbrida, com o objetivo de reforçar a sua carga cosmopolítica. Além disso, considera-se que os conflitos são parte crucial do encontro de perspectivas e estão no centro das relações sociais, isto é, o mundo é um espaço de conflitos, que depende de agenciamentos e do encontro entre pontos de vista. A partir de pesquisa de campo realizada em Belém, Santarém, Brasília, Altamira e Volta Grande do Xingu, no período de novembro de 2010 a agosto de 2011, utilizando-se de registros etnográficos, entrevistas, observações, diário de campo, fotografias e análise de documentos, discutem-se os movimentos de entrecaptura (STENGERS, 2003) em torno da obra, adotando-se a noção de rede sociotécnica tal qual definida por Bruno Latour (LATOUR, 2003). Apresenta-se assim uma cartografia dos agentes envolvidos, visando-se demonstrar como o natural e o social são coproduzidos no conflito, discutindo-se os processos pelos quais o conflito e sua dinâmica em torno de pontos de vista divergentes têm se configurado. Contudo, para além da cartografia dos sujeitos, considera-se que há no processo entrecapturas distintas, caracterizadas por restrições lógicas e sintáticas diferentes. Essas distinções ficam claras no que se refere ao controle do tempo. Portanto, é associada à discussão da rede sociotécnica a análise das disputas cosmopolíticas pela definição de “ambiente” e “desenvolvimento”, conceitos centrais nas contestações entre os grupos confrontantes. Em suma, a partir dessa análise pode-se concluir que o conflito em torno de Belo Monte é um conflito no qual fica evidente que há diferenças maiores entre os pontos de vista dos diferentes sujeitos do que os estudos de impacto ambiental e as políticas de desenvolvimento podem abarcar. Ao explicitar demandas que alargam as noções convencionais de ambiente e política, pode-se afirmar que é em termos cosmopolíticos que o conflito se expressa, criando a abertura para uma nova circunscrição do tolerável.

**Palavras-chave:** conflito ambiental; disputas cosmopolíticas; Usina hidrelétrica de Belo Monte.

## ABSTRACT

This research analyzes the environmental conflict regarding the construction of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant in the Pará State, Brazilian Amazon. This conflict started in the mid-eighties, when the watersheds were inventoried with the intention of establishing energy plans for the country; the Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010 (National Electrical Energy Plan 1987/2010) established that the energetic leveraging of the Xingu river would be the largest *national project* of that century and the beginning of the next one. Since then, a network spanning diverse social groups – indigenous groups, ribeirinho populations, agriculturists, political authorities, environmentalists, socio-environmentalists, celebrities –, reports and technical opinions, governmental institutions, civil society organizations, the Amazon rainforest and the Xingu river basin has been associated in an unstable and controversial manner, contesting whether or not this project should be implemented. Based on the theoretical and epistemological approaches proposed by Bhabha (2007), Latour (1994), De la Cadena (2010), Stengers (2007), Viveiros de Castro (2002) and Boltanski (2009), this thesis elaborates a proposition of the related environmental conflict concept, interpreting this conflict as a hybrid category with the intention of stressing its cosmopolitical importance. In addition, we consider that these conflicts are a critical part of the observed clash of perspectives and are at the center of social relationships; i. e., the world is a stage for conflicts that depend on the negotiation and on the confrontation of points of view. Based on field researches carried out in Belém, Santarém, Brasília, Altamira and Volta Grande do Xingu, from November 2010 to August 2011, using ethnographical records, interviews, observations, field diaries, pictures and document analysis, we discuss intercultural dynamics (STENGERS, 2003) around the project, adopting the notion of sociotechnical network as defined by Bruno Latour (LATOURE, 2003). Thus, this work presents a mapping of the involved agents with the intention of demonstrating how natural and social factors are co-produced in this conflict, also discussing the processes through which the conflict and its dynamics concerning diverging points of view have been arranging themselves. However, beyond the mapping of the subjects, we consider that the process presents distinct intercultural forces, characterized by different logical and syntactical constraints. These distinctions are very clear in regards to time control. Therefore, the analysis of cosmopolitical disputes is associated to the discussion of the sociotechnical network through the definition of “environment” and “development”, which are core concepts in the arguments between confronting groups. In summary, this analysis allows us to conclude that the conflicts surrounding Belo Monte evidence that the differences between the points of view of the different subjects are greater than those encompassed by environmental impact studies and development policies. By identifying and revealing demands that expand the conventional notions of environment and politics, we are able to assert that this conflict expresses itself in cosmopolitical terms, opening space for a new delimitation for what is tolerable.

**Keywords:** environmental conflict, cosmopolitical disputes, Belo Monte Hydroelectric Power Plant.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Os municípios no entorno da usina hidrelétrica de Belo Monte. ....	29
Figura 2: Elementos constitutivos da UHE Belo Monte, no Rio Xingu. ....	30
Figura 3: Terras indígenas e comunidades ribeirinhas situadas na Volta Grande do Xingu; a previsão de desvio do rio para formação de reservatório é retratada no croqui. ....	31
Figura 4: Canteiro de obras da usina hidrelétrica de Belo Monte. ....	33
Figura 5: Tuíra, índia Kayapó, protestando contra a construção de barragens no rio Xingu, em 1989. ....	38
Figura 6: Rio Xingu, Volta Grande do Xingu, maio/2011. ....	48
Figura 7: Crianças ribeirinhas, comunidade Santo Antônio, Volta Grande do Xingu, maio/2011. ....	48
Figura 8: Esquema das abordagens e autores no tema da sociologia e ambiente na Europa, Estados Unidos e Canadá. ....	60
Figura 9: Esquema das abordagens e autores no tema sociologia, ambiente e conflitos ambientais no Brasil ....	73
Figura 10: Volta Grande do Xingu, junho/2011. ....	77
Figura 11: Vista do Parque Natural da Serra Malagueta, na Ilha de Santiago, em Cabo Verde. ....	81
Figura 12: Extração de “inertes” em Ribeira da Barca, na Ilha de Santiago, em Cabo Verde. ....	82
Figura 13: Participantes do V Fórum Social Pan-Amazônico. Santarém, nov/2010. ....	83
Figura 14: Participantes do V Fórum Social Pan-Amazônico, Santarém, nov/2010. ....	84
Figura 15: Faixa na abertura do V Fórum Social Pan-Amazônico. Santarém, nov/2010. ....	86
Figura 16: Da esq. para a dir., Antônia Melo (liderança do Movimento Xingu Vivo Para Sempre), Raoni (cacique Kayapó) e Paulo Maldós (secretário-executivo de articulação social da presidência da república). Brasília, fev/2011. ....	89
Figura 17: Manifestantes na Esplanada dos Ministérios, Brasília, fev/2011. ....	91
Figura 18: Cacique Raoni e a cobertura midiática. Brasília, fev/2011. ....	91
Figura 19: Localidades da Volta Grande do Xingu onde foi realizada pesquisa de campo. ....	97
Figura 20: Comunidade do Arroz Cru, Volta Grande do Xingu, maio 2011. ....	98
Figura 21: Pescador no Rio Xingu, Volta Grande, jun/2011. ....	99

Figura 22: Momentos da pesquisa de campo em Altamira e Volta Grande do Xingu, maio a jul/2011. ....	99
Figura 23: Momentos da pesquisa de campo em Altamira e Volta Grande do Xingu, maio a jul/2011. ....	100
Figura 24: Sede do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, no dia em que foi emitida LI para Belo Monte. ....	101
Figura 25: Palácio do Planalto, Brasília, ago/2011. Fonte: Fotografia da autora.....	103
Figura 26: <i>Outdoors</i> assinados pelo FortXingu em Altamira, em maio/2011 e ago/2011, da esq. p/ dir. Fonte: Fotografias da autora. ....	108
Figura 27: Romaria contrária a Belo Monte, Rodovia Transamazônica (trecho em Anapu-PA), ago/2011. Fonte: Fotografia da autora. ....	109
Figura 28: Canoa no rio Xingu, Volta Grande do Xingu, maio/2011. ....	124
Figura 29: Sementes de cacau secando ao sol, em frente ao mercado de Altamira, junho/2011. ....	124
Figura 30: Mapa da bacia hidrográfica do Xingu. ....	128
Figura 31: Croqui da bacia do Rio Xingu e aldeias indígenas. ....	129
Figura 32: Detalhe da Transamazônica mostrando a "espinha de peixe" formada pelas vicinais do projeto de colonização.....	130
Figura 33: Esquema demonstrando o reservatório planejado para a construção da usina hidrelétrica Kararaô. As áreas achureadas são Terras Indígenas.....	131
Figura 34: Esquema demonstrando o reservatório de Belo Monte, a partir da alteração do projeto ('alternativa canais').....	132
Figura 35: Esquema demonstrando principais locais de obra e elementos constituintes da construção da hidrelétrica de Belo Monte. ....	133
Figura 36: Vista panorâmica de Altamira, maio/2011. ....	145
Figura 37: Volta Grande do Xingu, maio/2011.....	145
Figura 38: Entrevistas e documentos agrupados por similaridade de palavras. ....	166
Figura 39: "Voadeira" no rio Xingu, Volta Grande do Xingu, junho/2011. ....	224
Figura 40: Comunidade Belo Monte, Volta Grande do Xingu, agosto/2011.....	224
Figura 41: Nuvem de palavras mais frequentemente evocadas por agricultores familiares, pescadores e ribeirinhos entrevistados associadas a "desenvolvimento".....	228
Figura 42: Nuvem de palavras mais frequentemente evocadas por membros de movimentos sociais entrevistados associadas a "desenvolvimento".....	229



Figura 43: Nuvem de palavras mais frequentemente evocadas por membros do governo entrevistados associadas a desenvolvimento. ....	229
Figura 44: Desenho realizado por agricultores e ribeirinhos em oficina sobre direitos humanos. Altamira, maio/2011. ....	238
Figura 45: Moradores de Altamira e Volta Grande do Xingu apresentando cartazes nos quais representam os direitos que sentem violados no processo de construção de Belo Monte. Altamira, maio/2011. ....	239
Figura 46: Comunidade Arara da Volta Grande, Volta Grande do Xingu. ....	279
Figura 47: Fabricação artesanal de canoas, comunidade Arara da Volta Grande, Volta Grande do Xingu. ....	279
Figura 48: Rio Xingu, Volta Grande do Xingu, maio/2011. ....	294
Figura 49: Terra Indígena Arara da Volta Grande, Volta Grande do Xingu, maio/2011. ....	295
Figura 50: Criança brincando no Xingu. Terra Indígena Arara da Volta Grande, maio/2011. ....	295
Figura 51: Pôr-do-sol no rio Xingu, agosto/2011. ....	303
Figura 52: Balsa sobre o rio Xingu, Comunidade Belo Monte, agosto/2011. ....	303

## LISTA DE QUADROS

QUADRO1: Características dos “aproveitamentos hídricos” inventariados.....	33
QUADRO 2: Entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo.....	103
QUADRO 3: Programa de Ação de construção de Belo Monte.....	134
QUADRO 4: Opções de indenizações da Norte Energia por grupo de atingido.....	206
QUADRO 5: Processos judiciais referentes à construção da hidrelétrica de Belo Monte.....	258

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP – Ação Civil Pública  
AHE – Aproveitamento Hidrelétrico  
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CCBM – Consórcio Construtor Belo Monte  
CHE – Complexo Hidrelétrico  
CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos  
Cimi – Conselho Indigenista Missionário  
CNEC – Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica  
EIA – Estudo de Impacto Ambiental  
Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras  
ESCT – Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia  
Fetagri – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura  
Funai – Fundação Nacional do Índio  
FVPP – Fundação Viver, Produzir e Preservar  
GT – Grupo de Trabalho  
HEP – Paradigma da Excepcionalidade Humana  
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
ISA – Instituto Socioambiental  
LI – Licença de Instalação  
LO – Licença de Operação  
LP – Licença Prévia  
LPI – Licença Parcial de Instalação  
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens  
MPF – Ministério Público Federal  
MPST – Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica  
MDTX – Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu  
MW – Megawatts  
NPE – Novo Paradigma Ecológico

OEA – Organização dos Estados Americanos  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PAC – Programa de Aceleração de Crescimento  
PDRS – Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável  
PPG7 – Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais Brasileiras  
PT – Partido dos Trabalhadores  
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental  
SDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos  
SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente  
SIN – Sistema Interligado Nacional  
TI – Terra Indígena  
TRF1 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região  
UHE – Usina Hidrelétrica

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>21</b>
<b>1 PONTOS DE PARTIDA: MÍNIMOS MÚLTIPLOS COMUNS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE</b> .....	<b>28</b>
1.1 BELO MONTE, A OBRA: LOCALIZAÇÃO E CONTEXTO ATUAL .....	29
1.2 BELO MONTE, O PROJETO: DO SOCIOAMBIENTALISMO AO CONFLITO AMBIENTAL .....	34
<b>2 O AMBIENTE COMO QUESTÃO SOCIOLÓGICA</b> .....	<b>49</b>
2.1 AS RELAÇÕES SOCIEDADE-NATUREZA EM PAUTA: A EMERGÊNCIA DA SOCIOLOGIA AMBIENTAL .....	49
2.2 AMBIENTE E SOCIOLOGIA NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL: OS CONFLITOS AMBIENTAIS .....	60
<b>3 AFINAL, O CONFLITO EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DE BELO MONTE É UM CONFLITO AMBIENTAL?</b> .....	<b>78</b>
3.1 A PESQUISA DE CAMPO E SEUS MÚLTIPLOS DESLOCAMENTOS .....	79
3.1.1 A pesquisa exploratória: Cabo Verde, Santarém e Belém .....	80
3.1.2 Em Brasília .....	87
3.1.3 Em Altamira e Volta Grande do Xingu .....	92
3.1.4 Em Brasília, novamente .....	101
3.1.5 De volta a Altamira, Volta Grande do Xingu e Belém .....	103
3.2 COMO ANALISAR OS <i>DADOS</i> ? .....	109
<b>4 USINA, GENTE E RIO: BELO MONTE SOB O IDIOMA DA COPRODUÇÃO</b> .....	<b>125</b>
4.1 BELO MONTE EM CONSTRUÇÃO NO TEMPO E NO ESPAÇO. ....	127
<b>5 “A GENTE NÃO SABE O QUE É BARRAGEM, MAS SABE O QUE É O XINGU”: O AMBIENTE EM DISPUTA</b> .....	<b>146</b>
5.1 “O LICENCIAMENTO É UM CAMPO DE BATALHAS”: O LICENCIAMENTO AMBIENTAL, O PAINEL DE ESPECIALISTAS E A EXPERTISE CONTROVERSA .....	147
5.2 “ESSA ÁGUA NÃO TEM NÍVEL”: O AMBIENTE INTERSUBJETIVO ....	178

5.3 “EU ACHO QUE A VIDA DA GENTE VALE MUITA COISA, MAS ELES ACHAM QUE NÃO”: AS INDENIZAÇÕES, LOCUS DA INCOMENSURABILIDADE .....	207
<b>6 “VOCÊS PRECISAM PARAR TUDO E SIMPLEMENTE NOS OUVIR”: O DESENVOLVIMENTO EM DISPUTA .....</b>	<b>225</b>
6.1 MODERNIZAR É PRECISO, VIVER BEM NÃO É PRECISO? .....	226
6.2 “SE VOCÊ CONSEGUIR INTEGRAR ESSAS BACIAS, VOCÊ GANHA TUDO”: O PONTO DE VISTA DO ESTADO .....	242
6.3 O “INTERESSE NACIONAL”: ENTRE AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, SUSPENSÕES DE SEGURANÇA E O ESTADO DE EXCEÇÃO .....	259
6.4 O “COMPONENTE INDÍGENA”: VOCÊS TÊM FOME DE QUÊ? .....	271
<b>7 CONCLUSÕES: OS CONFLITOS AMBIENTAIS EM PERSPECTIVA ...</b>	<b>296</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>304</b>

## APRESENTAÇÃO

Prepare o seu coração  
Pras coisas que eu vou contar  
Eu venho lá do sertão  
Eu venho lá do sertão  
E posso não te agradar

Aprendi a dizer não  
Ver a morte sem chorar  
E a morte, o destino, tudo  
A morte, o destino, tudo  
Estava fora do lugar  
Eu vivo pra consertar....

Na boiada já fui boi  
Mas um dia me montei  
Não por um motivo meu  
Ou de quem comigo houvesse  
Que qualquer querer tivesse  
Porém por necessidade  
Do dono de uma boiada  
Cujo vaqueiro morreu

Boiadeiro muito tempo  
Laço firme e braço forte  
Muito gado, muita gente  
Pela vida segurei  
Seguia como num sonho  
E boiadeiro era um rei

Mas o mundo foi rodando  
Nas patas do meu cavalo  
E nos sonhos que fui sonhando  
As visões se clareando  
As visões se clareando  
Até que um dia acordei

Então não pude seguir  
Valente em lugar tenente  
E dono de gado e gente  
Porque gado a gente marca  
Tange, ferra, engorda e mata  
Mas com gente é diferente....

(trecho da música “Disparada”, de Geraldo Vandrê).

Escutei a música acima transcrita, Disparada, durante a minha pesquisa de campo para essa tese, no dia 22 de junho de 2011. Era por volta de meia-noite e eu estava em uma Kombi, na Transamazônica, voltando para Altamira após uma reunião com agricultores na comunidade Cobra-Choca, acompanhada de integrantes do Movimento Xingu Vivo para Sempre. Todos cansados, a reunião tinha tido ares de desabafo dos medos gerados pela recente liberação da licença de instalação, sentença do Ibama para o início das obras de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Em determinada altura, Antônia Melo, principal liderança do Xingu Vivo, tinha encaminhado os desabafos dizendo: “Mas vamos em diante, porque a dor é nossa, e a dor só sabe quem sente”. Agora, ela também estava cansada e cochilava, entre os sacolejos da Kombi na estrada sem asfalto. Foi então que alguém puxou: “*Prepare o seu coração... pras coisas que eu vou contar...*” e de repente todos entoavam a canção de Geraldo Vandré, em um misto de melancolia e esperança renovada, no meio da estrada escura. Nesse momento, entendi um pouco mais a pesquisa que eu estava fazendo, e mais várias vezes cantarolei sozinha esses versos, à guisa de lamento e motivação. E são com eles que eu gostaria de apresentar essa tese, para assim, já logo de partida, também me apresentar.

É que, de fato, o primeiro tópico com o qual eu gostaria de começar essa apresentação se aproxima mais do *avant-propos* francês ou até mesmo de uma *nota de advertência*, cujo conteúdo central é o que se segue: escrever essa tese não foi fácil. Nenhuma o é, logo argumentará o leitor. Mas, se concordo – como de fato o assumo – gostaria de acrescentar que para as dificuldades teóricas, para as tensões do ofício, por assim dizer, de se conseguir plausivelmente articular uma questão original a um empírico consistente e a uma análise robusta, eu já estava *psicologicamente* preparada, e sabia que seria no decorrer do processo que eu deveria *cientificamente* me preparar para dar conta. No entanto, o que eu não estava preparada ao definir como empírico o conflito em torno da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte era para a carga emocional e os dilemas, não só teóricos, mas éticos, pessoais e cidadãos que essa pesquisa me traria. Portanto, antes da pesquisa de campo eu não sabia que era também o meu coração o que eu deveria preparar.

Bióloga, comecei a me interessar pelo tema dos conflitos ambientais antes de saber que eram uma recente área de estudos da sociologia, quanto menos conhecer o debate acadêmico de que são foco. Ao final da minha graduação em Ciências Biológicas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), me vi em um ponto de cruzamento entre uma unidade de conservação no Cerrado – o Parque Nacional das Emas, em Goiás –



o agronegócio sojicultor gaúcho e uma marcha do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e, em um desses momentos mágicos em que de repente tudo muda, escolhi um caminho que me conduziu ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tendo um mestrado como perspectiva e a análise do desenvolvimento rural no Cerrado como foco. Durante o percurso do mestrado, muito aprendi, me converti pouco a pouco, entre relances de resistência e encantamento, à sociologia, e, ao concluir e defender a dissertação “Cerrado para ser o quê? Representações sociais e conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas, Goiás” (FLEURY, 2008), senti necessidade de seguir em frente e me debruçar, de forma mais longa e consistente, no tema dos conflitos ambientais.

Portanto, se no mestrado minha motivação tinha como origem um desconforto surgido a partir do empírico – como pode, num mesmo espaço, num mesmo Cerrado, existirem unidades de conservação, grandes lavouras, sulistas, goianos, pesquisadores, e como tudo isso se relaciona, isto é, como se dá a relação entre agricultura, conservação e desenvolvimento no Cerrado? –, a decisão de seguir com o doutorado partia de uma questão sobretudo teórica: afinal, o que são os conflitos ambientais? Pode-se falar de um tipo específico de conflito em que o ambiente adquire centralidade? Se sim, quais são as características desse conflito, quem são os seus sujeitos, o que está em jogo quando se assume que se trata de um conflito ambiental? Foi com o objetivo de responder a essas questões que, em 2009, ingressei no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da mesma Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para onde eu vim em 2006 achando que ficaria no máximo por um ano, e que agora já se completam sete.

Admitindo como ponto de partida a discussão teórica sobre os conflitos ambientais, aquele que seria o meu local de estudo empírico estava até então indefinido: o conflito entre uma unidade de conservação e uma potencial terra indígena na região metropolitana de Porto Alegre? Agricultores familiares na Mata Atlântica? A implantação de um parque nacional em Cabo Verde? Mas quando recebi um *email* de uma organização não governamental alemã me pedindo para salvar a Amazônia ao assinar uma petição *online* que evitaria a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, decidi: era esse o conflito que eu gostaria de pesquisar. A partir de então, e considerando a distância geográfica que me separava, estando em Porto Alegre, do conflito em Altamira, no Pará, comecei a me apropriar via internet – *sites*, *blogs*, notícias, manifestos –, livros e artigos das questões em torno de Belo Monte, enquanto embasava teoricamente

as minhas indagações. Desse momento em diante, a complexidade do conflito em Belo Monte, seu histórico e suas inter-relações com a própria possibilidade de se formular hoje a questão do que é um conflito ambiental foram me fascinando, me absorvendo, me preocupando, enfim, ganhando cada vez mais intensidade, e como isso transformou as minhas questões eu abordarei logo em breve; com efeito, sobre isso escreverei por mais de uma centena de páginas. Mas antes, eu gostaria de voltar àquela Kombi, à Transamazônica, à estrada escura. Para dizer que em Altamira, me senti no olho do furacão, no coração do que interessa no mundo.

Dizendo assim agora pode parecer exagero, e pode ser mesmo que seja. No entanto, insisto: lá, o que está em debate é definir qual rumo *nossa humanidade* escolhe tomar. Outro exagero, talvez, mas dessa vez argumento: lá, como escrevi em outro canto, se enxerga nitidamente o que os rumos tomados, capitalistas, precisam – sacrificam? consomem? deixam? –, mas também se vê que esse caminho não é inexorável, o que, contra tudo e contra todos, ainda existe – persiste e não quer ser atrapalhado. Existe muita Amazônia linda, deslumbrante, existe muita gente que vive, dorme, come, sonha de uma forma totalmente original, e existem vários idealistas, que ao decidirem o que fazer de suas vidas, assumem que o mundo também é responsabilidade sua, e se esforçam em deixá-lo mais como lhes parece adequado.

E, nesse sentido, na minha nota de advertência o que eu gostaria de dizer é que, se o objetivo dessa tese é descrever e analisar de maneira pertinente o conflito ambiental em torno da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, esse objetivo só será de fato alcançado se eu conseguir lhe persuadir, leitor interessado e paciente, que a questão em torno de Belo Monte não é uma questão *local*, não é *só mais um* conflito e não é *pontual*. A questão em torno de Belo Monte possui dimensões muito mais profundas – certamente mais profundas do que meu texto conseguirá alcançar – e que dizem respeito não só a Altamira e aos outros dez municípios do entorno atingidos pela obra, não só ao Pará ou à Amazônia, mas sobre o Brasil, sobre o porvir, sobre mim e sobre você. Para convidá-lo a ingressar nesse debate, apresento-lhe, doravante, os capítulos e conteúdos nos quais esta tese se estrutura, para, enfim, passarmos *aux choses serieuses*.

Ainda que o objetivo inicial não fosse dividir a tese em partes separadas, a maneira pela qual a discussão foi tomando forma – e ousar dizer que esse processo de “tomar forma” se deu à revelia da autora, por um protagonismo dos conteúdos que no texto escrito pareciam ganhar vida – denota claramente dois grupos distintos entre os capítulos: os três primeiros possuem caráter quase metateórico, pois têm como temática

central as condições de possibilidade de construção do meu argumento central, qual seja, o conflito em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte é um conflito ambiental. Assim, no primeiro capítulo apresento aqueles que considero os “mínimos múltiplos comuns” necessários à discussão sobre Belo Monte, isto é, aqueles pontos de partida para as multiplicidades decorrentes deste conflito. Para tanto, localizo Belo Monte como uma obra, situando-a em seu histórico e contexto atual, e discuto como, por trazer em seu bojo um dos marcos da configuração do socioambientalismo, e pela forma pela qual se estruturam os principais temas em disputa, Belo Monte pode trazer luzes interessantes para se pensar a categoria “conflito ambiental”.

No segundo capítulo, portanto, me debruço sobre esta categoria, rastreando sua emergência em relação a uma matriz teórica que incorpora o ambiente como temática em sociologia. Mediante uma breve – e, nos limites da autora, incompleta – revisão de e escolas estudos sociológicos que se detiveram sobre a questão ambiental internacionalmente e no cenário nacional, demarco o campo de estudos sobre conflitos ambientais no Brasil, discutindo algumas implicações teóricas de sua genealogia.

Tendo em vista o que me parecia sugerir o conflito em torno de Belo Monte e a revisão bibliográfica sobre conflitos ambientais, iniciei minha pesquisa de campo, tema do terceiro capítulo. Começando por dúvidas acerca da definição do local empírico, passando por uma aproximação e posterior imersão em Belo Monte, culminando em um estado de afecção que contribuiu para que fosse revisto o estatuto epistemológico de minhas questões, esta discussão a respeito da pesquisa de campo tem por objetivo central, no limite, seguir as pistas de Guimarães Rosa<sup>1</sup> e discutir a importância da experiência vivida para a construção e a análise dos dados, discutidos nos capítulos seguintes.

A partir de então, os três capítulos seguintes constituem, com as conclusões, a segunda parte da tese, que reúne a análise propriamente dita do conflito em torno da construção de Belo Monte. Nesse sentido, o quarto capítulo discute os processos de coprodução entre pessoas, instituições, movimentos, paisagens e tecnologias ocorridos ao longo das quase quatro décadas de conflito, o que leva a constatar que a história de Belo Monte não é só a história da obra (início do inventário, mudança no projeto, início da obra, impactos decorrentes), nem só a história das relações de poder entre as pessoas, visto que essas relações se transformam em função da mediação das *coisas*. No entanto, ressalta-se que, neste processo, há entrecapturas distintas, caracterizadas por restrições

---

<sup>1</sup> “Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (GUIMARÃES ROSA, 2001, p. 85).

lógicas e sintáticas diferentes, decorrentes de assimetrias que se tornam visíveis sobretudo no que diz respeito ao controle do tempo. Conclui-se, então, que o conflito em torno de Belo Monte, mais do que um conflito pela apropriação do espaço, é também um conflito pelo controle do tempo.

O quinto capítulo tem como eixo de análise o que cabe ao “ambiente” neste conflito, isto é, a que se refere, em Belo Monte, quando se afirma que este se trata de um conflito ambiental. Para tanto, inicialmente o capítulo debruça-se sobre o ambiente tal qual analisado – e disputado – cientificamente, tomando por foco de discussão a controvérsia suscitada no confronto entre o Estudo de Impacto Ambiental, instrumento do licenciamento ambiental de Belo Monte, aprovado pelo Ibama, e o Painel de Especialistas, publicação que congrega análises de 38 pesquisadores voluntários sobre o Estudo de Impacto Ambiental, resultando em críticas contundentes quanto à validade deste estudo e da avaliação realizada pelo Ibama. No entanto, a primeira seção conclui que a disputa, que a princípio parecia ser eminentemente técnica, vista mais de perto parece se situar mais nos limites da atuação política. Dessa forma, o licenciamento ambiental de Belo Monte, por ser definido “politicamente”, isto é, por membros da classe política, constrói e administra um ambiente despolitizado, esvaziado de sujeitos, debates e decisões.

A segunda seção do quinto capítulo, por sua vez, analisa o que os agricultores, ribeirinhos e indígenas da Volta Grande do Xingu mobilizam quando falam sobre o ambiente. Se a primeira clara conclusão é a de que, para eles, não há o ambiente, mas um contínuo entrelaçado entre pessoas, rios, mata, fortuna, miséria, afinidades, parentescos e fantasmas, a análise nos mostra que a inclusão de Belo Monte entre os termos desta rede leva ao reconhecimento de que pode haver mais sujeitos e mais realidades, ou seja, diferenças ontologicamente mais consistentes, do que a avaliação de impacto ambiental pode considerar, de forma com que o conflito em Belo Monte se torna um conflito cosmopolítico. As implicações políticas da constatação de que “o mundo não é uma caixa fechada”, como afirma uma das minhas interlocutoras, são muitas, contudo, a análise dos mecanismos de indenizações pelo deslocamento compulsório dos moradores da Volta Grande do Xingu, realizada na terceira seção deste capítulo, nos faz crer que, no momento atual, ainda falta muito para se perceber que o encontro com outros mundos pode nos mostrar caminhos para sermos outros do que somos.

Finalmente, o sexto capítulo discute, também à luz das questões cosmopolíticas, o desenvolvimento como ideia força protagonista no conflito em torno de Belo Monte. Ao

analisar os significados deste termo para o Estado e para os povos aos quais a governamentalidade desenvolvimentista é imposta, discute-se o estatuto particular da exceção e a violência como fato jurídico primordial da política como estrutura fundamental da metafísica ocidental. Esta situação se torna ainda mais explícita na análise da questão indígena, que neste conflito, expõe a incapacidade do Estado em admitir que talvez não sejamos monorrealistas, mas que, ao contrário, seja nos termos de um pluriverso que a política tenha que se reinventar.

A tese conclui pela importância teórica e necessariamente política de se dar visibilidade aos conflitos ambientais, levando a sério a demanda por um questionamento da concepção de ambiente feita pelos grupos atingidos com as suas implicações estendidas ao limite, visto que, como bem o sabem os “nativos”, o conflito em torno da construção de Belo Monte é só o começo de uma série de disputas que estamos prestes a vivenciar.

## 1 PONTOS DE PARTIDA: MÍNIMOS MÚLTIPLOS COMUNS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

Belo Monte é um projeto de grandes mentiras e muitas covardias. (Agricultor, Volta Grande do Xingu).

Belo Monte é o ponto de apoio do sistema elétrico para integrar o Sistema Interligado Nacional com as bacias do Orinoco, acima da Venezuela. (Representante do Ministério de Minas e Energia, Brasília).

Belo Monte é a cobra grande que tá armando um bote, já começou a se movimentar, pra engolir todo mundo. (Indígena Juruna, Volta Grande do Xingu).

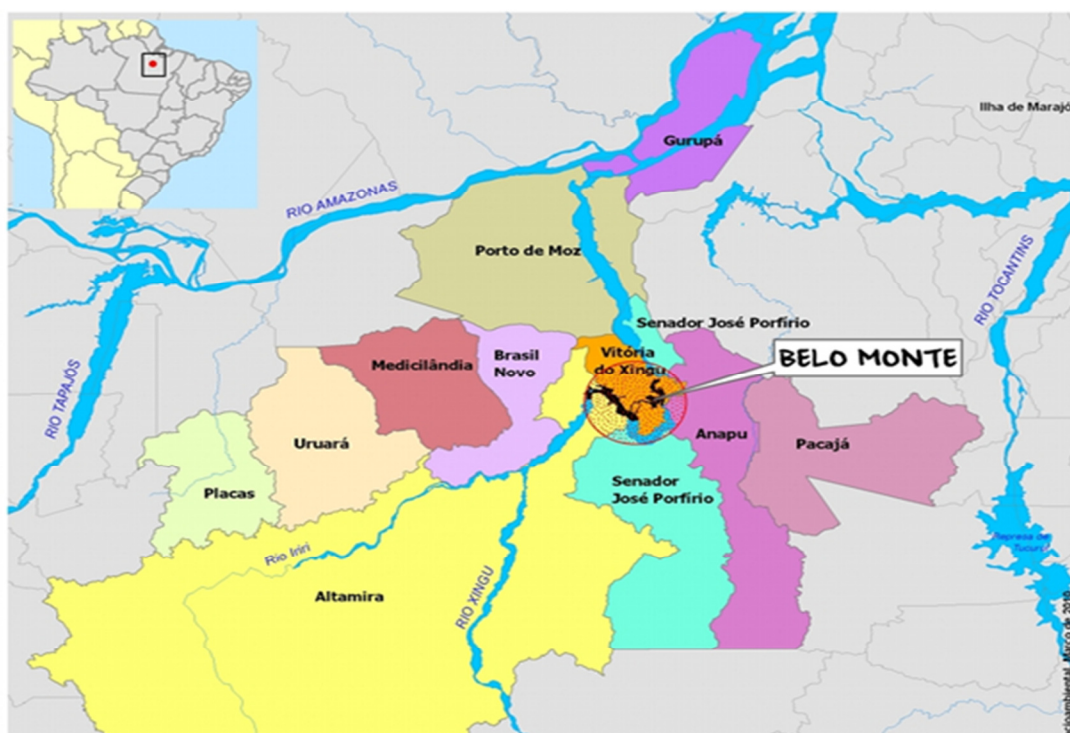
Belo Monte, em uma resposta curta e grossa, é a sustentação econômica do país. (Representante do Consórcio de prefeituras Belo Monte, Altamira).

Quando se diz “Belo Monte”, pode se estar falando sobre muita coisa: são tantos significados quase quanto sujeitos envolvidos em sua definição. Não poderia ser diferente, se considerarmos que se trata do ponto sobre o qual convergem – de maneira disjuntiva – perspectivas tão distantes quanto as de empresários do setor elétrico, de indígenas, de peritos, de agricultores. E de pesquisadores: para mim, de partida, Belo Monte significava um longo conflito, mais precisamente, aquele que poderia ser o emblema de um conflito ambiental. Apresentar em que se fundamenta esta afirmativa, isto é, por que o conflito em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte é, na minha perspectiva, um conflito ambiental, são os objetivos deste primeiro capítulo. Para tanto, primeiramente a hidrelétrica de Belo Monte será situada como uma obra em curso na Amazônia brasileira, sendo pontuado em que se sustenta e em que implica essa construção. Em seguida, Belo Monte será retomada como um projeto em disputa há cerca de 30 anos, para então serem apresentadas as bases para interpretá-la como um conflito, ou, mais precisamente, um conflito ambiental.

Contudo, como se pretende demonstrar, a gramática dos conflitos ambientais para a interpretação do conflito em Belo Monte mais do que oferecer um “máximo denominador comum” ao qual poderíamos reduzi-lo para fins explicativos, demonstrou-se mais próxima do estabelecimento de “mínimos múltiplos comuns”: pontos de partida por meio dos quais as possibilidades de expansão se multiplicam. Assim é que, apresentados os pilares iniciais de aproximação com o tema, as questões que daí decorrem serão problematizadas ao fim deste capítulo e discutidas nos dois capítulos seguintes, estreitamente complementares a esta breve introdução.

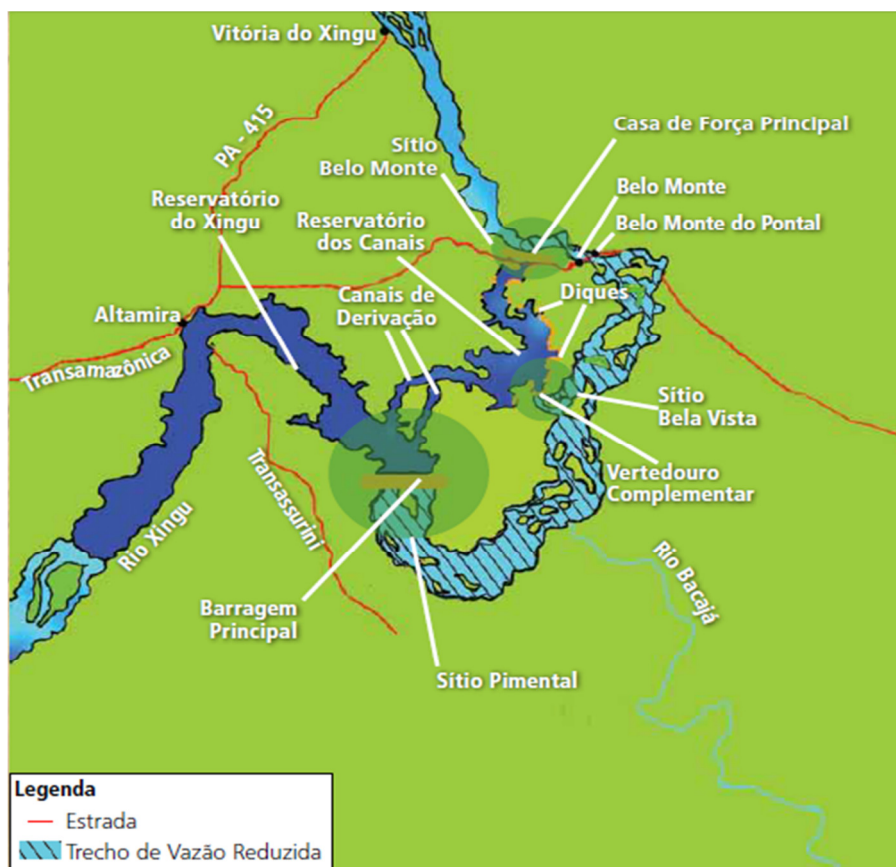
## 1.1 BELO MONTE, A OBRA: LOCALIZAÇÃO E CONTEXTO ATUAL

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) começou a ser construída no primeiro semestre de 2011 no Rio Xingu, na Amazônia brasileira, nas adjacências de 11 municípios do estado do Pará (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu). (FIG.01).



**Figura 1:** Os municípios no entorno da usina hidrelétrica de Belo Monte.  
Fonte: ISA, 2010.

Composta por uma barragem principal, situada há cerca de 40 km rio abaixo da sede da cidade de Altamira, na localidade chamada sítio Pimental (conhecido localmente como Bananal), uma segunda barragem localizada no sítio Bela Vista (localmente conhecido como Juruá), uma casa de força principal, situada na comunidade Belo Monte, dois canais de derivação e vários diques, a construção da UHE Belo Monte implica em obras em diferentes trechos do Rio Xingu e em terras vizinhas. Ao todo, são quatro os canteiros de obras: sítio Pimental (entre áreas de Vitória do Xingu e de Altamira), sítios Bela Vista e Belo Monte (ambos no município de Vitória do Xingu), e a região dos Canais e Diques, no município de Vitória do Xingu (FIG 02).



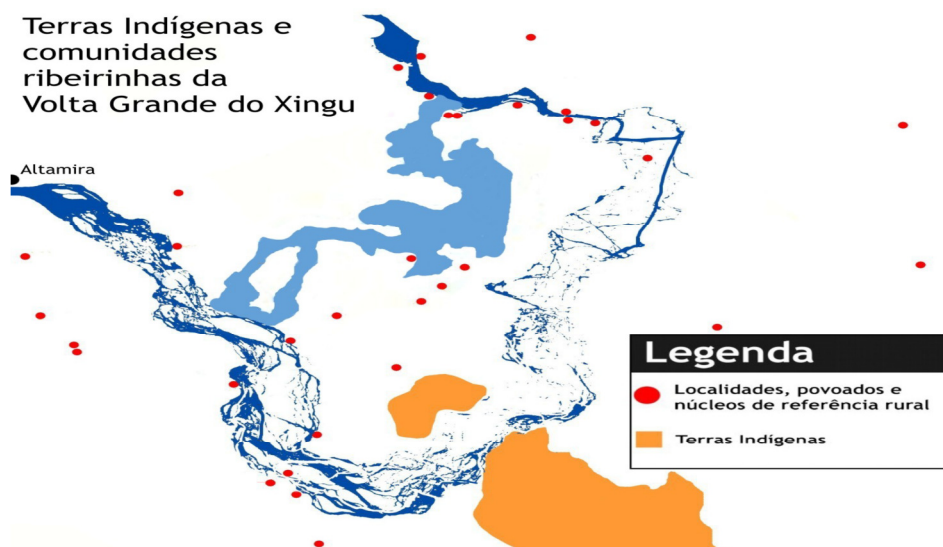
**Figura 2:** Elementos constitutivos da UHE Belo Monte, no Rio Xingu.  
Fonte: RIMA (2008).

Segundo a Eletrobrás, a concepção do empreendimento visa ao aproveitamento do desnível natural de cerca de 90 metros existente entre a cidade de Altamira e a localidade de Belo Monte, onde o rio já passa a sofrer influências do Rio Amazonas e da maré. De acordo com os estudos hidroenergéticos da Eletronorte, a forma mais indicada de operá-lo, sob o aspecto custo X benefício, é em nível constante, na forma conhecida como operação a “fio d’água” (ELETROBRÁS, 2002). Isto significa que o número de turbinas acionadas depende essencialmente das vazões naturais afluentes à casa de força. Por isso, o reservatório da UHE Belo Monte foi concebido sem volume direcionado para fins de regularização da vazão hídrica, ou seja, sem capacidade significativa de acumulação.

Dessa forma, o reservatório da UHE Belo Monte está previsto para ter 516 km<sup>2</sup> de área alagada, sendo formado a partir do desvio do rio Xingu na altura do sítio Pimental. Para tanto, são necessárias escavações comuns da ordem de 150,7 milhões de m<sup>3</sup> e 50 milhões de m<sup>3</sup> de rochas – superiores à escavação realizada para construção do Canal do Panamá –, demandando a utilização de 4,2 milhões de m<sup>3</sup> de concreto (LISBOA; ZAGALLO, 2010). Em consequência desse desvio, um trecho de cerca de 100 km do



leito do rio, entre os sítios Pimental e Belo Monte, terá o seu nível de água drasticamente reduzido. Esse trecho abrange a maior parte da região conhecida como Volta Grande do Xingu, notória por sua alta diversidade biológica (MEDEIROS, 2009), e povoada por diversas comunidades de ribeirinhos, agricultores e indígenas, incluindo duas Terras Indígenas (TI), TI Paquiçamba e TI Arara dos Maia (FIG.03).



**Figura 3:** Terras indígenas e comunidades ribeirinhas situadas na Volta Grande do Xingu; a previsão de desvio do rio para formação de reservatório é retratada no croqui.  
Fonte: MPF (2011).

Após concluída, estima-se que Belo Monte terá potencial de produzir até 11.200 Megawatts (MW), o que a colocaria como a terceira maior hidrelétrica do mundo em potência instalada, atrás das usinas hidrelétricas de Três Gargantas, na China, e de Itaipu, situada na fronteira entre o Brasil e a Argentina. Nesse cenário, Belo Monte representaria, junto com as usinas Jirau e Santo Antônio que estão sendo construídas no Rio Madeira, em Rondônia, cerca de 10% da capacidade instalada do Sistema Interligado Nacional (SIN)<sup>2</sup>. No entanto, devido à sazonalidade do Xingu, considera-se que a potência média garantida ao longo do ano é de 4.796 MW de energia firme<sup>3</sup> (ELETROBRÁS, 2002).

<sup>2</sup> O Sistema Interligado Nacional – SIN é um sistema de coordenação e controle, formado pelas empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte, que congrega o sistema de produção e transmissão de energia elétrica no Brasil. Apenas 3,4% da capacidade de produção de eletricidade do país encontram-se fora do SIN, em pequenos sistemas isolados localizados principalmente na região amazônica. (ONS, 2012).

<sup>3</sup> A energia firme representa a capacidade de produção de uma usina no período crítico do referido sistema, ou seja, aquele período para o qual as vazões históricas são baixas, implicando menor capacidade de produção.

Sob responsabilidade do Ministério de Minas e Energia do Governo Federal, e executada pela sociedade de propósito específico Consórcio Norte Energia, a UHE Belo Monte conta em seus quatro canteiros de obras, atualmente (início de 2013), com aproximadamente 18 mil trabalhadores. Desse total, 14 mil trabalhadores são funcionários do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), empresa responsável pelas obras civis, e quatro mil são empregados por empreiteiras subcontratadas. O cronograma do empreendimento considera a entrada em operação da primeira turbina em fevereiro de 2015, sendo planejado que em 2013 atinja-se o pico das obras.

Contudo, este cronograma tem estado desde o seu início sob a iminência de ser alterado em função dos inúmeros problemas relacionados à obra. Ações no judiciário<sup>4</sup>, solicitações de suspensão imediata da obra pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA)<sup>5</sup>, paralisações de estradas e de canteiros de obras devido a ocupações realizadas por indígenas<sup>6</sup>, greves de trabalhadores<sup>7</sup> e mais recentemente até mesmo o flagrante de crime de tráfico de pessoas em estabelecimentos localizados no interior da área do canteiro de obras<sup>8</sup> são exemplos de situações frequentemente veiculadas como motivos para possíveis interrupções ou a suspensão total da construção da UHE Belo Monte. Ainda assim, segundo o consórcio empreendedor, “as dificuldades não alteraram as metas previstas para 2012 e, por isso, o final de ano foi de comemorações.” (NORTE ENERGIA, 2012).

---

<sup>4</sup> São até o momento 57 processos movidos contra Belo Monte, decorrentes de ações ajuizadas pelo Ministério Público Federal no Pará, Defensoria Pública Estadual do Pará e de instituições da sociedade civil. Do total de ações, até agora somente uma esgotou todas as instâncias e recursos judiciais existentes. As ações impetradas pelo Ministério Público Federal estão disponíveis em <http://www.prpa.mpf.gov.br/news/2012/arquivos/Tabela%20de%20acompanhamento%20atualizada%20em%2028082012.pdf> ; para um resumo de todas as ações, consultar <https://t.co/redirect?url=http%3A%2F%2Ft.co%2FIdFo9vh4YA&sig=947f70c922c4aff891cd12330263c33779073cc4&uid=245444602&iid=a8c21f4d-b0bf-4903-8212-09ec897efd46&nid=4+252&t=1> .

<sup>5</sup> O ofício com a solicitação está disponível na página da internet da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em [www.cidh.org](http://www.cidh.org)

<sup>6</sup> Notícias disponíveis em [www.agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-01-07/indios-jurunas-bloqueiam-acesso-canteiro-de-obras-de-belo-monte](http://www.agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-01-07/indios-jurunas-bloqueiam-acesso-canteiro-de-obras-de-belo-monte) .

<sup>7</sup> Em 24 de abril de 2012, sete mil trabalhadores dos canteiros de obras entraram em greve, como noticiado em [www1.folha.uol.com.br/mercado/1079898-7000-trabalhadores-de-belo-monte-entram-em-greve-nesta-segunda.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1079898-7000-trabalhadores-de-belo-monte-entram-em-greve-nesta-segunda.shtml)

<sup>8</sup> Em 04 de março de 2013, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Pessoas decidiu convocar o diretor-presidente da Norte Energia para fornecer explicações sobre o funcionamento de um prostíbulo dentro do canteiro de obras da hidrelétrica, de onde foram resgatadas mulheres em cárcere privado em condição degradante. Para mais informações, ver notícia em [www.noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013-03-04/cpi-do-trafico-de-pessoas-quer-convocar-responsavel-pela-obra-da-usina-de-belo-monte.html](http://www.noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013-03-04/cpi-do-trafico-de-pessoas-quer-convocar-responsavel-pela-obra-da-usina-de-belo-monte.html)



**Figura 4:** Canteiro de obras da usina hidrelétrica de Belo Monte.  
Fonte: Norte Energia.

No entanto, os motivos para comemorações estão longe de ser um consenso. Segundo informações do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, coletivo que congrega cerca de 100 entidades contrárias à construção de Belo Monte, os indicadores do município de Altamira, cidade-polo da obra, não se prestam a festejos: entre 2011 e 2012, a apreensão de crack pela Polícia Civil aumentou 900% em Altamira, enquanto a quantidade de cocaína foi ainda maior, aumentando em cerca de 12 vezes. A prostituição também tem aumentado de forma exponencial no município: apenas em duas ações da Polícia Civil foram fechadas seis casas de prostituição nas quais foram encontradas mulheres exploradas, segundo a investigação, em situação análoga à escravidão. Dados veiculados pela Agência Brasil de Comunicação<sup>9</sup> e pela Universidade Federal do Pará<sup>10</sup> confirmam que o período de crescimento do tráfico e da prostituição em Altamira coincide com o início das obras de instalação da hidrelétrica, em 2011. Segundo os dados mais recentes da Secretaria de Planejamento de Altamira divulgados pela Agência Brasil, a população do município cresceu de 99 mil habitantes, em 2010, para cerca de 145 mil habitantes em 2012.

<sup>9</sup> Disponíveis em <[www.agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-02-15/apreensao-de-crack-aumenta-900-em-municipio-proximo-belo-monte](http://www.agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-02-15/apreensao-de-crack-aumenta-900-em-municipio-proximo-belo-monte)> Acesso em março/2013.

<sup>10</sup> Disponíveis em <[www.g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/03/ufpa-revela-dados-ineditos-sobre-violencia-sexual-em-altamira-pa.html](http://www.g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/03/ufpa-revela-dados-ineditos-sobre-violencia-sexual-em-altamira-pa.html)> . Acesso em março/2013.

O Ministério Público Federal no estado do Pará (MPF/PA) endossa a preocupação dos movimentos sociais: segundo os procuradores da república, a demora da Norte Energia em cumprir as condicionantes mínimas estabelecidas pelo Ibama<sup>11</sup> para as obras está causando colapso em vários serviços públicos da região e dano às condições de vida das populações afetadas (MPF, 2012). Até o momento, existem 15 processos judiciais iniciados a partir de ações do Ministério Público Federal referentes à construção da UHE Belo Monte. Os processos tratam de diversas ilegalidades, como a tentativa de repassar para o estado do Pará a realização do licenciamento, que deveria ser feito em esfera federal, a aceitação de estudos incompletos sobre os impactos ambientais e a não apresentação, no tempo legal, da avaliação ambiental integrada dos impactos na bacia do Xingu, o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas mesmo sem regulamentação, a utilização de licenças não previstas na legislação, o não cumprimento de medidas obrigatórias de prevenção e redução dos impactos, os riscos de remoção de povos indígenas e a violação dos direitos da natureza e das gerações futuras. Desses, apenas a primeira Ação Civil Pública (ACP), sobre a esfera estadual ou federal do licenciamento, foi julgada, sendo a decisão em favor do MPF.

Portanto, uma descrição da UHE Belo Monte como uma obra em curso não contempla a multiplicidade que Belo Monte significa. Efetivamente, do estudo do inventário do potencial energético da bacia hidrográfica do Rio Xingu, iniciado em 1975, até a autorização para a construção da usina hidrelétrica, se passaram 36 anos, muitas pessoas, muitos planos, muitas expectativas, e, essencialmente, muitas controvérsias. Assim, para muitos dos diretamente envolvidos com a sua construção, Belo Monte antes e mais do que uma obra trata-se de um projeto, nos diversos sentidos que essa palavra pode significar.

## 1.2 BELO MONTE, O PROJETO: DO SOCIOAMBIENTALISMO AO CONFLITO AMBIENTAL

Os Estudos de Inventário da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu começaram a ser realizados em 1975, executados pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores (CNEC), contratado pela Eletronorte. À época, em que o país estava sob os governos da ditadura militar, o recente “choque do petróleo”, que em 1973 aumentou em 130% o preço do barril do petróleo, a partir de então controlado pela OPEP – Organização dos

---

<sup>11</sup> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, órgão responsável pelo licenciamento ambiental na esfera federal.

Países Exportadores de Petróleo, colocava em crise o chamado “milagre econômico” da expansão industrial brasileira e impunha a busca por alternativas mais baratas de energia. Neste cenário, a Amazônia, e, mais precisamente, o Pará, despontaram como locais estratégicos para o suprimento da crescente demanda energética mediante o aproveitamento das fontes de energia existentes “na maior bacia hidrográfica do mundo, associada a todo o potencial mineral que vinha sendo descoberto desde meados dos anos 1960” (NASCIMENTO, 2011, p. 89)<sup>12</sup>.

Coube então à recém-instituída Eletronorte realizar os estudos de viabilidade dos rios amazônicos, cujas conclusões foram compiladas na publicação pelo governo brasileiro, em 1986, do Plano 2010 - Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010. Neste plano era proposta a construção de 165 usinas hidrelétricas até o ano de 2010, 40 delas na Amazônia Legal. Ainda, destacava-se que “pela sua dimensão, o aproveitamento do Rio Xingu se constituirá, possivelmente, no maior *projeto nacional* no final deste século e começo do próximo” (ELETROBRÁS, 2002, p. 05, destaque nosso).

Para tanto, foram inventariados na bacia do Xingu seis locais de possíveis barramentos, totalizando uma disponibilidade a ser explorada de 20.375,82 MW de potência instalada, o que representaria quase dobrar a capacidade de geração de energia até então instalada no Brasil, que era de 25.000 MW (NASCIMENTO, 2011). Representaria também uma área alagada total de cerca de 14.500 km<sup>2</sup> (ELETROBRÁS, 2002), a qual abrangeria até 11 Terras Indígenas, que seriam total ou parcialmente submersas.

QUADRO1: Características dos “aproveitamentos hídricos” inventariados

Rio	Aproveitamento	NA (m)	Área (km <sup>2</sup> )	Pot. Inst. (MW)
Xingu	Jarina	281	1.900	558,72
	Kokraimoro	257	1.770	1.940
	Ipixuna	208	3.270	2.312,48
	Babaquara IA	165	6.140	6.273,96
	Kararaô	95	1.225	8.380,80
Iri	Iri	206	4.060	909,86

Fonte: Relatório Final dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do rio Xingu, ELETRONORTE -1980 (ELETROBRÁS, 2002).

<sup>12</sup> Para uma discussão sobre as estreitas relações entre mineração e produção de energia hidrelétrica na Amazônia, desde seus planejamentos concatenados aos seus problemas inerentes, como “a centralização da decisão sobre estes empreendimentos nas mãos do governo federal, o ‘planejamento’ improvisado no que tange aspectos sociais e ambientais e um profundo desrespeito com as populações locais da região” (NASCIMENTO, 2011, p. 70), ver Castro e Hébette (1989), Pinto (2005) e Nascimento (2011).

Dentre essas seis propostas de barramento, o Complexo Hidrelétrico do Xingu, composto pelas hidrelétricas de Babaquara e Kararaô (que mais tarde seriam rebatizadas de UHE Altamira e UHE Belo Monte, respectivamente), foi eleito prioritário para o início da etapa seguinte ao inventário da bacia, correspondente aos estudos de viabilidade, por ser considerado que a Volta Grande do Xingu abrigaria cerca de 70% do potencial para exploração hidroenergética da bacia (ELETROBRÁS, 2002). A potência total instalada seria de cerca 14.600 MW. Tratava-se de um complexo hidrelétrico porque era afirmado naquele momento que o aproveitamento total da potência instalada em Kararaô dependeria da regularização da vazão natural do Rio Xingu dada pela barragem de Babaquara, e, por isso, as duas barragens seriam indissociáveis.

Nessa configuração, o reservatório de Kararaô seria formado por 1.225 km<sup>2</sup> de área alagada e abrangeria áreas na planície do Rio Bacajá e da calha natural do Rio Xingu até a cidade de Altamira. Este arranjo hidroenergético foi encaminhado em 11 de outubro de 1989 pela ELETRONORTE ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) – atualmente extinto e substituído pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) – solicitando sua aprovação e a outorga de concessão para o aproveitamento.

Contudo, da parte dos indígenas e dos movimentos sociais também remonta a meados da década de 1980 a oposição ao projeto. Se por um lado localmente eram evidentes a circulação de técnicos e as distintas etapas de coleta de dados, como se confirma na descrição abaixo:

Os Estudos de Viabilidade do CHE de Altamira-Belo Monte tiveram início em 1980. Os serviços de campo incluíram a abertura de grande quantidade de picadas e clareiras para levantamentos topobatimétricos, hidrométricos e as investigações geológico-geotécnicas, além da construção de uma estrada de acesso ao Sítio Bela Vista, partindo do sítio da usina de Belo Monte, numa extensão de aproximadamente 30 km. Nesta fase, o apoio aéreo foi de fundamental importância para a viabilização dos trabalhos, criando, deste modo, condições mínimas de penetração nos locais de interesse dos estudos (CNEC, 2007),

a elaboração dos estudos pelo CNEC não foi acompanhada por explicações oficiais acerca do projeto, gerando uma grande sensação de incerteza na região da Transamazônica-Xingu.

Assim, apesar de estarem sendo realizados desde 1980, os estudos de viabilidade somente se tornaram conhecidos da opinião pública local e nacional em 1986, quando a imprensa oficial no sudeste do país divulgou a notícia de que o projeto seria, em breve, consolidado pela Eletronorte. Contribuiu para a sensação de insegurança local o fato de, mesmo tendo sido veiculado na mídia, a Eletrobrás naquele momento não confirmou

oficialmente o seu planejamento (NASCIMENTO, 2011). Por isso, os indígenas e os movimentos sociais locais começaram a buscar informações sobre o que estaria sendo elaborado.

Foi em janeiro de 1988 que a oposição ao projeto começou a ganhar maior projeção. Na ocasião, Paulo Paiakan e Kube-I Kayapó participaram, a convite do etnobiólogo Darrel Posey, do Museu Emílio Goeldi do Pará, de um simpósio na Universidade da Flórida, nos Estados Unidos, no qual denunciaram que o Banco Mundial estava envolvido no financiamento de um complexo de hidrelétricas no Rio Xingu sem consultar os índios. Os líderes indígenas foram convidados por ambientalistas norte-americanos a repetir o relato em Washington, e, quando retornaram ao Brasil, foram processados e enquadrados na Lei dos Estrangeiros<sup>13</sup>, sendo ameaçados de expulsão do país. Este fato foi denunciado e divulgado pelo Programa Povos Indígenas no Brasil, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), fomentando uma reunião em meados de 1988 na aldeia Gorotire, na qual lideranças Kayapó decidiram pedir explicações oficiais sobre o projeto hidrelétrico no Xingu. Auxiliadas pelo Cedi e pela Prelazia do Xingu, foram encaminhados convites às autoridades brasileiras e a entidades ambientalistas para participarem de um grande encontro com os indígenas.

Assim, em fevereiro de 1989, em Altamira, Pará, grupos indígenas Kayapó, apoiados por lideranças indígenas de diversos povos e entidades da sociedade civil, organizaram o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, com o objetivo de, segundo o cacique Paulo Paiakan, protestar contra as decisões tomadas na Amazônia sem a participação dos índios e contra a construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu. O encontro adquiriu imprevista notoriedade, contando com a maciça presença da mídia nacional e estrangeira, de movimentos ambientalistas e sociais. De acordo com os dados do Instituto Socioambiental (ISA, 2010), reuniu ao todo cerca de 3.000 pessoas, entre elas 650 índios de diversas partes do país e do exterior, lideranças como o cacique Raoni, Paulo Paiakan, Marcos Terena e Ailton Krenak; autoridades como o então diretor e posterior presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, o então presidente do Ibama, Fernando César Mesquita, o então prefeito de Altamira, Armindo Denadin,

---

<sup>13</sup> Lei Nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, e cria o Conselho Nacional de Imigração. Em seu Art. 65, essa Lei afirma que “É passível de expulsão o estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais.” (BRASIL, 1980).

deputados federais; 300 ambientalistas; em torno de 150 jornalistas e celebridades da cultura pop, como o cantor inglês Sting.

Durante a exposição de Muniz Lopes sobre a construção da usina Kararaô, a índia Kayapó Tuíra levantou-se da plateia e encostou a lâmina de seu facão no rosto do diretor da estatal em um gesto de advertência, expressando sua indignação. A cena foi reproduzida em jornais de diversos países e tornou-se emblemática da luta dos povos indígenas contra apropriações de suas terras. Na ocasião, Muniz Lopes anunciou que, por implicar em uma agressão cultural aos índios, a usina Kararaô - nome que é um grito de guerra em Kayapó - receberia outro nome e não seriam mais adotados nomes indígenas em usinas hidrelétricas. A usina foi posteriormente rebatizada de Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O evento foi encerrado com o lançamento da Campanha Nacional em Defesa dos Povos e da Floresta Amazônica, exigindo a revisão dos projetos de desenvolvimento da região, a Declaração Indígena de Altamira e uma mensagem de saudação do cantor Milton Nascimento. O encontro de Altamira é considerado um marco do socioambientalismo no Brasil (ISA, 2010).



**Figura 5:** Tuíra, índia Kayapó, protestando contra a construção de barragens no rio Xingu, em 1989.

Fonte: ISA (2010).

Após a surpreendente repercussão do evento, o governo brasileiro, que à época efetivamente dependia do financiamento do Banco Mundial para a construção do complexo planejado, suspendeu naquele momento o projeto. Para os movimentos sociais e os povos indígenas, esta foi considerada uma das mais importantes vitórias do



socioambientalismo (SEVÁ, 2005). Contudo, para o governo, o fato foi interpretado como uma sinalização de que o projeto deveria ser alterado, em função da conjuntura social e econômica, mas não abortado.

Cerca de três anos após a conclusão dos estudos de viabilidade, em junho de 1993, técnicos do DNAEE e da Eletrobrás, reunidos para analisar a continuidade do projeto que a partir de então seria denominado Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Belo Monte, afirmaram “ser necessária uma revisão dos estudos até então procedidos com vistas à sua *viabilização sociopolítica*” (CNEC, 2007, p. 04, destaque nosso). As atividades recomendadas tinham como objetivo, além de “viabilizar sociopoliticamente” o empreendimento, subsidiar as decisões relativas à retomada do projeto do AHE Belo Monte no horizonte do Plano 2015 da Eletrobrás. Para tanto, foi elaborada a proposta de alteração do sítio de barramento, trazendo-o para montante e abrindo-se canais de derivação na margem esquerda do Xingu. Segundo o CNEC, a Eletrobrás e a Eletronorte (CNEC, 2007), essa proposta traria como principais vantagens para a viabilização sociopolítica do empreendimento:

[...] minimizar os impactos ambientais de qualidade da água no rio Bacajá; eliminar a interferência do reservatório com a Terra Indígena Paquiçamba; diminuir a área de inundação do reservatório do AHE Belo Monte, minimizando os custos com relocações.

Assim, a proposta do novo sítio de barramento foi encaminhada à Eletrobrás, que, em outubro de 1999, solicitou ao Ministério de Minas e Energia autorização para dar prosseguimento aos estudos que validariam a alternativa proposta, incluindo os estudos de mercado e do sistema de transmissão associado. No mesmo mês, a autorização foi concedida. Em junho de 2000, um estudo elaborado por técnicos da Eletronorte, da Eletrobrás e do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL) foi consolidado no relatório “Avaliação da UHE Belo Monte – junho/2000”, concluindo pela “alta atratividade econômica do empreendimento”. A expectativa apontava o cronograma de entrada em operação da primeira unidade em 31 de março de 2008.

Contudo, em setembro de 2001 os Estudos de Impacto Ambiental de Belo Monte foram paralisados por embargo judicial decorrente de ação civil pública impetrada pelo Ministério Público Federal do Estado do Pará. A ação considerava dois aspectos: a esfera na qual o licenciamento ambiental deveria ser realizado – estadual, a cargo da secretaria de meio ambiente do Pará, ou federal, a cargo do Ibama –, e a necessidade de autorização do Congresso Nacional para o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas, incluídos os potenciais energéticos, tal qual definido pelo artigo 231, §3º, da Constituição

da República, que menciona ainda que essa autorização do Congresso deve ser feita “ouvidas as comunidades afetadas”. A esfera do licenciamento foi julgada e decidiu-se que deveria ficar a cargo do Ibama, mantendo-se a necessidade de autorização do Congresso para o prosseguimento dos estudos.

Ainda assim, em março de 2002, sob o governo Fernando Henrique Cardoso, que tinha vivenciado uma forte crise energética, foi publicada uma Resolução do Conselho Nacional de Política Energética, criando um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de viabilizar a implantação do AHE Belo Monte. Formado por representantes da Casa Civil da Presidência da República, dos ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Eletrobrás, da Eletronorte, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), de Furnas Centrais Elétricas S.A; do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Governo do Estado do Pará, o GT manifestava o declarado interesse do governo federal em Belo Monte, considerando-a uma obra estratégica para elevar a oferta de energia do país e um projeto estruturante do Eixo de Desenvolvimento Madeira/Amazonas. Este novo projeto foi incorporado ao Avança Brasil, plano plurianual do governo FHC para 2000-2003 e, posteriormente, durante o governo Lula, ao PAC, o Programa de Aceleração de Crescimento, em suas duas versões (o PAC 1 e o PAC 2), sempre como obra prioritária. No entanto, para que pudesse ser operacionalizado, ainda era necessária autorização do Congresso Nacional. Esta foi obtida em 2005, após tramitar no Congresso pelo tempo recorde de apenas quatro dias, mediante o Decreto Legislativo 788/2005. O decreto dizia em seu artigo 1º:

Art. 1º - É autorizado o Poder Executivo a implantar o Aproveitamento Hidroelétrico Belo Monte no trecho do Rio Xingu, denominado “Volta Grande do Xingu”, localizado no Estado do Pará, a ser desenvolvido após estudos de viabilidade técnica, econômica, ambiental e outros que julgar necessários. (Trecho do Decreto Legislativo 788/2005, emitido pelo Congresso Nacional. ADI, 2005).

Por ter sido emitido sem a consulta prévia aos indígenas, esse decreto foi alvo de Ação Direta de Inconstitucionalidade, derrotada no Supremo Tribunal Federal em agosto de 2005.

Localmente, as suspeitas de que o projeto não tinha sido completamente abortado pairavam no ar, ora como um perigo iminente, ora como uma promessa de políticos locais em vésperas de eleições, visto que para muitos a obra traria consigo o desenvolvimento local e, sobretudo, o asfaltamento da rodovia Transamazônica,

aguardado desde meados da década de 1970. Portanto, de 2002 a 2010, uma série de encontros entre movimentos sociais, lideranças indígenas, entidades socioambientalistas e associações de comunidades locais foram realizados, expressando rejeição ao projeto de construção da usina mediante protestos, seminários e cartas abertas às autoridades responsáveis. Em um desses documentos, intitulado “SOS Xingu: um chamamento ao bom senso sobre o represamento de rios da Amazônia”, 113 organizações sociais reunidas no Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX) questionaram os motivos de o governo considerar a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte uma prioridade, convocaram “todas as entidades ambientais no Brasil e os parceiros no mundo para nos dedicarmos ao debate do uso sustentável do Rio Xingu junto com sua população, famílias de agricultores, ribeirinhos, comunidades tradicionais e povos indígenas”, e pediram tempo: “precisamos *desacelerar* a agenda de construção de barragens [...]. Precisamos de *tempo* para assimilar o que está acontecendo, informar a sociedade local, nacional e ONGs internacionais sobre o que representam os impactos e a relação custos-benefícios da obra” (MDTX, 2010, destaques nossos).

Além desses mecanismos, começou a ser travada uma intrincada batalha judicial, opondo decretos legislativos, ações diretas e liminares, envolvendo o Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público, Tribunais Regionais Federais e organizações da sociedade civil, como Instituto Socioambiental, Greenpeace, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e Conselho Indigenista Missionário (Cimi), sendo chave nessa controvérsia o licenciamento ambiental da usina. Apenas da parte do MPF/PA, dentre as 15 ações movidas até o momento, são dez os processos cujo objeto é o licenciamento ambiental.

A despeito das controvérsias, a emissão do Termo de Referência para a elaboração do EIA-RIMA pelo Ibama ocorreu em 05 de dezembro de 2007, e em 25 de agosto de 2009 foi publicado edital de audiências públicas sobre a UHE Belo Monte. Para gerar subsídios para o questionamento da viabilidade do projeto nas audiências públicas e contestar o processo de licenciamento ambiental, foi publicado por um grupo de 38 especialistas em diferentes disciplinas uma compilação de artigos denominada: “Painel de Especialistas – Análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte” (MAGALHÃES; HERNANDEZ, 2009). Na publicação, os especialistas colocam em questão a qualidade e a confiabilidade dos dados apresentados no EIA-RIMA, e, portanto, questionam a dimensão dos impactos e seus potenciais programas de mitigação. Afirmam que:

O Painel de Especialistas, sobretudo, chama atenção para a retórica sobre os impactos na Volta Grande, chamado —Trecho de Vazão Reduzida, que oculta, dentre outros, o fato de que Terras Indígenas – Juruna do Paquiçamba e Arara da Volta Grande – são “diretamente afetadas” pela obra. E, ademais, grupos Juruna, Arara, Xipaya, Kuruaya e Kayapó, que, imemorial e/ou tradicionalmente, habitam as margens deste trecho do Rio. (MAGALHÃES; HERNANDEZ, 2009, p. 11).

Importante considerar que a publicação do “Painel de Especialistas” foi precedida por outras duas coletâneas de artigos assinados por pesquisadores vinculados a universidades e centros de pesquisa sobre as consequências do barramento do Xingu para a diversidade sociocultural e biológica da região: em 1989, foi publicado o livro “As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas”, organizado por Leinad Ayer Santos e Lucia Andrade (SANTOS; ANDRADE, 1988); e, em 2005, o livro “Tenotã-mô: Alerta sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no Rio Xingu”, organizado por Oswaldo Sevá e editado por Glenn Switkes (SEVÁ, 2005).

No segundo semestre de 2009 os conflitos se mantiveram aquecidos: foram realizadas quatro audiências públicas em municípios afetados; o Ministério Público Federal apresentou recomendação ao Ibama para realização de pelo menos mais 13 audiências, de forma a incluir mais regiões atingidas; a Funai emitiu documento oficial atestando a viabilidade da construção da hidrelétrica, contrariando um parecer técnico da própria instituição que foi veiculado na internet; o caso de Belo Monte foi apresentado em audiência pública da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington, Estados Unidos; indígenas em reunião na aldeia Piaracu, na Terra Indígena Capoto-Jarina (MT), com 284 representantes de 15 diferentes etnias, ameaçaram ir à guerra caso as obras se iniciassem; no dia 10 de novembro, a Justiça Federal suspendeu o licenciamento ambiental e determinou novas audiências para Belo Monte, acatando pedido do Ministério Público para que as comunidades atingidas fossem ouvidas; no dia 11, caiu a liminar que suspendeu o licenciamento de Belo Monte e o Ibama voltou a analisar o projeto; depois de 20 anos, o cantor britânico Sting e o cacique Raoni reuniram-se em São Paulo para conversar sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte, motivo que os uniu pela primeira vez, em fevereiro de 1989, em Altamira; diversos representantes de povos indígenas (Arara, Guarani, Juruna, Kayapó, Xavante, Xipaya, Xikrin e Yanomami) lançaram um manifesto, denunciando o descaso do governo federal – o texto falava de 20 anos de luta dos povos indígenas contra o projeto de Belo Monte e concluiu com a mensagem de que o Rio Xingu pode virar um “rio de sangue”; no dia 2 de dezembro, indígenas e ribeirinhos fizeram ato na rampa do Senado contra hidrelétrica de Belo

Monte, após audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal; os indígenas participaram, ainda, de reuniões no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e no Ibama; na mesma semana, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) enviou ao relator da Organização das Nações Unidas (ONU), James Anaya, uma carta denunciando a violação do direito de consulta livre, prévia e informada, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Em 2010, as controvérsias continuaram intensas, e, malgrado todos os apelos e ações judiciais, em 1º de fevereiro o Ibama publicou licença prévia ambiental aprovando a viabilidade ambiental da usina, mas estabelecendo, contudo, 40 condições para o desenvolvimento do projeto, às quais estariam vinculadas à autorização de sua instalação. Na ocasião, o então ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, declarou:

Este licenciamento tem um simbolismo muito forte. A maior obra do PAC, a mais polêmica, a terceira hidrelétrica do mundo. Uma obra que gera polêmica há mais de 20 anos e, por outro lado, é um desafio e está no plano de mudanças climáticas a necessidade de ampliar fontes renováveis de energia para impedir aumento de CO2 na atmosfera<sup>14</sup>.

No dia 20 de abril foi realizado o leilão de concessão da hidrelétrica, concluído em dez minutos, entre liminares que suspendiam sua validade e a cassação dessas liminares, sob protestos de manifestantes, ativistas do Greenpeace e cerca de três toneladas de estrume despejadas na entrada da ANEEL, onde foi realizado. Pouco mais de uma semana antes, estiveram presentes em passeata em Brasília contra Belo Monte o diretor e a atriz hollywoodianos James Cameron e Sigourney Weaver, associando a construção da hidrelétrica ao roteiro do filme de maior bilheteria da história do cinema, “Avatar”. No dia 22 de abril, os caciques Bet Kamati Kayapó, Raoni Kayapó e Yakareti Juruna publicaram carta aberta, denominada “Nós, indígenas do Xingu, não queremos Belo Monte”, na qual argumentavam:

O presidente Lula disse na semana passada que ele se preocupa com os índios e com a Amazônia, e que não quer ONGs internacionais falando contra Belo Monte. Nós não somos ONGs internacionais. Nós, 62 lideranças indígenas das aldeias Bacajá, Mrotidjam, Kararaô, Terra-Wanga, Boa Vista Km 17, Tukamã, Kapoto, Moikarako, Aykre, Kiketrum, Potikro, Tukaia, Mentutire, Omekrankum, Cakamkubem e Pokaimone, já sofremos muitas invasões e ameaças. [...]. Já perdemos muitos dos direitos que tínhamos, muitos perderam parte de suas culturas e outros povos sumiram completamente. *Nosso açougue é o mato, nosso mercado é o rio*. Não queremos mais que mexam nos rios

<sup>14</sup> Declaração veiculada pelo portal de notícias G1, em 01 fevereiro de 2010. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1472165-5598,00.html>. Acesso em março de 2013.

do Xingu e nem ameacem mais nossas aldeias e nossas crianças, que vão crescer com nossa cultura. Não aceitamos a hidrelétrica de Belo Monte porque entendemos que a usina só vai trazer mais destruição para nossa região. Já fizemos muitas reuniões e grandes encontros contra Belo Monte, como em 1989 e 2008 em Altamira-PA, e em 2009 na Aldeia Piaracu, nas quais muitas das lideranças daqui estiveram presentes. Já falamos pessoalmente para o presidente Lula que não queremos essa barragem [...]. Já falamos também com a Eletronorte e Eletrobrás, com a Funai e com o Ibama. Já alertamos o governo que se essa barragem acontecer, vai ter guerra. *O Governo não entendeu nosso recado* e desafiou os povos indígenas de novo, falando que vai construir a barragem de qualquer jeito. Quando o presidente Lula fala isso, mostra que *pouco está se importando com o que os povos indígenas falam* [...]. Um exemplo dessa falta de respeito é marcar o leilão de Belo Monte na semana dos povos indígenas. Por isso nós, povos indígenas da região do Xingu, convidamos o James Cameron e sua equipe, representantes do Movimento Xingu Vivo para Sempre (como o movimento de mulheres, ISA e CIMI, Amazon Watch e outras organizações). Queremos que *nos ajudem a falar o nosso recado* para o mundo inteiro e para os brasileiros, que ainda não conhecem e não sabem o que está acontecendo no Xingu. (NÓS, INDÍGENAS, 2010, destaques nossos).

No dia 1º de junho de 2011 foi emitida pelo Ibama a Licença de Instalação, autorizando o início das obras.

A partir da recapitulação desses quase 40 anos de conflito em torno da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, parece estar claro que, constituindo a formulação e a execução deste projeto, há uma intensa trama composta por interesses que vêm desde estratégias de governo a membros do “setor elétrico”, que articula do capital internacional a empreiteiras. Dessa forma, o projeto atravessou distintas fases da política nacional sempre se mantendo como prioritário: a construção de Belo Monte encabeçou a lista de obras estratégicas dos governos Sarney, Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff, sempre sendo mantido por uma profunda e duradoura vontade política e institucional de realizá-lo.

De outra parte, percebe-se uma não menos intensa e persistente rejeição ao projeto. Essa rejeição traz em seu bojo um dos principais marcos do surgimento do socioambientalismo, o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, em 1989. Este fato é especialmente importante porque, de acordo com Cunha e Almeida (2009, p. 277), a partir de então ocorreu uma “surpreendente mudança de rumo ideológico”, na qual “as populações tradicionais da Amazônia, que até recentemente eram consideradas como entraves ao ‘desenvolvimento’, ou na melhor das hipóteses candidatas a ele, foram promovidas à linha de frente de modernidade”, basicamente pela sua associação à conservação ambiental. A própria noção de “populações tradicionais”, entendida como

sujeitos políticos capazes de estabelecer uma articulação entre práticas conservacionistas e direitos territoriais, emergiu a partir desse contexto. Contudo, como a tensão do encontro de Altamira já pode indicar, não sem conflitos se dão os questionamentos dos rumos ideológicos do desenvolvimento.

Pelo contrário, este encontro foi realizado na esteira de um processo iniciado em meados de 1980, na mobilização de seringueiros que assumiram a dianteira ao instaurar a ligação entre sua luta política e preocupações ambientais na criação da Aliança dos Povos da Floresta. Essa luta custou o assassinato de uma de suas principais lideranças, Chico Mendes, em 1988, pouco mais de dois meses antes do Encontro de Altamira. Zhouri e Laschefski (2010, p. 12) consideram que o assassinato de Chico Mendes representa um marco simbólico em um duplo sentido: “de um lado, marcou o auge dos conflitos entre visões ambientalistas e desenvolvimentistas; por outro, Chico Mendes e seus companheiros se tornaram emblemáticos no sentido de uma nova concepção de atuação socioambientalista”.

Assim, o adjetivo *socioambiental* estava então sendo criado, a partir dos conflitos e mobilizações na Amazônia brasileira, em franco contraste ao modelo Yellowstone de preservação da natureza, iniciado nos Estados Unidos, que valorizava a natureza porque presumivelmente “intocada”, sem população humana. Associado a esse adjetivo, emergiam processos que não se adequavam às formulações clássicas dos embates sociais. Ao congregarem e opor grupos sociais diversos em torno de disputas nas quais a “natureza” adquiria papel central, estes conflitos, no âmbito da sociedade civil, passaram a impulsionar o emergente *movimento socioambientalista*, o “ambientalismo à brasileira”, que pouco mantém em comum com o ambientalismo “clássico” que se concentra nas questões técnicas ou administrativas para solucionar os impactos ambientais ou preservar a natureza (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 22). Academicamente, resultaram em uma demanda por reformulações das interpretações sociológicas, transformando tais conflitos em objeto de análise, nas palavras de Boudes (2008, p. 15), “independentemente do interesse que os sociólogos até então manifestavam pelo ambiente”.

É justamente, portanto, para compreender esses conflitos que se dão na fronteira entre grupos sociais heterogêneos e apropriações materiais e simbólicas daquilo que convencionamos chamar natureza que emergem os estudos de conflitos ambientais como campo teórico de investigação. Precisamente, na formulação elaborada por um dos mais influentes pesquisadores deste campo de estudos no Brasil, Henri Acselrad:

Os conflitos ambientais são aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das *formas sociais de apropriação do meio* que desenvolvem ameaçada por *impactos indesejáveis* – transmitidos pelo solo, ar, água, ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas dos outros grupos. O conflito pode derivar da disputa pela apropriação de uma mesma *base de recursos* ou de bases distintas mas interconectadas por *interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas, etc.* Este conflito tem por arena *unidades territoriais compartilhadas* por um conjunto de atividades cujo “acordo simbiótico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as *condições materiais* do exercício das práticas de outros agentes (ACSELRAD, 2004, p. 26, destaques nossos).

Efetivamente, ao se retomar o histórico do conflito em torno de Belo Monte, o que se pode observar é que, ao longo dessas décadas de disputas, uma ampla rede, articulando grupos sociais diversos – indígenas, ribeirinhos, autoridades políticas, ambientalistas, socioambientalistas, celebridades –, relatórios e pareceres técnicos, instituições governamentais, organizações da sociedade civil, a floresta amazônica e a bacia do Rio Xingu, é associada, de forma controversa, disputando-se a definição sobre quais são os usos e apropriações desejáveis para o território. Nesse sentido, configura-se um conflito ambiental tal qual definido por Acselrad (2004), no qual há a disputa por “unidades territoriais compartilhadas”.

Contudo, o que também parece se desprender da análise desses eventos é que, ainda que se esteja disputando os usos e apropriações do Xingu e de sua Volta Grande, *há também mais do que isso*. Na definição de qual será a forma de se relacionar com o rio há “um simbolismo muito forte”, tal qual expressado pelo ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, porque nas águas caudalosas do Xingu corre uma série de oposições que, junto com o rio, vêm também à cena central do conflito. Assim, a oposição rio correndo livre, “Xingu Vivo” x rio barrado, “Aproveitamento Energético”, traz em si oposições de diferentes ordens, como qualidade de vida x desenvolvimento; uso local x projeto nacional; relações de afeto x atratividade econômica do “recurso natural”.

Na carta aberta ao presidente Lula “Nós, indígenas do Xingu, não queremos Belo Monte”, os caciques reclamam sua possibilidade de falar e serem escutados – no sentido de sua fala interferir nas decisões, isto é, de se exercer *agência*. Mas, ainda mais do que isso, eles afirmam uma impossibilidade de comunicação: após apresentarem um esforço de tradução do significado que dão à floresta e ao Xingu (“Nosso açougue é o mato, nosso mercado é o rio”), os caciques afirmam: “O Governo não entendeu nosso recado”, manifestando um *equivoco*. Para ajudar a solucioná-lo, convidaram sujeitos a princípio



distantes, como um diretor de Hollywood, movimentos sociais, organizações ambientalistas internacionais e o órgão indigenista, na expectativa de, ao ajudá-los a falarem o seu recado, propiciarem uma experiência de conhecimento “para o mundo inteiro e para os brasileiros, que ainda não conhecem e não sabem o que está acontecendo no Xingu” (NÓS, INDÍGENAS, 2010).

Este ponto parece se aproximar da discussão que Viveiros de Castro (2009) faz da noção de equívoco. Baseando-se nos relatos etnográficos sobre mitos na cosmologia ameríndia e na anedota contada por Lévi-Strauss sobre as experiências mútuas de verificação da humanidade entre espanhóis e indígenas a partir de critérios opostos (a existência de corpo ou a existência de alma), Viveiros de Castro afirma que o equívoco é uma dimensão constitutiva do projeto de tradução cultural, ou, propriamente, é uma diferença de perspectiva (VIVEIROS DE CASTRO, 2009, p. 57). Nesse sentido, o equívoco que perpassa a impossibilidade de comunicação manifestada claramente na carta dos caciques, mas presente ao longo de todo o conflito, sugere que, para além de divergências quanto à apropriação material e simbólica do rio, no conflito em Belo Monte poderíamos estar diante de um conflito entre perspectivas concorrentes.

Por sua vez, os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil que não aceitam os pressupostos do desenvolvimento como justificativa suficiente para a construção da hidrelétrica interpelam o discurso moderno e pedem tempo, para se desacelerar e se repensar as prioridades – “precisamos *desacelerar* a agenda de construção de barragens [...]. Precisamos de *tempo* para assimilar o que está acontecendo” (MDTX, 2010) – de forma semelhante ao que Stengers (2007) denomina de atitude cosmopolítica, isto é, a possibilidade de se criar um espaço de hesitação, de se desacelerar a expectativa pela construção de um mundo comum, ao se sugerir que “talvez possa existir algo de mais importante” (STENGERS, 2007, p. 49). Assim, concorre-se inclusive pela definição *do que* está em disputa neste conflito.

Portanto, ainda assim poderíamos afirmar que o conflito em torno da construção de Belo Monte se trata de um conflito ambiental? Se sim, quais os limites do significado deste conceito, isto é, a que se refere o “ambiente” expresso no conflito: a um recurso natural, a uma unidade ecológica ou a uma entidade a ser considerada no embate político? Para que se possa situar o debate acadêmico no qual a noção de conflitos ambientais se torna operativa e se definir com precisão sob quais aspectos e condições ela pode ser utilizada, uma revisão sobre a incorporação do “ambiente” pela sociologia será apresentada no próximo capítulo.



**Figura 6:** Rio Xingu, Volta Grande do Xingu, maio/2011.  
Fonte: Fotografia da autora.



**Figura 7:** Crianças ribeirinhas, comunidade Santo Antônio, Volta Grande do Xingu, maio/2011.  
Fonte: Fotografia da autora.

## 2 O AMBIENTE COMO QUESTÃO SOCIOLÓGICA

É de apenas algumas poucas décadas para o presente que o ambiente tem sido construído enquanto objeto epistêmico, e identificado como tema concernente às pesquisas em sociologia. Entende-se que seu surgimento como campo de estudos desta disciplina está vinculado a um processo de demanda por análises teóricas capazes de articular o social e o natural, podendo-se traçar na constituição daquela que se convencionou chamar *sociologia ambiental* um de seus primeiros acolhimentos. Contudo, pouco a pouco distintos campos da sociologia começaram a incorporar temáticas ambientais em suas problematizações, compondo um amplo leque de interpretações sobre as interfaces entre sociologia e ambiente.

Para se contextualizar essa concepção do ambiente como domínio de análise sociológica, com vistas a se situar os conflitos ambientais como um de seus desdobramentos, neste capítulo será apresentada inicialmente uma revisão de autores e pesquisas em sociologia ambiental com seus distintos enfoques, seguida da consideração de outras áreas da sociologia que se debruçaram sobre a relação sociedade-natureza no cenário internacional. Em seguida, será discutido como no Brasil esta discussão vem sendo realizada e com quais particularidades, o que direcionará a centralidade do enfoque para o debate acadêmico em torno do conceito de conflitos ambientais. Finalmente, essa discussão será aproximada das questões trazidas a partir da problematização do conflito em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte, de maneira a orientar as questões centrais que motivaram essa pesquisa da tese, que serão apresentadas ao final do capítulo.

### 2.1 AS RELAÇÕES SOCIEDADE-NATUREZA EM PAUTA: A EMERGÊNCIA DA SOCIOLOGIA AMBIENTAL

Intimamente relacionada com a proeminência da questão ambiental<sup>15</sup> no debate público, a sociologia ambiental começa a delinear seus contornos no início da década de 1970. Hannigan (1997) considera como marco o movimento *Earth Day* 1970, que reuniu milhões de participantes e, à época, foi interpretado como o “dia primeiro” do

---

<sup>15</sup> A configuração do ambiente como uma verdadeira “questão” já subentende a consideração não apenas dos problemas ambientais decorrentes da intensificação do modelo urbano-industrial de desenvolvimento, mas também o debate político e institucionalizado acerca desses problemas (GERHARDT e ALMEIDA, 2005).

ambientalismo. De acordo com este autor, esse evento seria o ponto de partida para a “inauguração do decênio ambiental”, a partir do qual os sociólogos se depararam com a circunstância de “não ter nenhum corpo teórico ou investigação para os guiar no sentido de uma interpretação particularizada da relação entre a sociedade e a natureza” (HANNIGAN, 1997, p.15). Isso se deveria ao fato de os pioneiros sociológicos clássicos, Karl Marx, Max Weber e Émilie Durkheim terem deixado um legado fortemente antropocêntrico, incorporado constitutivamente à sociologia moderna.

Nessa mesma linha de interpretação, Mattedi (2003), ao analisar as contribuições dos três autores clássicos, considera que a preocupação dos sociólogos com a relação sociedade-natureza limitava-se ao modo como as sociedades tradicionais haviam sido controladas pelo ambiente, em contraposição às sociedades modernas, que, nestas interpretações, teriam conseguido superar as barreiras desse controle. Nesse sentido, a sociologia ambiental poderia ser considerada uma crítica aos fundadores da sociologia pela falta de atenção às bases materiais biofísicas da existência humana (BUTTEL; HUMPHREY, 1982).

Constituída, portanto, a partir do objetivo de resgatar a materialidade às análises sociológicas, está na raiz da sociologia ambiental a constatação de que sociedade e natureza devem ser analisadas de forma interligada. No entanto, um de seus principais expoentes, Frederick Buttel, define como objeto de estudo da sociologia ambiental “os valores culturais e crenças que motivam as pessoas a *usarem o meio ambiente* num *sentido particular*, e suas eventuais implicações para o consenso e o conflito social” (BUTTEL; HUMPHREY, 1982, p. 4, destaques nossos). Percebe-se, então, que há um realismo premente nesta concepção da relação sociedade-natureza, em que o ambiente é uno e está lá fora para ser *usado*, de forma particular, pelas sociedades em diferentes contextos históricos e/ou culturais. Buttel destaca ainda uma condição ambivalente do ser humano, como ser biológico e social, o que causaria uma também ambivalência entre a biologia e a sociologia como disciplinas para se estudar o humano em sua ecologia e em sua sociabilidade (BUTTEL, 1992, p. 70).

A forte influência do movimento ambientalista para a emergência da sociologia ambiental – seja tendo-o como objeto de estudo, seja como fonte de motivação para a temática ambiental a partir do engajamento pessoal de alguns sociólogos (FERT, 2001) – legou para este campo a assertiva de que a relação sociedade-natureza tende ao desequilíbrio e a uma ruptura ecológica resultante da expansão econômica, além da ênfase no papel da percepção humana sobre o ambiente em decorrência dos dilemas

ecológicos das nações industriais avançadas (BUTTEL, 1992). Dessas premissas comuns, desdobram-se diferentes abordagens no interior da sociologia ambiental (CATTON; DUNLAP, 1980; SCHNAIBERG, 1980; BUTTEL, 1992), as quais Mattedi (2003) interpreta como diferentes estratégias de recepção epistemológica que variam, segundo o autor, entre o movimento de redefinição do estatuto disciplinar e o movimento de acomodação à tradição disciplinar. Como representantes do primeiro, estão os trabalhos dos sociólogos rurais norte-americanos Catton e Dunlap (1980), que ao final dos anos de 1970 defenderam a adoção do Novo Paradigma Ecológico (NPE).

Catton e Dunlap (1980) propunham uma separação da sociologia entre dois grandes paradigmas, cujo ponto de corte seria a centralidade do ambiente na análise. Esse modelo ficou conhecido como HEP/NEP, a partir das siglas em inglês de Paradigma da Excepcionalidade Humana (*Human Exemptionality Paradigm*) e Novo Paradigma Ecológico (*New Ecological Paradigm*). O primeiro paradigma se caracterizaria pelas premissas de que: a) o ser humano é uma criatura singular, pois tem uma cultura; b) a cultura pode variar quase que infinitamente e pode mudar muito mais rápido que as características biológicas; e c) a acumulação cultural significa que o progresso pode continuar sem limites, possibilitando a solução de todos os problemas sociais. Já o segundo paradigma, defendido pelos autores, sustentava que: a) os seres humanos são apenas uma das muitas espécies que de maneira interdependente estão envolvidas nas comunidades bióticas que moldam nossa vida social; b) as complexas ligações entre causa e efeito e c) o *feedback* na trama da natureza produzem muitas consequências não voluntárias a partir da ação social intencional; e o mundo é finito, existindo assim limites potenciais físicos e biológicos que reprimem o crescimento econômico, o progresso social e outros fenômenos da sociedade (CATTON; DUNLAP, 1980).

Para comprovar a influência objetiva das mudanças ambientais sobre os valores e atitudes dos indivíduos, os proponentes do NEP aplicaram *surveys* de opinião pública nos Estados Unidos entre as décadas de 1970 e 1980. No entanto, os autores não deixaram claro como tratar analiticamente essas diferenças de posicionamento. Assim, considerou-se que as premissas do NEP se encontravam “num nível de abstração muito elevado para permitir uma pesquisa significativa”, e que alguns dos seus trabalhos se constituem como um “conjunto de crenças cognitivas expressas por ativistas ambientalistas e por segmentos do público em geral” (BUTTEL, 1992, p. 81). E, dessa forma, a difusão de um paradigma ecológico na sociologia não se concretizou (BUTTEL, 1996; DUNLAP, 1997; ALONSO; COSTA, 2002).

Em reação às implicações epistemológicas suscitadas pela tentativa de redefinição do campo disciplinar proposta por Catton e Dunlap, foi formulada uma segunda estratégia de recepção epistemológica, que se caracteriza pela revisão das teorias sociológicas visando extrair subsídios para a interpretação da problemática ambiental. A revisão seguiu em duas direções: o primeiro eixo compreende a retomada das compreensões de Marx, Weber e Durkheim para a análise dos diversos aspectos da questão ambiental. Entre os principais defensores dessa perspectiva estão Alan Schnaiberg e James O'Connor, mediante o programa empreendido pelo que se convencionou chamar de “marxismo ambiental”. Schnaiberg (1980) defendeu a tese da contradição entre expansão econômica e equilíbrio ecológico, sintetizada no conceito de rotina da produção (*treadmill of production*). Já O'Connor (1994) acrescentou ao esquema marxista a natureza como uma terceira categoria, tão importante quanto as de capital e trabalho. No entanto, as críticas a esse programa consideram insuficiente atribuir os problemas ambientais à lógica do capitalismo, o que ignoraria que o socialismo também os gerou, e chamam a atenção para o caráter mais normativo que analítico do marxismo ecológico (ALONSO; COSTA, 2002).

O segundo eixo de interpretação caracteriza-se pela tentativa de subordinar a análise dos problemas ambientais às estratégias convencionais de abordagem empregadas para o entendimento de outros problemas sociológicos. Este eixo de interpretação agrupa muitos matizes, como por exemplo os conceitos de “sociedade de risco” (BECK, 1992) e de “modernização ecológica” (MOL; SPAARGAREN, 1993), e orientou, a partir dos anos 1990, o que Mattedi (2003, p. 03) analisa como uma renovação no debate sociológico, conformando “uma guinada ambiental na sociologia”. Nessa “guinada”, alguns teóricos não identificados com a sociologia ambiental, como Giddens (1995) e Beck (1992), passaram a dar importância a questões ecológicas e relações socioambientais (BUTTEL *et al.*, 1995).

Beck (1992; 1995) substituiu a ideia de ordem social pela de risco sistêmico. Afirma que no novo padrão “reflexivo” de modernização o “paradigma da escassez” (lógica de produção de riquezas da sociedade industrial) estaria sendo substituído pelo “paradigma do risco”. Os resíduos do processo produtivo estariam crescendo numa “expropriação ecológica” do estoque planetário de alimento, ar e água, gerando e difundindo novos riscos objetivos (químicos, nucleares, biogenéticos). Nesta “sociedade (industrial) de risco”, os problemas ambientais teriam escala global e consequências irreversíveis, atingindo os próprios produtores de risco. Para Beck, a ciência é a

responsável pela definição de riscos ambientais “potenciais”. Este processo estaria dividindo a sociedade em experts (identificadores de riscos) e não experts (perceptores de risco), produzindo uma politização da natureza (ALONSO; COSTA, 2002). Essa abordagem foi amplamente difundida, gerando programas de pesquisa em vários países, de forma que, segundo Giddens (1995), o conceito de risco ambiental teria sido exitoso por adentrar a própria teoria sociológica.

Paralelamente, no interior do campo da sociologia ambiental, o aspecto realista-materialista das abordagens começou a perder força, ganhando espaço abordagens afinadas com o construtivismo social. Assim, a sociologia ambiental passou a ter como seu principal objeto de estudo o aspecto eminentemente social dos problemas e questões ambientais, isto é, como o ambiente é percebido e construído socialmente como um problema ou questão pública. Dentre as formulações dessa corrente, uma das mais influentes é a síntese construcionista elaborada pelo canadense John A. Hannigan.

Hannigan (1997) considera que o principal caráter de uma análise construcionista é a preocupação com a forma pela qual as pessoas determinam o significado do seu mundo, e, portanto, no que diz respeito à questão ambiental, sua análise consiste em demonstrar que os problemas ambientais não existem por si mesmos, mas constituem o resultado de um processo de construção social multifacetado. Assim, esse autor afirma que,

contrariamente à grande parte da literatura sociológica existente, a formulação social não aceita sem críticas a existência de uma crise ambiental trazida de cima pelo crescimento desenfreado da população, sobreprodução, novas tecnologias perigosas, etc. Em vez disso, centra-se nos processos sociais, políticos e culturais através dos quais as condições ambientais são definidas como inaceitavelmente arriscadas e, portanto, litigáveis. [...] Os debates ambientais refletem a existência não só de uma ausência de certezas [...], mas antes a existência de *certezas contraditórias*: diversos conjuntos divergentes e mutuamente irreconciliáveis de convicções sobre os problemas ambientais com que nos defrontamos e as soluções que temos ao nosso dispor (HANNIGAN, 1997, p. 45, destaque no original).

Dessa forma, em vez de caracterizar os problemas ambientais como entidades consolidadas, são representados como visões baseadas culturalmente e contestadas socialmente. Hannigan entende, portanto, que os problemas ambientais são semelhantes, em muitas formas, aos problemas sociais em geral. Contudo, destaca algumas diferenças importantes: os problemas ambientais, como o envenenamento por pesticidas e o aquecimento global, enquanto moralmente condenados, são ligados mais diretamente às descobertas e exigências científicas; e, além disso, embora sejam identificados com

agentes humanos, têm uma base física mais impositiva do que os problemas sociais que estão mais enraizados nos problemas sociais que se converteram em questões públicas (HANNIGAN, 1997, p. 54-5).

Hannigan (1997) considera ainda que a percepção destes problemas depende de um grande número de outros fatores, que se relacionam com a cultura e o conhecimento dos sujeitos sociais. Assim, para este autor a análise dos problemas ambientais trata do estudo dos dispositivos mediante os quais os processos de comunicação, processamento discursivo e orientação normativa formam e transformam o debate ambiental. Nessa perspectiva, as relações sociedade-natureza e os problemas ambientais a elas relacionados compreendem uma construção social que se exprime mediante uma variedade muito ampla de experiências negociadas, estendendo-se das formas de representação mítica até a científica (MATTEDI, 2003). Cabe destacar que o autor se refere a *problemas ambientais*, tais como poluição e contaminação de alimentos, incluindo-os no conjunto de riscos característicos da sociedade moderna (HANNIGAN, 1997, p. 239). Não faz referência, portanto, à expressão “conflitos ambientais”, sem tampouco destacar o aspecto conflitivo daquilo que denomina a construção dos problemas ambientais, sugerindo que essa construção passaria mais por *negociações* bem ou mal sucedidas. Contudo, essa abordagem exerceu forte influência na configuração do campo de estudos em conflitos ambientais no Brasil, como será discutido mais adiante.

À parte estes autores identificados especificamente com a sociologia ambiental, na composição do cenário da incorporação do ambiente pela sociologia somam-se ainda àqueles teóricos de sociologia geral três outras subáreas da sociologia que se debruçaram sobre as temáticas ambientais: a) a sociologia rural – que em algumas abordagens passou a demarcar seu campo pouco a pouco da agricultura para o ambiente, como explicitamente demonstrado no livro *Du rural à l'environnement* (MATHIEU e JOLLIVET, 1989); b) o estudo dos processos sociais de transformação da ideia de “natureza”, como nos trabalhos de Kalaora (1993) sobre o lazer e a floresta e as pesquisas de Keith Thomas sobre a história das ideias ambientais (THOMAS, 1988); e c) as definições de interdisciplinaridade, que ocupam uma grande parte dos estudos abordando as possibilidades de existência prática, institucional e epistemológica de uma socioantropologia do ambiente, como discutido nas publicações de Jollivet (1992) e Raynault (2004).

No entanto, também nestas abordagens entende-se que é sobretudo a construção social das relações sociedade-natureza que é destacada: seja na análise da construção de



problemas pelos movimentos ecologistas, da agenda social de instituições políticas, ou das novas formas de democracia, “tudo leva a crer que o que interessa aos sociólogos é menos o ambiente do que as situações sociais que lhe perpassam, ou a construção que é proposta pelos movimentos sociais e políticos” (BOUDES, 2008, p. 239).

Portanto, percebe-se que, se em sua origem a sociologia ambiental teve como objetivo romper com a primazia do social – entendido como exclusivamente humano – na análise sociológica, em seus desdobramentos esse objetivo não foi alcançado para além de um princípio geral. Assim como nas demais vertentes da sociologia que se propuseram a analisar temáticas ambientais, o foco manteve-se nas dinâmicas de construção e formulação – social – da questão ambiental.

Contudo, as propostas mais ousadas no sentido de se romper com a primazia do social nas análises vieram de outro campo de estudos, os Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (ESCT). Estes, apesar de não partirem de problemáticas convencionalmente enquadradas como ambientais, ao analisarem o processo de produção do conhecimento científico e da elaboração e implantação de tecnologias se depararam, necessariamente, com a “interface social-natural”. No dizer de Jasanoff:

Configurando interações conflitivas e prolongadas entre pessoas, ideias, instituições e objetos materiais, o reconhecimento e a consideração de fenômenos como mudanças climáticas, armas biológicas, clonagem de mamíferos, alimentos geneticamente modificados, novas tecnologias reprodutivas, perda de biodiversidade, técnicas de miniaturização e crescimento da internet desafiam muitas das mais básicas categorias do pensamento social – como estrutura e agência, natureza e cultura, ciência e política, estado e sociedade. Os discursos dominantes da economia, da sociologia e da ciência política carecem de vocabulários que deem sentido aos processos desajeitados e irregulares através dos quais a produção da ciência e tecnologia se torna enredada por normas sociais e hierarquias (JASANOFF, 2006, p. 2, tradução nossa).

Na busca por termos conceituais que pudessem discutir as relações entre “o ordenamento da *natureza* pelo conhecimento e pela tecnologia, e o ordenamento da *sociedade* pelo poder e pela cultura” (JASANOFF, 2006, p. 14, destaques no original), os ESCT trilharam diferentes caminhos (BLOOR, 1982; SHAPPIN; SCHAFFER, 1985; COLLINS, 1985; HARAWAY, 1991; LATOUR, 1993), mas que possuem como ponto comum a elaboração de uma linguagem para os *híbridos*, isto é, para explicar as “realidades da experiência humana que emergem como aquisições conjuntas de empreendimentos científicos, técnicos e sociais” (JASANOFF, 2006, p. 17). E, nesse intuito, uma das formulações pioneiras e certamente uma das mais ousadas no que diz respeito à coprodução sociedade-natureza, é a abordagem de Bruno Latour e da Teoria do

Ator-Rede (CALLON e LATOUR, 1981; CALLON, 1986; LATOUR, 1988; CALLON *et al.*, 2001).

Latour, em seu ensaio monográfico “Jamais fomos modernos” (LATOUR, 1994), articula de maneira explícita temas dos ESCT com discussões da filosofia política, afirmando que a divisão sociedade-natureza é uma criação humana, ou, mais precisamente, ocidental. Seria um traço distintivo da modernidade a instauração de uma *Constituição*, que define e separa os humanos e não humanos, suas propriedades e suas relações. Contudo, esse projeto moderno de separação total entre humanos e não humanos, sociedade e natureza, não teria efetivamente sido perpetrado:

O buraco de ozônio é por demais social e por demais narrado para ser realmente natural; as estratégias das firmas e dos chefes de Estado, demasiado cheias de reações químicas para serem reduzidas ao poder e ao interesse; o discurso da ecosfera, por demais real e social para ser reduzido a efeitos de sentido (LATOUR, 1994, p. 12).

Para estudar essas “situações estranhas que a cultura intelectual não sabe bem classificar” e atravessar o “corte que separa os conhecimentos exatos dos exercícios de poder, digamos, a natureza da cultura” (LATOUR, 1994, p. 9), Latour parte da noção de *rede sociotécnicas*, com o objetivo de tornar visíveis as conexões que fazem com que tanto objetos “naturais”, como o buraco da camada de ozônio, quanto objetos “sociais”, como peritos ou governos, possam ser vistos associados como atores-rede, membros heterogêneos que atravessam a separação constitucional entre sociedade e natureza.

Nesse sentido, seu programa de pesquisa reconhece agência a humanos e também a não humanos, que, de meros objetos a serem desconsiderados da teoria sociológica, ou desconstruídos em sua materialidade como fruto da construção social, se tornam mediadores:

Na perspectiva moderna, a natureza e a sociedade permitem a explicação porque elas, em si, não precisam ser explicadas. Existem, é claro, os intermediários cujo papel é justamente o de criar uma ligação entre as duas, mas estes só podem criar as ligações porque, justamente, não possuem qualquer dignidade ontológica. Nada fazem além de transportar, veicular, deslocar a potência dos dois únicos seres reais, natureza e sociedade. [...] No entanto, as metamorfoses [da natureza e da sociedade] tornam-se explicáveis se redistribuirmos a essência por todos os seres que compõem essa história. Mas então eles deixam de ser simples intermediários mais ou menos fiéis. Tornam-se mediadores, ou seja, atores dotados da capacidade de traduzir aquilo que eles transportam, de redefini-lo, desdobrá-lo, e também de traí-lo. (LATOUR, 1994, p. 79).

Mediante vários anos de estudos sobre ciência, tecnologia, e a interdependência do natural, do social e do material, Latour postula como conclusões que: a “natureza” é o

resultado, e não a causa, da resolução de controvérsias científicas (LATOURE, 1987); o laboratório é um microcosmo de grandes agregações de poder (LATOURE, 1988a); objetos materiais e artefatos, como fechaduras, incorporam e efetuam normas sociais (LATOURE, 1992); grandes instituições sociais, como o capitalismo ou o mercado, são construídas pelos mesmos meios usados pelos cientistas para fazerem representações persuasivas da natureza (LATOURE, 1990); e a essência da modernidade está em sua dedicação em “purificar” as redes híbridas de natureza e cultura (LATOURE, 1994).

Latour (2007) constrói ainda uma crítica direta à abordagem de Beck (1999) acerca da globalização, distanciando-se da retórica da urgência e dos imperativos ambientais. Para tanto, Latour recusa o que denomina “mononaturalismo de Beck”, inerente a um mundo com uma natureza una, mas estruturado pelo mundo ocidental, acessível apenas pela ciência moderna. Em oposição, ressalta a necessidade de se conceber um “pluriverso”, composto de uma possível pluralidade de naturezas.

Esse posicionamento está vinculado à proposição cosmopolítica da filósofa belga Isabelle Stengers. Em seu ensaio composto por sete volumes intitulado *Cosmopolitiques* (STENGERS, 2003), a autora analisa a produção do conhecimento científico à luz da prática filosófica dessa produção. Para nomear as disputas metafísicas implicadas no fechamento de controvérsias científicas e no ordenamento da vida social no qual essas controvérsias se inserem, Stengers (2003) escolhe o termo *cosmopolítica*, mas conferindo a este um sentido que se distancia da tradição kantiana:

Tudo aquilo que nós hoje julgamos normal, sinônimo de progresso, foi inventado através de movimentos de luta, inventando para o cidadão coletivo identidades novas, transformando os modos de pertencimento, as exigências, os direitos, e as obrigações que então decorrem. Mas essa dinâmica de invenção não tem nada de neutra. Ela define *nossa* “ecologia” sob um modo *político*, que nos traz a obrigação de *aceitar a prova que constitui a distinção entre condição e restrição*. [...] É portanto por contraste a Kant, e não em sua filiação, que eu retomarei o termo “cosmopolítica” [...]. O neutrino não deve felizmente sua existência ao direito, e sua passagem à existência rompeu, e impôs a se reformular, muitas das regras até então concernentes à definição do modo de existência legítimo de uma partícula física. Afirmar que o neutrino tem o modo de existência de um “*faitiche*”, produto e produtor de uma prática, existente por ela e a fazendo existir, constitui então um primeiro passo que engaja uma saída do horizonte kantiano onde a paz deveria ser “nossa” paz, onde o comércio deveria se limitar aos bens e às ideias, em detrimento dos mundos múltiplos que fazem existir nossos faitiches e nossos fetiches. (STENGERS, 2003a, p.85; STENGERS, 2003b, p. 332, destaques no original, tradução nossa).

Partindo dessa proposição, Latour (2007) elabora a ideia de cosmopolítica como as políticas da crise da modernidade. Considera que elas têm por objetivo a composição de um mundo comum, de um cosmos, mas que deve ser realizada com os outros, os excluídos da modernidade política republicana: os não modernos – comunidades do Sul, comunidades rurais – e os não humanos – artefatos científicos, entidades ambientais – e/ou sobrenaturais – religiões, crenças, fetiches. Porque, segundo Latour:

Não existem mais externalidades, não existe mais ambiente, não existe mais a natureza-depósito, ou periferia distante e exótica, onde estocar e esconder as consequências de nossos atos, como exprime Úlrich Beck. As externalidades retornaram, estão aí, e resistem. (LATOURE, 2007, p. 47, tradução nossa).

Dessa forma, o autor rompe com preceitos consolidados das teorias sociológicas, bem como com as definições de campo: sociologia, antropologia, filosofia se mesclam, em uma “ciência das ações” ou mesmo uma “associologia” (LATOURE, 1984, p. 45-8), gerando um arcabouço tão fértil quanto controverso. Inúmeras são as críticas realizadas a esta abordagem e seus desdobramentos, sendo provavelmente as mais persuasivas as que dizem respeito à dimensão do poder. Como sintetiza Jasanoff:

[...] quando a teoria do ator-rede se confronta com a natureza do poder, como frequentemente acontece, ela se desvia das questões sobre pessoas, instituições, ideias e preferências que são da maior importância política. Quem perde e quem ganha através da constituição da rede? Quais são os benefícios e os ônus (re)distribuídos pelas ou através das redes? (JASANOFF, 2006, p. 23, tradução nossa).

Essas são perguntas não respondidas por Latour, que visa demarcar a relevância de sua abordagem justamente no distanciamento da crítica como tradição sociológica, na qual o poder exerce papel de categoria central de análise. Opostamente, Latour (1994, p. 10) declara: “não estamos falando do contexto social e dos interesses do poder, mas sim do envolvimento de coletivos e objetos”. Contudo, a despeito das críticas não respondidas e de suas lacunas, as proposições ricas e provocativas de Latour e da Teoria do Ator-Rede efetivamente conseguiram abrir espaço para uma série de novas abordagens que não partem do pressuposto da separação sociedade e natureza em suas análises.

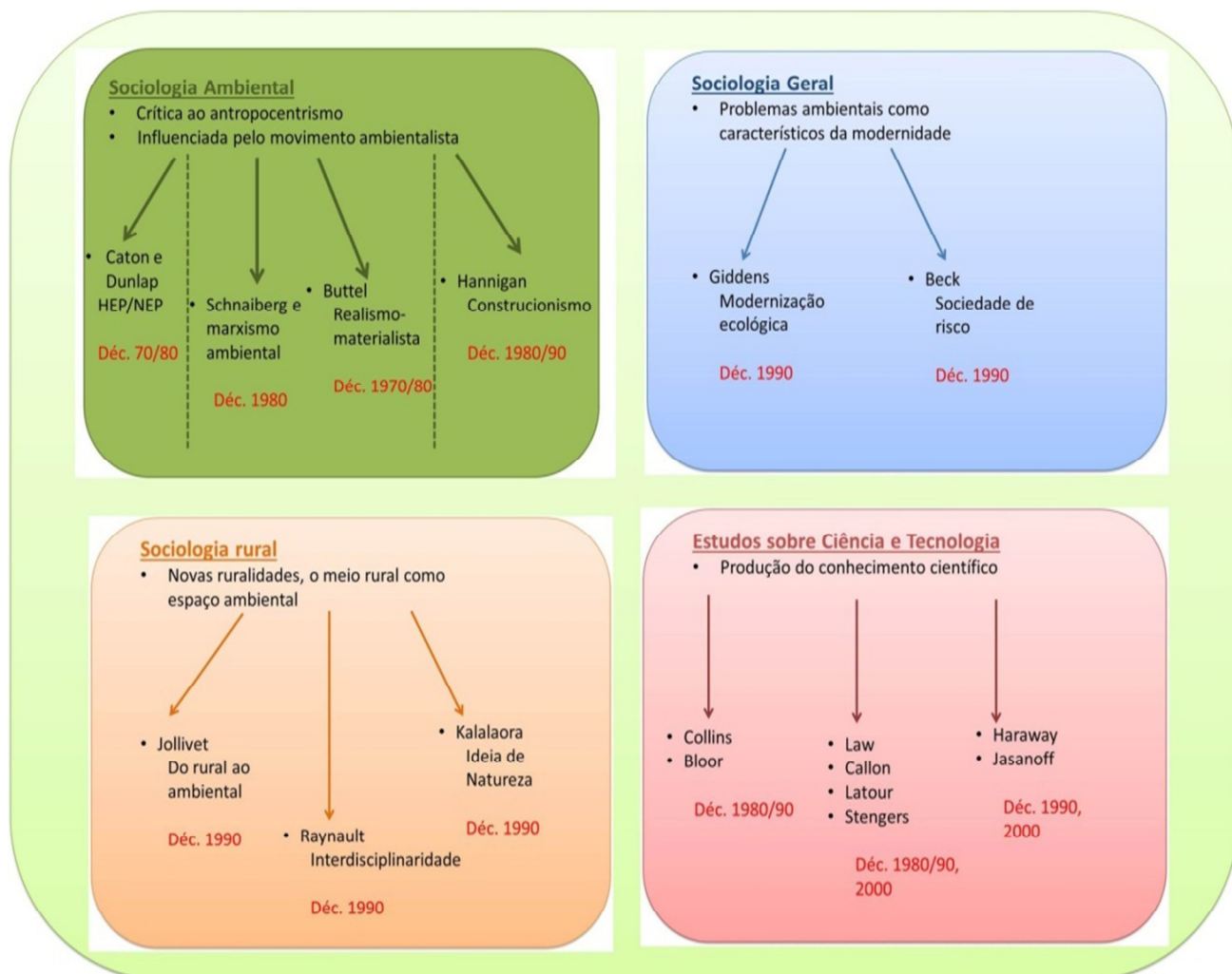
Neste cenário, especificamente no que tange ao debate ambiental, além dos artigos e livros do próprio Latour sobre o tema (LATOURE *et al.*, 1998; LATOURE, 2003), são as abordagens pragmáticas sobre controvérsias científicas aquelas que mais se aproximam da análise de conflitos. Destacam-se nesse sentido as pesquisas conduzidas no *Groupe de Sociologie Pragmatique et Reflexive* (GSPR), lideradas por Francis Chateauraynaud, sobre as controvérsias erigidas em torno dos alarmes ambientais. Examinando dossiês

sobre prions, amianto e energia nuclear (CHATEAURAYNAUD; TORNY, 1999) e sobre pesticidas e organismos geneticamente modificados (LAMINE; TÉTART; CHATEAURAYNAUD, 2010), os autores constituem séries longitudinais nas quais analisam diferentes configurações das arenas públicas. Consideram que é no bojo das controvérsias científicas que se dão as disputas e as novas interconexões entre esferas de atividades distintas, com suas diferentes implicações (CHATEAURAYNAUD; TORNY, 2005). Nessa abordagem, o ambiente é parte integrante – ou, no vocabulário dos autores, é agenciado – em redes sociotécnicas que emergem e se estabilizam por meio de processos de definição e de resolução de situações problemáticas, como por exemplo os riscos de terremoto ou de inundação.

Finalmente, cabe mencionar que a linha de pesquisa que, diferentemente do encontrado na maior parte da literatura internacional, faz referência específica ao termo conflitos ambientais, toma por centralidade os mecanismos de resolução de tais conflitos. Tal qual sumarizado por Libiszewski (1993), a corrente de resolução de conflitos ambientais emerge como um desdobramento do campo de resolução de conflitos sociais e segurança, formulado para mitigar causas de violência. Enquanto no Brasil pouco se tem publicado a respeito dessa abordagem e o uso de métodos de resolução de conflitos é bastante incipiente (VIEGAS, 2009), ainda que em expansão (ACSELRAD; BEZERRA, 2010), em países como Estados Unidos, Canadá, Noruega e Finlândia há muitos registros na literatura sobre o uso de tais instrumentos e discussões sobre as estratégias, categorizadas como procedimentos de negociação direta, conciliação, facilitação, mediação e a arbitragem (VIEGAS, 2009). Algumas referências nesse sentido são os trabalhos de Bingham (1986) e Amy (1987), que analisam experiências de mediação nos Estados Unidos; o de Ozawa (1996), que discute o papel da ciência como ferramenta facilitadora da resolução, também nos Estados Unidos; e o de Rannikko (1996), que analisa a tomada de consciência ambiental na resolução de conflitos na Finlândia. Contudo, tais abordagens concentram-se em estratégias metodológicas e técnicas de resolução, carecendo de problematizações acerca das características dos conflitos e das partes envolvidas, e da real capacidade de resolução atingida.

Pode-se perceber, portanto, que a incorporação do ambiente pela sociologia nas pesquisas provenientes da Europa, dos Estados Unidos e do Canadá tem como traço comum o caráter científico e técnico no qual são formuladas as questões, seja para interpretá-lo como algo modulado por incertezas decorrentes da sociedade de risco, seja por controvérsias científicas, ou ainda passível de demandas por instrumentos de

resolução. O ambiente é, nessas abordagens, uma questão moderna: um problema das sociedades industriais avançadas, um risco a que se está exposto, uma construção social, ou redes sociotécnicas. Um esquema simplificado desse ordenamento temático das linhas de pesquisa pode ser visualizado na figura 08 abaixo:



**Figura 8:** Esquema das abordagens e autores no tema da sociologia e ambiente na Europa, Estados Unidos e Canadá.

## 2.2 AMBIENTE E SOCIOLOGIA NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL: OS CONFLITOS AMBIENTAIS

No cenário brasileiro, bem como na América Latina em geral, a relação entre ambiente e sociologia ganha contornos diferentes. Nas pesquisas latino-americanas<sup>16</sup> as

<sup>16</sup> Considera-se aqui o país de origem dos autores, e não necessariamente o país em que se situam as instituições às quais estão vinculados, visto que muitos dos autores deste grupo encontram-se vinculados a universidades nos Estados Unidos ou na Europa.

disputas em torno da biodiversidade parecem ser o mote central, como é explicitado por Escobar e Pardo (2010):

O conceito de biodiversidade tem transformado os parâmetros de avaliação da natureza e as disputas pelo acesso aos recursos naturais. [...] O crescente discurso sobre a biodiversidade é o resultado da problematização do biológico, pois coloca as áreas de floresta tropical úmida numa posição biopolítica global fundamental. (ESCOBAR; PARDO, 2005, p. 345-6).

Este discurso da biodiversidade promete, segundo Escobar (1999), salvar a natureza das práticas que causam sua degradação, e em seu lugar instituir uma “cultura de conservação”. Esse autor afirma que esta é uma nova maneira de se falar da natureza, inserida em uma profunda mediação tecnocientífica. Ainda, Escobar e Pardo (2005, p. 347) ressaltam que nesse discurso de produção de biodiversidade estão envolvidos diferentes atores, “desde as ONGs do Norte, jardins botânicos, universidades e corporações até os recentemente criados institutos para a biodiversidade no Terceiro Mundo, comunidades e ativistas locais”, cada um com o seu quadro interpretativo sobre o que é e o que deveria ser a biodiversidade. Os autores citados se detêm sobre a análise do Pacífico colombiano, que tem passado por intensas transformações, mas destacam que processos semelhantes estão em curso na Costa Rica, no Brasil e no Equador, entre outros.

A partir daí, Escobar (2005) considera a questão ambiental uma contraposição à concepção globalocêntrica da sociedade. Por isso, propõe a defesa do conhecimento local como estratégia política e epistemológica, e considera que:

Se o objetivo [...] é tornar visíveis as práticas das diferenças culturais e ecológicas que poderiam servir de base para alternativas, faz-se necessário reconhecer que esses objetivos estão indissolivelmente vinculados a concepções de localidade, de lugar, e de uma consciência baseada no lugar. O lugar – como a cultura local – pode ser considerado “o outro” da globalização, de maneira que uma discussão do lugar deveria apresentar uma perspectiva importante para repensar a globalização e a questão das alternativas ao capitalismo e à modernidade. (ESCOBAR, 2005, p.150).

Nessa perspectiva, Escobar aponta que a luta pelo território levada a cabo por grupos étnicos é uma luta cultural por autonomia e pela autodeterminação, na qual a mobilização desses grupos para exercer o controle sobre os usos da biodiversidade contida nos seus territórios constitui um fator imprescindível para a sua sobrevivência cultural e política. Portanto, esses processos são, afirmam Escobar e Pardo (2005), eminentemente conflitivos: tomam forma conflitos sobre como conhecer ou como é

conhecida a biodiversidade, e conflitos entre práticas culturais e significados contrastantes. Estaria em curso, nesses casos, uma “política cultural da natureza”:

Entende-se por “política cultural” o processo que se verifica quando os atores sociais, moldados ou caracterizados por diferentes significados e práticas culturais, entram em conflito. A noção de política cultural pressupõe que os significados e práticas culturais – nomeadamente aquelas que são teorizadas como marginais, de oposição, minoritárias, residuais, emergentes, alternativas, dissidentes e similares, concebidas por relação a uma ordem cultural dominante – são fonte de processos que podem ser considerados políticos. Essa política cultural altera as práticas e a compreensão familiar que se tem da natureza, ao mesmo tempo em que procura libertar, tanto mentalmente quanto na própria natureza, as ecologias locais dos sistemas enraizados em fatores de classe e gênero e do domínio étnico e cultural. (ESCOBAR; PARDO, 2005, p. 345).

Outro aspecto importante na análise de Escobar (1999, p. 204, tradução nossa) é o destaque para o fato de que as florestas tropicais são percebidas como “as formas mais naturais da natureza ainda existente na Terra, habitadas pelas pessoas mais naturais (povos aborígenes) que possuem os conhecimentos também mais naturais para salvar a natureza”. Assim, o discurso da biodiversidade, ao implicar na ressignificação das florestas tropicais (como valiosa reserva genética), ressignifica também seus habitantes (como “guardiães da natureza”) e seus conhecimentos (como conhecimentos tradicionais de se conservar a natureza). O autor afirma que se este grupo de ressignificações implicará em novas formas de colonização da paisagem biofísica e humana ou se vai contribuir na criação de novas possibilidades políticas para as comunidades locais, é uma questão em aberto. A resposta depende, segundo Escobar (1999, p. 218, tradução nossa), “do grau com que as comunidades locais irão se apropriar e utilizar os novos significados para atingir seus próprios objetivos, relacionando-os com outras identidades, circuitos de conhecimentos e projetos políticos”.

É também a problematização da configuração de um “nativo ecológico” que orienta os trabalhos de Astrid Ulloa sobre ambiente e conflitos (ULLOA, 2004). A autora afirma que as imagens de um nativo ecológico se converteram em práticas políticas importantes, tanto para os movimentos indígenas quanto para os ambientalistas, estratégia que também permitiu a coalisão destes dois movimentos. Nessa estratégia, os ambientalistas evocam o “nativo ecológico” como um ator essencial em seus discursos, enquanto os povos indígenas defendem que sua contribuição cultural aos discursos ambientais é o respeito que têm pela natureza. Contudo, Ulloa (2004) considera que essa identificação dos povos indígenas à ecologia está relacionada com os estereótipos que há



séculos modulam as representações sociais sobre os indígenas, as quais se vinculam às noções ocidentais de natureza e cultura, situando os indígenas “em relações desiguais de poder, que se assemelham aos processos coloniais” (ULLOA, 2004, p. 259).

Com base nessa discussão, Ulloa (2011, p. 31) parte da noção de governamentalidade para analisar a relação entre indígenas e meio ambiente, até transformá-la em “ecogovernamentalidade” e estabelecer “como esta se estrutura com o surgimento de uma nova formação discursiva (o ambientalismo), o multiculturalismo, os direitos indígenas e ambientais, e uma governabilidade global”. Na ecogovernamentalidade tal qual proposta pela autora, as organizações ambientais (governamentais e ONGs), os atores sociais (inclusive os povos indígenas e suas políticas culturais e ambientais), os ambientalistas e as comunidades científicas, entre outros, são agentes no processo “para regular e dirigir as ações sociais de acordo com lógicas e discursos que contribuem para o desenvolvimento de uma concepção emergente de governamentalidade ambiental global”. No entanto, “isto implica em negociações e conflitos, assim como acordos” (ULLOA, 2011, p. 32).

Por sua vez, assim como Escobar e Pardo (2005) analisam os conflitos em termos de uma política cultural na qual a diferença é apresentada como formadora de identidades e como bandeira na proposição política, é também o viés de uma política diferenciada o proposto por Marisol de la Cadena na interpretação dos conflitos de povos nativos com empresas mineradoras no Peru (DE LA CADENA, 2010). Contudo, neste caso trata-se de uma diferença em outros termos. Ao analisar as reconfigurações que vêm ocorrendo na América Latina nos últimos anos, em particular a partir do estudo das mobilizações contra a exploração mineral na montanha Ausangate, em Cuzco, De la Cadena discute a presença política de atores que:

[...] sendo outros que humanos, as disciplinas dominantes definem como pertencendo ou à esfera da natureza (onde eles deveriam ser conhecidos pela ciência) ou aos campos metafísicos e simbólicos do conhecimento. (DE LA CADENA, 2010, p. 336, tradução nossa).

Dessa forma, a autora se alinha com os ESCT, mas com particular influência da proposição cosmopolítica de Isabelle Stengers (2003), abrindo pistas para uma profícua análise da prática política e de conflitos que não parte dos pressupostos da separação sociedade e natureza. Muito pelo contrário, coloca essa separação como parte essencial da análise:

O campo político que atualmente reconhecemos como tal não foi moldado apenas distinguindo-se amigos de inimigos entre os humanos,

mas também pela separação antitética entre “Humanidade” e “Natureza”. Juntas, estas duas antíteses – entre humanidade e natureza e entre humanos supostamente superiores e inferiores – declararam a extinção gradual dos seres outros que humanos e dos mundos nos quais eles existem. O pluriverso, os múltiplos mundos que Schmitt considerava cruciais para a possibilidade da política, desapareceu. Em troca, um único mundo fez sua aparição, habitado por vários povos (a quem agora chamamos culturas), mais ou menos distanciados de uma única “Natureza” (Descola, 1996; Haraway, 1991; Latour, 1993; Viveiros de Castro, 2004). (DE LA CADENA, 2010, p. 345, tradução nossa).

De La Cadena (2010, p. 362) faz assim a defesa de uma política pluriversa – ou, de uma cosmopolítica – na qual diferentes mundos com suas formações sicionaturais e suas visões conflitantes possam ser considerados. Dessa forma, “liberadas de sua representação exclusiva como ‘Natureza’, as múltiplas e heterogêneas ontologias da montanha (incluindo-se sua possibilidade como repositório de riqueza mineral)” pesariam em projetos políticos heterogêneos, adicionando dimensões aos conflitos.

Percebe-se, portanto, que seja associada ao discurso da biodiversidade, seja como componente inerente à cosmopolítica, a correlação entre ambiente e conflitos adquire posição central nessas abordagens.

Na literatura brasileira, por sua vez, foram os debates sobre sustentabilidade, e pouco a pouco a análise de conflitos, que parecem ter orientado a discussão ambiental na sociologia. De acordo com Ferreira (2005, p.110), uma das questões centrais que têm orientado essa área de pesquisas, e que tem sido constantemente reformulada e recolocada, é “como e por que se dá a formação de grupos sociais para atuar em relação à questão ambiental, e qual sua influência sobre a mudança social em direção à conservação e à sustentabilidade no uso dos recursos naturais?”. A autora, ao analisar o acúmulo até então realizado na temática ambiental, constata que:

a) há definitivamente no Brasil uma arena especificamente ambiental, orientada pelo processo decisório que estabelece normas e regras de utilização de recursos; b) a conservação e a sustentabilidade são parte de um projeto socialmente construído através da tensão entre interesses, interpretações e escolhas tornadas públicas nas diversas arenas estabelecidas nos níveis local, nacional e internacional; c) há hoje uma interação, conflituosa ou não, mas certamente intensa, entre grupos sociais diversos e diversificados, o que tem aspectos muito positivos e outros preocupantes. (FERREIRA, 2005, p.114).

A arena ambiental brasileira a que se refere a autora já foi discutida em distintas revisões sobre as linhas de pesquisa em ambiente e ciências sociais no Brasil (VIEIRA, 1992; ALONSO; COSTA, 2002; FERREIRA, 2005), cabendo aqui ressaltar o espaço dos conflitos ambientais enquanto campo de investigação nesse contexto. Grosso modo, a

partir dessas revisões contata-se que podem ser identificados três grandes blocos de autores e abordagens: aqueles que dialogam com a sociologia ambiental internacional, considerada de modo amplo, orientando suas pesquisas a partir dos debates sobre arenas públicas, sociedade de risco, modernização ecológica, sustentabilidade e sociologia rural e interdisciplinaridade (FUKS, 2001; ALMEIDA, 1997; FERREIRA, 1998; GUIVANT, 1998; BRANDENBURG, 2005, entre outros); autores que se apropriam do arcabouço teórico-metodológico da sociologia crítica, influenciados pelas pesquisas de Pierre Bourdieu, e discutem conflitos ambientais a partir de relações simbólicas e de poder/dominação (LOPES, 2004; ACSELRAD, 2004; ZHOURI, 2010, entre outros); e autores identificados com a antropologia, que discutem conflitos ambientais a partir de análises sobre povos tradicionais e grandes projetos de desenvolvimento (RIBEIRO, 1991; ALMEIDA, 1996; MAGALHÃES, 2007; CARNEIRO DA CUNHA, 2009). É na confluência de abordagens e autores desses três blocos que se configuram os conflitos ambientais como campo de investigação no Brasil atualmente, foco da presente discussão.

Assim, ainda que possa se considerar que este seja um campo em formação (ALONSO; COSTA, 2000; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010), a relevância do tema conflitos ambientais no cenário nacional pode ser atestada pela presença de grupos de trabalho voltados para a sua discussão nos principais encontros brasileiros de ciências sociais, como no Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), no Congresso Brasileiro de Sociologia da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), no Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), na Reunião Brasileira de Antropologia da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), entre outros. Alguns balanços sobre a produção em conflitos ambientais vêm sendo publicados (ACSELRAD, 2004; CARNEIRO, 2009; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010), e dentre as pesquisas mais emblemáticas desse campo cabe destacar em particular algumas abordagens.

A proposta de Hannigan (1997) de deslocar o foco de investigação da “condição objetiva” dos assuntos públicos estudados para a dinâmica sociopolítica que envolve a mobilização da atenção e a compreensão pública desses assuntos é incorporada de forma seminal na definição dos conflitos ambientais tais como analisados por Fuks (1996; 2000; 2001). Esse autor, para entender os conflitos ambientais no Rio de Janeiro, articula a perspectiva construcionista de Hannigan ao modelo de “sistema de arenas públicas”, de Hilgartner e Bosk (1988), formulando uma análise centrada na dinâmica argumentativa

dos conflitos sociais, entendida como “espaço de elaboração e veiculação de versões alternativas a respeito de assuntos públicos” (FUKS, 2000, p. 02). Para tal, considera contribuições das pesquisas sobre definição de agendas, sociologia dos problemas sociais, movimentos sociais e psicologia social, e propõe que a vida política constitui-se como arena argumentativa, na qual os partidos políticos, a mídia, os grupos organizados e o poder público participam de um permanente processo de debate. Para o autor, esse processo emerge da disputa, situada em arenas específicas, entre uma (virtual) pluralidade de versões, embora as condições diferenciadas de participação impliquem vantagens para certos atores e, no limite, o silêncio de outros. Considera, ainda, que a definição dos problemas ambientais seria uma clara demonstração deste processo.

Como elemento-chave para compreender a dinâmica argumentativa proposta por Fuks, ressalta-se que a abordagem estabelece como foco de investigação os processos sociais responsáveis pela emergência de um novo assunto público e as disputas em torno de sua definição. Ainda, considera que a emergência de questões na agenda pública explica-se mais em termos da dinâmica social e política do que pelos atributos intrínsecos dos assuntos em disputa, ou seja, da gravidade “objetiva” dos problemas em questão. Assim, o sucesso dessa emergência estaria relacionado com os recursos materiais, organizacionais e simbólicos disponíveis para determinado grupo.

O conceito de sistema de arenas públicas sugere a saliência dos assuntos que nele circulam. Supõe-se, antes de tudo, a visibilidade das ações e dos debates a eles associados. No que diz respeito à questão ambiental, o ambiente pode ser entendido nessa abordagem como o *assunto* a se consolidar nas arenas de controvérsia pública. Isso ocorre porque, nesta perspectiva, o meio ambiente como lugar de conflito é recodificado por meio do sentido que ele passa a representar para diferentes atores. Fuks afirma que:

o meio ambiente como um bem universal e uniforme não existe no campo das relações sociais. Nem tampouco existe um sujeito universal preocupado com a proteção ambiental. Existem, sim, situações concretas, passíveis de se transformarem em mobilização de grupos sociais específicos, que contam com acervos definidos de recursos (simbólicos e organizacionais) e que falam a partir de percepções, valores, projetos necessidades e interesses pertinentes ao lugar que ocupam. Isso significa que esses grupos atribuem valores próprios, apresentam demandas específicas e elaboram as suas compreensões a respeito do meio ambiente. (FUKS, 2001, p. 97).

Além de se situarem em um campo de disputa em torno de casos particulares, nesta abordagem os conflitos constituem também um espaço relevante no processo de elaboração e circulação públicas de versões a respeito do assunto em questão. Nesse

contexto, os conflitos ambientais são as *arenas específicas* em que emergem argumentos aptos a participar da disputa pela definição do meio ambiente como problema social. Isso significa que as versões elaboradas no contexto das disputas localizadas são, ao mesmo tempo, permeadas e contribuem para a constituição do quadro de referência mais amplo a partir do qual um determinado problema social é elaborado e tratado. Essas versões são alimentadas pelo que Fuks (2001) denomina pacotes interpretativos, que, neste enfoque, fornecem repertórios de recursos retóricos para elaboração de relatos a respeito de eventos significativos.

Em sua análise, Fuks (2001) ressalta em diversos momentos a capacidade do conflito ambiental de atualizar antigas disputas. Afirma que, no Rio de Janeiro, o incentivo propiciado pelos novos recursos judiciais e administrativos para que setores organizados da sociedade civil formulem suas demandas a órgãos públicos em termos ambientais estimula a recodificação dos problemas e dos conflitos urbanos. Por isso, para o autor,

O conflito ambiental torna-se, então, o campo de batalha para o qual vem se deslocando a luta relativa à ocupação e uso do solo. Isso desempenha um papel fundamental na caracterização “local” do meio ambiente como problema social, que assume a forma de redefinição de outros conflitos e problemas urbanos (FUKS, 2001, p. 96).

Essa conclusão é bastante similar à proposta por Lopes (2004; 2006), ainda que este parta de uma matriz teórica diferente. Ao acompanhar o processo conflitivo em torno da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, Lopes (2004) constata que as disputas se deslocam das lutas trabalhistas iniciadas na década de 1980 à preocupação ambiental como questão pública “chegando a polarizar as novas lutas na cidade nos anos 90”. Esse fenômeno Lopes (2004) interpreta como *ambientalização* dos conflitos sociais. O termo “ambientalização” é explicado pelo autor como um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos vistos da perspectiva de um processo:

Assim, os termos “industrialização” ou “proletarização” (este último, usado por Marx) foram indicativos de novos fenômenos no século XIX, como se poderia também falar de tendências de “desindustrialização” e de “subproletarização” desde o final do século XX. Ou ainda, num sentido mais estrito, os termos usados por Norbert Elias [...] para caracterizar processos históricos passados percebidos de forma nova como importantes, tais como “curialização” – designativo da formação das sociedades de corte européias entre os séculos XIV e XVIII – ou “esportificação” – que ganharam o mundo no século XX a partir da Inglaterra do século XIX (LOPES, 2006, p.34).

O sufixo comum a todos esses termos indicaria um processo histórico de construção de fenômenos, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais; e, segundo o autor, no caso da ambientalização, ocorreria uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do “meio ambiente”. Essa incorporação e essa naturalização de uma nova questão pública poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial (LOPES, 2006, p. 35). No entanto, a dinâmica própria dos conflitos sociais não seria em seu cerne alterada pela incorporação do discurso ambiental: a questão ambiental seria uma “nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos”, mas cujo sucesso enquanto processo dependeria de “reações, contra-ataques, restaurações” que, de forma similar aos conflitos sociais em geral,

[...] variam entre a ilegalidade e ilegitimidade não fiscalizada de uma continuidade de práticas de acumulação primitiva ambiental até a violência doce do uso da linguagem e procedimentos ambientalmente corretos no contexto da dominação empresarial exercida de forma socialmente irresponsável. (LOPES, 2006, p. 32).

Isto é, ao interpretar os conflitos ambientais como processos de incorporação da linguagem e das práticas ambientais pelos grupos sociais em disputa, o autor situa a originalidade dos conflitos na forma e na linguagem empregadas, na “inculcação do novo domínio do ambiente [...] se tornando um *habitus*, no sentido analisado por Bourdieu” (LOPES, 2006, p. 235), e não em prerrogativas do conflito.

Assim como na abordagem de Fuks (2001), o que torna então certa versão relevante no processo de definição de um problema social é a sua virtual universalidade, ou seja, a sua condição de candidata à adoção, por qualquer ator, nas arenas da ação e do debate público. Este aspecto também é ressaltado por Acselrad (2004, p. 19) em sua problematização dos conflitos ambientais, ao afirmar que, nestes contextos, observa-se “uma busca pela universalização de causas parcelares através de valores compartilháveis que tornam os atos justificáveis”. Entende-se então que é na esfera simbólica que se desenvolve a disputa de legitimidade dos discursos que buscam afirmar suas respectivas capacidades potenciais de operar tal universalização.

Acselrad (2004), admitindo também uma postura construcionista, afirma que

[...] o meio ambiente é uma construção variável no tempo e no espaço, um *recurso argumentativo* a que atores sociais recorrem discursivamente através de estratégias de localização conceitual nas condições específicas da luta social por “mudança ambiental”, ou seja, pela afirmação de certos projetos em contextos de desigualdade sociopolítica. (ACSELRAD, 2004, p. 19, destaque nosso).

Para esse autor, portanto, na perspectiva das ciências sociais trata-se de pensar o ambiente como um mundo material socializado e dotado de significados, sendo “os objetos que constituem o ‘ambiente’ [...] culturais e históricos” (ACSELRAD, 2004, p.7). Para Acselrad (2005) os conflitos ambientais ocorrem quando há um desacordo no interior do arranjo espacial de atividades de uma localidade ou região, implicando na ameaça da continuidade de um tipo de ocupação do território pela maneira como outras atividades, espacialmente conexas, são conduzidas. Ou seja, a emergência do conflito tem como fator explicativo o processo pelo qual,

com a dinâmica da acumulação, por intensidade ou extensão, um certo número de “acordos simbióticos” entre as distintas práticas espaciais é rompido, ou verifica-se uma recusa socialmente organizada frente a um novo tipo de acordo proposto pelos agentes econômicos, seja a construção de barragens, a exploração de minérios ou a implantação de uma infraestrutura perigosa, por exemplo. (ACSELRAD, 2005, p. 8)

Essa análise sobre os conflitos ambientais a partir de uma perspectiva inspirada pela sociologia crítica influenciou em grande parte os trabalhos decorrentes no Brasil, tendo como um de seus principais eixos a valorização das disputas por apropriação social da natureza nestes conflitos, destacando a sua dupla dimensão, material e simbólica. Segundo este autor, as lutas por “recursos ambientais” são simultaneamente lutas por sentidos culturais, e os conflitos ambientais devem ser analisados, portanto, simultaneamente nos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos do território. Ambos são considerados espaços onde se desenrolam disputas sociais em geral, onde o modo de distribuição de poder pode ser objeto de contestação.

Ainda de acordo com Acselrad (2004), no primeiro espaço desenvolvem-se as lutas sociais, econômicas e políticas pela apropriação dos diferentes tipos de capital, pela mudança ou conservação da estrutura de distribuição de poder. No segundo, que seria o espaço das representações, desenvolve-se uma luta simbólica para impor as categorias que legitimam ou deslegitimam a distribuição de poder sobre os distintos tipos de capital.

O autor prossegue afirmando que a importância desse tipo de conflitos decorre do fato deles exprimirem as contradições internas aos modelos de desenvolvimento (ACSELRAD, 2004; 2005). Salienta que em cada configuração de modelo de desenvolvimento tende-se a encontrar modalidades específicas de conflitos ambientais dominantes, mas que, regra geral, a concentração de posse sobre o elemento da base material da sociedade por meio de grandes projetos de apropriação do espaço e do ambiente tem efeitos de desestruturação de ecossistemas, ao mesmo tempo em que

concentra pequenos produtores, populações ribeirinhas e deslocados compulsórios em terras exíguas. Assim, os conflitos ambientais eclodem, nessa perspectiva, quando:

os despossuídos passam a reclamar [...] maior acesso aos recursos como água, terra fértil, etc., denunciando o comprometimento de suas atividades pela queda da produtividade dos sistemas biofísicos de que dependiam e risco de perda de durabilidade da base material necessária à sua reprodução sociocultural (ACSELRAD, 2004, p.27).

Andréa Zhouri e seus colaboradores partem dessa conceituação dos conflitos ambientais para orientar a sua abordagem (ZHOURI, 2004; ZHOURI; LASCHEFSKI, PEREIRA, 2005; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). Baseado na experiência de pesquisa sobre os processos envolvendo o licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas em Minas Gerais, o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais – GESTA/UFMG analisa distintas experiências de conflito ambiental, enfatizando-se o confronto entre racionalidades, via de regra no “campo de lutas” entre:

de um lado, as populações ribeirinhas que resguardam a terra como patrimônio da família e da comunidade, defendido pela memória coletiva e por regras de uso e compartilhamento dos recursos; de outro lado, o Setor Elétrico, incluindo-se o Estado e empreendedores públicos e privados que, a partir de uma ótica de mercado, entendem o território como propriedade, e, como tal, uma mercadoria passível de valoração monetária (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, p. 120).

Ao publicar uma compilação de pesquisas sobre os conflitos ambientais cujo título é “Desenvolvimento e conflitos ambientais”, Zhouri e Laschefski (2010,) destacam que estes conflitos são caracterizados pela diversidade e pela heterogeneidade dos atores e dos seus modos de pensar o mundo e nele projetar o futuro. Em seu esforço para, a partir dos processos empíricos, identificar especificidades e características de tais conflitos, os autores elaboram uma tipologia, organizando-os em “conflitos ambientais distributivos”, “conflitos ambientais espaciais” e “conflitos ambientais territoriais”. Contudo, ressaltam que tal categorização atende a fins heurísticos, e que em geral se observa uma dinâmica dialética entre os tipos, sendo corrente sua coexistência ou mesmo transformação de suas conseqüências em conflitos que pertencem a outro tipo.

Para Zhouri e colaboradores, os conflitos ambientais são decorrentes da implantação de um “paradigma da adequação ambiental”, oposto ao projeto de sustentabilidade:

Isso ocorre porque projetos industriais, concebidos no âmbito de uma política de desenvolvimento voltada para o crescimento econômico com ênfase na exportação, são concentradores de “espaço ambiental” (Opschoor, 1995), gerando, assim, conflitos sociais. Tais *assimetrias na*



*apropriação social da natureza são geradoras de uma má distribuição ecológica* e, portanto, originam conflitos ambientais, na medida em que a utilização de um espaço ambiental ocorra em detrimento do uso que outros segmentos sociais possam fazer de seu território (Martinez-Allier, 1999; 2001; Acsehrad, 2004). (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, destaques nossos).

Essa abordagem, claramente influenciada pela perspectiva de Acsehrad (2004), pela ecologia política de Martinez-Allier (1999) e pela sociologia crítica de Pierre Bourdieu, tem como peculiaridade a aproximação com a bibliografia latino-americana sobre colonialidade na discussão sobre desenvolvimento. Segundo Zhouri e Laschefski (2010), os conflitos ambientais revelam em geral modos diferenciados de existência que expressam a luta por autonomia de grupos que resistem ao modelo de sociedade moderna. Nessa perspectiva, os autores concluem que o questionamento do modelo de desenvolvimento hegemônico frequentemente vinculado à “[...] luta de grupos não inseridos, ou apenas parcialmente inseridos, no sistema urbano-industrial-capitalista contra a desterritorialização” conduz a refletir sobre o processo de colonialidade do pensamento moderno. Portanto, “a análise dos conflitos ambientais apresenta-se, pois, como um grande desafio, que remete, inclusive, aos fundamentos da produção do conhecimento na academia contemporânea” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 26).

De forma complementar, destacam-se ainda outros autores que, trabalhando em abordagens também inspiradas pela sociologia crítica, são geralmente utilizados na discussão de questões em relação às quais se tornaram referências, tais como destaca Carneiro (2009), Norma Valencio (conflitos por água, colapso de barragens e crítica às práticas “desapossadoras” empreendidas pela Defesa Civil), Antônio Carlos Diegues (que mantém o foco na discussão sobre a etnoconservação), Henyo Trindade Barreto Filho (povos indígenas e tradicionais), José Augusto Pádua (história do “pensamento ecológico” no Brasil), Franklin Daniel Rothman (conflitos relativos à construção de barragens de usinas hidrelétricas), Ricardo Ferreira Ribeiro (conflitos ambientais no cerrado) e Jean Pierre Leroy (justiça ambiental).

Por outro lado, a partir de uma perspectiva mais identificada com a antropologia, mas aproximando-se também da abordagem de Escobar (2005), Alfredo W. Almeida (ALMEIDA, 1996; 2004; 2009) associa os conflitos ambientais à consolidação de territorialidades específicas, e considera que as mobilizações de conservação ambiental levadas a efeito pelos movimentos sociais na Amazônia significam uma politização do saber sobre a natureza, e por extensão uma politização da própria natureza. Segundo Almeida (2004, p. 39), dessa forma:

Abre-se, de maneira mais formal, um novo capítulo de antagonismos e conflitos socioambientais em que os conhecimentos indígenas e das chamadas “populações tradicionais” começam a se constituir num saber prático em contraponto àquele controlado pelos grandes laboratórios de biotecnologia, pelas empresas farmacêuticas e demais grupos econômicos que detêm o monopólio das patentes, das marcas e dos direitos intelectuais sobre os processos de transformação e processamento dos recursos naturais.

Atrelada a essa análise está a concepção de que “a questão ambiental não pode mais ser tratada como uma questão sem sujeito”. Para Almeida (2004, p. 44), os sujeitos da questão ambiental que têm se constituído na Amazônia nas últimas duas décadas são sujeitos coletivos, que não têm existência individual ou atomizada, mas que se afirmam por meio de sua existência coletiva, politizando nomeações da vida cotidiana e trazendo a complexidade de elementos identitários para o campo de significação da questão ambiental.

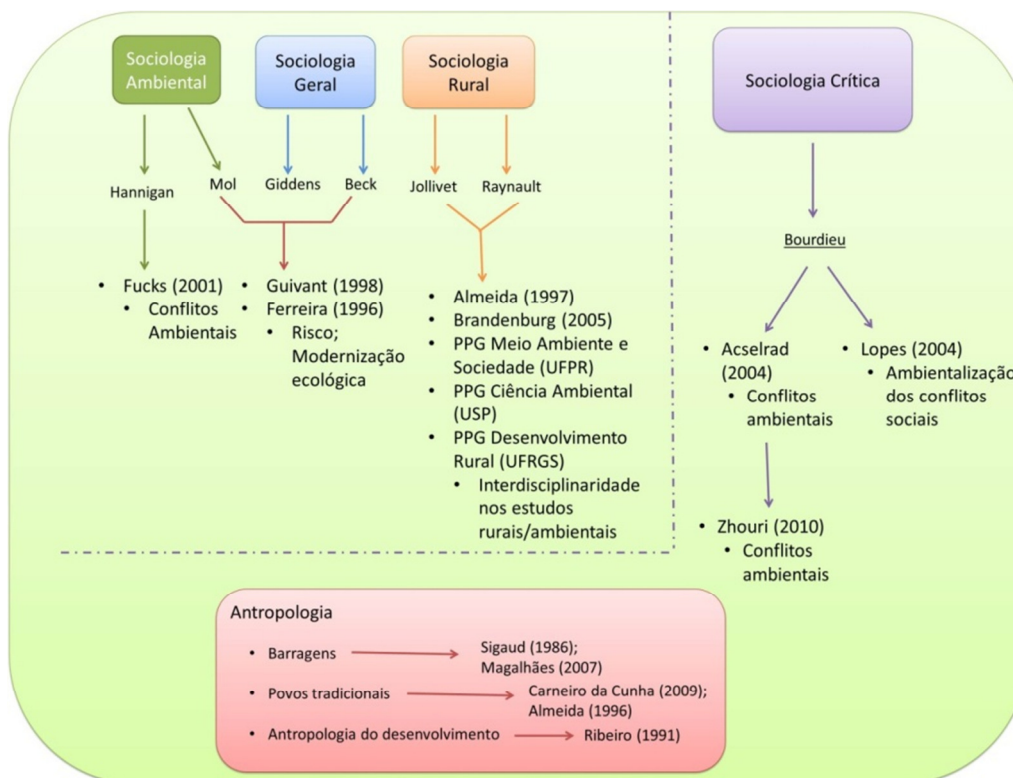
Almeida (2004, p. 45) afirma que já não é mais possível dissociar a questão ambiental das associações voluntárias e entidades da sociedade civil – isto é, do socioambientalismo – e que, com tal advento, “registrou-se uma ruptura profunda com a atitude colonialista homogeneizante, que historicamente apagou as diferenças étnicas e a diversidade cultural”. Tal análise é convergente com a proposição de Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida (CARNEIRO DA CUNHA; ALMEIDA, 2009, p. 279), que formulam a configuração contemporânea da questão ambiental com base na definição de “populações tradicionais” como sujeitos políticos, dispostos a uma negociação: “em troca do controle sobre o território, comprometem-se a prestar serviços ambientais”.

Carneiro da Cunha e Almeida (2009, p. 300), ao narrarem como o estabelecimento da até então inesperada articulação entre a demanda de reforma agrária dos seringueiros e a conservação da floresta amazônica resultou na institucionalização de uma nova modalidade de unidades de conservação (as Reservas Extrativistas), enfatizam a análise do socioambientalismo como o processo de construção de identidades políticas coletivas por grupos que “conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista”. Esse processo se dá, segundo os autores, inserido em um contexto histórico no qual as populações que até recentemente eram consideradas entraves ao desenvolvimento estabelecem novas práticas como possibilidade de permanência em seus territórios.

De forma mais ampla, Alfredo W. Almeida, Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida estão vinculados a um grupo de pesquisadores que se dedicou a analisar

socioantropologicamente as questões ambientais na Amazônia. Neste grupo, destacam-se ainda Edna Castro, cujas pesquisas questionam os projetos de desenvolvimento implantados na Amazônia (CASTRO; HÉBETTE, 1989; CASTRO; PINTON, 1997; CASTRO, 2012), e Marcelo Sampaio Carneiro, este fazendo uma leitura orientada pelas formulações teóricas da nova sociologia econômica e discutindo dispositivos de regulação da indústria florestal na Amazônia. (CARNEIRO, 2007; 2008).

À guisa de síntese, pode-se constatar, portanto, que enquanto Fuks (1996; 2000; 2001) e Lopes (2004; 2006) interpretam os conflitos ambientais como atualizações de antigas disputas, mediante a reformulação de linguagens, sentidos e práticas, nas abordagens propostas por Acselrad (2004; 2005) e Zhouri (2004; ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010) e seus grupos de pesquisa o eixo central da formulação dos conflitos ambientais são relações de expropriação e dominação, frequentemente conduzidas por projetos de desenvolvimento. Almeida (1996; 2004; 2009) e Carneiro da Cunha e Almeida (2009), de maneira complementar, elaboram suas interpretações dos conflitos ambientais sob a ênfase dos sujeitos desses conflitos, que constroem identidades reivindicando seus lugares nesses processos. Um esquema que resume esses autores e linhas de pesquisa pode ser visualizado na figura 9 abaixo.



**Figura 9:** Esquema das abordagens e autores no tema sociologia, ambiente e conflitos ambientais no Brasil

Nesse sentido, conclui-se que na literatura sobre sociologia e ambiente no Brasil, há a delimitação de uma temática particular, denominada conflitos ambientais, a qual se orienta pela discussão dos processos de disputas nos quais o “ambiente” ganha centralidade. Nesses conflitos, mais do que o caráter técnico-científico das controvérsias, tal qual por autores europeus e norte-americanos, e do que os embates políticos pela definição dos componentes do conflito (sejam definições de biodiversidade ou de entidades outras que os humanos) como na literatura latino-americana, são enfatizadas as relações de expropriação material e violência simbólica decorrentes dos processos de desenvolvimento e do papel das comunidades nesses processos.

Contudo, por ser considerado um campo de estudos ainda em formação, considera-se necessário o avanço da reflexão teórica sobre o tema. Alonso e Costa (2002), em artigo intitulado “Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil”, realizam um balanço da bibliografia até o momento sobre conflitos ambientais, a partir do qual consideram que as abordagens identificadas são “elucidativas”, entretanto:

[...] fornecem explicações parciais dos conflitos. Uma análise política é incompleta se for unidimensional, seja esta dimensão a economia ou a cultura. Igualmente o é se privilegiar apenas um dentre vários atores em interação, seja a “sociedade civil”, seja o Estado. (ALONSO; COSTA, 2002, p. 125).

Esses autores se posicionam a favor de uma abordagem baseada no modelo da ação política contenciosa (TILLY, 1978; TARROW, 1994), visando compreender uma sociologia da ação sem abrir mão de um enfoque sócio-histórico de origem estruturalista. Assim, seria possível investigar, à luz do esquema teórico da Escola do Processo Político, “uma modalidade específica do conflito social: o ambiental” (ALONSO; COSTA, 2002, p. 127). Contudo, segundo os autores:

Uma interpretação da questão ambiental brasileira desse ponto de vista exige uma pesquisa empírica de fôlego. Por ora, oferecemos apenas uma indicação de quais elementos do contexto brasileiro deveriam ser privilegiados em uma investigação do conflito ambiental à luz dessa perspectiva sociológica. (ALONSO; COSTA, 2002, p. 127).

Carneiro (2009), por sua vez, ao realizar um balanço crítico das edições do grupo de trabalho sobre conflitos ambientais no Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) como um panorama do cenário dessas pesquisas no Brasil, afirma ser recorrente o questionamento acerca “do estatuto teórico do

conceito de ‘conflitos ambientais’”, argumentando que uma das tarefas mais importantes é a de “avançar na sua elaboração conceitual”:

Mais especificamente, percebemos que pairam indefinições cruciais: o “ambiente” que é construído e disputado pelos atores refere-se apenas à “natureza” ou às “condições naturais”, entendidas como os elementos e processos comandados pela lógica do mundo físico-biótico que independe da ação humana? Ou esse “ambiente” incorpora também o ambiente construído pela atividade humana, assim como as relações sociais e sistemas simbólicos implicados nessa construção? (CARNEIRO, 2009, p.18).

O autor se posiciona afirmando que o interesse das ciências sociais na questão ambiental está nas práticas sociais de apropriação do espaço e do que nele se contém: “ou seja, o ‘ambiente’ que interessa às ciências sociais é o ambiente já apropriado pela ação humana, ou seja, o território” (CARNEIRO, 2009, p. 19).

Este posicionamento do autor de manifestar interesse pelo ambiente socialmente apropriado, em maior ou em menor medida compartilhado por seus pares, aparece em decorrência das abordagens mais utilizadas nas pesquisas analisadas. Segundo Carneiro (2009), Pierre Bourdieu é o autor mais referenciado na bibliografia dos trabalhos apresentados, notando-se uma “forte propensão a pensar as situações empíricas a partir do papel nelas desempenhado pelas lutas simbólicas pela imposição das ‘di-visões de mundo’”. Além da influência de Bourdieu, Carneiro acrescenta:

Se as elaborações intelectuais de Bourdieu sobre o poder simbólico são as mais presentes no pano de fundo teórico em que se ancoram as análises apresentadas ao GT, as abordagens mais específicas da “questão ambiental” parecem mais fortemente influenciadas pelas formulações de Henri Acselrad acerca da chamada “questão ambiental” como objeto epistêmico. Com efeito, Acselrad é o segundo autor mais referenciado nas bibliografias dos trabalhos apresentados ao GT [...]. A terceira autora mais referenciada pelos trabalhos apresentados ao GT, e que, numa perspectiva semelhante à de Acselrad, tem desenvolvido esforços de elaboração conceitual sobre o domínio de objeto do subcampo das ciências sociais dedicado à discussão da chamada “questão ambiental”, é Andréa Zhouri [...]. (CARNEIRO, 2009, p. 15).

Conforme discutido anteriormente, nas abordagens destes autores os conflitos ambientais são analisados como decorrentes de rupturas de acordos ecológicos devido a incompatibilidades de interpretações simbólicas quanto a unidades territoriais compartilhadas. Assim, pode-se afirmar que a concepção subjacente a estas análises não problematiza a separação sociedade-natureza: parte-se do pressuposto de que existe uma natureza, em sua materialidade e ecologia, que é *representada* diferentemente pelos distintos grupos sociais, o que deflagra, portanto, os conflitos ambientais.

Mas, e se, como parece ocorrer no conflito em torno da construção de Belo Monte, nos conflitos ambientais houver também mais do que isso? E se os grupos em conflito não estiverem de acordo nem sobre as medidas que definem as unidades territoriais, isto é, que separam o que é material e o que é simbólico, o que é natureza do que é sociedade? Era essa a *impressão* que me passavam os conflitos ambientais e que me interessava investigar.

Foi, portanto, motivada pelas instigantes pistas abertas pelo conflito em torno de Belo Monte no que diz respeito às articulações entre grupos sociais heterogêneos, agentes não humanos, ambientalismo, socioambientalismo e desenvolvimento, associadas ao debate teórico sobre os limites da incorporação do ambiente à análise sociológica e, como um desdobramento desses limites, a potencialidade ou não do conceito de conflito ambiental de expressar essa complexidade, que foi elaborada essa tese. A questão central que orientou a pesquisa foi a análise do que os conflitos ambientais apresentam de inovador à análise dos conflitos sociais e quais são suas contribuições para a compreensão das relações sociedade e natureza? A expectativa era de que, tomando-se por base empírica o conflito ambiental em torno da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, poderia se contribuir para a consolidação teórica dos estudos sobre conflitos ambientais como um campo de análise sociológica, contudo atentando-se às especificidades de tais conflitos enquanto reveladores de interpretações das relações sociedade-natureza.

Orientando-se por estas reflexões, foi iniciada a pesquisa de campo, a qual será apresentada e discutida no próximo capítulo. Contudo, o contato direto com os sujeitos envolvidos, o envolvimento pessoal da pesquisadora com as questões suscitadas pelo campo e os limites da análise proposta impuseram uma revisão sobre os objetivos da tese e a centralidade da análise, como se pretende demonstrar em seguida.



**Figura 10:** Volta Grande do Xingu, junho/2011.  
Fonte: Fotografia da autora.

### **3 AFINAL, O CONFLITO EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DE BELO MONTE É UM CONFLITO AMBIENTAL?**

[...] era necessário não apenas que a resposta abrigasse a questão, era necessário também que ela determinasse uma hora, uma ocasião, as circunstâncias, as paisagens e os personagens, as condições e os desconhecidos da questão. (DELEUZE; GUATTARI, 1991, p. 08).

O interesse desde o período da graduação e dos estágios em biologia da conservação, reafirmado durante o mestrado, nos conflitos em que a “natureza” adquire centralidade, o contato com bibliografias da sociologia contemporânea que rompem com a primazia do social nas análises e as lacunas observadas na literatura sobre conflitos ambientais que, ainda que inquestionavelmente fértil, parecia não explorar ao limite a possibilidade de abertura para associações alternativas entre sociedade e natureza oferecida por tais conflitos motivaram, desde o início do doutorado em sociologia, a propensão a uma reflexão teórica sobre os conflitos ambientais, em que estes seriam interpretados a partir de chaves analíticas englobantes. Assim, o desejável para esta tese seria, a princípio, contribuir com formulações abrangentes sobre o que são, via de regra, esses conflitos, quais são suas prerrogativas e características.

Nesse sentido, no percurso em que essa tese foi delineada Belo Monte surgiu após o conceito de conflito ambiental; foi a discussão sobre conflitos ambientais que me atraiu a princípio, e foi na busca por um “caso emblemático” que fui conhecer o que se passava em Belo Monte. No entanto, o exercício de pesquisa mostrou que a correlação não seria tão simples assim: tanto em Belo Monte, quanto na noção de conflito ambiental, parecia haver algo a mais do que inicialmente eu presumia. Compreender quais são os componentes desse “algo a mais”, os desconhecidos<sup>17</sup> que se interpõem à formulação inicial de que “o conflito em torno de Belo Monte é um conflito ambiental”, são os objetivos destes três primeiros capítulos.

Para tanto, inicialmente Belo Monte foi apresentada discutindo-se suas implicações enquanto obra em curso, projeto em disputa e conflito ambiental. Em seguida, no segundo capítulo, foi apresentada uma revisão da literatura sobre conflitos ambientais, situando-a no interior de um contexto de incorporação da noção de ambiente pela sociologia. Fundamentando-se nos dados secundários de contextualização de Belo

---

<sup>17</sup> Sobre os desconhecidos de uma questão, ver Deleuze e Guattari, em “Qu’est-ce que la philosophie?” (1991, p. 8), e a discussão realizada por Stengers (2003, p. 77).



Monte, reunidos no primeiro capítulo, e na discussão com a literatura, tal qual formulada no segundo capítulo, foi iniciada a pesquisa de campo, que será o foco inicial de discussão da presente seção.

Do confronto entre a discussão com a literatura e o processo de trabalho de campo, uma nova formulação do problema de pesquisa se impôs, a qual será apresentada ao final deste capítulo, seguida da discussão dos procedimentos de análise. O capítulo encerra com a proposição de manter a *aposta* na noção de conflito ambiental para se analisar o que está em curso em Belo Monte, à condição de se considerar que “o social” e “o natural” não são separáveis na *dinâmica* do conflito; e de que “o social” e “o natural” não estão separados/não são separáveis na definição dos termos do conflito, ou seja, na definição mesma *do que* está em conflito.

### 3.1 A PESQUISA DE CAMPO E SEUS MÚLTIPLOS DESLOCAMENTOS

A pesquisa de campo que sustenta a discussão proposta nesta tese foi realizada no período de novembro de 2010 a agosto de 2011, dividida entre cinco momentos. O primeiro, de pesquisa exploratória, ocorreu entre 07 de novembro e 05 de dezembro de 2010, em Cabo Verde, Santarém-PA e Belém-PA. O segundo ocorreu em Brasília-DF, no período de 06 a 12 de fevereiro de 2011. A terceira etapa de campo ocorreu em Altamira-PA e na Volta Grande do Xingu, de 18 de maio a 20 de julho de 2011. Em seguida, um novo período de campo foi realizado em Brasília, entre os dias 08 e 14 de agosto de 2011, e, finalmente, uma última etapa ocorreu em Altamira e na Volta Grande do Xingu, de 14 a 28 de agosto de 2011.

No total, portanto, somaram-se cerca de 150 dias de campo, nos quais foram realizadas 51 entrevistas semiabertas, registradas em reuniões, assembleias, passeatas e eventos cerca de 60 horas de áudio, tiradas mais de 1300 fotografias, houve uma compilação de cerca de 1250 documentos, além de materiais e panfletos, além de muitas conversas informais, muita observação e presença no cotidiano das distintas entidades envolvidas. Sobretudo, a pesquisa de campo produziu, mais do que essa contabilidade pode refletir, deslocamentos de outras ordens além da geográfica, que serão apresentados a seguir em suas distintas etapas.

### 3.1.1 A pesquisa exploratória: Cabo Verde, Santarém e Belém

Ainda que o conflito em torno da construção da usina de Belo Monte parecesse o “caso emblemático” – pela longevidade do conflito, indicando que as soluções não são, pelo menos de maneira simples, negociáveis; pela articulação de uma extensa rede incluindo humanos e não humanos em sua dinâmica de disputas; e por abarcar entre os sujeitos diretamente envolvidos uma potencial diversidade de cosmologias, visto que se confrontam versões sobre a natureza provenientes de indígenas, técnicos de órgãos públicos, agricultores familiares e ambientalistas, entre outros – ainda assim, para sustentar as extrapolações teóricas desejadas parecia necessária a confrontação com ao menos mais um “caso empírico”.

Na busca por este segundo caso empírico, o convite para atuar como monitora em uma disciplina ministrada pelo meu orientador no Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde (UNI-CV) pareceu providencial: em um país arquipélago, pleno de ecossistemas vulneráveis e espécies endêmicas como Cabo Verde, a conservação ambiental tem adquirido relevância na arena pública de algumas décadas para o presente, expressando-se localmente nos âmbitos sociais, políticos e na (re)ordenação de territórios. Mais precisamente, dois contextos distintos do arquipélago, ambos localizados na Ilha de Santiago, chamavam a atenção: a constituição do Parque Natural da Serra Malagueta e a extração de pedras em Ribeira da Barca.

O Parque Natural da Serra Malagueta (FIG. 11) foi o primeiro parque natural inaugurado na República de Cabo Verde, em fevereiro de 2003. Conta com uma população residente de 250 habitantes, a qual se somam 2000 moradores de seu entorno direto, em uma área na qual a pobreza é bastante acentuada (MAA/DGA, 2008). A implantação do parque resultou em uma série de restrições ao uso do solo pelos moradores locais, no que diz respeito à coleta e extração de espécies nativas e cultivo de animais. A população se sente, assim, prejudicada pela implantação do parque e há conflitos com a fiscalização ambiental. Por outro lado, os responsáveis pela gestão ambiental afirmam que o Parque é fomentador de desenvolvimento sustentável, atraindo turistas e programas de “boas práticas ambientais”. Este contexto parecia próximo àquele observado em muitos dos conflitos ambientais analisados no Brasil e, particularmente, por se tratar de embate em torno dos usos de uma unidade de conservação, se aproximava do conflito ambiental que estudei na minha pesquisa de mestrado, o que me sugeria a possibilidade de estabelecer paralelos interessantes.



**Figura 11:** Vista do Parque Natural da Serra Malagueta, na Ilha de Santiago, em Cabo Verde.  
Fonte: Fotografia da autora.

A extração mineral em Ribeira da Barca (FIG. 12), por sua vez, refere-se à fonte de renda de dezenas de pessoas que se especializam na coleta de pedras de origem vulcânica, ou “inertes”, como são chamados em Cabo Verde, denominadas jorra, as quais são utilizadas na construção civil. Esta extração é conduzida mediante um trabalho arriscado e penoso nas praias, expondo os trabalhadores a riscos e enfermidades e gerando a degradação da costa, visto que a extração acentuada conduz à deterioração das praias e ao rebaixamento do substrato costeiro. Por isso, há um embate constante entre os trabalhadores, que demandam pelo direito de extração do mineral como fonte de renda necessária para a sua manutenção, as autoridades gestoras, que não concordam com os prejuízos ao turismo, fonte de renda importante para o país, causados pela degradação das praias, e ambientalistas, que manifestam os riscos da alteração do ambiente costeiro. Esta situação também parecia apresentar os elementos frequentes em conflitos ambientais encontrados no Brasil: apesar da atividade de extração ocorrer por meio de um método bastante particular, trata-se de disputas entre povos nativos que dependem de um “recurso ambiental” e gestores e ambientalistas que veem a prática dos moradores como degradadora.



**Figura 12:** Extração de “inertes” em Ribeira da Barca, na Ilha de Santiago, em Cabo Verde.  
Fonte: Fotografia da autora.

Motivada por estes contextos, foi realizada pesquisa de campo exploratória nestes dois locais, no período de 7 a 21 de novembro de 2010. Durante este período, foi realizado levantamento documental, conversas e entrevistas com informantes-chave e observação direta. A partir deste contato, pôde-se perceber contudo que estas atividades de geração de renda das comunidades locais – seja a extração de espécies nativas do parque natural para consumo e comercialização, seja a extração de inertes para a venda para construção civil – e suas transformações no ambiente, mais do que geradoras de conflitos ambientais nos quais os grupos distintos se confrontam pautando-se em seus argumentos e práticas, eram apresentadas pelos sujeitos envolvidos como problemas estreitamente vinculados à noção de pobreza das comunidades. Isto é, a forma de tratamento das questões, tanto pelos moradores locais quanto pelos gestores envolvidos, organizava os conflitos como *sintomas* de uma pobreza que, esta sim, deveria ser abordada e enfrentada. Nesse sentido, as temáticas extrativistas pareciam se assemelhar à construção de *problemas ambientais* como assuntos na arena pública de maneira similar às análises de Hannigan (1997) e Fuks (2000). Entretanto, estas eram observações iniciais, que deveriam ser aprofundadas caso uma destas duas situações se confirmasse como empírico da tese.

Tendo estas reflexões em vista, segui de Cabo Verde para a minha primeira pesquisa exploratória sobre Belo Monte, que tinha por objetivo me aproximar presencialmente do contexto a ser analisado e assim pautar uma avaliação apropriada sobre a minha possibilidade, sobretudo logística, de realização da pesquisa de campo. Até então, minhas hipóteses e impressões eram baseadas em pesquisas de documentos, notícias e informações na internet (notícias de jornais, blogs, sítios eletrônicos do governo, do empreendedor e dos opositores ao projeto) e nas publicações que o conflito já havia gerado, como artigos e livros, além do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do AHE Belo Monte (BRASIL, 2009). Somadas, estas fontes me apresentavam um panorama complexo e multifacetado do conflito em torno de Belo Monte, mas eram, evidentemente, observações de segunda ordem. Assim, segui para Santarém, no dia 22 de novembro de 2010, para participar do V Fórum Social Pan-Amazônico visando um primeiro contato pessoal com os sujeitos envolvidos.

Neste fórum, as hidrelétricas na Amazônia eram o tema central. Organizações e movimentos sociais de distintos estados do Brasil e de diferentes países que também possuem territórios amazônicos estavam presentes, levantando suas bandeiras e causas. Grupos feministas, militantes da Via Campesina, povos indígenas de diferentes etnias e a Aliança dos Quatro Rios – Movimento Tapajós Vivo, Movimento Teles Pires Vivo, Movimento Madeira Vivo, e o Movimento Xingu Vivo Para Sempre –, todos estavam presentes.



**Figura 13:** Participantes do V Fórum Social Pan-Amazônico. Santarém, nov/2010.  
Fonte: Fotografias da autora.



**Figura 14:** Participantes do V Fórum Social Pan-Amazônico, Santarém, nov/2010.  
Fonte: Fotografia da autora.

Na programação, mesas-redondas, grupos de trabalho e oficinas discutiam o modelo de desenvolvimento implementado na Amazônia, denunciando consequências dramáticas para os lugares, para as comunidades e para o modo de vida de seus habitantes. As falas eram proferidas por militantes de movimentos sociais, como o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB), professores universitários, representantes de ONGs e lideranças comunitárias. Em uma das inúmeras mesas-redondas cuja pauta era a construção de hidrelétricas, um senhor de cerca de 60 anos, indígena Gavião da Montanha, contava que entre as consequências da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, estavam o deslocamento compulsório, o empobrecimento, a morte de familiares próximos e a perda de uma de suas pernas, que teve que ser amputada após o ferimento causado por um tiro em um dos muitos confrontos violentos diretamente relacionados à barragem.

Em outra atividade do fórum, a proposta de instalação de hidrelétricas nas bacias do Tapajós e do Xingu foi julgada em um tribunal popular, realizado no plenário da Câmara Municipal de Santarém. Pretendia-se representar os mesmos parâmetros de um julgamento processual comum, organizado pela Justiça. Os réus eram os projetos, que foram acusados por várias entidades e organizações. A defesa deveria ser realizada por

alguns convidados, como a Eletronorte, Cargill, Alcoa, Mineração Rio do Norte e o vice-governador do estado do Pará, que, contudo, não compareceram. Ao longo da atividade, o júri popular, que lotava completamente o plenário, transformou-se em um grande fórum de lamento, tal qual analisado por Sônia Magalhães em sua tese de doutorado (MAGALHÃES, 2007, p. 215):

Estes fóruns públicos (assembleias, reuniões, encontros) [...] podem ser denominados “fóruns de lamento”, porque são, concomitantemente, lugar da reivindicação política e espaços de encontro com a própria história e, por consequência, espaços de recordação e enunciação de todas as perdas.

De fato, a preocupação com o porvir que se desenhava com os projetos de construção de barragens se entremeava com os relatos de sofrimentos e perdas ocasionados por projetos anteriores, já efetivados. Naquele momento, como nos outros espaços do evento, fui começando a me dar conta do grau de violência e sofrimento a que estavam sujeitas as pessoas sobre as quais incidiam esses projetos. Sucediavam-se relatos de violências físicas, tais quais as denunciadas pela liderança Gavião da Montanha, e de violência política, pela não consideração da participação das comunidades locais no planejamento desses projetos.

Durante o Fórum Social Pan-Amazônico entrei em contato, pela primeira vez, com a principal liderança do Movimento Xingu Vivo para Sempre, Antônia Melo, sobre quem eu já tinha lido bastante em função de seu protagonismo na resistência à construção de Belo Monte, e comecei a conhecer outros membros do movimento. Apesar de saber com antecedência que se tratava basicamente de um movimento formado por agricultores e ribeirinhos, vê-los, com seus corpos marcados pelo trabalho de sol a sol, e também com sua simpatia e abertura a conversas e cantorias, foi para mim bastante significativo, no sentido de dar corpo e alma aos personagens os quais eu vinha estudando a distância. Os “sujeitos dos conflitos ambientais”, que eu buscava na minha questão central de tese, começavam a me serem apresentados.

Em alguns momentos, como aqueles novos sujeitos políticos organizados em torno da categoria de “povos tradicionais”, se apresentando e construindo seu espaço de reivindicação, tal como analisado pela literatura, e expressamente declarado em uma das faixas presentes na abertura do evento (FIG.15). Em outros casos, suas características e demandas pareciam menos claras, e a impressão que eu tinha era a de que traziam consigo bagagens que eu não poderia antecipar.



**Figura 15:** Faixa na abertura do V Fórum Social Pan-Amazônico. Santarém, nov/2010.  
Fonte: Fotografia da autora.

Após o final do Fórum, a aproximação com o empírico teve continuidade em Belém, onde participei de outro evento, o III Encontro Latino-americano Ciências Sociais e Barragens, realizado entre os dias 30 de novembro e 03 de dezembro de 2010, na UFPA. Apesar do caráter acadêmico do encontro, reunindo pesquisadores dedicados ao tema vindos de todo o país, também estavam presentes militantes de movimentos sociais e muitas comitativas indígenas. Na ocasião, conversei com o cacique Raoni, conhecido por sua atuação contundente e suas falas incisivas contra os projetos hidrelétricos na Amazônia, em especial Belo Monte, e que no trato pessoal demonstrou-se bastante solícito e amável. Tive oportunidade, durante os dias do evento, de conversar também com vários pesquisadores envolvidos com o estudo de barragens e conflitos, e com eles discutir minhas questões de pesquisa.

Voltei para Porto Alegre com a certeza de que o conflito em Belo Monte era certamente o conflito que eu desejava estudar, e que, para fazê-lo de forma adequada, seguramente eu deveria concentrar minha pesquisa empírica “apenas” em Belo Monte. “Apenas” entre aspas porque a esta altura, mesmo que convencida de que se tratava de



uma complexidade incrível, eu ainda não sabia o quanto Belo Monte poderia me surpreender e me envolver<sup>18</sup>.

Naquele momento, com o auxílio do meu orientador, foi definido então que Belo Monte seria o meu estudo empírico, e que os locais de campo seriam Altamira e as localidades situadas na Volta Grande do Xingu, Belém e Brasília. As estratégias metodológicas seriam entrevistas abertas com sujeitos-chave, registro etnográfico de eventos, manifestações, reuniões e encontros, diário de campo e registro de fotografias e vídeos. A partir deste momento, somou-se à pesquisa de documentos e fontes oficiais o acompanhamento diário de reportagens e publicações em sítios eletrônicos jornalísticos, *blogs* e demais páginas da internet, facilitado por uma ferramenta de busca automática do Google, que rastreia e envia diariamente para o meu endereço eletrônico os *links* para todas as publicações do dia que contêm as palavras-chave “usina” “hidrelétrica” “belo” “monte”.

Seguindo este planejamento, o segundo momento de campo consistiu na ida a Brasília, no período de 6 a 12 de fevereiro de 2011.

### 3.1.2 Em Brasília

Dois eventos importantes para a pesquisa ocorreram na segunda semana de fevereiro de 2011 em Brasília, configurando o início efetivo do trabalho de campo: a participação no seminário “Belo Monte e a Questão Indígena”, organizado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Universidade de Brasília (UnB), Instituto de Pesquisas Socioeconômicas (Inesc) e Fundação Darcy Ribeiro; e o acompanhamento de uma marcha pela Esplanada dos Ministérios, organizada pelos movimentos sociais em parceria com a organização não governamental Avaaz, visando ao seu término a entrega à presidenta Dilma Rousseff de uma petição *on-line* demandando a suspensão da construção da hidrelétrica de Belo Monte. Essa petição recebeu o recorde de assinaturas angariadas até então pela organização no Brasil, contando com mais de 600 mil assinaturas. Nessa ocasião, realizei entrevistas com algumas lideranças indígenas e a primeira entrevista com Antônia Melo, do Xingu Vivo. Foram realizados também contatos com técnicos do Ibama, da Funai, da Agência Nacional de Águas (ANA), além de contatos com professores e pesquisadores presentes no seminário.

---

<sup>18</sup> De forma que hoje, pensar em “complementar” a pesquisa em Belo Monte com outra pesquisa chega a me soar tão ingênuo que até mesmo tolo, assim como a proposta de tratar este conflito apenas como um caso ilustrativo de uma discussão teórica. Mas essas considerações vieram bem depois.

Três aspectos principais chamaram minha atenção nesta etapa de campo: o primeiro foi a dinâmica “pouco acadêmica” do seminário realizado na Fundação Darcy Ribeiro, apesar de seus organizadores serem todos ligados a instituições de pesquisa. As palestras foram várias vezes interrompidas ou por palavras de ordem contra Belo Monte, puxadas por membros da assistência, ou por danças e cantos de grupos de indígenas que entravam e saíam do auditório continuamente. Uma das palestrantes, professora da Universidade Federal de Minas Gerais, encerrou sua fala chorando, emocionada. Muitos na plateia se emocionaram e choraram também. As experiências pessoais dos palestrantes, fossem eles acadêmicos ou lideranças, eram relatadas tanto quanto o eram os dados e resultados de pesquisas. Quando o microfone foi passado à plateia, uma longa fila se formou: vários participantes do seminário queriam relatar suas histórias, realizar denúncias, entoar cantos ou declamar poemas. Mais uma vez, a imagem dos “fóruns de lamento” (MAGALHÃES, 2007) é a que parece melhor descrever a situação.

O segundo ponto a destacar diz respeito à participação na marcha pela Esplanada dos Ministérios. Estiveram presentes cerca de 300 pessoas, entre militantes de movimentos sociais, indígenas (que receberam o maior destaque da mídia), ribeirinhos e agricultores familiares. Muitos eram senhoras e senhores de idade, e a maior parte tinha viajado de ônibus por mais de 40 horas para chegar a Brasília. Além daqueles que vinham de Altamira, alguns dos presentes eram vinculados às organizações não governamentais (ONGs) que participaram na elaboração e execução da marcha, especialmente *Avaaz* e *Amazon Watch*. Todos estavam ali motivados pela possibilidade da presidenta da república receber a petição, em uma audiência que havia sido previamente solicitada. Associada à petição, seria entregue também uma carta, em que eram apresentados os motivos pelos quais os militantes são contrários à obra e contra a forma pela qual vem sendo conduzida a política energética nacional, e propondo alguns encaminhamentos.



**Figura 16:** Da esq. para a dir., Antônia Melo (liderança do Movimento Xingu Vivo Para Sempre), Raoni (cacique Kayapó) e Paulo Maldós (secretário-executivo de articulação social da presidência da república). Brasília, fev/2011.

Fonte: Fotografia da autora.

Contudo, a presidenta não aceitou receber a comissão destacada para entregar a carta, nem tampouco nenhum ministro pôde recebê-los, tendo sido apenas após algumas horas de negociação obtida uma audiência com o secretário nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República. Nessa audiência só poderiam estar presentes, da parte dos manifestantes, cinco pessoas, mas esse número foi estendido para permitir a entrada da chamada “imprensa indígena”. Os demais manifestantes (e eu entre eles) foram impedidos de se aproximar da entrada do Palácio do Planalto mediante grades situadas a 500 metros da quadra onde está a portaria de acesso, o que causava uma frustração por dar a impressão de serem proibidos de atingir seu objetivo, isto é, de caminhar até o Palácio do Planalto. Durante todo o percurso, e mais ainda impedindo a aproximação da sede do executivo, a vigilância era realizada por um ostensivo aparato da Força Nacional, o que parecia não se coadunar com o perfil dos manifestantes. Ao final de um dia inteiro de manifestação, a resposta dada na audiência foi que “o governo Dilma fará o que *tem* que ser feito, *mas* com diálogo”.

E finalmente, o terceiro aspecto vivenciado durante essa semana em Brasília e que me chamou a atenção foi o difícil contato com os técnicos das instituições governamentais envolvidas no conflito. Devido a minha graduação em Ciências Biológicas, tenho amigos de faculdade que hoje são analistas ambientais do Ibama, da

Funai, da Agência Nacional de Águas e do Ministério do Meio Ambiente. Ao contatá-los e explicar o motivo da minha ida a Brasília e o tema da minha tese, todos se mostraram solícitos em me ajudar e em me indicar quem seriam as pessoas adequadas, nos respectivos órgãos, para conversarem comigo e contribuírem com a tese. Contudo, as pessoas indicadas por eles, em todos os casos, suspendiam a abertura inicial para contribuírem quando o tema Belo Monte era mencionado. A partir daí, telefones não eram mais atendidos, e-mails não respondidos, até que os amigos que tinham estabelecido o contato me sugerissem esperar mais um pouco, porque na ocasião não seria um bom momento para conversar sobre Belo Monte, visto que estariam todos os técnicos envolvidos se sentindo muito pressionados.

Contribuía para essa cautela da parte dos servidores públicos o fato de o tema ser constantemente pautado na mídia (realizando a cobertura jornalística da marcha, por exemplo, estavam presentes vários repórteres e fotógrafos dos veículos de comunicação de maior alcance no país) e, uma semana antes da manifestação, um parecer técnico da Fundação Nacional do Índio (Funai) que manifestava o indeferimento da licença para o chamado componente indígena do Estudo de Impacto Ambiental ter sido veiculado na mídia sem autorização do órgão, que oficialmente aprovava a viabilidade de Belo Monte<sup>19</sup>. Este fato causou sérios constrangimentos à instituição, e mais ainda aos seus técnicos, que foram ameaçados de exoneração por improbidade administrativa. Assim, na esfera pública federal pairava a assertiva de que com relação à Belo Monte “todo cuidado é pouco”, levando-me a perceber que em Brasília seria complicado encontrar aqueles que aceitassem dar entrevistas e conversar sobre o tema.

---

<sup>19</sup> O parecer foi divulgado no dia 01 de fevereiro de 2011, em notícia disponível em: <http://colunas.revistaepoca.globo.com/politico/2011/02/01/presidente-da-funai-contraria-parecer-tecnico-do-orgao-para-liberar-belo-monte/>



**Figura 17:** Manifestantes na Esplanada dos Ministérios, Brasília, fev/2011.  
Fonte: Fotografia da autora.



**Figura 18:** Cacique Raoni e a cobertura midiática. Brasília, fev/2011.  
Fonte: Fotografia da autora.

### 3.1.3 Em Altamira e Volta Grande do Xingu

O período de trabalho de campo realizado entre maio e julho de 2011, em Altamira e localidades da Volta Grande do Xingu, foi o maior período contínuo da pesquisa, e conseqüentemente o período em que foram realizadas a maior parte das entrevistas, conversas e observações que sustentam a análise proposta na tese.

As informações que eu dispunha sobre Altamira antes da minha chegada não eram muito animadoras: o maior município do mundo, com uma área total de 159.696 km<sup>2</sup>, era também recordista em homicídios de trabalhadores rurais e índices de criminalidade no estado do Pará. Assim a cidade era descrita em uma das muitas reportagens que li quando buscava me informar sobre Altamira:

Altamira gosta da alcunha de maior município do mundo. O Ceará cabe ali dentro, a Grécia também. Tem talvez 100 mil habitantes entre zona urbana e rural e a população pode dobrar com a construção da hidrelétrica de Belo Monte. Não tem coleta de esgoto e só 20% dos habitantes recebem água tratada. É o polo de uma região de dez cidades onde menos de 1% dos moradores têm nível superior e há quase 20% de analfabetos. Todos os atores da Amazônia estão ali reproduzindo todos os conflitos que marcam a história da região: garimpeiros que não gostam de índios que brigam com agricultores que têm problemas com ribeirinhos que são invisíveis para quem vive na cidade. De vez em quando há uma troca de parceiros nessa dança, mas o resultado costuma ser confusão. A briga pela posse da terra está na base da trajetória de mortes da região. Em um sábado de agosto de 2001, o sindicalista Ademir Federicci, o "Dema", coordenador do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu, foi morto com um tiro na boca enquanto dormia ao lado da mulher e do filho caçula. Naqueles dias ele liderava o debate de resistência contra a usina de Belo Monte. O crime que colocou a vizinha Anapu no noticiário internacional aconteceu em fevereiro de 2005 - ao caminhar por uma estrada de terra, a missionária americana Dorothy Stang, 73 anos, recebeu seis tiros à queima-roupa. Os dois fazendeiros acusados de serem os mandantes do crime vivem em Altamira. Um deles, Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, desfilou ostensivamente pela cidade ao ser absolvido em julgamento há dois anos. O bispo da Prelazia do Xingu, Dom Erwin Kräutler, tem uma coleção de ameaças de morte por defender povos indígenas, denunciar casos de exploração sexual de adolescentes, ser próximo a Dorothy e radicalmente contrário à usina. Desde 2006 só circula acompanhado por dois policiais militares. Sem escolta, mas igualmente ameaçada, Antonia Melo, coordenadora do movimento de mulheres do Estado e outro forte nome de oposição à hidrelétrica, desde 2004 não sai mais de casa à noite. Casos como esses fincaram o Pará como o Estado de histórico fundiário mais violento do Brasil. É nesse faroeste que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende construir sua maior obra, a segunda hidrelétrica do Brasil.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> CHIARETTI, Daniela. Reportagem "Onde o abacaxi é do tamanho da jaca", publicada pelo jornal Valor em 14/04/2010. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/31462-onde-o-abacaxi-e-do-tamanho-da-jaca>>. Acesso em janeiro/2011.

No início de 2011, já começavam a se manifestar na cidade as aceleradas transformações em função da “chegada de Belo Monte”. Talvez a primeira e mais evidente naquele momento tenha sido o aumento populacional, consequência tanto da imigração de trabalhadores em busca de emprego nas obras de construção da hidrelétrica quanto dos funcionários das empresas responsáveis pelo empreendimento. Atrelado ao aumento populacional, já se sentia claramente em Altamira o aumento dos preços vinculados à habitação e hospedagem, inflacionando o valor dos terrenos e imóveis, dos aluguéis e das diárias de pousadas e hotéis<sup>21</sup>.

Contudo, no dia que cheguei a Altamira pela primeira vez, no dia 18 de maio de 2011, a cidade estava em festa. No mesmo voo em que eu estava vinham também os integrantes da Banda Calypso, umas das bandas que mais vendem discos no país, para realizar naquela noite um show na orla da cidade. Estavam programadas várias apresentações e sorteio de 11 motos, dentre outros prêmios, em comemoração pelo aniversário de dez anos do Consórcio Belo Monte, uma associação composta por prefeituras de 11 municípios situados na área de influência da hidrelétrica, criada para estimular o processo de viabilização política da construção da barragem.

Durante minha estada, e também depois, quando voltei, Altamira sempre me pareceu um personagem à parte: seja pelo seu protagonismo nas conversas com os moradores locais e visitantes, que invariavelmente comentavam sobre as mudanças na cidade, a alta dos preços em geral, os problemas de infraestrutura, ou sobre a beleza da orla do Xingu e a apazibilidade do cais; seja por a cidade ser um dos principais focos de preocupação no licenciamento ambiental e nas críticas a ele direcionadas, por ser a cidade-polo da obra (e, portanto, local de maior trânsito e aglomeração de pessoas, demanda por serviços e infraestrutura) e estar às margens do Xingu, sofrendo diretamente as consequências do represamento, como alagamento de parte de sua área (inclusive bairros atualmente habitados), problemas de saneamento e impactos decorrentes da eutrofização do rio.

Contudo, essa não é a primeira vez na história de Altamira que a cidade é transformada por um grande projeto. Formada a partir de um aldeamento indígena que

---

<sup>21</sup> Em média, as diárias estavam custando, no período em que comecei a procurar onde me hospedar na cidade (início de 2011), entre R\$150 e R\$200, sendo indiferente o período de estadia, isto é, inclusive pensões que cobravam a hospedagem mensalmente ofereciam a diária dentro desta faixa de preços. Mesmo com os altos valores, os hotéis e pousadas mais centrais estavam com os leitos lotados, visto que eram contratados pelo Consórcio Norte Energia para hospedar seus muitos funcionários. Dessa forma, a decisão sobre onde eu ficaria hospedada durante o período do trabalho de campo teve que ser tomada após a chegada na cidade, o que teria sido impossível se não houvesse a generosa colaboração de uma colega de doutorado que se tornou uma amiga, Carla Rocha, moradora de Altamira.

congregava índios Xipaya e Kuruaya desde a atuação das Missões Jesuíticas na primeira metade do século XVIII, Altamira na década de 1970 viu passar sobre si a abertura daquela que deveria ser a maior estrada brasileira, a BR 230 ou Rodovia Transamazônica. Após a vinda à cidade, em 1972, do general-presidente Emílio G. Médici e a derrubada de uma castanheira centenária como o marco zero da Transamazônica e a “chegada do progresso”, foram iniciados projetos de colonização em torno da cidade, que passou a ser considerada a “capital da Transamazônica”. Assim, Altamira viu a sua população saltar de cinco mil habitantes, no início das obras de abertura da rodovia, para 18 mil habitantes em apenas quatro anos. O número de estabelecimentos comerciais passou nesse mesmo período de seis para 480, incluindo aí casas de tecidos, empórios, lojas de calçados, bebidas, ferragens e materiais de construção. Os preços dos aluguéis triplicaram, assim como as novas construções. O poder aquisitivo da população aumentou dez vezes com a chegada da Transamazônica. Mas, quando as empreiteiras foram embora, o dinheiro deixou de circular e a cidade mergulhou no ostracismo, com dificuldade em retomar suas atividades de extração de castanha, borracha e minério (GRANATO, 2004).

Nos projetos de colonização que abriram estradas, conhecidas como “travessões”, perpendiculares à Transamazônica, conferindo-lhe o aspecto de “espinha de peixe” que lhe é característico, centenas de agricultores, vindos principalmente dos estados do Sul e do Nordeste do Brasil, passaram a esperar o asfaltamento da estrada, necessário para o deslocamento e para o escoamento da produção, mas este asfaltamento nunca veio – até ter sua promessa de realização renovada com a construção de Belo Monte.

*Trecho de diário de campo – 17 de agosto de 2011.*

*Altamira*

*Altamira é o maior município do mundo, e no último censo, antes da barragem, já tinha 100 mil habitantes. Mas, antes das 19h, o comércio de Altamira já fechou todo. Domingo, nada abre; sábado, só até meio-dia. Se é feriado então, nem restaurante abre no almoço.*

*Quando eu cheguei pela primeira vez em Altamira, dia 18 de maio de 2011, na cidade só havia um semáforo – e estava acontecendo um show da banda Calypso. Hoje, 18 de agosto de 2011, só na Travessa Pedro Gomes têm mais de dez semáforos.*

*Em Altamira tem muito acidente de trânsito, os índices de criminalidade são altos. Me recomendam não voltar sozinha a pé depois das 20 horas, e quando preciso, volto com medo. Mas hoje, andando rápido, era umas 19:30h, ao atravessar a avenida me deparei cercada por rãzinhas, umas 15, acho que elas também tinham acabado de atravessar. Nessa avenida, o dia todo vão e vêm carretas, levando madeira, trazendo*



*concreto. Sexta-feira, a cunhada da Lili morreu atropelada por uma carreta, conseguiu proteger os dois filhos bebês que iam com ela na bicicleta. No mesmo dia, no mesmo lugar, teve mais dois acidentes.*

*Altamira escapa aos rótulos de cidade grande, cidade pequena. Para a Lene e a Ju, de Castanhal, aqui não parece Pará, “se come tacacá de garfo, onde já se viu?”. Para os imigrantes da Transamazônica aqui é muito Pará, terra sem lei.*

*Acho que Altamira não sabe o que quer ser. Ou então, nunca a deixaram decidir.*

Em Altamira, e também vinculada à abertura da Transamazônica e aos projetos de colonização dela decorrentes, encontra-se um forte movimento social, formado por agricultores familiares e trabalhadores rurais. Durante a década de 1990 este movimento tornou-se conhecido por ser um dos movimentos sociais rurais mais fortes do Brasil (SOUZA, 2006). Foi em 1987 que ele começou a se articular, em torno do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST) que, com o apoio da Prelazia do Xingu, visava chamar atenção para a situação de abandono e isolamento na qual foram relegados os colonos da Transamazônica. As principais demandas eram o asfaltamento da rodovia e a construção de infraestrutura básica de educação e saúde, além de crédito para viabilizar os investimentos na produção agrícola.

A partir de meados da década de 1990, quando o projeto da construção de Belo Monte volta a receber destaque do governo federal, sem contudo os povos indígenas estarem tão organizados em sua resistência como estavam em 1989, o movimento social da região da Transamazônica passa a abarcar também entre suas demandas a não construção de Belo Monte e a preservação do Xingu, contudo, exigindo alternativas de desenvolvimento. Nesse período, o MPST muda de nome e passa a se chamar Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu, MDTX. Nesse contexto, é criada a entidade jurídica Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), que passa a assumir a gestão financeira dos projetos do MDTX.

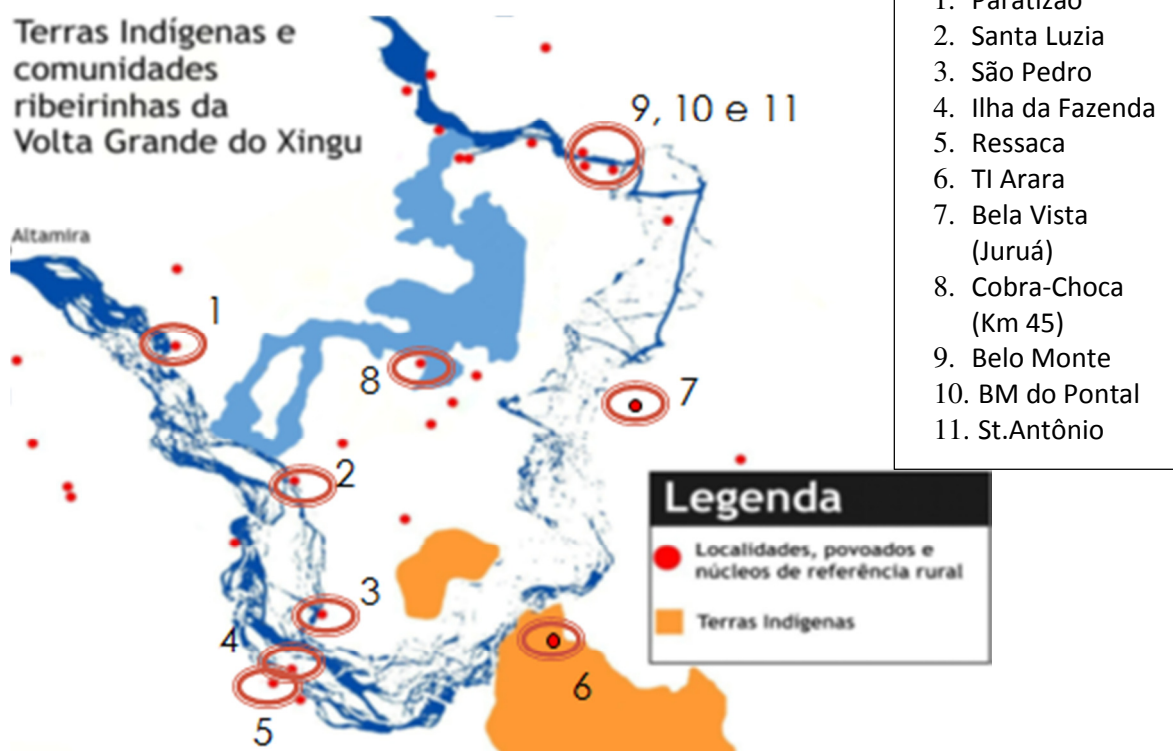
Importante nesse processo foi a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992. Ao associar desenvolvimento e ambiente de forma seminal, a conferência chamou atenção para a Amazônia, angariando recursos para o seu desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, foi elaborado o Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7), formado a partir de recurso a fundo perdido doado pelos então sete países mais ricos do mundo: Estados Unidos, Alemanha, Grã-Bretanha, Japão, Holanda, França e Canadá. Na Transamazônica, o PPG7 apoiou iniciativas de implantação de projetos de sistemas agroflorestais, de cursos de formação sobre manejo florestal e de identificação do

potencial dos produtos florestais não madeireiros dos lotes dos agricultores, sendo executados via FVPP. O interessante é que esse processo resultou em uma via de mão dupla: para os militantes do movimento social da Transamazônica, foi a partir de então que começaram a ter contato com o discurso ambiental e com as preocupações a ele vinculadas. De outro lado, a participação dos membros do MDTX e da FVPP na execução dos programas de desenvolvimento sustentável da ONU foi um dos elementos responsáveis pela inclusão dos agricultores familiares nas discussões sobre meio ambiente e desenvolvimento, passando a considerá-los também “povos da floresta”, e não apenas os indígenas, seringueiros, ribeirinhos e quilombolas, conforme preconizava o discurso ambientalista da época (SOUZA, 2006).

Nos anos 2000, quando o Partido dos Trabalhadores (PT) assume o governo federal com a eleição do presidente Lula, seus militantes, desde a origem do movimento ligados ao PT e vinculados aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e à Fetagri (Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura), passam a assumir em alguns casos também cargos políticos, sendo eleitos vereadores, parlamentares e passando a ocupar cargos de confiança nos órgãos públicos. Diversos projetos locais passam a ser executados tendo o governo federal como parceiro (como, por exemplo, a criação de Casas Familiares Rurais, com o objetivo de formar filhos de agricultores por meio da Pedagogia da Alternância, e o programa Proambiente, que buscava uma compatibilização entre as formas de produção e o uso dos “recursos naturais” disponíveis nos lotes dos agricultores), o que implicou em um volumoso aporte de recursos financeiros e de funcionários. Sendo a representação formal do MDTX, da Fetagri regional da Transamazônica e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a FVPP cresceu significativamente a ponto de se tornar a referência de todo esse conjunto de atores da região. Contudo, quando o governo do PT passa a assumir a construção de Belo Monte como obra prioritária, começam a ocorrer tensões internas ao movimento social. Assim, quando o presidente Lula vai a Altamira em 2008 para promover o programa Luz para Todos e a construção da hidrelétrica de Belo Monte, alguns dos militantes vinculados à FVPP querem recebe-lo com protestos, enquanto outros querem homenageá-lo pelos projetos desenvolvidos. A situação se torna insustentável e há uma cisão entre os grupos militantes. Aqueles que rompem com o PT e com a Fundação formam, a partir de então, o Movimento Xingu Vivo para Sempre, que passa a se tornar a maior referência de oposição à construção da hidrelétrica.

Efetivamente, a polarização que havia se instituído na cidade no que diz respeito à construção de Belo Monte foi outro aspecto que chamou minha atenção logo que cheguei em Altamira. Assim que se abordava o tema – por exemplo, a partir da frase “minha pesquisa é sobre Belo Monte” – imediatamente a atitude do interlocutor era de se apresentar como “a favor” ou “contra”, sem matizes. Essa apresentação se tornou um diferencial de grupos sociais, posições políticas, visões de mundo. Naquele momento, dizia-se que até mesmo os flertes na cidade vinham começando com a pergunta: “Você é a favor ou contra Belo Monte?”. Contudo, ao longo da minha estadia pude perceber que, ainda que as respostas fossem de modo geral afirmadas com convicção, havia uma maleabilidade nas posições, pelas quais algumas pessoas e grupos circulavam com relativa rapidez.

Além de Altamira, neste período do trabalho de campo estive também em onze localidades situadas na Volta Grande do Xingu (FIG.19). O acesso a essas comunidades se dá pelos travessões da Transamazônica, ou, sobretudo, a partir da navegação no Rio Xingu, em pequenos barcos a motor, denominados voadeiras.



**Figura 19:** Localidades da Volta Grande do Xingu onde foi realizada pesquisa de campo.  
Fonte: Adaptação realizada pela autora sobre croqui de MPF (2011).

Como esse transporte na região possui um custo muito alto (média de R\$600 por trajeto), tive a possibilidade de chegar a essas comunidades a partir de caronas nas voadeiras fretadas por outras pessoas, como jornalistas (acompanhei um jornalista francês

e uma jornalista holandesa que realizavam matérias sobre Belo Monte para canais internacionais), militantes de movimentos sociais e funcionários de empresas que participariam de reuniões com as comunidades, ou ainda outros pesquisadores. Naquele momento, era frequente encontrar placas em árvores nas casas às margens do Xingu contendo os dizeres “Não quero a barragem de Belo Monte” (FIG. 20).

Nesse período, visitei e estive hospedada por famílias de ribeirinhos, agricultores familiares e indígenas. Muitas das famílias até aquele momento não sabiam ao certo se a obra iria atingi-las ou não. Em outras comunidades, já se estava em processo de negociação de valores de indenizações: já tinham sido realizados cadastros das pessoas e das benfeitorias dos terrenos, alguns vizinhos já tinham até mesmo se mudado. Em outros casos, deixar o local onde viviam não era visto como uma alternativa possível. Estes estavam dispostos a lutar com todas as suas forças para que “a barragem não saísse”, e, repetiam continuamente que, caso não conseguissem “empatar a obra”, prefeririam perder a própria vida.



**Figura 20:** Comunidade do Arroz Cru, Volta Grande do Xingu, maio 2011.  
Fonte: Fotografia da autora.



**Figura 21:** Pescador no Rio Xingu, Volta Grande, jun/2011.

Fonte: Fotografia da autora.



**Figura 22:** Momentos da pesquisa de campo em Altamira e Volta Grande do Xingu, maio a jul/2011.

Fonte: Fotografias da autora.



**Figura 23:** Momentos da pesquisa de campo em Altamira e Volta Grande do Xingu, maio a jul/2011.

Fonte: Fotografias da autora.

Enquanto os dias iam passando, quanto mais pessoas e lugares eu conhecia, mais minhas questões iam se complexificando. Cada um desses lugares trazia novos aspectos sobre os quais parecia importante buscar mais informações, me falavam sobre mais pessoas com as quais eu deveria conversar ou me faziam pedidos para ajudá-los a entender tabelas e decretos. A tensão em Altamira aumentava, com a iminência da emissão da licença de instalação (LI) pelo Ibama, que sinalizaria positivamente para o início das obras. Além das questões próprias à pesquisa, dificuldades logísticas, complicações de saúde decorrentes do trabalho de campo e transtornos relacionados ao fato de ser uma pesquisadora mulher<sup>22</sup> sozinha na cidade contribuíam para aumentar também em mim as tensões durante esse período. A ideia de “saturação dos dados”, corriqueira em análises qualitativas, para mim parecia cada vez mais inalcançável. Contudo, eu sabia que eu deveria estabelecer as linhas de corte que me permitiriam encerrar o campo. Estávamos em julho, e estava programado para setembro o início do

<sup>22</sup> Sobre as complicações enfrentadas por mulheres pesquisadoras em contextos de barragens, ver os comentários de Raquel Oliveira e Conceição Luciano, em Zhouri e Rothman (2008). Sobre pesquisa social e gênero, ver GenSet (2010).

meu estágio de doutorado-sanduíche na França. Eu sabia que ainda era importante voltar a Brasília, tentar novamente ouvir os membros das instituições federais envolvidas em Belo Monte, e a Belém, onde achava importante conversar pessoalmente com os procuradores do Ministério Público Federal que assinavam as ações contra Belo Monte na justiça. Decidi, então, voltar para Porto Alegre, conversar com o meu orientador e fazer um balanço geral do campo. O que eu não imaginava é que eu não conseguiria me afastar: cerca de 15 dias após o meu retorno de Altamira, decidi ir a Brasília e de lá, uma semana depois, eu voltaria para a Volta Grande do Xingu.



**Figura 24:** Sede do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, no dia em que foi emitida LI para Belo Monte.  
Fonte: Fotografia da autora

### 3.1.4 Em Brasília, novamente

A dinâmica da pesquisa de campo em Brasília precisava ser completamente diferente daquela adotada em Altamira e na Volta Grande, onde as circunstâncias permitiam que primeiramente eu me apresentasse, passasse a me fazer presente em eventos públicos e reuniões e conversasse informalmente com os meus interlocutores, para só após agendar entrevistas. Em Brasília, não havia espaço para esse tipo de convivência: era preciso me informar de antemão sobre os órgãos e suas diretorias para escolher quem seriam os entrevistados-chave e quais as instituições eu deveria procurar. Nessa escolha, além dos contatos que tinha realizado quando estive na capital federal em fevereiro de 2011, foi de fundamental importância a minha participação, ainda em Altamira, das reuniões do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu, um instrumento instituído pelo governo federal “visando a maximização dos

benefícios gerados pelo empreendimento e a mitigação de possíveis impactos negativos, especialmente os de natureza social e ambiental” (PDRS, 2011, p. 4). Efetivamente, o PDRS consiste na elaboração de um planejamento regional a partir do estabelecimento de um fórum, ao qual foram convidados a participar membros do governo estadual, dos governos municipais e da sociedade civil da região do Xingu. Os planos desenvolvidos no âmbito do PDRS Xingu devem contar com o investimento de R\$ 500 milhões provenientes da Norte Energia ao longo de 20 anos, e de cerca de R\$ 2,5 bilhões da parte do governo federal.

Nas duas reuniões realizadas em Altamira enquanto eu estive na cidade, vieram de Brasília para participar do PDRS membros da Casa Civil da Presidência da República, da Secretaria Geral e das Secretarias de Assuntos Estratégicos e de Relações Institucionais da Presidência da República, dos Ministérios do Meio Ambiente, Minas e Energia, Integração Nacional, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Educação, Justiça, Pesca e Aquicultura, Saúde, Cidades, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social, Planejamento, Orçamento e Gestão, Transportes, Trabalho e membros das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), além de analistas dos escritórios centrais do Ibama e da Funai. Participaram também membros de Secretarias do estado do Pará, prefeitos dos 11 municípios que compõem o Consórcio Belo Monte, diretores da Norte Energia, membros da FVPP e de Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região, a liderança de uma associação indígena de Altamira e quatro indígenas Kayapó. Durante os dias de reunião, pude me apresentar e estabelecer contato com os funcionários do governo vindos de Brasília, e assim preparar as entrevistas que me interessava realizar na capital federal.

Dessa forma, do final de julho ao início de agosto tentei estabelecer contato com essas pessoas e agendar as entrevistas, que seriam realizadas na semana de 8 a 14 de agosto de 2011. A dificuldade sentida em fevereiro para conseguir que os membros do governo colaborassem com a minha pesquisa persistiu. Contudo, sabendo com clareza quem seriam os órgãos e as pessoas centrais na análise, insisti com mais convicção, e, ao final, pude contar com a disponibilidade de diretores do Ibama, da Funai, do Ministério de Minas e Energia e de funcionários da Casa Civil e da Secretaria Geral da Presidência da República.

E, apesar da reticência inicial em aceitar serem entrevistados, em todos os casos pessoalmente as pessoas se mostraram solícitas e as conversas foram longas e incrivelmente profícuas. Eu, que ao contatá-los fazia um grande esforço interno de imparcialidade, visto que após o período na Volta Grande no Xingu e em Altamira fiquei



completamente sensibilizada pela resistência a Belo Monte e perplexa com algumas ausências e outras imposições do governo federal, quando encontrei os meus interlocutores em Brasília e conversei – de forma extremamente sincera, expondo inclusive minhas impressões e angústias para eles –, vivenciei o que acredito poder chamar de um giro cosmológico completo. Qual não foi minha surpresa quando senti que, por detrás daquelas instituições impessoais e alheias aos desejos e sofrimentos dos moradores do Xingu – que era a impressão que eu adquiri sobre essas instituições no trabalho de campo até então – havia também pessoas, com as suas razoabilidades, e com seus desejos, dilemas e angústias. Contudo, essas razoabilidades, esses desejos e angústias se encontravam inseridos em outro quadro, o da “lógica de Estado”. O que exatamente isso significava, e quais suas implicações, era o que eu ainda precisava entender.



**Figura 25:** Palácio do Planalto, Brasília, ago/2011.

Fonte: Fotografia da autora.

### **3.1.5 De volta a Altamira, Volta Grande do Xingu e Belém**

Ainda sem digerir muito bem a quantidade de informações e de sensações que as entrevistas em Brasília tinham me ocasionado, segui no dia 14 de agosto de 2011 para a minha última etapa da pesquisa de campo, novamente em Altamira e na Volta Grande do Xingu. Minha ansiedade em voltar vinculava-se a uma derradeira tentativa de entrevistar mais algumas pessoas com as quais eu ainda não tinha conseguido falar e também estava associada a uma expectativa de que haveria um grande confronto físico entre os militantes contrários a Belo Monte, que, antes de eu ir embora, no final de julho, me contavam que estavam preparando mantimentos para uma longa ocupação do canteiro de obras, enquanto, de sua parte, fontes oficiosas me contavam que o Exército brasileiro, que

possui uma base em Altamira, estava realizando grandes encomendas de aparatos de contenção da mobilização social, como bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha, para se preparar, também, para um embate direto. Assim, ao final de julho, não importava com quem eu conversasse, fossem aqueles que defendiam ou que se opunham a Belo Monte, todos estavam tensos e na expectativa de um possível “clímax” do confronto, previsto para agosto. E eu, a esta altura do meu envolvimento com o campo, não cogitava não estar presente nesse momento.

Contudo, quando cheguei de volta a Altamira, cerca de 20 dias após meu retorno, parecia que já muito havia mudado. O movimento social, que apesar de eu me referir no singular efetivamente se compunha de distintas entidades (Xingu Vivo, MAB, Prelazia do Xingu, Cimi, CPT, Consulta Popular...), estava tendo dificuldades de se definir quanto às estratégias mais apropriadas de atuação. Os indígenas, que também não compunham um bloco nada homogêneo, com diferenças entre suas associações e entre as etnias, estavam absorvidos em tentar administrar as consequências dos Planos Emergenciais, ou mais propriamente as “listas”, instituídas pela Norte Energia em parceria com a Funai e que se propunham a destinar R\$ 30.000,00 por mês por aldeia na Volta Grande do Xingu para “mitigar os impactos” causados por Belo Monte. Enquanto movimento social e indígenas enfrentavam estes problemas internos a suas organizações, moradores das periferias de Altamira, que na cidade são conhecidas por “baixões” e que são áreas que anualmente alagam no período de cheias do Xingu, espontaneamente organizaram um acampamento em frente à sede da prefeitura de Altamira para exigir informações sobre sua situação, isto é, se seriam ou não removidos, para onde e quando. Enquanto uma parte estava acampada, outra parte dos moradores dos baixões realizava ocupações em terrenos da União localizados na parte alta da cidade, o que causava conflitos, ordens de reintegração de posse, prisões e denúncias. Outros movimentos sociais, que até então não participavam da resistência a Belo Monte, começavam a adquirir espaço, oferecendo apoio a estas ocupações e acampamentos.

Por sua vez, uma associação de empresários e comerciantes de Altamira, chamada FortXingu, que eu vinha acompanhado desde minha chegada e que em maio assinava *outdoors* espalhados em toda a cidade apoiando a construção de Belo Monte, agora, no final de agosto de 2011, tinha substituído os *outdoors* de apoio por outros que exigiam respostas imediatas da Norte Energia quanto à situação dos moradores dos baixões. Nesse mesmo mês, essa associação divulgou em seu boletim difundido por correio eletrônico que nas próximas eleições para a diretoria do FortXingu os representantes da ala interna

favorável à construção da usina não iriam concorrer, ficando a disputa apenas entre a “chapa neutra” e a “chapa contrária”.

Portanto, nesse meu retorno pude constatar que as mudanças nas configurações dos grupos, bem como seus alinhamentos e divergências, são dinâmicos e, a cada acontecimento, reavaliados. Nessa nova estadia em Altamira, as atividades realizadas foram então conversas informais e entrevistas com moradores dos baixões, a participação no cotidiano dos movimentos sociais, acompanhando uma fase diferente de organizações e (in)definições, a participação em uma romaria organizada pela Prelazia do Xingu em protesto à construção de Belo Monte, e a realização de conversas e entrevista com um dirigente do Consórcio Construtor Belo Monte, responsável pela execução das obras civis. Após esse período, estive novamente em Belém, onde fui recebida por um dos mais ativos procuradores da república do MPF/PA no que diz respeito às ações da entidade contra Belo Monte, e pela advogada da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) uma das entidades responsáveis pela ação na Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA), criminalizando o governo brasileiro pela forma de condução do projeto de construção de Belo Monte. No dia 28 de agosto de 2011 retornei a Porto Alegre encerrando assim minha pesquisa de campo.

Abaixo, apresento quadro discriminando as entrevistas realizadas no total do período de campo, os vínculos dos entrevistados, grupos sociais a que se relacionam e a localidade onde foram realizadas as entrevistas.

QUADRO 2: Entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo

<b>Entrevista</b>	<b>Vínculo</b>	<b>Grupo social</b>	<b>Localidade</b>
01	Liderança Movimento Xingu Vivo Para Sempre	Movimento Social	Altamira
02	Coordenador elaboração EIA/RIMA	Norte Energia	Altamira
03	Diretor Fort Xingu	Empresariado local	Altamira
04	Professor UFPA	Academia - Paineis de Especialistas	Altamira
05	Presidente associação Fort Xingu	Empresariado local	Altamira
06	Morador Volta Grande do Xingu	Ribeirinho	Volta Grande do Xingu

07	Liderança Movimento Nacional Atingidos por Barragens (MAB)	Movimento Social	Altamira
08	Militante Movimento Nacional Atingidos por Barragens (MAB)	Movimento Social	Altamira
09	Professor UFPA	Academia - Paineis de Especialistas	Altamira
10	Moradora Volta Grande do Xingu	Ribeirinho	Volta Grande do Xingu
11	Morador Volta Grande do Xingu	Ribeirinho	Volta Grande do Xingu
12	Liderança Arara	Indígena	Volta Grande do Xingu
13	Pescador Volta Grande do Xingu	Ribeirinho	Volta Grande do Xingu
14	Liderança Xipaya	Indígena	Altamira
15	Agricultora Volta Grande do Xingu	Agricultor Familiar	Altamira
16	Presidência Consórcio Belo Monte	Governo Municipal	Altamira
17	Procurador da República - MPF	Governo Federal	Altamira
18	Liderança Juruna	Indígena	Altamira
19	Diretor Norte Energia	Norte Energia	Altamira
20	Coordenador Conselho Indigenista Missionário (Cimi)	Movimento Social	Altamira
21	Militante Conselho Indigenista Missionário (Cimi)	Movimento Social	Altamira
22	Indígena Xipaya	Indígena	Altamira
23	Indígena Kuruaya	Indígena	Altamira
24	Coordenador Instituto Socioambiental (ISA)	Organização Não Governamental	Altamira
25	Militante Movimento Xingu Vivo Para Sempre	Movimento Social	Altamira
26	Irmã de caridade da Prelazia do Xingu	Igreja	Altamira

27	Agricultor Volta Grande do Xingu	Agricultor Familiar	Volta Grande do Xingu
28	Agricultor Volta Grande do Xingu	Agricultor Familiar	Volta Grande do Xingu
29	Liderança Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP)	Movimento Social	Altamira
30	Moradora periferia Altamira	Ribeirinho Urbano	Altamira
31	Presidente Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP)	Movimento Social	Altamira
32	Liderança Xipaya	Indígena	Altamira
33	Indígena Arara	Indígena	Volta Grande do Xingu
34	Indígena Arara	Indígena	Volta Grande do Xingu
35	Morador Volta Grande do Xingu	Ribeirinho	Volta Grande do Xingu
36	Morador Volta Grande do Xingu	Ribeirinho	Volta Grande do Xingu
37	Coordenador World Wild Foundation (WWF)	Organização Não Governamental	Altamira
38	Assessora Movimento Xingu Vivo Para Sempre	Movimento Social	Altamira
39	Morador periferia Altamira	Ribeirinho urbano	Altamira
40	Militante Xingu Vivo Para Sempre	Movimento Social	Altamira
41	Coordenador regional Funai	Governo Federal	Altamira
42	Prefeita Altamira	Governo Municipal	Altamira
43	Diretora Ministério de Minas e Energia	Governo Federal	Brasília
44	Assessor Secretaria Geral Presidência da República	Governo Federal	Brasília
45	Assessor Casa Civil da Presidência da República	Governo Federal	Brasília
46	Diretor Licenciamento de Hidrelétricas Ibama	Governo Federal	Brasília
47	Coordenadora Geral de Gestão	Governo Federal	Brasília

	Ambiental Funai		
48	Jornalista canal Deutsche-Welle (Alemanha)	Imprensa	Volta Grande do Xingu
49	Procurador da República Ministério Público Federal	Governo Federal	Belém
50	Advogada Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos	Movimento Social	Belém
51	Professor Unicamp	Academia – Painel de especialistas	Porto Alegre

Fonte: Elaborado pela autora.



**Figura 26:** Outdoors assinados pelo FortXingu em Altamira, em maio/2011 e ago/2011, da esq. p/ dir.

Fonte: Fotografias da autora.



**Figura 27:** Romaria contrária a Belo Monte, Rodovia Transamazônica (trecho em Anapu-PA), ago/2011.

Fonte: Fotografia da autora.

### 3.2 COMO ANALISAR OS DADOS?

Você está fazendo uma tese sobre Belo Monte? E você está preparada para não acabar nunca? (Diretor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal, Altamira, jun/2011).

Após encerrar o meu último período em Altamira, voltei para casa com a certeza de que havia esgotado as *minhas* possibilidades de campo. Continuava com a certeza de não ter esgotado o campo, com seus desdobramentos infindáveis – poderia fazer mais inúmeras entrevistas e observações –, mas não me interessou um esforço quantitativo. Quis contemplar a diversidade de posicionamentos, mas não me dediquei a ter representatividade dentro de cada grupo social, porque entendi que não seriam as generalizações de comportamentos por grupos, do tipo “os movimentos sociais são assim”, que me trariam os melhores elementos para a análise, mas sim a riqueza de detalhes das falas das pessoas com quem eu tinha conversado, fosse em entrevistas ou

informalmente, aliado às minhas observações. Assim, no dia 08 de novembro de 2011 segui para Paris, França, onde faria o meu estágio de doutorado-sanduíche<sup>23</sup> até o dia 30 de agosto de 2012, com a expectativa de lá realizar a análise dos meus dados, entre outras atividades acadêmicas. Além de estar em um ambiente propício para o estudo da sociologia contemporânea e participar do *Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces* (LADYSS), um dos pioneiros na França no estudo das relações sociedade-natureza<sup>24</sup>, realizar o doutorado sanduíche também possuía o conveniente de me distanciar do campo em um momento em que eu estava demasiadamente envolvida para permitir uma análise não passional daquilo que tinha vivenciado.

Contudo, o processo de análise mostrou-se nada linear. Às dificuldades de se realizar a etnografia de um conflito em curso, que atualiza em cada nova etapa a bagagem de quase 40 anos de disputas, e que apresenta múltiplas conexões, com o envolvimento de um número sempre crescente de sujeitos distintos, somaram-se os afetos também múltiplos que senti ao levar a sério perspectivas disjuntivas sobre Belo Monte. Por um lado, ao me orientar pelo princípio de simetria metodológica e tentar “seguir os atores” de forma a não realizar julgamentos prévios, “levando os meus nativos a sério” em suas demandas, lógicas e desejos fossem eles militantes, indígenas ou técnicos do governo, fui transportada entre formas de ver o mundo e nele atuar as mais distintas, todas com sua razoabilidade e condições de possibilidade. Por outro lado, era inegável o fato de que entre os sujeitos envolvidos havia uma assimetria muito grande, de poder e de capacidade de agência, o que me colocava em dúvidas sobre como me posicionar “academicamente”. Inclusive, os meus limites enquanto pesquisadora, cidadã, militante de esquerda (que havia atuado na campanha de eleição presidencial de Dilma Rousseff e que de repente me via me opondo frontalmente às suas políticas energéticas e para a Amazônia), pareciam estar todos embaralhados, e eu não sabia por onde começar a reorganizá-los. Ao realizar as transcrições das entrevistas e dos meus diários, eu revisitava um campo empírico que, após concluído, pude perceber que tinha sido muito mais difícil de se realizar do que

---

<sup>23</sup> O doutorado-sanduíche, ou Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), é um programa institucional da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) com o objetivo de qualificar recursos humanos de alto nível por meio da concessão de cotas de bolsas de doutorado no exterior, pelo período de quatro meses a um ano.

<sup>24</sup> O LADYSS foi fundado por Marcel Jollivet e atualmente é dirigido por Jean-Paul Billaud, meu orientador durante o período de estágio. É um grupo de pesquisa multidisciplinar e multilocalizado, contando com pesquisadores com formação em Sociologia, Economia, Geografia, Psicologia, entre outras áreas, provenientes das Universidades Paris I - Sorbonne, Paris VII - Diderot, Paris VIII - Vincennes e Paris X - Nanterre, sendo nesta última a principal sede do grupo.



pude admitir enquanto o vivia, e reforçava as minhas dúvidas sobre o que fazer com o que tinha “coletado” – o que ia dos olhares de angústia frente à impotência de decidir sobre si às informações técnicas de alto escalão sobre a atratividade do empreendimento.

### **Trechos de diário de campo:**

*07/06/2011 – As picadas e outros medos*

*Dia a princípio paralisado pelo ardor das picadas que cresciam, inchavam, avermelhavam e coçavam. Foram os únicos focos da minha atenção até que eu conseguisse um encaminhamento que me satisfizesse, às 15:30h mais ou menos: seguir o tratamento “receitado” pelo farmacêutico da Drogaria Primavera, que soube diagnosticar o que se passava com cada uma das minhas manchas/picadas: essa é pium mesmo; aqui tem picada de formiga; essa tá começando a inflamar e crescer fungo.....*

*Após tomar o antialérgico recomendado e me cobrir da mistura de duas pomadas, voltei a concentrar na pesquisa, mas aí já era umas 17h, tarde para “ir a campo”. O que foi muito bom, porque consegui momentos de silêncio na Casa do Estudante e comecei a organizar quem de fato ainda preciso entrevistar e onde, quais os grupos encontrados, quais as “coisas” mobilizadas e aí, bingo, uma boa ideia me surgiu (imprevisibilidade presente em tantas falas como margem para agência).*

*Depois, resolvi ler “Vida de laboratório”, que há tempos vinha sentindo falta, mas bateu fome, fui sair para lanchar.*

*No supermercado que descobri bem mais perto da Casa (e assim não precisei andar muito à noite) sento em uma mesa para lanchar e acontece uma cena estranha. Um homem com uma criança de mais ou menos 2 anos pede para apoiar a bandeja de danoninho na minha mesa. Depois, senta e diz pra mim: “Você é contra Belo Monte”. “Por quê?” “Porque te vi no cais ontem.” “Eu sou pesquisadora, ando com quem é contra e com quem é a favor para ouvir o que cada um pensa.” “Então você é neutra?” “É, tô aqui para ouvir. E você, é contra ou a favor?” “Eu sou a favor.”.*

*E aí passa a explicar que precisa da estrada, que só vai vir com Belo Monte, etc. Depois diz: “Eu vou te contar uma história só porque você não é daqui”.*

*Começa a me contar então uma história esquisitíssima sobre uma secretária dele, e que ele tinha matado 3, e que aí ele faturou 20 mil em cima, ia faturar mais 20 mil e a Antônia Melo denunciou, por isso ele sabe que ela não é confiável. E que eu vim de fora para apoiar essa gente.*

*Achei tudo muito estranho. Fui embora e ele ainda queria meu telefone para me convidar para ir a um restaurante japonês. Obviamente, me esquivei.*

*P.S. dois dias depois: fiquei sabendo que esse cara é um bandido notório, que a secretária tinha sido esposa dele, e que a mãe dessa filha que estava com ele o largou porque ele batia nela. E todas do Xingu Vivo com quem falei (Antônia, Helena e Renata) não tiveram dúvidas em me dizer que ele estava me ameaçando de uma forma indireta. Intimidada, certamente eu fiquei.*

28 de fevereiro de 2012 – Paris não é só uma festa

*Reler meus cadernos de campo me dá vontade de chorar, por vários motivos diferentes. O primeiro é pelas pessoas, pelos sofrimentos que estão ali relatados e que eu senti com os meus órgãos sensoriais, meus olhos, meus ouvidos, o calor na minha pele, os cheiros enjoativos. O sofrimento que aquelas pessoas e aqueles lugares exalavam eu senti, e cada vez que leio, sinto de novo, da mesma forma sensorial.*

*Tenho vontade de chorar também pelo que fiz comigo neste campo. No meu caderno estão relatados dias em que eu não almocei porque eu não tinha dinheiro, em que eu não dormi porque eu tinha medo, em que eu não saí de casa porque minhas pernas e meus pés ardiavam inflamados, e dias em que tive vergonha, por ser mais pobre e mais estudante do que os meus amigos, por ser mais rica e ter uma vida mais professora do que os meus entrevistados. Sem contar todos os dilemas: será que estou fazendo o campo certo? Quem está aqui, uma pesquisa de doutorado ou uma pessoa, ou uma militante? E estava o tempo todo longe da minha família, do meu marido, e os meus pais, minha irmã e meu marido estavam precisando de mim e eu estava longe, não tinha cabeça para os problemas deles, já não estava dando conta dos meus. E depois tinha Paris, que primeiro foi um drama, depois foi uma festa, mas o tempo todo com um sentimento de culpa, de que aquelas pessoas que eu conheci, me envolvi, me emocionei, continuam sofrendo, agora devem estar muito pior do que já estavam naquela época, e eu estou aqui, em Paris. Querendo ficar pra sempre nesse mundo que tem metrô e inverno com aquecedor.*

*E eu sei que o mundo não pára para eu chorar, e tudo isso vai ser só para uma tese que é só mais uma tese, e que quando ela acabar, se eu conseguir um emprego com isso já vai ser muito.*

*Eu não sou mais a mesma, nunca mais vou ser a mesma, e, como diz o Goldman, em domínios para muito além da tese eu fui afetada pra sempre. Mas pra quê isso? Não sei se vou ser uma pessoa melhor porque já vi de perto um sofrimento injusto. Não sei se vou conseguir fazer alguma coisa de bom pra aquelas pessoas ou para alguém do mundo porque eu vou fazer essa tese. Acho que não, bem sinceramente. Mas também não quero que tudo isso vire uma memória recôndita no fundo da minha experiência. Um caso pra contar eventualmente, e que aos poucos vai ficar fosco e eu vou esquecer. Eu não sei o que eu faço, nem como.*

-----

*De manhã tinha escrito um e-mail com as minhas questões teóricas e metodológicas para o Jalcione. Estava ansiosa para receber sua resposta, e, coincidentemente, ela veio agora, logo após a minha crise de choro por causa do campo. Foi bem animadora, ele está me encorajando muito, e falou que tem tranquilidade em saber que farei uma ótima tese. Que bom, né, mesmo que eu não tenha essa tranquilidade, ele ter já ajuda muito!*

*Bom, isso me ajuda a responder o que faço: uma tese. A melhor que eu puder, para que eu seja justa com quem me apoiou, recebeu, conversou comigo falando o que sabia e sentia. O que essa tese faz para o mundo (e que provavelmente não vai ser nada), vem depois. O que eu vou fazer com essa tese também são outros quinhentos, e também vem depois.*

O fato, e que demorei a admitir e me dar conta, é que fui completamente *afetada* pelo estar em campo, no sentido a que se refere Favret-Saada (FAVRET-SAADA, 1977; 1990) e que recupera Márcio Goldman (GOLDMAN, 2003). Favret-Saada (1977), ao problematizar a literatura etnográfica na qual o etnógrafo se ausenta como sujeito definido no discurso (empregando verbos e expressões como “considera-se que”, por exemplo) e sustenta-se mediante predicções em nome da terceira pessoa – qual seja, o etnografado –, afirmou que a antropologia teria gerado uma “desqualificação da palavra indígena” e uma “promoção da do etnógrafo”. Para não corroborar essa postura, Favret-Saada defende a necessidade de o etnógrafo aceitar ser afetado pela experiência indígena, o que, diz ela, “não implica que ele se identifique com o ponto de vista indígena, nem que ele aproveite a experiência de campo para excitar seu narcisismo.” (FAVRET-SAADA, 1990, p. 7).

Goldman (2003; 2008) se apropria e desenvolve esta ideia afirmando que essa questão é, em geral, deixada de lado pelos etnógrafos quando refletem sobre sua experiência. Segundo o autor, os pesquisadores também são, ou deveriam ser, modificados pelo estar em campo:

Limitar-se, então, a comentar a posteriori os efeitos de sua presença sobre os nativos, tecendo comentários abstratos sobre seu trabalho de campo, parece trair uma certa sensação de superioridade: invulnerável, o antropólogo atravessa a experiência etnográfica sem se modificar seriamente, acreditando-se ainda capaz de avaliar de fora tudo o que teria ocorrido. Melhor seria ouvir a advertência levi-straussiana: “não é jamais ele mesmo nem o outro que ele [o etnógrafo] encontra ao final de sua pesquisa” (Lévi-Strauss, 1960, p. 17). (GOLDMAN, 2003, p. 463).

Mesmo não sendo antropóloga nem me propondo, de partida, a realizar uma etnografia, a intensidade do conflito em torno de Belo Monte não me permitiu ficar alheia às transformações que estavam ocorrendo, a olhos vistos, nos lugares, nas pessoas e nos objetos envolvidos. Interessante destacar que, de maneira similar, em outros estudos sobre deslocamentos compulsórios e construção de barragens os pesquisadores registram reações equivalentes. Como Magalhães (2007, p. 136) pôde constatar, “independentemente do recorte analítico, quase todos os trabalhos de alguma forma mencionam a dimensão do sofrimento, sendo frequente o uso de adjetivos como traumático, dramático e similares.”. Para ilustrar o envolvimento que os pesquisadores invariavelmente sentem quando acompanham de perto esses processos, Magalhães (2007) cita a tese de Duqué (1980) sobre a construção da hidrelétrica de Sobradinho, na Bahia,

em março de 1976, na qual, quando inicia a parte de sua tese referente à realização do deslocamento compulsório, esta autora desculpa-se:

Esta terceira parte trata de acontecimentos aos quais eu estive intimamente envolvida e não de uma maneira fria: em um engajamento no qual toda a minha sensibilidade esteve fortemente solicitada. Apesar de um esforço de decantação, um tom pouco acadêmico pôde subsistir em algumas páginas; peço que por isso me desculpem. (Duqué, 1980, p. 260 *apud* MAGALHÃES, 2007, p. 137, tradução nossa).

Clarice Cohn (COHN, 2010, p. 247), por sua vez, ao escrever um artigo sobre as relações entre Belo Monte, os indígenas Xikrin e a sua atuação profissional, afirma que, a seu modo, os pesquisadores “que atuam junto às comunidades impactadas por este tipo de empreendimento são também impactados”, e que:

Depois de ter estudado por tanto tempo, lido tanto sobre isso, conversado tanto com os Xikrin, sobre as estratégias políticas e de relações interétnicas e com a sociedade nacional brasileira [...], ver agora Belo Monte bagunçar o coreto, e perceber a ineficácia de sua ação política, minha própria ineficácia em auxiliá-los a tornar essa ação mais eficaz, tem sido, no mínimo, impactante. [...] Os Xikrin estão lidando com algo tão grande que eles até agora não puderam dimensionar, ou o fizeram apenas em seus piores pesadelos. Belo Monte sendo construída, os impactos serão muitos e grandes. Os impactos em nossa relação são para mim também desconhecidos, e talvez dimensionados apenas em meus piores pesadelos. (COHN, 2010, p. 249).

De minha parte, foi apenas quando comecei a transcrever as entrevistas e a começar a tentar analisar as informações, relatos e observações de que dispunha, que comecei a dimensionar o quanto tudo aquilo poderia ter afetado a mim e às minhas questões de pesquisa. Contudo, como o próprio Goldman (2003, p. 467) pondera, também o ato de escrever modifica aquele que escreve: “a leitura das notas e dos cadernos de campo, a imersão no material coletado e, principalmente, a própria escrita etnográfica revivem o trabalho de campo, fazem com que sejamos afetados de novo”. Era preciso para mim, assim como para Duqué (1980), deixar “decantar” as minhas sensibilidades antes de efetivamente conseguir escrever, ainda que eu soubesse que mesmo assim alguns traços subsistiriam nas páginas que eu viesse a escrever. Com efeito, mesmo que eu não soubesse *como* fazer, a impressão que eu tinha era de que, mais do que subsistir, as transformações do campo iriam constituir, também, as minhas questões e possibilidades de análise.

É nesse sentido que a proposta de Goldman (2003), quando retoma a noção de afeto de Favret-Saada (1990) e a concilia ao conceito de afecção, proposto por Deleuze e Guattari (1980), parece mais pertinente:

Parte da nossa tarefa consiste em descobrir por que aquilo que as pessoas que estudamos fazem e dizem parece-lhes, eu não diria evidente, mas coerente, conveniente, razoável. Mas a outra parte consiste em estar sempre se interrogando sobre até onde somos capazes de seguir o que elas dizem e fazem, *até onde somos capazes de suportar a palavra nativa*, as práticas e os saberes daqueles com quem escolhemos viver por um tempo. E, por via de consequência, *até onde somos capazes de promover nossa própria transformação a partir dessas experiências*. Em outros termos, o problema é até onde somos capazes de realmente escutar o que um “nativo” tem a dizer, de levá-lo a sério — o que não significa, evidentemente, nem concordar com ele, nem constatar que ele concorda conosco, nem, muito menos, forçá-lo a concordar conosco (Viveiros de Castro 2002). (GOLDMAN, 2008, p. 08, destaque nosso).

Goldman (2003, p. 465) reforça que “não se trata, portanto, da apreensão emocional ou cognitiva dos afetos dos outros, mas de ser afetado por algo que os afeta e assim poder estabelecer com eles uma certa modalidade de relação”, concedendo “um estatuto epistemológico a essas situações de comunicação involuntária e não intencional” (FAVRET- SAADA, 1990, p. 9).

Como conceder, portanto, este “estatuto epistemológico” para os resultados da minha experiência de campo, sem recair em um narcisismo ou sentimentalismo inapropriado, passou a representar para mim o grande desafio. Contudo, é curioso o fato de que, muito antes do campo, era um “estatuto epistemológico”, mas de uma categoria, a de conflitos ambientais, o que tinha inicialmente motivado a minha pesquisa. Portanto, a questão que eu me coloquei a partir de então foi como fazer convergir, quais os pontos de encontro entre, de um lado, os conflitos ambientais e seus limites e possibilidades enquanto categoria analítica e, de outro lado, os resultados – sejam eles entrevistas, dados ou experiências – obtidos durante o trabalho de campo sobre o conflito em Belo Monte, isto é, o que tinham a dizer quando se encontravam esses dois questionamentos? Dito de outra forma, ainda teria validade o meu pressuposto inicial de que o conflito em torno de Belo Monte é um conflito ambiental? Ou, até que ponto a categoria de conflitos ambientais daria conta de absorver e comunicar a tensão de razões e sentimentos efetivamente vivenciada por aqueles que tomam parte deste tipo de conflito e também daria conta de comunicar os desafios epistemológicos os quais ela encerra?

Para responder as essas questões, o que a mim primeiramente pareceu importante é que, ao conectar uma ampla rede – indígenas, ribeirinhos, autoridades políticas, ambientalistas, socioambientalistas, celebridades, relatórios e pareceres técnicos, instituições governamentais, organizações da sociedade civil, a floresta amazônica e a bacia do Rio Xingu – na disputa por agência, efetivamente acredito poder sugerir que está

em jogo algo a mais, para além da atualização de antigos conflitos sociais mediante um discurso ambiental (FUKS, 2001; LOPES, 2004), mas também para além da disputa por “apropriação material e simbólica de unidades territoriais compartilhadas”, tal qual a definição corrente de conflitos ambientais (ACSELRAD, 2004). Nesse sentido, concordo com Andréa Zhouri e Klemens Laschefski quando afirmam que “a análise dos conflitos ambientais apresenta-se, pois, como um grande desafio” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 26), visto que tais conflitos apresentam especificidades e particularidades não atendidas pelas definições de conflitos sociais em geral.

No entanto, a possibilidade mesma de se considerar como conceito a formulação “conflito ambiental” permanecia problemática. Ainda que no cenário nacional este tema tenha se consolidado como uma categoria analítica, sobretudo durante o meu estágio sanduíche, mas também ao conversar com pesquisadores de outras áreas, tive clareza de que seu uso provocava um duplo movimento. De uma parte, era colocado sob suspeita: não seria a própria expressão “conflitos ambientais” uma contradição entre termos? Ora, os conflitos não são eminentemente sociais? Como chamá-los então de ambientais sem recair em um deslize conceitual? De outra parte, essa formulação poderia provocar também uma suspensão: ao admiti-la, estariam Sociedade e Natureza reembaralhadas? Isto é, ao se utilizar essa expressão/conceito se estaria explicitando que o “ambiente” é parte integrante de conflitos no sentido de agente de disputas?

Visto por este ângulo, poderia residir exatamente nesse duplo movimento de suspeita e suspensão a maior validade do uso de “conflitos ambientais” como uma categoria analítica, pois também se encontram neste espaço ambivalente, suspeito e reembaralhado, os conflitos os quais ela se propõe a explicar. Uma *categoria híbrida*, portanto, no sentido a que se refere Bhaba (2007, p. 168), sendo o híbrido aquele que “destrói a simetria e a dualidade dos pares eu/outro, dentro/fora”, aos quais eu acrescentaria sociedade e natureza.

Foi considerando estas reflexões que decidi encaminhar, como proposta de análise, a *aposta* na noção de conflito ambiental, mas para se explorar o duplo movimento de suspeita e de suspensão que ela pode provocar, isto é, admitindo-a como “um outro lócus de inscrição e intervenção, um outro lugar de enunciação híbrido, ‘inadequado’”, de maneira análoga ao lugar proposto por Bhabha (2007, p. 334) para a agência pós-colonial.

A inspiração nas discussões propostas por Bhabha vêm da sensação corriqueira com relação ao conflito em Belo Monte, e com relação aos outros estudos agrupados

como conflitos ambientais, de se estar em fronteira: entre o técnico e o político, o acadêmico e o militante, a sociedade e a natureza, mas, em todos esses casos, a fronteira não como algo que separa e coloca limites, mas onde as diferenças se mesclam e se tornam não claramente definidas. De acordo com Bhabha (2007, p. 20), é na emergência do interstício, na sobreposição e no deslocamento de domínios da diferença, que as experiências intersubjetivas são negociadas. A partir dessa afirmativa, o autor se pergunta: “De que modo se formam sujeitos nos ‘entrelugares’, nos excedentes das somas das ‘partes’ da diferença?”. Não seriam sobreposições e deslocamentos, “mais do que um, menos do que dois”, a que se refeririam os incômodos provocados pela noção de “conflitos ambientais”, e também o que causariam as dificuldades de se analisar o conflito em Belo Monte?

De maneira complementar, e se voltando então para a revisão da literatura contemporânea sobre sociologia e ambiente, é justamente sobre um excedente, um espaço indefinido entre sociedade e natureza, uma profusão de mediadores, como na abordagem de Latour (1994) ou de seres “outros que humanos”, como na expressão de De La Cadena (2010), que se vincula a questão cosmopolítica. Contudo, com a diferença de que na cosmopolítica trata-se da composição de um pluriverso, de mundos múltiplos sobre os quais, ou entre os quais, incide a política. Em Belo Monte, o que o campo parecia me dizer era sobre política, uma política híbrida entre sociedade e natureza, às vezes indefinida, às vezes inadequada, mas certamente conflitiva: em aberto e em disputa.

Seguindo essas pistas de pensamento, nessa tese se busca, portanto, um também duplo objetivo: ao se analisar o conflito em torno da construção de Belo Monte, objetiva-se também reforçar a carga cosmopolítica do conceito de “conflito ambiental”. O que se pretende argumentar é que o social e natural não são separáveis na dinâmica do conflito, e que o social e o natural não estão separados/ não são separáveis na definição dos termos do conflito, ou seja, na definição mesma de sobre o que está em conflito, sendo exatamente este o ponto de corte entre *perspectivas concorrentes*.

Nesse sentido, a noção de perspectiva, ou de *pontos de vista*, adquire crucial importância. Esses termos crescem em validade analítica quando se associam à herança filosófica dos estudos de Leibniz, Whitehead e Deleuze, e têm seu fôlego renovado em território nacional a partir da proposição de um *perspectivismo ameríndio*, formulada centralmente por Viveiros de Castro (2002). De acordo com Timmermans (2006), um ponto de vista:

[...] não é uma forma geral de explicitação de diferenças, mas o *encontro* – que pode sempre evoluir, que não é jamais fixado de uma vez por todas – de traços, de formas de experimentar e de pensar, ou simplesmente de linhas de força que, “normalmente”, não concorrem: não o lugar de diferenciação de um lugar já dado, mas a experiência de *novos possíveis*. (TIMMERMANS, 2006, p. 10, destaque nosso, tradução nossa).

Assim, nessa escola de pensamento, a questão não é saber o que torna um ponto de vista mais “pertinente” que outro, mais adequado à “totalidade” que outro, mas “como viajar nessa totalidade, como passar de um ponto de vista a outro, como atravessar fronteiras e limitações” (TIMMERMANS, 2006, p. 11, tradução nossa).

Na formulação baseada nos estudos etnográficos dos povos ameríndios, o perspectivismo pode ser definido, nas palavras do principal autor de sua elaboração teórica, como:

A concepção, comum a muitos povos do continente, segundo a qual o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não-humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos. Os pressupostos e consequências dessa ideia são irredutíveis [...] ao nosso conceito corrente de relativismo, que à primeira vista parecem evocar. [...] Tal resistência do perspectivismo ameríndio aos termos de nossos debates epistemológicos põe sob suspeita a robustez e a transportabilidade das partições ontológicas que os alimentam. Em particular, [...] a distinção clássica entre Natureza e Cultura não pode ser utilizada para descrever dimensões ou domínios internos a cosmologias não-ocidentais sem passar antes por uma crítica etnológica rigorosa. (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 347-8),

Assim, o perspectivismo ameríndio pode ser entendido como uma postura filosófica, imanente das cosmologias indígenas dos povos amazônicos, que oferece categorias, conceitos e princípios situados no exterior da cosmologia ocidental. Dessa forma, o perspectivismo ameríndio pode ser considerado um arcabouço passível de utilização para dessubstancializar as categorias de natureza e sociedade, frequentemente incorporadas no cerne dos debates acerca da questão ambiental. Para além do contexto de descrição etnográfica, o perspectivismo ameríndio apresenta-se como alternativa de pensamento e interpretação.

Para os nossos objetivos de análise do conflito em torno da construção de Belo Monte como um conflito ambiental, o mais interessante é que, por meio de um de seus conceitos-chave, o de multinaturalismo<sup>25</sup>, a postura perspectivista aponta que “a tradução

<sup>25</sup> O conceito de multinaturalismo foi sugerido por Viveiros de Castro (2002, p.349) para assinalar um dos traços contrastivos do pensamento ameríndio em relação ao que chama “cosmologias multiculturalistas modernas”. O ponto fundamental encontra-se na explicação de que, enquanto estas se apoiam na implicação mútua entre unicidade da natureza e multiplicidade das culturas – a primeira garantida pela



da ‘cultura’ para os mundos das subjetividades extra-humanas tem como corolário a redefinição de vários eventos e objetos ‘naturais’ como sendo índices a partir dos quais a agência social pode ser abduzida.”. Como explica Viveiros de Castro (2002, p. 361):

O caso mais comum é a transformação de algo que, para os humanos, é um mero fato bruto, em um artefato ou comportamento altamente civilizados, do ponto de vista de outra espécie: o que chamamos “sangue” é a cerveja do jaguar, o que temos por um barreiro lamacento, as antas têm por grande casa cerimonial, e assim por diante. Os artefatos possuem essa ontologia interessantemente ambígua: são objetos, mas apontam necessariamente para um sujeito.

O que não faltam são ilustrações dessas comparações relacionais nos relatos etnográficos – as lendas coletadas por Koch-Grünberg, por exemplo, descrevem situações em que “o enorme jacaré denomina os homens que apanha e devora de suas ‘antas’”; “os peixes bebem caxiri para ganhar coragem”; “o jaguar vai buscar uma enxada para desenterrar um jabuti [...]” (MEDEIROS, 2002, p. 45), mas o interessante no contexto dessa tese é observar que esse argumento abre janelas de interpretação que podem ser utilizadas em contextos para além do relato etnográfico. Por exemplo, se retomarmos o conteúdo da carta “Nós, indígenas do Xingu, não queremos Belo Monte”, poderemos notar que um dos argumentos utilizados é: “*Nosso açougue é o mato, nosso mercado é o rio. Não queremos mais que mexam nos rios do Xingu e nem ameacem mais nossas aldeias e nossas crianças, que vão crescer com nossa cultura*” (NÓS INDÍGENAS, 2010, destaque nosso). Nesse trecho, podemos inferir que as lideranças indígenas valem-se de um argumento perspectivista para demarcar sua “cultura” (no sentido a que se refere Carneiro da Cunha, 2009)<sup>26</sup> e para se reivindicarem como sujeitos políticos. Como resume Viveiros de Castro (2002, p. 361): “assim, o que uns chamam de ‘natureza’ pode bem ser a ‘cultura’ dos outros”. Não seriam justamente as definições entre onde começa a natureza de uns e termina a cultura de outros um dos elementos-chave do conflito em torno de Belo Monte?

---

universalidade objetiva dos corpos e da substância, a segunda gerada pela particularidade subjetiva dos espíritos e do significado – a concepção ameríndia suporia, ao contrário, uma unidade do espírito e uma diversidade dos corpos: “a cultura ou o sujeito seriam aqui a forma do universal; a natureza ou o objeto, a forma do particular”. As implicações dessa inversão – a qual, diga-se de passagem, Viveiros de Castro afirma ser demasiado simétrica para ser mais do que especulativa – para além de recombinar para dessubstancializar as categorias de natureza e cultura, transformam seus estatutos, visto que, nas palavras do autor, tais categorias “não assinalam regiões do ser, mas antes configurações relacionais, perspectivas móveis, em suma – pontos de vista” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p.349).

<sup>26</sup> A antropóloga brasileira Manuela Carneiro da Cunha se refere a “cultura” (necessariamente com aspas) como uma categoria utilizada por povos tradicionais como argumento em suas reivindicações em lutas pela terra. Esta categoria seria, assim, uma reapropriação nativa do conceito antropológico de cultura. (CARNEIRO DA CUNHA, 2009).

Além disso, ainda seguindo as proposições do perspectivismo ameríndio, “as perspectivas são forças em luta, mais que ‘visões de mundo’, vistas ou expressões parciais de um ‘mundo’ unificado sob um ponto de vista qualquer [...]” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 121). E assim, “tudo é perigoso; sobretudo quando tudo é gente, e nós talvez não sejamos”. (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 397). Ou seja, os conflitos são parte crucial do convívio de perspectivas, que concorrem pela expressão de seus lugares de agência.

Paralelos interessantes podem ser estabelecidos entre este arcabouço teórico-epistemológico e a abordagem proposta por Luc Boltanski em seu livro *De la critique – Précis de sociologie de l’émancipation* (BOLTANSKI, 2009). Neste livro, que segundo o autor tem por objetivo “pacificar” a relação entre a sociologia crítica e a sociologia da crítica, ou seja, argumentar pela possibilidade de se exercitar a crítica sociológica associada à abordagem pragmática de observação dos atores, Boltanski afirma que o programa de sociologia pragmática da crítica, iniciado nos anos 1980 por sociólogos que em sua maioria haviam inicialmente trabalhado de acordo com o paradigma bourdiniano, se propôs a renovar a questão da crítica visando contornar as dificuldades geradas pela sociologia da escola de Bourdieu que, ao apresentar um quadro conceitual situado acima do nível prático [*surplomblant*], deixava pouco espaço para a agência dos sujeitos sociais. No dizer de Boltanski (2009, p. 44, tradução nossa): “nestes contextos em que tudo parece ser definido por antecipação [*joué d’avance*], o conceito mesmo de ação parece se esvaziar de sentido”. Assim, para os sociólogos que iriam formular o programa de sociologia pragmática da crítica:

Era particularmente rejeitada a assimetria entre, de um lado, o sociólogo esclarecido/iluminado pelas luzes da ciência e, de outro, as pessoas comuns mergulhadas na ilusão, o que não nos parecia ser confirmado pelo trabalho de campo e, além do mais, comportar o risco de implicar em [...] um novo gênero de idealismo platoniano (o sociólogo onisciente se substituindo ao sábio filósofo em sua pretensão de guiar a sociedade) [...]. Parecia-nos necessário colocar em suspensão um dispositivo explicativo demasiadamente poderoso, o qual o uso mecânico arriscaria esmagar os dados (como se o sociólogo soubesse por antecipação o que ele iria descobrir) para poder observar, de algum modo ingenuamente, o que fazem os atores, a maneira pela qual eles interpretam as intenções dos outros, a forma como eles argumentam suas causas, etc. (BOLTANSKI, 2009, p. 46-7, tradução nossa).

Contudo, Boltanski não estava interessado em dissociar o exercício crítico da prática sociológica, visto que, para este autor, sociologia e crítica possuem uma relação intrínseca, mesmo quando não explicitada. Para ele,

Quem se interessaria por uma sociologia pela sociologia (como se diz “arte pela arte”), isto é, por uma sociologia que, se esgotando em descrições cada vez mais sofisticadas e minuciosas, não teria outro objetivo do que sua própria realização como domínio de saber? E ademais, se se admite que esta só poderia ter por objeto as formas pelas quais as pessoas, por sua atividade reflexiva, fazem e desfazem coletivos, se poderia perguntar o que poderia ser, afinal, o conteúdo mesmo deste “saber”. Os processos pelos quais os atores da vida social constituem, fazem perdurar e/ou subvertem os conjuntos os quais fazem parte se articulam eles próprios, em grande parte, à possibilidade da crítica, não apenas quando eles questionam as ordens existentes, mas, da mesma forma, quando eles são levados a justificá-la. A sociologia seria uma estranha atividade se, por uma sorte de pudor deslocado ou de timidez, ela se proibisse uma prática que contribui a um tal grau à determinação de seu objeto. À força de querer colocar à distância o mundo social, como para dominá-lo do exterior, ela se privaria daquilo que a oferece um enraizamento social. (BOLTANSKI, 2009, p. 37, tradução nossa).

Nesse sentido, a estratégia realizada pelo grupo de sociólogos pragmáticos consistiu em defender um retorno às coisas em si, o que, no caso da crítica, seria tomar por objeto principal “observar, descrever e interpretar as situações nas quais as pessoas se dedicam à crítica, isto é, as disputas” (BOLTANSKI, 2009, p. 47). Por isso, após discutir a abordagem pragmática e suas influências em diferentes graus, que vão desde o pragmatismo americano, como o interacionismo e a etnometodologia, à herança pragmática francesa passando pela obra de Gilles Deleuze, como é o caso de Bruno Latour; e, ainda correntes que priorizam a linguagem e a interpretação dos atores, inspiradas pela filosofia analítica de Wittgenstein ou de Paul Ricoeur, Boltanski afirma que desde uma sociologia pragmática da crítica, a posição metacrítica consistirá, portanto, “em *tomar partido do ponto de vista* dos atores, isto é, se apoiar sobre o senso moral deles e, particularmente, sobre o senso de justiça que possuem” (BOLTANSKI, 2009, p. 56, destaques no original, tradução nossa), para explicitar a distância entre o mundo social tal qual ele é e o que deveria ser para satisfazer as expectativas das pessoas. Assim, se a opção pelo exercício da crítica mediante a prática sociológica, sem contudo negligenciar a capacidade reflexiva e de agência dos sujeitos sociais, já é por si só interessante, é no que diz respeito à discussão sobre pontos de vista que os paralelos da abordagem de Boltanski com as abordagens apresentadas anteriormente se tornam mais instigadores. Com efeito, Boltanski (2009, p. 65) afirma que a realidade sofre de uma espécie de “fragilidade intrínseca, de modo que a realidade da realidade deve ser constantemente reforçada para perdurar”, e, deste modo, “o principal aporte do ponto de vista pragmático à sociologia foi de destacar a incerteza que ameaça os agenciamentos

sociais e, por isso, a fragilidade da realidade.” (BOLTANSKI, 2009, p.88). Por isso, para este autor a ideia de “senso comum” constituiria uma ilusão, que se apoiaria em um acordo tácito que habita a vida social diminuindo a incerteza e a inquietude enfrentadas pelas pessoas em suas vidas cotidianas. Assim, propõe suspender:

[...] a evidência de um senso comum para levantar a questão da consistência do mundo social a partir de uma *posição original* na qual reina uma *incerteza radical*. [...] Essa incerteza é ao mesmo tempo de ordem semântica e deontológica. Ela diz respeito a *o que existe do que existe*, e, indissociavelmente, do que importa, do que tem valor, do que convém respeitar e olhar duas vezes. [...] Nossa intenção é portanto de levar a sério essa *inquietude* constante no que diz respeito ao que existe e ao que vale, o que, em estado latente nas situações em que segundo às aparências reina a ordem, se manifesta vigorosamente nos momentos de disputa. (BOLTANSKI, 2009, p.92, destaques no original, tradução nossa).

A partir de então, Boltanski discute o que chama “a questão da incerteza” entre realidade e mundo, isto é, entre o que parece ser a “ordem natural das coisas”, e o que pode acontecer e acontece, frequentemente de forma imprevisível. Prosseguindo esta discussão – que, cabe destacar, segundo Boltanski longe de ser metafísica possui um caráter empírico, pois permite identificar contradições imanentes na forma de se “fazer entrar novos acontecimentos no mundo” (BOLTANSKI, 2009, p.94) – o autor associa a dificuldade de todos os seres humanos de entrar em um acordo totalmente inclusivo:

ao simples fato de que todos os seres humanos *possuem um corpo*. [...] Daí se segue que cada indivíduo só pode ter sobre o *mundo um ponto de vista*. [...] nenhum indivíduo está em posição de dizer aos outros, a todos os outros, o que existe do que existe, e mesmo que ele pareça ter esse poder, não tem a autoridade necessária para fazê-lo. (BOLTANSKI, 2009, p. 96, destaques no original, tradução nossa).

A partir dessa discussão, Boltanski (2009, p. 98, destaques no original) propõe então que, como estratégia de análise: “é necessário renunciar-se à ideia de um acordo implícito, que seria de alguma forma imanente ao funcionamento da vida social, para colocar a *disputa*, e com ela a divergência de pontos de vista [...] no centro das relações sociais”. Dessa forma, o autor reforça a validade de se centrar a análise nas disputas, e, mais especificamente, as disputas entre pontos de vista divergentes. Os embates em torno de quem define o que é o real, que no perspectivismo ameríndio gira em torno da definição de quem é o humano, isto é, o ponto de referência da ação, no vocabulário de Boltanski encontra-se na fragilidade da realidade. Em ambas as abordagens, *o mundo é um espaço de conflitos, que depende de agenciamentos e pontos de vista*.

Assim, aceitando as pistas de análises propostas por Bhabha (2007), Latour (1994), De la Cadena (2010), Stengers (2007), Viveiros de Castro (2002) e Boltanski (2009), para contextos diferentes entre si e diferentes do aqui estudado, a aposta na categoria de conflitos ambientais para análise do conflito em Belo monte visa, justamente, sobrecarregar o seu significado para incluir o hibridismo, os excessos e as perspectivas concorrentes na composição de um mundo comum, tal qual vivenciado no conflito em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte. Ou seja, das sugestões de Bhabha (2007), essa proposta aceita o hibridismo e a inadequação do conceito de conflito ambiental como características de contextos de fronteiras. De Latour (1994), Stengers (2007) e De La Cadena (2010), incorpora-se na análise a abertura para a demanda por novos possíveis, isto é, a presença da cosmopolítica. De Viveiros de Castro (2002), recorre-se à contribuição do perspectivismo ameríndio como postura filosófica, e à consideração de que os pontos de vista são forças em luta. Finalmente, a partir de Boltanski (2009), reforça-se a centralidade do conflito entre perspectivas divergentes às análises, e incorpora-se ainda a crítica sociológica apoiada no ponto de vista dos sujeitos sociais. Para se demonstrar como essa aposta pode se sustentar, as seções seguintes, mediante a análise dos documentos, observações, diário de campo, fotografias e entrevistas, irão analisar a coprodução entre social e natural em Belo Monte, o *ambiente* e o *desenvolvimento*, suas definições e os meios de acessá-los como objetos de disputa.



**Figura 28:** Canoa no rio Xingu, Volta Grande do Xingu, maio/2011.  
Fonte: Fotografia da autora.



**Figura 29:** Sementes de cacau secando ao sol, em frente ao mercado de Altamira, junho/2011.  
Fonte: Fotografia da autora.

#### 4 USINA, GENTE E RIO: BELO MONTE SOB O IDIOMA DA COPRODUÇÃO

“Você ainda não olhou o mapa da Volta Grande do Xingu? Nós somos esse pontinho aqui.” (Ribeirinha, militante do MAB, Comunidade Arroz Cru, maio/2011).

A análise da dinâmica do conflito em Belo Monte torna-se inócua se não se voltar no tempo – os estudos para a implantação da hidrelétrica remontam a 1975, e também a esse período remontam os primeiros marcos da disputa. No entanto, ao se realizar esse exercício de narrativa do histórico do conflito, percebe-se que uma série de transformações nos grupos envolvidos e nos espaços mobilizados tem lugar, de forma contínua e associada.

De fato, a partir da reconstituição do histórico do projeto de construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, tal qual realizado no primeiro capítulo desta tese, percebe-se que configurando a formulação e a execução deste projeto há uma intensa trama composta por interesses que vêm desde o capital internacional a empreiteiras, de estratégias de governo a membros do “setor elétrico”. Assim como já foi destacado, o projeto atravessou distintas fases da política nacional sempre se mantendo como prioritário: a construção de Belo Monte encabeçou a lista de obras estratégicas dos governos Sarney, Fernando Henrique Cardoso, Lula e é prioritária também no governo Dilma Rousseff. Contudo, sua complexidade técnica, seu contexto socioambiental e seus altos custos econômicos exigiram um arranjo institucional altamente elaborado, o que efetivamente só se concretizou a partir de 2005, durante os mandatos presidenciais de Lula e mantendo-se no governo Dilma Rousseff. Para tanto, foram necessários ajustes, alterações, transformações, nas mais distintas esferas: paisagens, movimentos, tecnologias.

Para se começar o esforço de reconceitualização de Belo Monte como um conflito ambiental, nosso primeiro ponto de revisão é a *trajetória do conflito*, mas, contudo, agora se atentando para os movimentos de transformação, cruzada e simultânea, dos distintos sujeitos do conflito ao longo de sua trajetória. Isto é, iremos nos servir do idioma da *coprodução* para reinterpretar o conflito em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte com o objetivo de não recair, de maneira intencional ou não, em uma sobredeterminação do papel da natureza ou da sociedade neste processo.

Nesse sentido, o idioma da coprodução parece especialmente válido. Segundo Jasanoff (2006, p. 03, tradução nossa), organizadora de uma das principais sínteses dessa abordagem, a coprodução pode ser vista como “uma crítica à ideologia realista que persistentemente separa os domínios da natureza, fatos, objetividade, razão e política [*policy*] daqueles da cultura, valores, subjetividade, emoção e política [*politics*].”. A justificativa para se valer desse idioma reside na assunção de que ganhamos poder explicativo se pensarmos as ordens social e natural como sendo produzidas conjuntamente. De acordo com Jasanoff (2006, p. 02, tradução nossa), a textura de qualquer período histórico, e talvez a modernidade mais do que qualquer outro, pode ser adequadamente apreciada apenas se levarmos essa coprodução em conta: “Em síntese, a coprodução é um atalho para a proposição de que as formas pelas quais a gente conhece e representa o mundo (ambos, natureza e sociedade) são inseparáveis das formas pelas quais nós escolhemos viver neste mundo.”.

São distintos os autores e as abordagens que fazem uso desse idioma para analisar suas questões de pesquisa; contudo, ainda que o conceito de coprodução tenha já adquirido um reconhecimento notável, sobretudo no campo dos ESCT, há várias escolas de pensamento que divergem sobre como defini-lo e emprega-lo (por exemplo, ver BARNES, 1988; COLLINS; YEARLEY, 1992; CALLON; LATOUR, 1992; LATOUR, 1996; DASTON, 2000; JASANOFF, 2006). De modo geral, as diferenças oscilam sobre a centralidade das implicações metafísicas dessa abordagem, isto é, sobre a preocupação (ou não) dos autores com a possibilidade de reinscrição dos limites entre o social e o natural no mundo, e sobre como os autores veem o papel do material e do inanimado na constituição da ordem social, assim como o grau de agência que eles estão preparados para atribuir a não humanos (JASANOFF, 2006, p. 21).

Para os objetivos desta tese, o mais interessante é que o idioma da coprodução, assumindo a influência das proposições de Latour e dos últimos trabalhos de Foucault, propicia a possibilidade de se visualizar certas forças “hegemônicas” não como dadas, mas como os (co)produtos de interações contingentes e de práticas (JASANOFF, 2006). Esses *insights* podem, por sua vez, abrir novas oportunidades de explicação, crítica e ação social, visto que:

Nem a existência das coisas nem nosso conhecimento sobre elas podem ser assegurados [*taked for granted*] nessa abordagem. Em vez disso, o objetivo é iluminar como estados de conhecimento particulares passam a existir, o que os faz persistirem ou desaparecerem, e como eles modelam e são modelados pelos mais profundos compromissos



políticos e culturais, assim como cognitivos e materiais das pessoas. (JASANOFF, 2006, p. 274, tradução nossa).

No que diz respeito à Belo Monte, essa abordagem pode mostrar como, ao longo desses 40 anos, para se assegurar o processo de construção da usina hidrelétrica tanto quanto para constituir a sua resistência, uma longa rede se constituiu, no sentido a que se referem Law (1992), Latour (1994) e Haraway (1995). O objetivo da alusão à ideia de rede é exatamente o de reforçar não o sentido de algo plenamente estabelecido, mas, ao contrário, sua remissão ao caráter heterogêneo e instável das articulações (ROHDEN, 2012). Como afirma Fabíola Rohden,

Resumidamente, o que se impõe é a ideia de rede complexa e que nos impede de escolher um ponto de vista *a priori*, como o dos cientistas [...], o que certamente implicaria no fracasso de um entendimento mais aprofundado. Evidentemente, dar conta de mapear toda a rede é uma pretensão que não se coloca, não só pelas dificuldades que seriam inerentes a essa tarefa, mas por sua localização e existência depender de cada situação. Porém, o que se torna imprescindível é exatamente a percepção das múltiplas conexões, possivelmente inesperadas, e o descentramento de certas perspectivas ou “objetos”. (ROHDEN, 2012, p. 50).

Assumindo essa abordagem, na presente seção vamos reinterpretar a trajetória do conflito<sup>27</sup> em torno de Belo Monte com o objetivo de se ressaltar os movimentos de coprodução nele implicados e sua importância na definição do conflito ambiental.

#### 4.1 BELO MONTE EM CONSTRUÇÃO NO TEMPO E NO ESPAÇO.

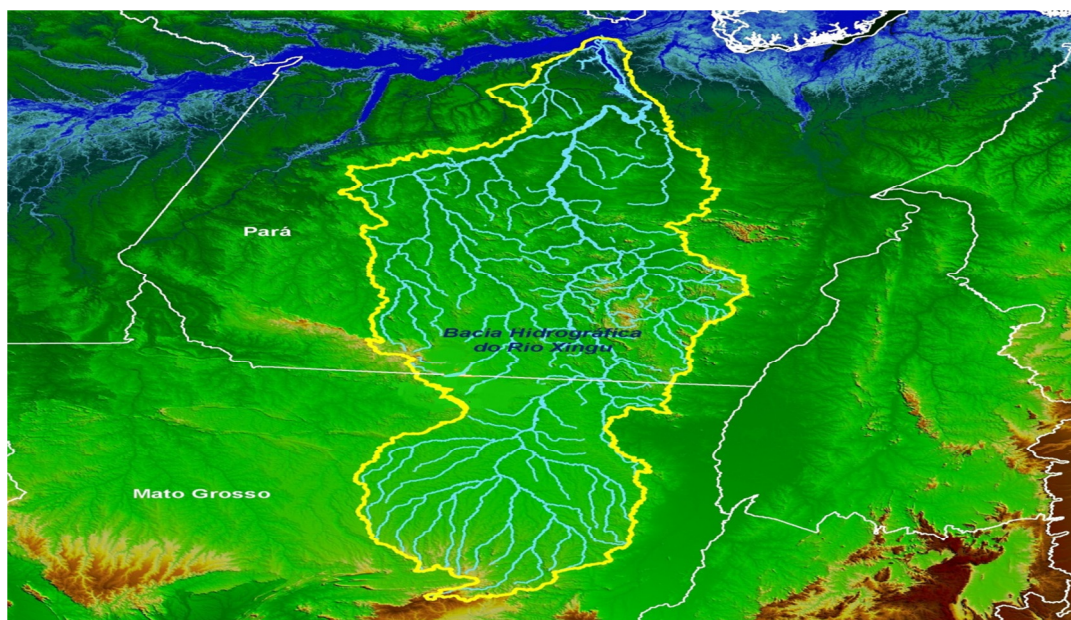
O ponto inicial da história de Belo Monte é também o seu personagem central: o Rio Xingu. Por isso, por ele começaremos nossa breve resenha de reconstrução do conflito. Para retomar os principais marcos nesse histórico e, simultaneamente, recuar no tempo e avançar no espaço tal qual impõe a análise de Belo Monte, vamos adotar a estratégia de definição de um *programa de ação*, isto é, a narrativa da série de “objetivos, passos e intenções que um agente pode descrever numa história” (LATOURE, 2001, p. 205). O programa de ação analisado é o de construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Em oposição a essa construção, se define um antiprograma, cujo objetivo é não permitir que o Xingu seja barrado. Os distintos agentes, destacados aqui em negrito, exercem sua ação ao autorizar, habilitar ou capacitar as associações de uns com os outros

<sup>27</sup> Como o histórico do conflito já foi descrito de maneira mais detalhada no primeiro capítulo da tese, neste momento se tratará de selecionar apenas alguns dos momentos do projeto. Para se preencher algumas eventuais lacunas ou contextualização das entidades que aqui são referidas por siglas, ver capítulo 01.

e, assim, influenciar os diferentes programas. Para fins de sistematização, as etapas serão numeradas de um a seis. Portanto:

1ª etapa: No início, havia o **Xingu**, um dos principais afluentes da margem direita do rio Amazonas. No contexto da Bacia Amazônica, a sub-bacia do Xingu situa-se entre as maiores em termos de área, cortando os estados do Mato Grosso e Pará, sendo delimitada ao sul e leste pela bacia do rio Tocantins/Araguaia, a oeste pela bacia do rio Tapajós e a sudoeste pela bacia do rio Paraguai. O Rio Xingu caracteriza-se por variações significativas de volume escoado entre épocas de cheia e de estiagem. Ainda assim, suas vazões médias são superiores às da maioria das grandes bacias não amazônicas. De acordo com Miranda *et al* (1988, p. 83), “a soma das vazões médias dos Rios Danúbio, Pó, Reno, Ródano, Nilo, Loire, Sena e Ebro representa aproximadamente a vazão média do Rio Xingu”. Oswaldo Sevá (2005), por sua vez, assim o descreve:

O Xingu vem lá de Mato Grosso, descendo sempre do planalto central e seus patamares, num rumo geral para o norte, para desembocar no Rio Amazonas. Ao chegar em Altamira seu rumo está um pouco inclinado para a direita, e aí o rio dobra quase 90 graus como se tivesse sido “obrigado” pela geomorfologia do planeta, pelo seu relevo neste trecho. Como se o rio tivesse que se desviar do escudo cristalino do Planalto Central Brasileiro, até encontrar passagens para atravessar esta beirada rochosa, esse degrau mais baixo deste extenso planalto brasileiro, aonde ele chega o mais perto possível da margem direita do Rio Amazonas. (SEVÁ, 2005, p. 192).



**Figura 30:** Mapa da bacia hidrográfica do Xingu.  
Fonte: Adaptado de ISA (2012).

2ª etapa: No entanto o Xingu é também conhecido por ser um “rio indígena”. De fato, ao longo da bacia do Xingu existem 21 **Terras Indígenas** (TI) demarcadas, onde vivem 24 povos indígenas, que falam mais de 20 línguas diferentes. Apenas na região do médio Xingu (onde se situa Belo Monte e que engloba também os Rios Iriri, Curuá, Bacajá e seus tributários) encontram-se 13 etnias distribuídas em 17 Terras Indígenas: **Arara** (TI Arara e Cachoeira Seca), **Arara do Maia** (TI Arara do Maia), **Araweté** (TI Araweté), **Asurini do Xingu** (TI Koatinemo), **Juruna do Paquiçamba** (TI Paquiçamba), **Juruna** (TI Boa Vista), **Kararaô** (TI Kararaô), **Kayapó** (TI: Kayapó, Mekrãgnoti, Badjonkore e Baú), **Kuruaya** (TI Kuruaya), **Panará** (TI Panará), **Parakanã** (TI Apyterewa), **Xikrin do Bacajá** (TI Trincheira- Bacajá) e **Xipayá** (TI Xipayá) (MAGALHÃES, 2005, p. 257).



**Figura 31:** Croqui da bacia do Rio Xingu e aldeias indígenas.

Fonte: ISA (2012).

Assim, a região do médio Xingu “notabiliza-se por se constituir no que pode ser considerado uma grande província multiétnica”, reunindo povos pertencentes a três dos quatro macro-troncos linguísticos existentes no Brasil: Tupi (Asurini do Xingu, Araweté, Juruna, Kuruaya, Parakanã e Xipayá), Jê (Kayapó, Xikrin e Kararaô) e Karib (Arara), não existindo apenas falantes de língua Aruak (MAGALHÃES, 2005, p. 257).

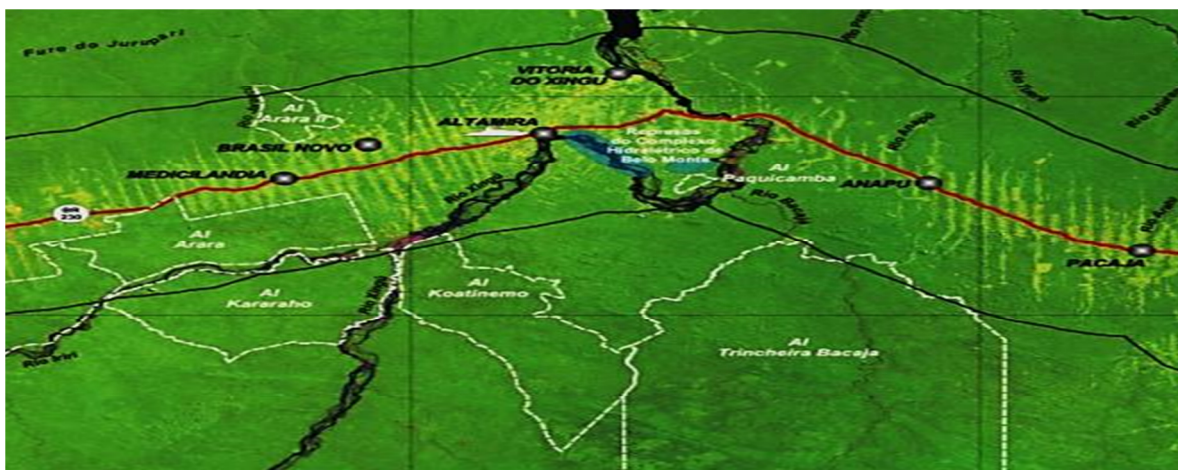
A situação territorial dentre esses povos é bastante diferenciada: há aqueles que habitam Terras Indígenas demarcadas, há os que estão em TIs em processo de demarcação ou reconhecimento, há os indígenas não aldeados, que moram ao longo do

Xingu e suas ilhas, geralmente constituindo famílias interétnicas, e há os chamados “**índios citadinos**”, que vivem nas sedes municipais de **Altamira**, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio. Há também **povos indígenas isolados**, isto é, que não possuem contato com a sociedade nacional, que se encontram em três áreas: na **Terra do Meio**, entre os Rios Iriri e Xingu, entre os Rios Iriri e Curuá, e na bacia do Rio Bacajá (MAGALHÃES, 2005, p. 258).

Ainda de acordo com Magalhães (2005), além da diversidade linguística e cultural, entre esses povos também se verificam diferenças importantes no que diz respeito ao tempo de relacionamento com segmentos da sociedade regional, sendo o tempo e a forma de contato definitivos para a caracterização e a construção das relações interétnicas:

Observa-se que há índios contatados há mais de duzentos anos, caso dos Xipaya, Kuruaya, Juruna, por exemplo, e há outros de contato mais recente, efetivado no âmbito dos processos de transformação decorrentes da ocupação da região, realizada de forma desordenada e à margem do controle do Estado. Este é o caso dos Araweté (1977), dos Arara (entre 1981/83), dos Parakanã-Apyterewa (entre 1983/84), dos Asurini do Xingu (1970), dos Kayapó (década de 60), etc. (MAGALHÃES, 2005, p. 258).

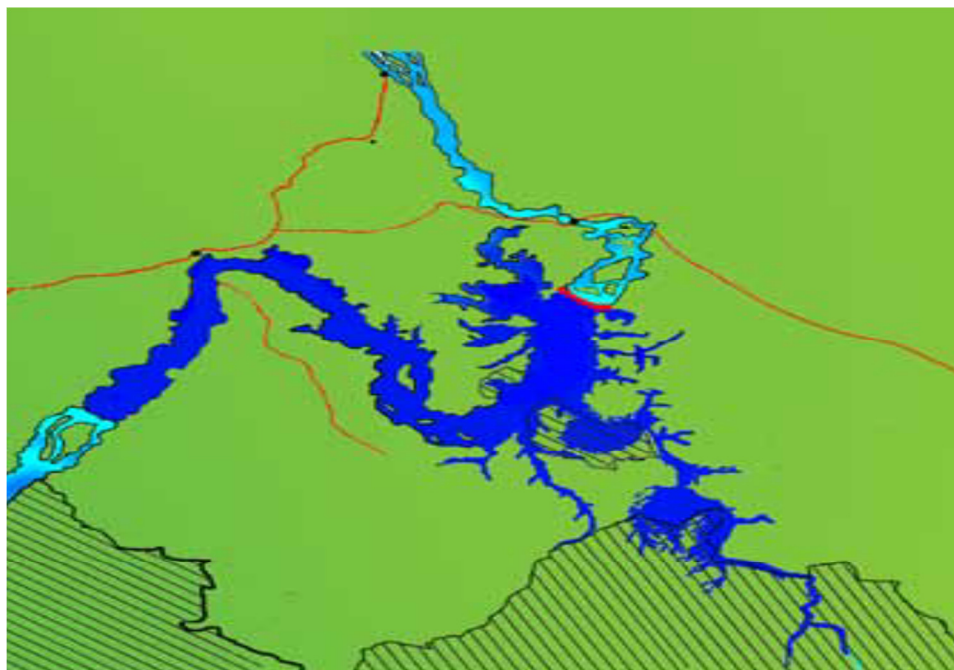
3ª etapa: Nos anos 1970, em meio ao afã desenvolvimentista e da profusão de lemas como “integrar para não entregar” e “uma terra sem homens para homens sem terra”, o governo militar construiu a rodovia **Transamazônica** e fez um inventário do potencial hídrico da bacia do Xingu. Com a Transamazônica, vieram os colonos, **agricultores familiares** provenientes dos estados do Nordeste e do Sul do Brasil. Com o estudo de inventário, o **Aproveitamento Energético** da bacia do Xingu passou a se tornar foco de estudo de técnicos e engenheiros.



**Figura 32:** Detalhe da Transamazônica mostrando a "espinha de peixe" formada pelas vicinias do projeto de colonização.

Fonte: Ministério dos Transportes (2013).

4ª etapa: Com o estudo e a publicação dos “**Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu**” (CNEC, 1980), veio o “**setor elétrico**”, formado pela **Eletrobrás** e sua subsidiária, a **Eletronorte**, pelo Conselho Nacional de Políticas Energéticas e pelas **empreiteiras**, como Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, Queiroz-Galvão, entre outras. O **CNEC** contatou a Associação Brasileira de Antropologia (**ABA**) para a indicação de **antropólogos** que pudessem analisar preliminarmente possíveis consequências junto aos povos indígenas dos barramentos no Xingu (MAGALHÃES, 2005). Por sua vez, os estudos de inventário trouxeram consigo também a preocupação dos **Kayapó**, que, por sua vez, acionaram o CEDI e estreitaram os laços com a **Prelazia do Xingu**. Em 1988, foi publicado o **livro** “As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas” (SANTOS; ANDRADE, 1988). É realizado, então, o I Encontro dos Povos Indígenas de Altamira, em 1989, e com ele vêm à cena **ONGs** ambientalistas, **jornalistas**, celebridades. Os **Povos da Floresta** se apresentam como novos sujeitos políticos. Naquele momento, eram previstas **cinco barragens** ao longo do Xingu, e a principal delas, **Kararaô**, iria inundar 1.225km<sup>2</sup> para a construção de seu **reservatório**. A esta época, os agricultores da Transamazônica tinham se articulado no Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica (**MPST**).

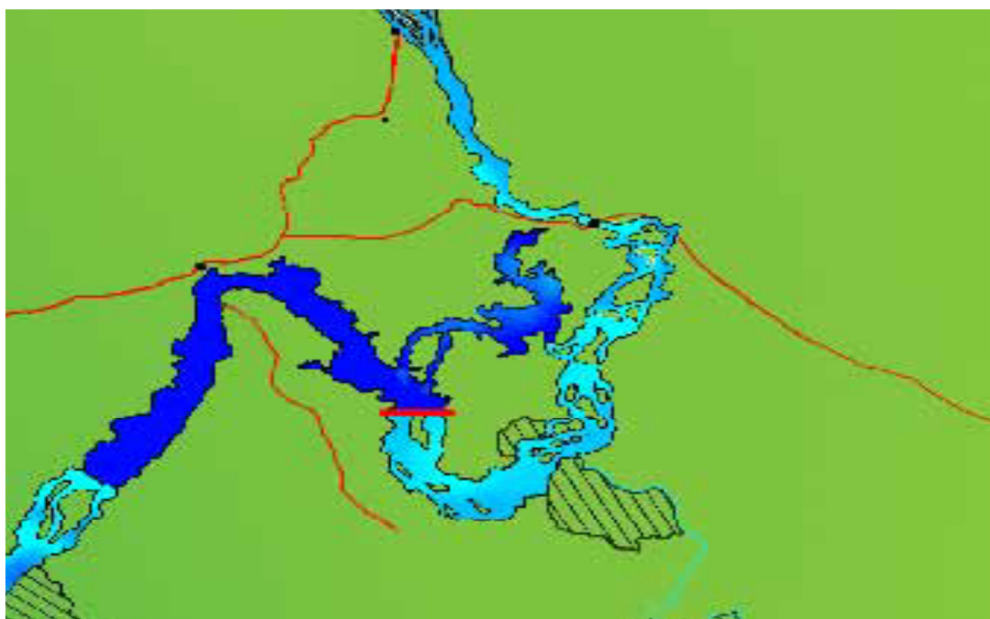


**Figura 33:** Esquema demonstrando o reservatório planejado para a construção da usina hidrelétrica Kararaô. As áreas achureadas são Terras Indígenas.

Fonte: RIMA (2009).

A grande projeção do Encontro de Altamira mostrou que o “**custo sociopolítico**” da construção de Kararaô era alto. O **Banco Mundial**, que em 1984 havia emprestado para o governo brasileiro 500 milhões de dólares firmando o “*Power Sector Loan*” [Empréstimo para o Setor Energético], não aprovou a continuidade do programa, que previa mais 350 milhões de dólares à Eletrobrás, apresentando para tanto diversas razões, inclusive de ordem socioambiental (GOODLAND, 2005). O projeto de construção da barragem, que não poderia mais se chamar Kararaô, é protelado.

5ª etapa: Apagão, crise energética, governo FHC, reordenamento do setor elétrico brasileiro implicam mudanças no projeto: Kararaô, agora **Belo Monte**, volta à cena. Técnicos do DNAEE e da Eletrobrás estudam alternativas para viabilizar a hidrelétrica. Os estudos apontam para uma mudança do local de barramento, situando-o mais à montante e adicionando-se **canais** para o desvio do Xingu. Dessa forma, nenhuma terra indígena seria alagada e o reservatório, agora planejado para uma usina movida a fio d’água, pode ser reduzido a praticamente a metade do planejado inicialmente. Novos estudos de viabilidade, e a CEPEL conclui pela “alta **atratividade econômica** do empreendimento” considerando aquela que passa a ser chamada “alternativa canais”. Contudo, assim que os **Estudos de Impacto Ambiental** começam a ser elaborados, o **Ministério Público Federal** no Estado do Pará move **ação civil pública** que embarga o processo: o EIA deveria ser analisado pelo **Ibama**, e não pela SEMA/PA.



**Figura 34:** Esquema demonstrando o reservatório de Belo Monte, a partir da alteração do projeto (‘alternativa canais’).  
Fonte: RIMA (2009).

O projeto de construção da hidrelétrica fica estagnado, até que, em 2003, muda o cenário político: **Lula** na Presidência da República, **Dilma Rousseff** no **Ministério de Minas e Energia**. Belo Monte é incorporada como obra prioritária do **PAC**. A autorização do **Congresso Nacional** para a retomada dos estudos ambientais é concedida em 2005. Em 2007, o Ibama emite o Termo de Referência para a elaboração do **novo EIA-RIMA** da hidrelétrica.

Com a adesão do **PT** ao projeto de construção de Belo Monte, o movimento social se divide, separando o **Xingu Vivo** da **FVPP**, atual desdobramento do movimento social que se iniciou com o MPST. É formado o consórcio **Norte Energia** e há o leilão de concessão da usina. Localmente, os **Xikrin** brigam com os **Kayapó**, que se aliam com os **Arara** e os **Juruna**, outrora inimigos.

6ª etapa: Apesar das 15 **ações civis públicas** na justiça, o licenciamento ambiental avança e a **licença prévia (LP)**, a **licença parcial de instalação (LPI)** e a **licença de instalação (LI)** são emitidas. Início das obras.



**Figura 35:** Esquema demonstrando principais locais de obra e elementos constituintes da construção da hidrelétrica de Belo Monte.

Fonte: RIMA (2009).

“Para fora”, isto é, para além do contexto regional, a rede de resistência se fortalece: via **ISA**, o Xingu Vivo forma o **Painel de Especialistas**, reunindo pesquisadores pertencentes a centros de pesquisa distribuídos por todo o Brasil para embasar as ações do **MPF**; intervêm a **Avaaz**, a **Amazon Watch**, a **International Rivers**, e até mesmo artistas com forte apelo popular criam, a partir do Rio de Janeiro, o **Movimento Gota d’Água**, disponibilizando uma página na internet e vídeos contrários à

construção da hidrelétrica. Petições *online* são organizadas e ganham a adesão de subscritores de todo o mundo. “Para dentro”, localmente, instalam-se divergências entre FVPP, Xingu Vivo, Prelazia do Xingu, **MAB, CIMI, Consulta Popular**. O governo federal fortalece o **empreendimento** via **PDRS Xingu, Cidadania Xingu e Escritório local da Presidência da República**. O Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) começa a atuar na região.

Ou seja, ao longo de décadas de conflito, pode-se perceber movimentos de coprodução de grupos, de espaços, de territorialidades, de documentos, livros, eventos, que se articulam e “retroalimentam”. Assim, cada etapa do programa de construção de Belo Monte, da discussão de sua necessidade e de sua viabilidade à emissão de licenças e à chegada de maquinário, constrói e desfaz redes e paisagens. Esses movimentos podem ser sintetizados em três principais momentos: 1) produção do Xingu como potencial energético – produção de indígenas e povos da floresta como ambientalistas; 2) produção da viabilidade do projeto – produção do Xingu Vivo; 3) produção das obras – produção da rede internacional de oposição à Belo Monte.

De acordo com Stengers (2003), quando se produz um duplo processo de constituição de identidade, isto é, quando “sobre um modo ou outro, e usualmente sobre modos completamente diferentes, as identidades que se coinventam integram cada uma por sua própria conta uma referência à outra”, há um processo de *entrecaptura*. A autora se refere assim a um processo de “coprodução de identidades” (STENGERS, 2003, p. 43), mas interpretando o conceito de coprodução sob a luz do conceito de *preensão* de Whitehead. Para este filósofo, as entidades alcançam sua atualidade por operações que são mais da ordem da apreensão [*prise*], da apropriação, ou ainda da *captura*, do que da realização ou da construção. Segundo Debaise,

Whitehead inventa um conceito para exprimir essas dimensões de captura constitutivas das entidades atuais: o conceito de *preensão*. *Preensão* significa literalmente “segurar”, “tomar” ou ainda “capturar”, mas com esse sentido particular que a realidade que apreende é também aquela que será transformada, modificada ela própria pela preensão. (DEBAISE, 2006, p. 64, tradução nossa).

Ou seja, a ideia de transformação mútua entre entidades – sejam elas objetos, técnicas, sujeitos e/ou paisagens – é o elemento central do conceito, que é incorporado na noção de entrecaptura. Para Stengers (2003, p. 48, tradução nossa), opera-se assim um deslocamento da atenção e das questões, abandonando-se “as problemáticas filosóficas



clássicas, tais como sujeito e objeto, que comunicam sempre com questões de direito, de legitimidade, e portanto também com o poder de desqualificar”, para, a partir da noção de entrecaptura, se colocar o foco sobre o evento, sobre um “como funciona”. Dessa forma, não se envia a uma instância mais geral a qual as transformações constituiriam uma tradução local, mas ao aqui e agora que elas fabricam e que as torna possíveis (STENGERS, 2003).

No conflito em torno da construção de Belo Monte, se repensar as transformações das distintas entidades envolvidas como processos de entrecaptura permite realizar um deslocamento da atenção para que se constate que *coisas* – rio, barragens, relatórios, Sistema Interligado Nacional – e *pessoas* – engenheiros, índios, militantes – se constroem e se transformam juntos, em cadeias de associações.

O quadro abaixo (Quadro 3) resume de maneira esquemática essas cadeias de associações. Nela, dois eixos compõem a representação do programa de ação: os traços horizontais, que demonstram as associações que são realizadas, tanto no programa de ação quanto no seu antiprograma, e os traços verticais, que apresentam substituições ao longo do processo. O sombreado das células facilita a leitura da adesão ou não ao programa de construção da hidrelétrica ao longo das associações, e os números à esquerda fazem referência às etapas do histórico resumidas no texto acima.

O que é interessante perceber – e pensando com Latour (2003), a partir de quem essa representação gráfica é inspirada – é que o esforço de realização de um programa implica em uma crescente adição de novas entidades, sejam elas instituições, pareceres técnicos, pessoas ou inovações. Além disso, nota-se a mudança de estado de algumas entidades, que se apresentam com novas propriedades (por exemplo, agricultores familiares, que no início apareciam indistintamente como um só agente, desdobram-se em MDTX, Movimento Xingu Vivo e FVPP; processo similar acontecendo com os indígenas, que de bloco único em sua ausência de necessidade de se posicionar quanto ao programa, ao longo do processo se distinguem, e se opõem, entre Kayapós, Xipaya, Xikrin, Arara, Juruna...). A passagem de entidades de um programa ao outro também pode ocorrer durante o processo (como é o caso da FVPP, antes e depois da adesão do PT ao projeto), assim como a substituição de agentes: o CNEC, representante das empreiteiras interessadas na construção da hidrelétrica, é substituído pelo Consórcio Norte Energia, sociedade que vence o leilão de concessão da obra; o reservatório de 1.225 km<sup>2</sup> é substituído pela “alternativa canais e diques”.



Esses movimentos não poderiam ser previstos antecipadamente, assim como não podem ser explicados se não forem vistos na perspectiva da coprodução: sem a iminência da construção de cinco barragens no Xingu, o processo de aproximação dos indígenas com os ambientalistas talvez não fosse tão intenso; sem a mudança no reservatório, o projeto talvez não se legitimasse econômica nem socioambientalmente; sem a adesão do PT ao projeto, talvez o movimento social dos agricultores não se subdividisse. Contudo, essas são especulações ausentes de sentido, visto que apenas no decorrer dos eventos que as transformações ocorrem e se estabilizam (ou não) de acordo com o critério do “funciona” ou “não funciona”. Assim, nota-se que a cada etapa as identidades se atualizam mutuamente, isto é, sob o modo de entrecaptura.

Portanto, percebe-se que não é possível caracterizar precisamente essas cadeias de associações se isolarmos os elementos que as compõem. Dessa forma, de acordo com Latour,

Um tal diagrama não reconstrói o deslocamento de um enunciado através de um contexto de uso ou aplicação; ele não reconstrói tampouco o deslocamento de um objeto técnico [...] através de um contexto de uso ou aplicação. Ele desenha um movimento que não é nem linguístico, nem social, nem técnico, nem pragmático. Ele mantém o traço das modificações sucessivas [das entidades envolvidas] ao registrar como um deslocamento nas associações (sintagmáticas) é “pago por” um deslocamento nas substituições (paradigmáticas). Impossível em um diagrama como este ir em direção à direita sem ir abaixo. *Impossível de se ganhar realidade sem admitir uma lista sempre aberta de novos atores.* (LATOURE, 2003, p. 53, destaque nosso, tradução nossa).

Este parece ser bem o caso do conflito em torno de Belo Monte em que, há quase quarenta anos, não se esgota a lista de agentes que compõem a rede com o objetivo de se conquistar a realidade de um dos programas, seja o de construção da hidrelétrica, seja de sua rejeição. Para se referir a esses agentes e suas transformações, Latour (2003, p. 35, tradução nossa) afirma que:

Falar de ‘humanos’ e de ‘não-humanos’ permite apenas uma aproximação grosseira [...] enquanto só há percursos e envios, traços e deslocamentos. Mas nós sabemos que os elementos, seja o que forem, se substituem e se transformam. A associação – E –, a substituição – OU – é o que é suficiente para nos dar a precisão que nunca pôde nos dar a distinção do social e do técnico, dos humanos e das coisas, da “dimensão simbólica” e das “restrições materiais”.

Durante o período mais recente, esta entrecaptura de sujeitos, objetos e sentidos apareceu talvez de forma mais evidentemente marcada no processo de licenciamento ambiental. Cada uma das três licenças emitidas pelo órgão licenciador, o Ibama, foi

precedida por uma série de questionamentos, debates, relatórios técnicos, ofícios, negociações e contestações, configurando etapas de inscrição do conflito. No sentido a que se refere Latour (1997), as inscrições são todos os tipos de transformações que materializam uma entidade em um signo, um arquivo, um documento, permitindo novas traduções e articulações ao mesmo tempo em que mantêm intactas algumas formas de relação (LATOURE, 2001).

No conflito em torno de Belo Monte, cada licença, como síntese das negociações – técnicas e políticas – anteriores à sua emissão, e como signo ou sinalizadora do que estaria por vir, repercutiu imediatamente em posicionamentos dos empresários interessados na obra, na articulação ou desarticulação dos movimentos sociais, em protocolos para os órgãos envolvidos e em demandas e recursos para as prefeituras. Essa capacidade de um objeto, não humano, repercutir em efeitos sociais, ou seja, de participar ativamente das relações sociais, é bastante evidente em relação às licenças, mas não ocorre apenas com relação a elas: tabelas – como a tabela de divulgação de preços a serem pagos por benfeitorias em terras a serem indenizadas pelo empreendedor – e mapas, como os que definem quem está ou não na área considerada atingida, quem está ou não abaixo da cota 100, nível de alagamento previsto com o enchimento do reservatório, também atuam como indutores de mobilizações sociais, especulação imobiliária, liberação de recursos e motivadores para alinhamentos e divergências entre os grupos.

Ou ainda, de forma mais definitiva no curso do programa de construção de Belo Monte localiza-se a mudança – técnica – no local de barramento do rio. Esta decisão, que é apresentada pela Eletronorte como mais atrativa economicamente (ELETROBRÁS, 2002), permitiu que os Estudos de Impacto Ambiental voltassem a ser analisados com a anuência do Congresso Nacional por neste novo projeto não ser alagada nenhuma Terra Indígena. Ainda, ao reduzir significativamente o tamanho do reservatório, essa alteração é apontada como uma concessão ao socioambientalismo, o que atestaria que a hidrelétrica, no atual projeto, é *sustentável*.

Nesse ponto, parece especialmente interessante a discussão que Latour (2003) propõe sobre a coprodução entre a sociedade e as inovações técnicas. Ao analisar como objetos técnicos, tais como o cinto de segurança dos veículos, as chaves de hotel que são acopladas a pesos volumosos, os quebra-molas que obrigam os motoristas a desacelerarem próximo a uma escola, incorporam em suas concepções deveres morais – não expor sua vida e a de outros passageiros a riscos; devolver a chave do quarto à

recepção do hotel; não circular à alta velocidade onde há crianças se deslocando –, Latour afirma que aqueles que dizem que no mundo demasiadamente tecnificado falta moralidade se enganam: este mundo é ainda mais sobrecarregado de moral, que se encontra incorporada na “natureza das coisas” (LATOURE, 2003, p. 32), estando, assim, localizada em um nível além do passível de discussão – e, por consequência, obviamente, além do passível de contravenção. A transformação do projeto de Belo Monte, que passa a ser planejada para funcionar a fio d’água, exigindo um menor reservatório e, sobretudo, o não alagamento de terras indígenas, incorpora a moral constitucional – “terras indígenas não podem ser alagadas” – em sua definição *técnica*. Assim, o empreendimento se legitima ao mesmo tempo em que se exime da discussão moral acerca de sua viabilidade. A controvérsia moral sobre o uso de terras indígenas é substituída por uma mudança de engenharia: aos críticos à construção da hidrelétrica, responde-se definitivamente que o projeto já foi alterado para se atender às demandas socioambientais, e, dessa forma, os impeditivos já foram *contornados* tecnicamente. Desta forma, a mediação técnica atuou como uma forma de tradução, no sentido de desvio (LATOURE, 2002), de um objetivo político, visto que o não alagamento não implica na não interferência nas terras indígenas, já que estas ficarão, em vez de alagadas, praticamente sem água<sup>28</sup>.

Portanto, percebe-se que a história de Belo Monte não é só a história da obra (início do inventário, mudança no projeto, início da obra, impactos decorrentes), nem só a história das relações de poder entre as pessoas, visto que essas relações se transformam em função da mediação das *coisas*. Como afirma Latour (2003, p. 44), “o sentido não preexiste aos dispositivos técnicos”, sentidos e técnicas são coproduzidos, capturados mutuamente, ao longo dos esforços de realização de programas de ação.

É nesse sentido que, para Whitehead – de quem as abordagens de Latour (2003) e Stengers (2003) buscam inspiração –, alguns objetos, como no caso analisado a hidrelétrica de Belo Monte, são caracterizados por *durar*, não importando qual seja a robustez de sua duração: “o que importa em uma *duração* é o prolongamento de uma identidade, qual seja, as variações que essa identidade pode submeter-se ao longo de toda sua história” (DEBAISE, 2006, p. 66, tradução nossa). Assim, Whitehead diz que

---

<sup>28</sup> Essa concepção que admite como atingida pelo empreendimento estritamente a área a ser inundada com a realização da obra configura aquilo que Vainer (2008) denomina *concepção hídrica* dos efeitos sociais dos projetos. Contudo, o autor afirma que “tem ficado evidente que municípios sem qualquer área inundada podem sofrer mais severamente as consequências da implantação de uma hidrelétrica que aqueles com áreas tomadas pelo reservatório” (VAINER, 2008, p. 43).

estes objetos, aos quais denomina objetos macroscópicos, se constituem sobre “trajetos históricos”, o que significa que eles têm um passado o qual eles herdam – herdam em parte deles mesmos – e que eles reatualizam em permanência. Mas eles têm também um futuro, aquele de suas tendências atuais, suas orientações: o passado e o futuro dos objetos macroscópicos não são antigos nem futuros presentes, mas são as dimensões inerentes a esses objetos em sua atualidade. Portanto,

Os objetos macroscópicos [também chamados por Whitehead de *eventos*] são seres coletivos, multiplicidade de devires e de preensões que são mantidos juntos e que ratificam a identidade de uma herança comum por *decisões permanentes*. Cada objeto é um conjunto de “blocos de devires” pelos quais o universo é capturado, integrado em uma perspectiva singular. Os “objetos macroscópicos”, sob sua aparente simplicidade, são animados de vidas inteiras que surgem e desaparecem, tecendo vínculos infinitos com todas as existências passadas e presentes. (DEBAISE, 2006, p. 66, destaques da autora).

Parece plausível, portanto, afirmar, que Belo Monte é um destes objetos ao atualizar constantemente os sujeitos dos quais se torna o ponto de vista. Neste sentido, entendem-se as perspectivas (sobre Belo Monte) não como uma expressão ou uma percepção do mundo, mas como uma apreensão ou uma captura, em que cada ponto de vista é ligado aos demais, e ao mesmo tempo efetivamente limitado no sentido de jamais ser completamente adequado, visto que as conexões são sempre instáveis e parciais.

No entanto, essa interpretação, ainda que pertinente, poderia dar uma ideia de simetria no processo de coprodução, ou de entrecaptura. Contudo, o que se percebe é que há entrecapturas distintas, caracterizadas por restrições lógicas e sintáticas diferentes. Essas distinções se tornam claras no que se refere ao controle do tempo. Ainda que em todos os casos estejam em curso movimentos de tradução de objetivos, interesses, dispositivos, no conflito em Belo Monte é constantemente necessária a tradução, além de objetivos e interesses, de tempos muitas vezes contraditórios. O tempo do projeto é o tempo do que é pensado de forma exógena, visando estratégias geopolíticas, e que tem que ser executado rapidamente, no ritmo do mercado. O tempo dos moradores locais, indígenas, agricultores e ribeirinhos, é o tempo lento, do rio que sempre correu, e que se deseja que sempre possa continuar correndo em seus movimentos cíclicos de cheia e seca. Dessa forma se constata, por um lado, a imposição de um ritmo acelerado por parte do programa de construção de Belo Monte, de maneira perturbadora para os moradores locais:

A gente tá recebendo técnico lá da empresa quase todo dia, toda semana quatro, cinco caminhonetes diferentes de pessoas da Norte Energia passando ali, falando com o povo que *a qualquer momento* tem que se sair. Eles estão falando agora que *no máximo até outubro* não é pra ter ninguém naquela área porque eles vão precisar dela em outubro, e outubro tá bem aí. Porque antes tinha um debate de que a gente ia levar ainda cinco anos lá, e agora já não é mais assim. Então a gente tá muito preocupado, porque eles, *enquanto a gente fazia uma reunião, eles faziam dez*. (Trecho de entrevista: Agricultora familiar, Altamira, junho/2011).

A gente já ouvia falar de Belo Monte há muito tempo. Só que *a gente vivia meio calmo*, a gente vive na propriedade da gente, tranquilo, trabalhando, sossegado, na minha roça. Eu planto feijão, milho, abóbora, tudo de alimentação a gente planta na roça. E também a gente planta o cacau, todo tipo dessas coisas a gente produz, na roça, porque ali é onde você tira tudo que precisa pra sobreviver. Eu acho que a minha vida, *antes dessa aceleração de Belo Monte*, com certeza, minha vida era muito melhor! Muito superior! [...] Então *hoje a gente vive muito assim, não vive sossegado*. (Trecho de entrevista: Agricultor familiar, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

Nesse contexto, não apenas os habitantes de Altamira e Volta Grande do Xingu se sentem pressionados pelo ritmo imposto, mas também aqueles que se propõem realizar a mediação entre as necessidades locais e o projeto relatam angústia de se sentirem atropelados:

*O ritmo é alucinante*, e a gente está sempre correndo atrás. Do ponto de vista acadêmico o processo foi *totalmente atropelado*. (Trecho de entrevista: Pesquisador, membro do Painel de Especialistas, Altamira, maio/2011).

Eu tô *angustiado*, porque pô, *tô sendo atropelado* pelo processo. Eu estava conversando com o Zé Carlo [cacique Arara] sobre o plano emergencial e ele falou ‘a gente não tem pressa’, mas o plano não espera, *o licenciamento não espera*, não dá tempo de ninguém ser ouvido, é um *projeto avassalador*. (Trecho de entrevista: Coordenador regional Funai, Altamira, julho/2011).

Por outro lado, contudo, para alguns aspectos também a lentidão é administrada. É esse o caso das ações solicitadas no licenciamento ambiental como medidas de mitigação de impactos do empreendimento, chamadas de *condicionantes*, que não seguem o mesmo ritmo acelerado das obras:

As condicionantes são condições de acontecer a obra em função da realização delas. Entendeu agora? É o que vai acontecer *antes, durante e depois*. E tem gente que acha que *tem que fazer tudo antes da hora, e não pode ser assim*, as pessoas têm que entender que tem coisas que não pode ser da sua maneira. Que tem que ser uma coisa pensada, trabalhada, conversada, *com calma*. (Trecho de entrevista: Presidente do Consórcio Belo Monte, Altamira, junho/2011).

Agora, com a licença de instalação, coisas que estavam na licença prévia, coisas que já tinham que ter sido esclarecidas no estudo de impacto ambiental, foram para a licença prévia, 40 condicionantes, agora na licença de instalação tem 25 condicionantes, então o que se percebe é que *tudo vai sendo empurrado para uma etapa subsequente*. Em outras palavras, o problema não é enfrentado, ele é *postergado*. (Trecho de entrevista: Procurador do Ministério Público Federal, Altamira, junho/2011).

A última licença já foi liberada, que é a LI, só falta a LO que é a de operação. Pronto, e *daí pra frente Belo Monte tá pronta pra agir*. E você vê o que na cidade ainda? Nada. O que você vê de bom pra Altamira, *o que tá chegando de bom?* Nada. Eu ainda não vi nada, enquanto a barragem tá ganhando espaço e crescendo. *Passando por cima de todo mundo*. (Trecho de entrevista: Liderança indígena Xipaya, Altamira, junho/2011).

É também sobre uma lentidão por parte do programa de ação de construção de Belo Monte que se pauta a medida cautelar na Corte Interamericana de Direitos Humanos contra o Estado brasileiro, ao denunciar o não julgamento das ações civis públicas contrárias à hidrelétrica:

A nossa petição na Corte Interamericana de Direitos Humanos se baseia na *demora injustificada no processo*, que é uma das três exceções para se recorrer à Corte antes de se esgotar todos os recursos internos. Ou seja, a gente se baseia no fato de *que o Estado brasileiro tem demorado* mais do que o plausível para julgar as ações de comprovada gravidade e *urgência* para proteger a vida e a integridade pessoal das comunidades da Bacia do rio Xingu. (Trecho de entrevista: Advogada da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Belém, agosto/2011).

Assim, não se tratam apenas de mudanças e transformações rápidas em função da obra, mas efetivamente de um *controle do tempo*, como resume a fala abaixo, se referindo ao licenciamento ambiental:

*O processo de licenciamento é uma mesa cheia de ampulhetas*. E você vai virando ampulheta por ampulheta, mas você não tem condição de virar todas. E uma ali acaba, esgota... [...] É isso, *é em cima de tempo que a gente trabalha*. Exatamente isso. O tempo de resposta de uma comunidade, o tempo de absorção das propostas na comunidade, o tempo de absorção das propostas do empreendedor das medidas ambientais pelo órgão ambiental, o tempo de implementação das medidas, e cada um tem o seu ritmo, e *a essência das discussões também é o tempo*. A expectativa de cada um, a expectativa do empreendedor era ter essa licença de instalação em 2010 ainda. E não foi possível. Pelas exigências que a gente fez, de acordos com as prefeituras, e aí a prefeitura tem o tempo dela pra fechar o acordo, as condições dela, as demandas dela pra fechar o acordo, as negociações. É isso, é o tempo. (Trecho de entrevista: Diretor de Licenciamento Ambiental Ibama, Brasília, agosto/2011).



Portanto, se antes era claro que o conflito em Belo Monte era um conflito pela apropriação do espaço, é importante se considerar que é também um conflito pelo controle do tempo. Com efeito, a própria ideia de desenvolvimento, que traz em si um imaginário de progresso e é o centro dos argumentos favoráveis à construção da hidrelétrica, pauta-se por uma definição sobre o tempo: os lugares a serem desenvolvidos – os quais Escobar (2008) afirma serem construídos como ‘*developmentalizable*s’ – são geralmente apresentados como lugares atrasados, que precisam ser acelerados para se sincronizarem com o moderno, o tempo que se quer presente. É justamente contra a “aceleração de Belo Monte” que se posiciona o agricultor da Volta Grande do Xingu no trecho acima citado. Nesse sentido, se opor à imposição de um ritmo é se opor também à concepção de uma linearidade histórica em que os que não se identificam com a modernidade estariam atrasados, isto é, no passado. Assim, a definição mesma de quem compõe o presente se torna parte da disputa.

Nesse contexto, aqueles que não se enquadram no ritmo desejado devem se adaptar, ou, se tornam deslocados:

Eu fiz esse exercício uma vez para me ajudar na análise do processo todo, a linha do tempo do licenciamento e do componente indígena: completamente *deslocado*. Você tem o processo andando e o componente indígena tentando pegar *atalhos e brechas*, e ao mesmo tempo levando toda a *culpa por tudo*. (Trecho de entrevista: Coordenadora Geral de Gestão Ambiental Funai, Brasília, agosto/2011).

Nesse sentido, se Belo Monte é o ponto de encontro de perspectivas que se atualizam mutuamente, importante lembrar que as perspectivas são forças em luta (VIVEIROS DE CASTRO, 2002), e é no controle do tempo, entre outros, que o programa de construção da hidrelétrica impõe a sua agência. Portanto, se a simetria pode ser adotada como ferramenta metodológica, isto não implica em se considerar que, analiticamente, as distintas entidades que compõem o conflito ocupem posições simétricas. Dessa forma, se como afirma Stengers (2003, p. 344), a exigência do princípio de simetria proposto por Latour (1994) impõe que se possa descrever e comparar sem ter que se reconhecer os obstáculos intrínsecos a essa comparação, há de se considerar que “uma exigência cria um problema e não garante uma resposta que a satisfaça”. Para superar os problemas relativos à extensão da simetria metodológica à simetria analítica, é preciso abdicar-se desse princípio. E, nesse sentido, a proposição cosmopolítica de Isabelle Stengers ganha força, visto que:

a questão cosmopolítica impõe, por sua vez, que se construam as palavras que vão desacelerar o problema, que o impeçam de se precipitar em direção a uma solução, e notadamente em direção à perspectiva de uma “triagem” entre práticas tornadas comparáveis, que se deixaria surgir a perigosa figura de um “jardineiro” efetuando as comparações e definindo os critérios da “triagem”. (STENGERS, 2003, p. 344, tradução nossa).

Portanto, não se trata aqui apenas de descrever e se comparar práticas e movimentos de coprodução, mas, *a partir* dessa coprodução, analisar a questão em termos políticos, ou, mais precisamente, cosmopolíticos. Pois, de acordo com a autora de sua formulação:

Ao termo “cosmopolítica” corresponde aquilo que não é nem uma atividade, nem uma negociação, nem uma prática, mas o *modo pelo qual se atualiza a copresença problemática de práticas*: a experiência, sempre ao presente, daquele em que atravessa o sonho do outro. Entrecaptura não simétrica que não garante nada, não autoriza a nada e não pode ser estabilizada por nenhuma restrição, mas por onde aquele que atravessa e aquele que é atravessado se submetem um ao outro ao exame que constitui a efração desse terceiro termo “assustador”, não apropriável por nenhuma medida: “Nós não estamos sozinhos no mundo”. (STENGERS, 2003, p. 355, destaque nosso, tradução nossa).

Nesse sentido, os próximos dois capítulos desta tese terão como foco a análise da dinâmica dessa copresença problemática de pessoas, relatórios, lugares, paisagens e seres “outros que humanos” (DE LA CADENA, 2010) em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte. Para tanto, dois termos centrais no conflito serão analisados: *ambiente e desenvolvimento*. O objetivo é, seguindo a inspiração de De La Cadena (2009), mais do que superá-los, reconhecer a importância destes termos nas estratégias políticas em conflito, mas demonstrando-se que em seu uso ocorrem processos de equívocos (VIVEIROS DE CASTRO, 2009), isto é, são permeados pela alteridade referencial entre as perspectivas em conflito, para as quais ambiente e desenvolvimento evocam significados distintos.



**Figura 36: Vista panorâmica de Altamira, maio/2011.**  
Fonte: fotografia da autora.



**Figura 37: Volta Grande do Xingu, maio/2011.**  
Fonte: Fotografia da autora.

## 5 “A GENTE NÃO SABE O QUE É BARRAGEM, MAS SABE O QUE É O XINGU”: O AMBIENTE EM DISPUTA

Pelo que já foi até o momento discutido, argumenta-se que Belo Monte é um evento no qual concorrem perspectivas disjuntivas de sujeitos como indígenas, engenheiros, militantes de movimentos sociais, ribeirinhos, cientistas e agricultores, que atualizam e coproduzem suas identidades em processos de entrecaptura. Afirma-se também que esses processos não ocorrem de forma simétrica: como demonstrado para o controle do tempo, o programa de ação de construção de Belo Monte impõe um ritmo acelerado àqueles que o rejeitam e procuram criar mecanismos de oposição, enquanto, simultaneamente, atrasa o atendimento das demandas que recebe. Essa copresença problemática de tempos muito distintos se torna mais evidentemente explicitada no processo de licenciamento ambiental, que se transforma em “uma mesa cheia de ampulhetas”, conforme a declaração do responsável pela sua coordenação, o que nos faz propor que o conflito em torno da construção de Belo Monte é também um *conflito pelo controle do tempo*.

Contudo, os sujeitos desses tempos distintos se encontram e são impelidos a se reinventar diante do fato de “não estarem sozinhos neste mundo” (STENGERS, 2003, p. 355) porque possuem em comum um rio, o Xingu. Visto como potencial energético pelo Estado nacional, como morada dos deuses para os indígenas, como fonte de subsistência para agricultores e ribeirinhos, o Rio Xingu se encontra no centro de um conflito no qual, se há alguma unanimidade, está na de que todos os envolvidos o apresentam como de importância crucial.

Os motivos deste conflito têm sido, desde o seu início, traduzidos como sendo de ordem *ambiental*, ou *socioambiental*. Assim, estudos de impacto ambiental são realizados e contestados, cientistas emitem laudos e pareceres, ambientalistas de vários lugares do mundo organizam e assinam petições. Mas, a que se refere o ambiente, ou o “socioambiente”, que é colocado no centro da disputa? Será que é possível afirmar que os sujeitos envolvidos estão de acordo sobre os termos do conflito, ou estaríamos diante de um equívoco, no sentido a que se refere Viveiros de Castro (2009), no qual termos iguais estariam sendo designados para significar conteúdos diferentes, de forma característica aos processos de tradução cultural?

Este capítulo tem por objetivo demonstrar que no conflito em torno da construção de Belo Monte se opõem não apenas traduções sobre o que é o ambiente e o

que cabe em seu conteúdo, mas também os métodos, objetivo ou subjetivo, para acessá-lo. Sugere-se assim que há, portanto, duas ordens de divergência sobre o ambiente: em primeiro lugar, uma divergência ontológica sobre a existência ou não de um ambiente exterior ao qual pertencem entidades não humanas, e, em decorrência desta, uma divergência de ordem epistemológica sobre as possibilidades e métodos para conhecê-lo.

Para sustentar essa proposição, na primeira seção será analisada a controvérsia em torno do processo de licenciamento ambiental, em que cientistas e técnicos, por meio de métodos objetivos, se propõem a mensurar o ambiente da bacia do Xingu e as consequências da construção da hidrelétrica, resultando em posicionamentos opostos sobre a viabilidade do empreendimento. Na seção seguinte, será analisado o que as comunidades locais (ribeirinhos, agricultores e indígenas) dizem quando falam do Xingu e de seu ambiente, assim como o método subjetivo que apresentam para legitimar seu conhecimento. Finalmente, o processo de disputas em torno das indenizações a serem destinadas aos moradores de Altamira e Volta Grande do Xingu que serão compulsoriamente deslocados em função da barragem será analisado como lócus da incomensurabilidade entre as distintas visões do ambiente. Ao final desta discussão, espera-se demonstrar que a definição sobre o que é o ambiente é uma disputa necessariamente política, e, no sentido em que coloca em xeque quem está autorizado a formular os critérios de inclusão e exclusão das entidades habilitadas a participar dos embates e negociações, trata-se também de uma disputa cosmopolítica.

### 5.1 “O LICENCIAMENTO É UM CAMPO DE BATALHAS”: O LICENCIAMENTO AMBIENTAL, O PAINEL DE ESPECIALISTAS E A EXPERTISE CONTROVERSA

O licenciamento é um campo de batalhas. E Belo Monte é o principal, é o maior campo de batalha. (Trecho de entrevista: Diretor de Licenciamento Ambiental do Ibama, Brasília, agosto/2011).

A Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, tem como um de seus principais instrumentos o processo de Licenciamento Ambiental, elaborado com a finalidade de promover o controle prévio à construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades considerados capazes de causar degradação ambiental (MMA, 2009).

Aplicado inicialmente às indústrias de transformação, o licenciamento ambiental passou a abranger uma gama de projetos de infraestrutura realizados por empresas e organismos governamentais, estendendo-se às indústrias extrativas e aos projetos de expansão urbana, agropecuária e turismo. Em 1983, a lei 6.938/81 foi regulamentada pelo Decreto nº 88.351, que instituiu a necessidade de três tipos de licença durante o processo de licenciamento ambiental: a Licença Prévia (LP), concedida na fase preliminar da atividade com o objetivo de atestar a viabilidade do empreendimento; a Licença de Instalação (LI), concedida para autorizar o início da implantação do empreendimento impactante; e a Licença de Operação (LO), concedida para autorizar, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada. Dessa forma, para a execução de um empreendimento causador de degradação ambiental, a legislação exige o acompanhamento durante todas as suas etapas, planejamento, construção e operação, que devem ser licenciadas para que o empreendimento possa prosseguir (ROCHA *et al.*, 2005).

A Lei 6.938/81 ainda foi complementada, em 1986, pela Resolução CONAMA<sup>29</sup> nº 01, de 23 de janeiro de 1986, que trouxe a definição de “impacto ambiental”<sup>30</sup> e estabeleceu que o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente depende da elaboração de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, que deverão ser aprovados pelo órgão competente. A Resolução trouxe também, em seu Art. 2º, uma lista exemplificativa das atividades sujeitas à apresentação de EIA/RIMA no processo de licenciamento, e dispôs sobre a realização de audiências públicas no âmbito do processo de licenciamento ambiental, para promover a informação sobre o projeto em licenciamento e seus impactos ambientais, bem como a discussão do RIMA às comunidades atingidas (MMA, 2009).

O licenciamento ambiental no Brasil antecede assim a própria Constituição Federal de 1988. Entretanto, essa Constituição recepcionou a legislação ambiental e elevou à condição de preceito constitucional a proteção e defesa do meio ambiente, bem como a necessidade de Estudo Prévio de Impacto Ambiental para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação ambiental (MMA,

---

<sup>29</sup> O Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA. O Conselho é um colegiado representativo de cinco setores: órgãos federais, estaduais e municipais, setor empresarial e sociedade civil (MMA, 2009).

<sup>30</sup> Impacto ambiental: qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais (RESOLUÇÃO CONAMA nº 01/86, destaques nossos).

2009). Incorporando de maneira textual as reflexões iniciadas na Conferência de Estocolmo, de 1972, o Art. 225 da Constituição Federal afirma que é incumbido ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações. Somadas, a Constituição Federal, as leis, decretos, resoluções e instruções normativas que versam sobre a questão ambiental e o processo de licenciamento abarcam quase todas as etapas de avaliação e acompanhamento da instalação de um empreendimento: os tipos de empreendimentos em que o licenciamento é exigido, a regulamentação dos critérios de elaboração do EIA, parâmetros para a sua publicitação, a criminalização da negligência quanto ao licenciamento, entre vários outros.

Por estes mecanismos, a legislação ambiental brasileira se consagrou como uma das mais completas e abrangentes do mundo (ROCHA *et al.*, 2005). Mas sua formulação não se originou por “geração espontânea”: foi na confluência de pressões internacionais, tensões internas e o processo de redemocratização brasileira após o governo ditatorial militar que essa legislação foi gestada. Rothman (2008, p. 190-1) assim resume este contexto:

Durante as décadas de 1960 e 70, barragens e outros projetos desenvolvimentistas de grande escala tiveram impactos adversos sobre ecossistemas, meios de subsistência e estilos de vida de pessoas nas comunidades rurais de países em desenvolvimento. No final da década de 1970 e na primeira metade da década seguinte, várias destas populações locais protestaram e resistiram [...]. Estudos científicos comprovaram esses impactos [das barragens]. Em resposta a estes protestos e estudos, [...] o Banco Mundial criou um Departamento de Meio Ambiente e adotou exigências e critérios para a implementação de estudos de impactos ambientais como condição para o financiamento de projetos. No Brasil, dentro do contexto de um “ciclo de protestos” no período de 1978 a 1987 (ROTHMAN, 1996), os impactos socioambientais de grandes barragens provocaram grandes confrontações do setor elétrico com populações locais atingidas por barragens. No final da década de 1970 e 80, o governo brasileiro autoritário implementou medidas de liberalização controlada, procurando conter pressões para a democratização provenientes de grupos de base da sociedade civil. Nesse contexto, a Lei Nacional de Política Ambiental foi sancionada em 1981. (ROTHMAN, 2008, p. 190-1).

Assim, em um contexto de abertura lenta e gradual do sistema político, as demandas ambientais ganharam força e se constituíram como espaço de participação – seria esse o papel das audiências públicas como componente inerente ao licenciamento ambiental. Mas, mais do que participação, o ambientalismo parecia abrir portas para uma renovação, capaz de superar os conflitos entre a esquerda e a direita da história

recente do país os quais não era conveniente enfrentar. “Nem de esquerda, nem de direita”, declarou recentemente Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente e consagrada personalidade ambientalista ao fundar o seu novo partido<sup>31</sup>. Contudo, situando-se acima do embate político, as demandas ambientais são apropriadas como políticas de Estado de maneira que o seu resultado, na prática, é o de despolitização. Como demonstram Viveiros de Castro e Andrade (1988) em sua análise sobre o quadro conceitual que orienta a Política Nacional de Meio Ambiente:

Embora a definição de meio ambiente (expressão pleonástica) dada pela Lei 6.938 mencione um conjunto de condições *naturais* que “abrigam e regem a vida em todas as suas formas”, a Resolução 001 do CONAMA introduziu um componente *novo*. Assim, o “diagnóstico ambiental” da área de influência de um grande projeto deverá considerar um meio físico, um meio biológico e um meio *socioeconômico*, como subsistemas do sistema ambiental. Verifica-se assim uma curiosa inversão: *as populações humanas (o “meio socioeconômico”) atingidas pelo projeto de engenharia passam a fazer parte do ambiente. [...] Vê-se aqui como os setores sociais atingidos pela megaobra de engenharia são recuados para um lugar de fundo, de “ambiente”, sobre o qual e contra o qual se desenha uma forma: a obra. As populações humanas são assimiladas a uma natureza, e a obra recolhe em si os valores de sujeito. [...]. Gente vira ambiente e a obra vira agente. [...] O que se verifica, portanto, é a completa perversão de um discurso legítimo e politicamente fundamental – o da luta pelo respeito ao ambiente – através de sua incorporação ao arsenal ideológico do Estado autoritário. (VIVEIROS DE CASTRO; ANDRADE, 1988, p. 8-10, destaques no original).*

Nesse sentido, vários autores têm chamado a atenção para os problemas e as limitações do processo de licenciamento ambiental, sobretudo no que diz respeito aos estudos e relatórios de impacto ambiental e às audiências públicas (AGRA FILHO, 1993; 2010; ZHOURI *et al*, 2005; ROTHMAN, 2008). Agra Filho (2010, p. 352) argumenta que “na política nacional de meio ambiente, a abordagem dos conflitos ambientais está prevista, implicitamente, nos mecanismos orientados para os procedimentos de participação pública”, destacando-se as alternativas de participação em colegiados, como os conselhos nacional, estaduais e municipais de meio ambiente, e nas audiências públicas. Contudo, pondera que “há que se questionar o papel que essas instâncias exercem efetivamente no equacionamento dos conflitos ambientais” (AGRA FILHO, 2005, p. 353). Para o autor, raros são os casos em que o governo, acompanhando a percepção da sociedade civil, recomenda e garante a revisão do projeto

---

<sup>31</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/94217-novo-partido-nao-sera-de-direita-nem-de-esquerda-diz-marina.shtml>. Acesso em fevereiro/2013.



em termos estruturais ou de localização, e que, geralmente, a ocorrência destes casos somente se viabiliza quando os conflitos representam fortes desgastes políticos.

Zhouri e Rothman (2008, p. 124), por sua vez, afirmam que o licenciamento ambiental opera a partir do “paradigma da adequação ambiental”, no qual a obra passa a ter lugar central, apresentando-se “de forma inquestionável e inexorável. O ambiente é então percebido como externalidade, ou seja, enquanto paisagem que deve ser modificada e adaptada aos objetivos do projeto técnico”. De fato, é sobre uma adequação que se refere uma citação, também da ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, apresentada no Caderno de Licenciamento Ambiental do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais do Ministério do Meio Ambiente, que afirma: “com o Licenciamento Ambiental, procura-se *deixar de dizer* apenas o ‘*não pode*’, para se mostrar a forma correta de ‘*como fazer*.’” (MMA, 2009, p. 9, destaques nossos). Por isso, ainda de acordo com Zhouri e Rothman (2008, p.125), as audiências públicas, como “instâncias institucionalizadas para a participação [...] não permitem a efetiva incorporação das propostas e demandas apresentadas pelas populações atingidas”. Em decorrência, recorre-se às esferas jurídicas, havendo uma “crescente intervenção do Ministério Público enquanto instância mediadora de conflitos”.

Contribui para o descrédito quanto à efetividade dos processos de licenciamento ambiental as falas de alguns membros do governo federal e do setor elétrico em que as etapas da legislação e as demandas ambientais são apresentadas como formalismos que estariam atrasando a realização de empreendimentos mais importantes ou atuando como obstáculos ao desenvolvimento. Por exemplo, Switkes (2008) cita que:

Aloísio Vasconcelos, [então] presidente da Eletrobrás, ao fazer referência aos obstáculos a serem enfrentados pelos projetos de hidrelétricas na Amazônia no processo de licenciamento ambiental, ameaçou: “ou o governo dá um soco na mesa e libera os projetos do setor de energia ou esse povo (do meio ambiente) vai parar o Brasil”. (SWITKES, 2008, p. 34)

Notória também se tornou a declaração do então presidente Lula que propôs a inauguração de “um monumento à perereca” no viaduto da BR-101 em Osório (RS), devido ao fato de, em função do licenciamento ambiental, a obra ter ficado seis meses parada para que se estudasse o comportamento do anfíbio. Lula afirmou na ocasião que “se a perereca é tão importante, deve ter um monumento junto com a placa”, e que está reunindo casos como esses, “coisas hilariantes que acontecem no Brasil e que ninguém assume a responsabilidade”, para fazer um livro, visto que “ninguém diz quanto o povo

brasileiro está pagando por esses atrasos.”<sup>32</sup> Sobre Belo Monte, após afirmar em audiência com os movimentos sociais do Xingu e lideranças indígenas que não iria “enfiar Belo Monte goela abaixo dos povos do Xingu”<sup>33</sup>, em momento posterior Lula afirmou que a hidrelétrica seria construída “de qualquer maneira”<sup>34</sup>. De forma consoante, até mesmo alguns documentos oficiais expressam essa concepção do licenciamento ambiental como entrave à realização de empreendimentos necessários. A ANEEL, por exemplo, afirma em seu Atlas de Energia Elétrica do Brasil que:

Os maiores *entraves* à expansão hidrelétrica do país são de *natureza ambiental e judicial*. No final de 2007 e início de 2008 uma polêmica ocorreu entre os formadores de opinião quando veio a público que a maior parte das obras estava atrasada em função da *dificuldade para obtenção do licenciamento ambiental* provocada por questionamentos na justiça, ações e liminares. Os opositores argumentam que as construções, principalmente na região da Amazônia, provocam impacto na vida da população, na flora e fauna locais, por interferirem no traçado natural e no volume de água dos rios. *Entretanto, é necessário construir novas usinas* - com impacto socioambiental mínimo - para produzir a energia suficiente para o crescimento econômico e ampliação da oferta de empregos. (ANEEL, 2009, p. 61, destaques nossos).

Portanto, se a existência de uma legislação ambiental que exige a avaliação prévia de empreendimentos potencialmente degradadores e que inclui entre as suas premissas espaços de participação pública trata-se de uma conquista inegável da sociedade civil, oferecendo “oportunidades para que populações atingidas por barragens exerçam sua cidadania e reivindiquem seus direitos” (ROTHMAN, 2008, p. 214), ainda há muito que se avançar para que o licenciamento ambiental cumpra plenamente seus objetivos de regulamentação e democratização.

É neste contexto que se insere a elaboração, durante o conflito em torno da hidrelétrica de Belo Monte, do “Painel de Especialistas – Análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte” (MAGALHÃES; HERNANDEZ, 2009). Concebido para angariar argumentos técnicos que proporcionassem criticar a forma pela qual o Estudo de Impacto Ambiental da

---

<sup>32</sup> Declarações veiculadas na reportagem: “Lula propõe 'monumento à perereca' em obra na BR-101”, publicada pela Agência Estado em 26 de agosto de 2010. Disponível em [http://www.uai.com.br/htmls/app/noticia173/2010/08/26/noticia\\_economia,i=176377/index.shtml](http://www.uai.com.br/htmls/app/noticia173/2010/08/26/noticia_economia,i=176377/index.shtml). Acesso em maio/2013.

<sup>33</sup> Um relato dessa audiência está disponível no endereço eletrônico do ISA, e pode ser acessado em: <http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2928>.

<sup>34</sup> Essa frase foi dita pelo então presidente Lula por ocasião da ação do MPF contra o leilão de concessão da usina. Informação disponível em <http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2010/04/10/na-lei-ou-na-marra-282608.asp>. Acesso em maio/2013.

hidrelétrica havia sido conduzido, o Painel integra-se, de maneira crítica, ao licenciamento ambiental, uma vez que é apresentado como subsídio para o questionamento do empreendimento durante as audiências públicas. Como já foi mencionado nos capítulos anteriores, esta não foi a primeira vez durante o conflito em Belo Monte que foram publicadas compilações de artigos, assinadas por pesquisadores que possuem atuação acadêmica respaldada, criticando-se a construção de hidrelétricas na bacia do Xingu. Em 1988, foi publicado pela Comissão Pró-Índio de São Paulo o livro “As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas”, organizado por Leinad Ayer Santos e Lucia Andrade (SANTOS; ANDRADE, 1988); e em 2005 o livro “Tenotã-mõ: Alerta sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no Rio Xingu” publicado pela *International Rivers Network*, organizado por Oswaldo Sevá e editado por Glenn Switkes (SEVÁ, 2005). No entanto, ao ser formulado tendo como objetivo imediato a participação nas audiências públicas do processo de licenciamento ambiental de Belo Monte, o Painel adquire uma particularidade que o diferencia de seus precursores.

Dessa forma, a análise dos livros “As Hidrelétricas do Xingu e povos indígenas”, “Tenotã-mõ” e “Painel de especialistas” é também a análise da consolidação dos estudos de impacto ambiental como protocolo, e mesmo de muitos de seus pressupostos conceituais como caixas-pretas. Ou seja, ainda que o caráter crítico às barragens não tenha sido em nenhuma das publicações reduzido, percebe-se que há um deslocamento do fundamento da crítica ao longo das três publicações. No primeiro, há um persistente exame da *lógica ambiental* do Estado e mesmo dos limites abarcados pelo uso do termo *ambiente*. Há de se destacar que, quando da publicação deste livro, em 1988, os procedimentos de estudo de impacto ambiental como componente de um necessário licenciamento ambiental ainda eram bastante recentes, e começavam a se desenvolver seus primeiros esforços. Em “Tenotã-mõ”, a análise quanto à política ambiental do Estado apresenta-se concentrada nos *critérios* do sistema de avaliação ambiental (GOODLAND, 2005), ou no vocabulário que trata as consequências dos projetos como “impactos” (SEVÁ, 2005). No “Painel de Especialistas”, por sua vez, o licenciamento já se torna o foco central da análise – e da disputa – e os embates se dão em torno de *itens* específicos, como área de influência direta ou indireta e trecho de vazão reduzida.

Esta característica é certamente atrelada à motivação inicial da publicação e ao contexto em que foi elaborada: constituído de pesquisadores voluntários, o Painel de Especialistas surgiu de uma demanda de movimentos sociais de Altamira, reunidos na

Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP)<sup>35</sup>, sendo viabilizado com o apoio da *International Rivers*, do Instituto Socioambiental (ISA), da *World Wild Foundation* (WWF), da FASE e da Rede de Justiça Ambiental, tendo como protagonista na iniciativa e na concepção do projeto o ambientalista norte-americano Glenn Switkes. Cineasta e diretor do programa Amazônia da ONG *International Rivers*, Glenn já havia participado ativamente da formulação do livro Tenotã-Mô e militou continuamente junto aos povos do Xingu até o seu falecimento, causado por um câncer no pulmão, em dezembro de 2009. A partir de então, outras entidades assumiram a articulação do Painel de Especialistas, que assim é explicado por uma das responsáveis por sua execução:

Quando eu entrei *a questão era a academia*, o Painel foi realmente pensado nesse ângulo, foram reuniões feitas com procuradores daqui, alguns representantes da FVPP, alguns representantes de ONGs e alguns pesquisadores, olha, *pra tentar barrar Belo Monte a gente precisa de argumentos técnicos*, então vamo construir um grupo. Então eu cheguei pra isso. [...]. A ideia era formar *um grupo de pesquisadores* para acompanhar essa história de Belo Monte, analisar, fazer uma *análise crítica* desse processo todo, dos impactos [...]. E aí foram 40 pesquisadores que se destacaram de várias universidades brasileiras e internacionais [...], *o objetivo era fazer o lançamento dessa análise antes da audiência pública*. E a gente trouxe alguns pesquisadores pra cá, a gente trabalhou uma série de questões realmente difíceis [...] para fazer o questionamento no momento da audiência, foi bem interessante esse processo. (Trecho de entrevista: Assessora do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Altamira, junho/2011).

Portanto, pelo que nos descreve acima a assessora do Xingu Vivo, percebe-se que o Painel de Especialistas é o resultado de uma busca por legitimação científica da oposição à construção da hidrelétrica, realizada mediante a apresentação de argumentos técnicos, ou seja, argumentos que estariam, por princípio, não enviesados por interesses políticos ou ideológicos. Essa se demonstrou ser uma preocupação inclusive dos pesquisadores participantes, como é relatado no trecho de entrevista abaixo:

Eu nunca tinha me envolvido, apesar da minha preocupação, com nenhuma questão ambiental. Sempre fiz ciência básica. Quando eu cheguei aqui [*em Altamira*] eu sabia que tinha necessidade de acompanhar esse processo, mas não tinha oportunidade. Aí eu fui chamado pelo Painel de Especialistas pra fazer o estudo. A gente recebeu o EIA-RIMA, e aí eu peguei o documento, disse que *eu não tinha uma posição em relação a isso e disse que ia fazer uma*

---

<sup>35</sup> No momento de formulação do projeto que viria a viabilizar o Painel de Especialistas, a FVPP ainda congregava a resistência à construção de Belo Monte, tendo ocorrido em momento posterior o “racha” que acarretou na separação daqueles que vieram a formar o Movimento Xingu Vivo para Sempre.

*avaliação técnica.* Tudo bem, a avaliação que você me der vai ser o que vai constar lá. E foi a partir daí que eu comecei a acompanhar esse processo. [Trecho de entrevista: Pesquisador, professor da UFPA, membro do Painel de Especialistas, Altamira, maio/2011].

Dessa forma, apesar de sua origem atrelada às demandas dos movimentos sociais, o princípio de imparcialidade da pesquisa científica, ou da técnica, era um atributo a ser preservado na publicação do Painel de Especialistas. Esta não foi uma iniciativa isolada no contexto de oposição a barragens. Zhouri e Rothman (2008) consideram que:

a assessoria científica ocupa um papel relevante no conjunto do campo de forças – ao conjugar estratégias que passam pela mobilização do capital técnico, através da leitura dos EIA-RIMAs e da elaboração de contrapareceres técnicos, por exemplo, mas também do capital político, exemplificadas pelos pronunciamentos nas audiências públicas. (ZHOURI; ROTHMAN, 2008, p. 161).

Ou seja, percebe-se que, na perspectiva dos movimentos sociais que demandam a assessoria científica, e dos pesquisadores que a prestam, a técnica se torna um instrumento a mais para o exercício de seus objetivos políticos. Contudo, como ressaltado pelos participantes do Painel de Especialistas, sua finalidade não deve intervir na validade científica dos estudos: pelo contrário, é justamente por serem estudos técnicos, isto é, por princípio imparciais, que se assegura a legitimidade de sua intervenção. Ainda cabe destacar que, como nos relata a assessora do Xingu Vivo, a demanda por estudos técnicos não surgiu apenas dos movimentos sociais, mas também do diálogo com procuradores do Ministério Público Federal e do ISA, organização não governamental reconhecida por seu perfil técnico. Como nos explica seu coordenador regional em Altamira:

Hoje a nossa única fonte de informação sobre tudo que acontece, desde a época dos estudos de impacto ambiental e agora a implantação das condicionantes, a elaboração dos planos, a implementação dos planos, a única fonte de informação é a Norte Energia, é a empresa. Que é também a única fonte de informação do Ibama, o Ibama fez duas vistorias de campo, super guiadas pela Norte Energia, enfim, a gente tá de perna quebrada no acompanhamento dessa obra, então *a gente acredita que trazer transparência pra esse processo, através de um acompanhamento técnico qualificado*, pode dar um combustível inclusive pro movimento social, olhar e falar, ó, aquele compromisso aqui não foi cumprido, você qualifica um pouco mais o movimento social local, com informações sólidas. [...] *Essa é a nossa luta, a gente acha que essa é a forma como a gente consegue contribuir para o processo nesse momento.* (Trecho de entrevista: Coordenador Instituto Socioambiental, Altamira, junho/2011).

O Ministério Público Federal, por sua vez, também se torna um dos incentivadores do Painel de Especialistas e, após sua formação, um parceiro contínuo, visto que, se as análises do Painel auxiliam no embasamento das ações civis públicas movidas pelo MPF contra etapas do processo de licenciamento ambiental de Belo Monte, a idoneidade do MPF atesta a isenção do Painel, aumentando em credibilidade, em alguns contextos, os argumentos apresentados pelos pesquisadores.

O Painel dos Especialistas é super importante pra gente nesse processo todo, corrobora com o embasamento de muitas das nossas ações [...] e de outra parte, o MPF era o único documento oficial para barrar os documentos oficiais do outro lado. Eu acho que se deu maior peso ao MPF exatamente porque nós estamos falando de uma instituição que graças a Deus tem uma credibilidade boa na sociedade brasileira, é um nome forte por toda a responsabilidade nas ações em que faz, e aí o movimento social verdadeiro, que restou, usou isso, esses documentos nossos, como bandeira pra se contrapor àquilo que vinha dos órgãos do governo. (Trecho de entrevista: Procurador da República, Ministério Público Federal, Belém, agosto/2011).

Portanto, o trabalho do Painel de Especialistas se torna a base de uma ponte para a comunicação entre pesquisadores, movimentos sociais, procuradores e comunidades locais. Essa comunicação ocorre mediante processos de tradução, que vão desde a tradução de argumentos em termos técnicos, até o caminho inverso, de pareceres e documentos a informações sobre estratégias e posicionamentos, como é resumido no trecho abaixo:

Então eu também tinha que preparar as informações do Painel pras comunidades, meio que traduzir isso, colocar em miúdos, né? E acompanhar o processo, acompanhar o processo no *site* do Ibama, tinha sempre novos documentos, então tinha que estar atenta fazendo as análises, as avaliações, distribuindo isso pro pessoal do Painel, pra ir aprofundando o trabalho, e passando essas informações pros grupos de comunicação, pra tá denunciando e pro Ministério Público. Na verdade trabalhei sempre muito com o Ministério Público, e pras comunidades aqui locais. (Trecho de entrevista: Assessora Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Altamira, junho/2011).

É nessa convergência entre movimentos sociais reunidos na FVPP e posteriormente no Xingu Vivo, o ISA, o Ministério Público Federal e pesquisadores que o Painel de Especialistas se torna possível e se forma, então, como uma contra-análise do Estudo de Impacto Ambiental.

O Painel foi um grupo de voluntários. Na verdade, o que aconteceu, a gente deu uma remuneração simbólica para os dois coordenadores, que tiveram um trabalho muito grande de produzir aquelas informações e conseguir coordenar um grupo de 40, até para pagar as despesas que eles estavam tendo, de telefone, de fax, de correio, de

tudo mais. E foram remunerados, aí foram consultorias, as quatro pessoas que a gente precisava e não contava no grupo, por exemplo, esse hidrólogo a gente não tinha, porque a base do Painel foi mesmo de pesquisadores que se mostraram voluntários a fazer essa análise, a participar desse grupo [...]. Mas aí a gente não tinha um especialista em hidrologia, fundamental na questão da usina hidrelétrica. Então a gente teve que contratar alguém, aí foi realmente uma consultoria, mas foi a exceção da regra. E a gente tinha recurso pra fazer os encontros, trazer pra cá, promover um seminário em Belém, foram dois seminários em Belém, dois em Altamira, a gente fez um encontro grande na Volta Grande, levamos vários procuradores, promotores, advogados, pesquisadores do Painel, defensor público, durante dois dias reunidos em novembro de 2009, lá na Volta Grande, a gente reuniu mais de 250 ribeirinhos, pra ter acesso a essas informações do Painel. E organizações não governamentais de base jurídica também para informar as populações sobre as violações de direitos humanos. Foi um pouco assim que a gente tocou essa iniciativa. (Trecho de entrevista: Assessora Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Altamira, junho/2011).

Deste modo, o Painel de Especialistas pode ser interpretado como um documento em que se inscrevem cadeias de associações entre movimentos sociais, ONGs, membros do judiciário, pesquisadores e análises de dados, pareceres, artigos e seminários. No sentido a que se refere Latour (2001), as inscrições permitem novas traduções e articulações ao mesmo tempo em que mantêm intactas algumas formas de relação. Nesse sentido, desempenham um papel importante ao aumentar a mobilização e a fidelidade de “aliados cuja presença é necessária para convencer” (LATOUR, 2001, p. 48). Este parece ser o caso do Painel de Especialistas, em que, portanto, o caráter técnico do documento em nada esvazia sua capacidade da ação política – justamente ao contrário, é na conjunção entre análises técnicas e articulações políticas que o documento se realiza e se torna operante no conflito.

De maneira similar, o Estudo de Impacto Ambiental, documento segundo a definição do Ibama de caráter técnico-científico (IBAMA, 2012), também não é formulado de maneira desinteressada politicamente. De acordo com a legislação, no processo de licenciamento os estudos de impacto ambiental são elaborados pelo empreendedor interessado na obra e entregues ao Ibama para análise e deferimento. No caso do EIA de Belo Monte, o estudo foi executado pela Leme Engenharia, contratada pelas empresas Camargo Corrêa, Odebrecht e Andrade Gutierrez, sob a coordenação da Eletrobrás (EIA, 2009). Após o leilão de concessão da usina hidrelétrica, o consórcio vencedor deve reembolsar estes custos, atribuição, no caso de Belo Monte, do Consórcio Norte Energia. Composto por mais de 30 mil páginas, o EIA de Belo Monte mobilizou diversas equipes, separadas por blocos temáticos, e que possuíam entre si

perfis também bastante diferenciados, indo de pesquisadores que já atuavam localmente a consultores que não estiveram nos locais a serem estudados mais do que alguns dias. Assim, o EIA em si mesmo já encerra uma série de controvérsias no que diz respeito à qualidade dos estudos realizados e dos seus objetivos. Um dos entrevistados nessa pesquisa, que participou da elaboração do componente indígena do EIA de Belo Monte, afirma: “se tu quer fazer política, fazendo o EIA bem embasado tecnicamente tem muito mais chance de parar o empreendimento” (Trecho de entrevista: Coordenador regional da Funai, Altamira, agosto/2011).

No decurso do procedimento de licenciamento ambiental, esses estudos, elaborados segundo critérios publicados pelo Ibama em um Termo de Referência, são entregues ao órgão licenciador, que, além de analisá-lo, deve disponibilizá-lo publicamente e agendar audiências públicas para que a comunidade envolvida possa se manifestar. Após essas etapas, o licenciador deve se manifestar sobre a viabilidade ambiental do empreendimento concedendo, ou não, a Licença Prévia. As demais etapas do licenciamento ocorrem de maneira semelhante, isto é, pautando-se em análises sobre documentos elaborados pelo empreendedor, o Ibama avalia a possibilidade de emissão das licenças de instalação e de operação.

No caso de Belo Monte, às duas etapas de avaliação técnica da viabilidade do empreendimento previstas pelo procedimento padrão do licenciamento ambiental, foi somada, então, uma terceira etapa de avaliação, constituída na publicação do Painel de Especialistas. Assim, percebe-se que há três instâncias de trabalho técnico que são confrontadas: a etapa de elaboração do EIA, desenvolvida por consultores privados contratados pelo empreendedor; a análise e avaliação do EIA para a emissão de licença ambiental, realizadas pelos analistas do Ibama; e a crítica ao EIA e publicação do Painel de Especialistas, realizadas por pesquisadores voluntários sob demanda dos movimentos sociais. Sobre a relação entre estes três momentos, assim se posiciona o diretor de licenciamento ambiental do Ibama:

[*Lorena*]: Sobre o Painel de Especialistas, como você vê a atuação da academia no processo de licenciamento?

[*Diretor Ibama*]: Eu acho assim, o Estudo de Impacto Ambiental, ele é um *estudo técnico*, tem uma *base técnica*, tem *responsabilidade técnica*, mas ele vem dentro de uma *composição retórica* dentro do processo. Ele vem pra subsidiar um pedido de licenciamento, um pedido de viabilidade ambiental, ele vem para respaldar um pedido de viabilidade ambiental. O empreendedor pede uma licença com base naquele estudo. Então *esse estudo é um argumento em favor da viabilidade*. Ele apresenta toda a avaliação de impacto, ele precisa



trabalhar, *não pode ser uma mera peça retórica assim, só bravata*, tem que ter *fundamentação científica*, mas *é construído em favor da viabilidade do empreendimento*. No final dele, ele tem uma conclusão de que o empreendimento é viável.

[Lorena]: Essa conclusão ele já tem de partida?

[Diretor Ibama]: Não, não é uma conclusão de partida, mas se ele não chegar a essa conclusão, ele não tem nem o que conversar com o órgão ambiental. Se ele não alcançar essa conclusão, não tem pedido de LP, não precisa nem incomodar o Ibama.

[Lorena]: Porque ele já é feito contratado pelo empreendedor, né, ele não é feito pelo Ibama...

[Diretor Ibama]: Você tá dizendo que já é contratado o início do estudo com a conclusão de que ele é viável, e não é isso que eu estou dizendo. Mas que só chega dentro do licenciamento estudos com conclusões favoráveis. Eu não sei se antes de chegar no licenciamento tem estudos que chegam a conclusões negativas, isso não dá para saber, isso tá dentro da avaliação do empreendedor, se ele toca esse projeto pra frente ou não. Mas dentro do licenciamento, já vem com o estudo de impacto ambiental favorável, para embasar um pedido de licença. *Então dentro do processo ele é um elemento que apresenta argumentos em favor da viabilidade*. Aí assim, eu não vejo como negativo, *estudar sempre é bom. Não vejo como aspecto negativo um estudo complementar*. Então interessados no empreendimento, seja interessados a favor ou contra, juntarem elementos para subsidiarem a decisão do órgão, eu não vejo como contrário. Inclusive esse é um dos objetivos da audiência pública, busca levar ao conhecimento das pessoas o que está em discussão e colher da sociedade argumentos para a avaliação do órgão. *Agora, a avaliação, tem que ser do Ibama*. A atribuição é nossa, *esse poder decisório é nosso*, dado pela legislação, pelo legislador. *Não pode porque são especialistas eles assumirem a condição de o que eles disseram, a avaliação deles, ser verdade*. Porque a prerrogativa de tomar essa decisão pelo poder público é do Ibama. É só isso que a gente gosta de pontuar pra que não haja *um cerceamento do poder do Ibama*. Vindo como contribuição ao processo, ótimo. São mais elementos para que o Ibama possa tomar sua avaliação, *agora, para tentar se sobrepor à avaliação do órgão licenciador, aí eu não concordo*. Mas nem foi esse o propósito, né, foi um estudo que foi apresentado dentro do processo de avaliação do Ibama. (Trecho de entrevista: Diretor de Licenciamento Ambiental do Ibama, Brasília, agosto/2011).

Nesse extrato de entrevista, é interessante notar o fio traçado pelo diretor do Ibama que transporta o Estudo de Impacto Ambiental e o Painel de Especialistas entre dimensões técnicas e políticas, nas quais a técnica é associada a aspectos positivos (*base, responsabilidade, fundamentação, “estudar sempre é bom”, “não é negativo”*) e a política a aspectos negativos (*“mera peça retórica”, bravata, “não pode querer ser a verdade”, “não pode cercear o poder do Ibama”*). Contudo, para o primeiro, o EIA, o deslocamento entre dimensões técnicas e políticas é admitido na concepção do processo de licenciamento, ou seja, o EIA é institucionalizado como um “estudo que é um

argumento”, enquanto o segundo, o Painel de Especialistas, é bem aceito desde que não tenha prerrogativas políticas, isto é, desde que não tenha o propósito de se sobrepor a ou cercear o poder instituído do Ibama.

Portanto, nota-se que ambos, Estudo de Impacto Ambiental e Painel de Especialistas, são documentos nos quais, em sua concepção, política e técnica são indissociáveis. No entanto, o esforço de demarcar as fronteiras entre técnica e política, deixando subjacente um objetivo de purificação dos estudos técnicos para que tenham sua validade política justificada, está presente em grande parte das discussões em torno do licenciamento de Belo Monte e o Painel de Especialistas. A começar pela discussão sobre a competência técnica dos envolvidos nas três etapas do processo, que se torna um dos pontos centrais da legitimação ou não dos argumentos apresentados. Seja para avaliar a qualidade do EIA,

Os estudos relacionados com biodiversidade eles foram encomendados ao Museu Goeldi, inclusive foi uma ordem do Ministério de Ciência e Tecnologia, que se transformou numa ordem da diretora do Museu Goeldi aos pesquisadores que fizessem esse estudo. E *esses pesquisadores são pessoas qualificadas* e fizeram a caracterização de alguns aspectos da biodiversidade. [...] *Já o estudo de cavernas seria inaceitável o nível de refinamento que eles chegaram*, eles só conseguiram identificar cinco espécies, e as que eles identificaram foram espécies mais comuns, que não preocupariam a gente. [...]. O estudo de ictiologia também foi criticado de uma forma séria, que *inclusive depõe contra a ética dos pesquisadores*. (Trecho de entrevista: Pesquisador, professor da UFPA, membro do Painel de Especialistas, Altamira, maio/2011);

seja para se inferir sobre a credibilidade da avaliação realizada pelo Ibama:

Eu vejo assim que *os técnicos do Ibama são bem criteriosos e eles usam os critérios técnicos*, fazem uma observação técnica disso. [...] Os técnicos do Ibama que estão lá, eles são todos *técnicos concursados*, então eles têm uma preocupação, assim, porque *todo técnico tem o seu nome a zelar*, ele tem uma responsabilidade, ele não sai assinando tudo. (Trecho de entrevista: membro Fort Xingu, professor e reitor da UFPA, Altamira, maio/2011);

ou ainda, para sustentar a validade da crítica publicada no Painel de Especialistas:

Existe uma argumentação técnica [a favor de Belo Monte], só que essa argumentação técnica recebe críticas e essas críticas não são consideradas. *E mais qualificação do grupo que critica do que existe hoje seria muito difícil*. São pesquisadores das melhores universidades do Brasil que criticam [...]. São professores universitários, pessoas renomadas, algumas pessoas são as mais renomadas na sua área, como, por exemplo, na parte de peixes, o presidente da Sociedade Brasileira de Ictiologia analisou a parte de peixes para o Painel [...]. *Se reunir os currículos das pessoas que trabalham na elaboração e na defesa desse projeto e os currículos das pessoas que criticam esse*

*projeto, você vai ver que existe muito mais qualificação técnica entre os críticos do que entre os defensores.* (Trecho de entrevista: Pesquisador, membro do Painel de Especialistas, Altamira, maio/2011).

Portanto, currículos, cargos e instituições são mobilizados como testemunhos das competências técnicas envolvidas na formulação e avaliação dos estudos-argumentos. Essa mobilização aparece de forma ainda mais marcante na configuração do Painel de Especialistas, que reuniu 38 pesquisadores, os quais são apresentados (nome, instituição e síntese do currículo) imediatamente após a folha de rosto da publicação. Dessa forma, como componente do antiprograma de ação de construção de Belo Monte, o Painel de Especialistas congrega, além de pessoas, publicações, cargos acadêmicos, instituições, expandindo sua rede de associações – o que, conforme sugere a interpretação de Latour (2003), visa proporcionar ganhos em realidade. Contudo, a longa rede de cientistas, currículos e análises técnicas não pareceu suficiente para compensar as assimetrias diante do programa de construção de Belo Monte. De acordo com os participantes do Painel de Especialistas, a capacidade de ação do antiprograma esbarra na divulgação que suas pesquisas conseguem obter na mídia:

Nós somos menos poderosos, porque *os especialistas deles estão no horário nobre* [da programação televisiva]. O sistema escolhe os seus legítimos representantes entre aqueles que repetem o sistema. [...] Nós que somos contra somos apenas uma minoria estridente. (Trecho de entrevista: Pesquisador, membro do Painel de Especialistas, Porto Alegre, novembro/2012).

Os que são contra o projeto são pessoas mais qualificadas do que os técnicos que estão trabalhando no empreendimento. *Só que para a sociedade chega índios, ribeirinhos e movimentos sociais são contra.* É seríssimo isso. A Sônia Bridi, do Fantástico, veio aqui nos entrevistar, eu falei, eu só quero que saia uma coisa, que os cientistas que fizeram avaliação independente são contra. Ela disse: tudo bem. E aí no Fantástico, se você pegar essa entrevista, diz assim: "Especialistas apresentam críticas. O engenheiro fulano de tal responde". *Não aparece nenhum de nós, nem as críticas, e aí aparece a resposta do engenheiro. Isso no Fantástico.* Especialistas, para você ser especialista, basta você terminar a graduação e fazer um curso de um ano. *O Philipp Fearnside, que é um dos que mais critica, ele tem mais publicações, provavelmente, do que todos os defensores juntos, se você for ver. Ele tem um prêmio Nobel, isso é importante, ele divide um prêmio Nobel, e é o segundo cientista mais citado em aquecimento global no ano passado, e ele é um especialista? Além do que praticamente todas as grandes instituições de pesquisa no Brasil estão representadas nessa lista. Impressionante, né? Então a mídia tem uma intencionalidade.* Então esse é um problema que precisava ser respondido. (Trecho de entrevista: Pesquisador, membro do Painel de Especialistas, Altamira, maio/2011).

Percebe-se assim que não basta expandir a rede para angariar mais pessoas, currículos, e até mesmo um Prêmio Nobel para se ganhar em realidade, mas *quem* faz parte da rede e *como o poder se distribui ao longo das redes* torna-se de importância crucial para a realização ou não de um programa de ação. Neste caso, o programa de ação de construção de Belo Monte conta, segundo os membros do Painel de Especialistas citados, com o apoio da mídia, que o apresenta nos horários nobres da televisão brasileira, repercutindo assim em mobilização da opinião pública a favor do empreendimento.

Além do espaço obtido na mídia pela crítica à barragem não ter sido satisfatório, novamente o controle do tempo, dessa vez o tempo dedicado ao debate científico, foi um indicativo de assimetria entre os argumentos produzidos pelos experts favoráveis e os experts contrários ao projeto. O tempo de discussão se demonstrou reduzido desde a disponibilização pública do EIA-RIMA pelo Ibama. Segundo o Painel de Especialistas, cujo primeiro tópico da publicação é o “cronograma da (in)disponibilização pública do Estudo de Impacto Ambiental” (MAGALHÃES; HERNANDEZ, 2009, p. 12), o estudo de impacto ambiental de Belo Monte foi aceito pelo Ibama mesmo sem a apresentação de diversos componentes exigidos pelo próprio órgão licenciador, e em vez de ser disponibilizado integralmente, teve sua divulgação realizada em etapas, todas ocorridas em período posterior ao prazo de 45 dias que deveria ser garantido entre a disponibilização pública do EIA e a realização de audiências públicas. Conforme relata a assessora do Xingu Vivo:

Foi uma *corrida contra o tempo*, porque a gente tentou fazer o lançamento dessa análise antes da audiência pública, e tudo foi marcado em cima da hora, as audiências, nem o prazo de 45 dias que o Ibama demanda entre o edital de publicação e a realização das audiências foi realizado, então eles tiveram que correr pra produzir essas informações. (Trecho de entrevista: Assessora do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Altamira, junho/2011).

As audiências públicas, por sua vez, também não se demonstraram como efetivos espaços de discussão: Sabrina Nascimento, cuja dissertação de mestrado analisou o licenciamento ambiental da hidrelétrica de Belo Monte, afirma que, da forma como foram realizadas, as audiências públicas contrariaram seus próprios objetivos. Essa afirmação baseia-se, sobretudo, na constatação de que o número de municípios em que as audiências ocorreram e a forma com que estes foram escolhidos foram insatisfatórios; o tempo disponibilizado para exposição de posicionamentos e questionamentos foi extremamente exíguo para proporcionar o debate; a

disponibilização do EIA foi realizada tardiamente impossibilitando o acesso do público em geral; e houve presença ostensiva de um forte aparato de segurança nos locais onde se realizaram as audiências, sobretudo em frente às mesas, composto pela Força Nacional e pelas polícias Federal, Civil e Militar, coagindo a participação popular (NASCIMENTO, 2011). A impossibilidade de discussão também foi apontada por um dos membros do Painel de Especialistas entrevistados:

Deveria ter havido respostas e debates com os técnicos. Nem nas audiências públicas não teve, tanto que em uma das audiências eu fiz questionamentos e quando eu coloquei algumas questões fundamentais em relação ao nível da água, porque no próprio EIA diz que os estudos não são conclusivos para saber o nível da água sequer em Altamira, quanto mais a área inundada, e com relação a uma preocupação que eu tenho com a introdução de espécies fora de sua área de distribuição, ele [*o representante do Ibama*] simplesmente não respondeu, não dá nem para dizer que ele deu uma resposta que eu não achei suficiente, ele passou adiante, passou para a próxima pergunta. (Trecho de entrevista: Pesquisador, professor da UFPA, membro do Painel de Especialistas, Altamira, maio/2011).

De fato, representantes do Estado manifestaram descrédito quanto a efetiva capacidade de comunicação e debate propiciadas pelas audiências públicas, sobretudo em relação ao tempo que elas demandam. Enquanto a diretora do Ministério de Minas e Energia entrevistada se refere às audiências como rituais:

Um processo de licenciamento ambiental, o tempo mínimo é de um ano. No mínimo, porque você tem que ter um ciclo hidrológico. Então o tempo de estudo de um ano. Só de estudo. E de análise, pra você cumprir *os rituais de audiência pública, cumprir os rituais todos*, dois anos pelo menos. (Trecho de entrevista: Diretora do Ministério de Minas e Energia, Brasília, agosto/2011);

o diretor de licenciamento do Ibama associa o aumento do número de audiências públicas ao aumento de etapas de resistência ao projeto:

Nessa parte de audiência pública *o Ministério Público tem uma ideia de quanto mais audiência pública melhor, isso já vem dentro da ideia de questionar e barrar o empreendimento*, quem tem o posicionamento contrário em cada etapa eles vêm fazendo a resistência. (Trecho de entrevista: Diretor de Licenciamento Ambiental do Ibama, Brasília, agosto/2011).

Nesse ponto, parece pertinente se estabelecer um paralelo com a discussão proposta por Luc Boltanski em seu livro *De la critique – Précis de sociologie de l'émancipation* (BOLTANSKI, 2009). Neste livro, Boltanski (2009, p.179, tradução nossa), discute em seu quinto capítulo como em diferentes regimes políticos, “diferentes metafísicas políticas lidam com o problema incontornável apresentado pela integração

de mudanças contínuas, graduais ou brutais, mas em todo caso inevitáveis, à ordem estabelecida”, e afirma que:

A reivindicação crítica do 'tudo é político' – que marcou a nossa juventude (mas já com um caráter reativo) – foi respondida – de forma cada vez mais barulhenta à medida que o tempo passava – com a afirmação de que tudo é científico, isto é, reservado à autoridade dos experts. Pode-se notar nesse deslizamento de uma definição da política fundada sobre o compromisso entre, de um lado, os representantes do povo investidos do papel de porta-vozes e, de outro, os experts reclamando a autoridade da ciência, para uma definição da política quase totalmente subordinada ao poder da expertise, uma verdadeira mudança de regime político e um novo modo de dominação. (BOLTANSKI, 2009, p.185, tradução nossa).

Neste novo modo de dominação, que Boltanski denomina “modo de dominação gestor”, os dispositivos que garantem a dominação não são orientados pela desaceleração de mudanças, mas, ao contrário, pelo argumento de uma mudança contínua, que só pode ser interpretada pelas instituições que se sustentam em uma forma de autoridade exercida pelos experts. Estes estariam situados, neste regime, em um ponto de indistinção entre a realidade e o mundo. Dessa forma, os anseios cujos porta-vozes das instituições expressam são apresentados como se não fossem nada além do que o próprio mundo, demonstrado nas representações, necessariamente modeladas, que oferecem os experts. Mas esses modelos, continua Boltanski (2009), sendo ao mesmo tempo instrumentos para a ação, se tornam suscetíveis de produzirem modificações profundas na textura do mundo, ou seja, são capazes de fomentar modificações que retroalimentam as representações do que existe. Ainda, aqueles que definem essas representações ou as aplicam também possuem o poder de torná-las reais porque dispõem de meios, jurídicos ou regulamentares, ou até mesmo policiais, de modificar os contornos da realidade. Neste contexto, pouco espaço resta à crítica, ou pelo menos a uma crítica política. Com efeito, Boltanski afirma que:

a crítica se vê facilmente absorvida nos dispositivos de dominação onde ela é reinterpretada através das formas que lhes atribuem as instâncias científicas e técnicas que servem de correspondentes das instituições. Ela entra então em querelas entre expertise e contraexpertise, na qual a contraexpertise é necessariamente dominada, e frequentemente derrotada, porque ela não pode atingir a expertise, isto é, se tornar admissível ou simplesmente audível, senão se rendendo aos formatos de exigências definidos pela expertise, seja adotando o seu formalismo, seja, mais geralmente, seus modos de codificação da realidade. [...] O reconhecimento legal da existência de instâncias críticas as quais as formas de agir são julgadas responsáveis e legítimas (em oposição às instâncias críticas excluídas e reenviadas à selvageria, com o argumento de que elas são exercidas fora dos

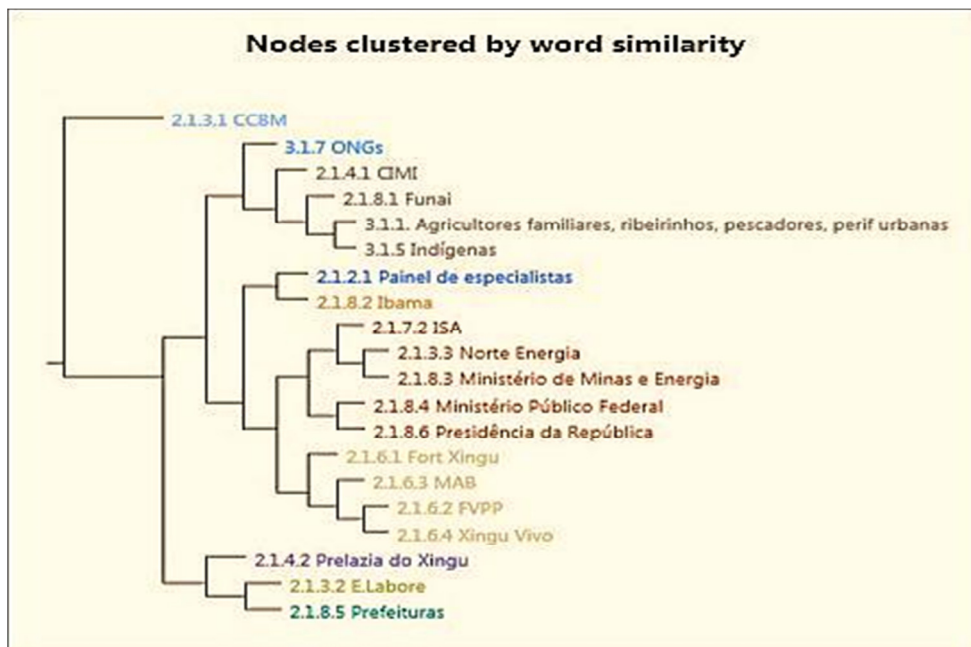
quadros legais) encerra aquelas que são autorizadas a se manifestar nas tramas estreitas do direito existente, no qual o reconhecimento não permite a expressão de novas injustiças, nem a utilização de formas de protesto inovadoras. (BOLTANSKI, 2009, p. 204, tradução nossa).

Esta forma de controlar a crítica a incorporando é reforçada, segundo Boltanski, pelo fato de que a dominação pela mudança se arvora ela própria como responsável pela crítica, a qual ela priva aqueles que desejariam se opor, mediante uma “crítica interna”, construída à imagem das disputas científicas que se instauram entre aqueles poucos detentores da autoridade necessária, justificada por suas competências ou mais ainda pelos seus títulos. Assim, Boltanski afirma que aquilo que caracteriza essas “querelas de experts” é precisamente o fato de que aqueles que disputam concordam sobre o essencial e entram em oposição apenas no que diz respeito a pontos periféricos.

Transpondo esta análise para o contexto da disputa entre avaliadores do EIA vinculados ao Ibama e avaliadores do EIA que compõem o Painel de Especialistas, é interessante observar como o Painel surge da demanda de tradução da oposição à barragem para a linguagem compreensível pela expertise que fala em nome das instituições, em uma tentativa de tornar a crítica audível. Para tentar se fazer considerar, a oposição à barragem tem que se expressar nos mesmos termos que os utilizados pelas instituições que compõem o programa de construção de Belo Monte. No entanto, ainda assim a expertise reunida em torno do Painel de Especialistas é uma expertise derrotada, visto que ela não está em condição de igualdade à expertise institucionalizada, sendo considerada apenas como um estudo complementar cujos limites de ação são definidos pelos experts das instituições. O licenciamento ambiental, por sua vez, ainda seguindo este quadro de interpretação, não apenas analisa os dados apresentados nos estudos mas, ao emitir as licenças, efetivamente constrói no mundo a realidade que os estudos analisados visam representar, na medida em que, além de autorizar a obra, propõe ações e projetos que transformam o ambiente analisado. Assim, o ambiente do Xingu não apenas é discutido nessas “querelas entre experts e contraexperts”, mas é alterado em direção a se aproximar do que afirma o Estudo de Impacto Ambiental.

Contudo, no conflito de análises do EIA entre o Ibama e o Painel de Especialistas, parece que também há mais do isso. Ao se verificar o conteúdo dos documentos reunidos no EIA, os documentos elaborados pelos analistas do Ibama e aqueles realizados pelos membros do Painel de Especialistas nota-se ainda que há mais similaridades do que se poderia supor a princípio. De fato, quando os documentos e as transcrições das entrevistas do universo analisado são comparados e agrupados com

relação à similaridade de palavras, com o auxílio do programa de análise qualitativa QSR NVIVO 10, Ibama e Painel de Especialistas formam um único bloco, situado em um tronco separado das demais ramificações produzidas pelo software (FIG. 38).



**Figura 38:** Entrevistas e documentos agrupados por similaridade de palavras.

Fonte: Elaborado pela autora, com auxílio do software QSR NVIVO 10.

O que este diagrama nos mostra é que há uma afinidade nos termos empregados por membros do Painel de Especialistas e do Ibama para abordar as questões em torno do conflito de Belo Monte. Ou seja, ainda que haja posicionamentos divergentes entre os discursos, o vocabulário utilizado é mais próximo entre as falas e documentos vinculados ao Ibama e ao Painel de Especialistas do que entre estes e outros grupos analisados nesta pesquisa. Pode-se notar que, de maneira similar, indígenas e agricultores familiares, ribeirinhos e pescadores moradores da Volta Grande do Xingu também se encontram mais próximos entre si do que dos demais grupos, assim como o consórcio Norte Energia e o Ministério de Minas e Energia se aproximam, e os três grupos de movimentos sociais (MAB, Xingu Vivo e FVPP) formam outra ramificação, que inclui ainda a associação local de empresários (Fort Xingu).

Se essa representação não nos diz muito sobre como cada grupo vê o conflito em torno de Belo Monte, seu interesse está em explicitar afinidades de vocabulário – e, no limite, de linguagem – demarcadas entre os grupos, ou seja, pode nos fornecer pistas sobre os territórios conceituais por onde os distintos sujeitos circulam. Nesse sentido, no que diz respeito aos experts confrontados em torno do licenciamento ambiental,



percebe-se que os diferentes cientistas e técnicos envolvidos falam sobre as mesmas coisas quando falam sobre o ambiente.

De acordo com a análise de Boltanski (2009), esta poderia ser uma demonstração de que os contraexperts buscam os mesmos termos para a codificação da realidade que os experts para se fazerem ouvir e conseguirem comunicar a crítica. Contudo, o que a análise dos documentos e entrevistas nos sugere é que a similaridade se situa para além do uso dos mesmos termos. Como constata um dos membros do Painel de Especialistas:

Os relatórios técnicos dos técnicos do Ibama, *eles dizem as mesmas coisa que a gente*. Até a gente receber os relatórios que deram base à licença prévia, a gente não achava que o Ibama iria dar uma avaliação séria. Mas os técnicos do Ibama foram obrigados a dar parecer favorável, só que eles não deram, isso que é interessante, o parecer não é favorável. O *parecer técnico não é favorável, o parecer da presidência do Ibama é que é favorável*. (Trecho de entrevista: Pesquisador, membro do Painel de Especialistas, Altamira, maio/2011).

Assim, para o pesquisador do Painel de Especialistas a controvérsia não se situa no conteúdo dos relatórios técnicos, que apontariam análises convergentes entre Ibama e Painel de Especialistas, mas na decisão acerca dos relatórios. A análise do Ministério Público Federal, segundo o procurador federal em Altamira, também aponta para o mesmo sentido:

O nosso trabalho é única e exclusivamente a análise dos documentos que a gente tem acesso sob a ótica jurídica. E invariavelmente a gente fica muito preocupado quando vê toda a documentação que a gente tem acesso. E não é coisa que o Ministério Público produz, são coisas que o próprio Ibama produz. Se você quiser esgotar melhor a matéria você pega o parecer técnico 52 de 2011, que é o que embasou a licença de instalação, e você vai ver o que os técnicos do Ibama dizem em relação a isso. Então ele é o nosso próprio fundamento da nossa ação civil pública. (Trecho de entrevista: Procurador federal do Ministério Público Federal, Altamira, junho/2011).

De fato, quando se realiza essa comparação, observa-se que Ibama e Painel de Especialistas falam “as mesmas coisas” não apenas em relação aos termos utilizados, mas também quanto a algumas conclusões, ou melhor, algumas inconclusões observadas nos estudos apresentados pelo empreendedor. Esse aspecto pode ser verificado no mencionado Parecer técnico 52/2011, emitido pela Diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama, referente à análise da solicitação de Licença de Instalação da Usina Hidrelétrica Belo Monte. No que diz respeito, por exemplo, ao atendimento do Plano de Saúde Pública proposto o parecer afirma:

[...] *não se sabe* se os municípios terão condições de elaborar tais projetos [para a implantação das estruturas de atendimento à saúde]. Além disso, não é previsto prazo para esse trâmite, ou mecanismo alternativo para atendimento da demanda. *A participação do empreendedor deve ser melhor esclarecida neste caso.* A correlação entre as obras de reforma e construção e o afluxo populacional *não está totalmente clara.* A implantação das obras para estruturação das unidades de saúde está prevista para os quatro primeiros anos, embora o pico de contratações esteja previsto para o terceiro ano. *Não foram apresentados mecanismos* para a manutenção das atividades durante os processos migratórios. *Também não foi apresentada previsão de atendimento* enquanto os equipamentos não estiverem concluídos, caso necessário. Para a atenção de saúde dos trabalhadores há a previsão de implantação de uma unidade hospitalar com 43 leitos e quatro ambulatoriais, sendo uma na localidade de Belo Monte e três nos canteiros de obras, porém estas *não constam dos cronogramas* apresentados. Além disso a presença de unidade ambulatorial em Belo Monte, exclusiva para os trabalhadores e seus familiares, pode gerar conflito com a população local. (Parecer 52/2011, IBAMA, p. 109, destaques nossos).

De maneira similar, no que diz respeito ao Programa de Recuperação de Áreas Degradadas é apontado que:

A lista de espécies arbóreas e arbustivas proposta no programa *representa muito pouco* do rol de espécies registradas no EIA. Além disso, ao priorizar o plantio de espécies pioneiras, que apresentam maior facilidade para ingressar e estabelecer em áreas degradadas e podem ser introduzidas por outras técnicas de recuperação, deixa-se de despender esforços para a obtenção e plantio de mudas de espécies secundárias e clímax. [...] *Não é apresentada periodicidade do monitoramento* a cargo do empreendedor. O período proposto para o monitoramento *não é suficiente* para aferir o desenvolvimento total das mudas, pois a área ainda estará sendo ocupada pelo recrutamento de novas espécies e pelo crescimento daquelas já implantadas. [...] *Ainda, muitos indicadores importantes no monitoramento foram deixados de fora,* como a avaliação de processos erosivos, da cobertura do solo, da fenologia dos indivíduos plantados e regenerantes, entre outros. (Parecer 52/2011, IBAMA, p. 22, destaques nossos).

Ainda, sobre o Plano de Conservação de Ecossistemas Terrestres, o parecer do Ibama afirma:

*O estudo parte de premissas equivocadas* ao selecionar impactos do EIA que possam gerar respostas por meio do monitoramento, bem como selecionar grupos alvos cujas variáveis medidas sejam aplicáveis ao método adotado, contribuindo para que os impactos previamente selecionados gerem respostas adequadas para indicar ações de manejo. *A avaliação de impactos realizada no EIA não considerou um inventário abrangente* da área de inserção do empreendimento, *nem conseguiu prever o padrão* de distribuição das espécies, uma vez que as coletas foram dissociadas de variáveis ambientais. *Não considerou que inúmeros outros impactos não*

*previstos no EIA, bem com suas relações causais, poderão ser detectados e quantificados pelo monitoramento proposto. Não foi mencionado como serão coletadas as variáveis ambientais. A análise de dados proposta não considera o efeito de ausências falsas na amostragem. [...] Ressalta-se que não é suficiente saber se as populações mudam com o empreendimento, e sim saber como elas mudam. (Parecer 52/2011, IBAMA, p. 119, destaques nossos).*

Essas lacunas são identificadas também pelos analistas do Painel de Especialistas, do Ministério Público e mesmo de outros órgãos envolvidos na análise de impactos, como a Funai. Contudo, para estes, por não apresentarem respostas satisfatórias os estudos deveriam ser, portanto, considerados insuficientes para a emissão das licenças ambientais:

*[...] O estudo [de impacto ambiental, EIA] apesar de ter 35 volumes ele tem muitas coisas que não ficam claras. E muitas coisas que não estão claras até hoje, como a qualidade da água. Não se tem certeza sobre a qualidade da água. Essa questão da incerteza é muito frequente, e a gente precisaria ter certeza, pelo menos uma afirmação com base num estudo científico com índice de confiança de tanto: 90 ou 100%, 85 ou 20, e a gente não tem isso. [...] E ligando essa questão técnica com o direito, existe um princípio do direito que se chama princípio da precaução. Se você não tem certeza do que vai acontecer, você não pode continuar. É o princípio básico. E tem uma coisa que é escancarada, que é lamentável, a maior violação do princípio da precaução, que é o que está previsto na condicionante nº1, da licença prévia. Aquilo ali é uma afronta ao princípio da precaução [...]. Ali eles falam o seguinte, o estudo aponta que tem que ter uma vazão mínima para o trecho do rio que vai secar. Mas ninguém sabe o quanto é essa vazão mínima. Se é 800m<sup>3</sup>/segundo, se é 1500, época de chuva, época de seca, para garantir que aquelas populações que estão ali, e não são só indígenas, tem ribeirinhos, tem muita gente vivendo naquele trecho ali de 100 km. Para garantir que aquelas pessoas não vão ter que sair dali, não vão morrer, enfim, diz que tem um hidrograma que tem que fazer testes ao longo dos anos. Agora, é uma pergunta que qualquer pessoa sabe qual é a resposta, depois que estiver pronto o empreendimento, que custa 25 bilhões, ou 30, enfim, que não se sabe qual é o valor, nesses testes é mais do que evidente que eles vão priorizar a geração de energia. (Trecho de entrevista: Procurador federal do Ministério Público Federal, Altamira, junho/2011).*

A “questão da incerteza”, apontada pelo procurador federal, é também ressaltada por um dos pesquisadores que analisou o EIA para a elaboração do Painel de Especialistas. Este afirma que a dinâmica do rio vai ser “totalmente” transformada, mas que “não se sabe como vai ser”:

*Então você me pergunta: quantas espécies se perderiam com essa construção? Eu não sei, só poderia falar isso com o laudo oficial, porque é um estudo complexo, preciso, com previsão, e quantas espécies tem para subir o rio Xingu? Eu sei de algumas que não*

sobem, por exemplo, o boto. O boto tem rio abaixo e não tem rio acima, mas será que não tem outras mil espécies que poderiam fazer isso? Não sei. Aí tem a perda dos ambientes resultantes da variação anual do rio, isso é comum em qualquer barragem, né, só que aqui tem tanto na área inundada quanto na área que vai ficar seca. Têm duas formas de perder o ambiente que depende da variação sazonal, fora as cavernas, e *o estudo não foi suficiente, parte do projeto foi feita sem qualquer levantamento*, nessa parte do Tabuleiro do Embaubal é prevista a construção de uma hidrovia, passando dentro do tabuleiro, quebrando o leito do rio, removendo rocha e areia por 50 km. *Isso muda totalmente a dinâmica do rio e não se sabe como vai ser.* (Trecho de entrevista: Pesquisador, membro do Painel de Especialistas, Altamira, maio/2011).

De forma ainda mais contundente, como resume o coordenador regional da Funai, “ninguém sabe o que vai acontecer”, de forma a se colocar em xeque até mesmo a concepção da engenharia como uma ciência exata:

*Ninguém sabe o que vai acontecer, nem os engenheiros, nem as empreiteiras, nem os políticos, nem o movimento social, muito menos os índios. Ninguém sabe. Qual vai ser a vazão reduzida? Ninguém sabe. Qual vai ser a área alagada? Ninguém sabe. Qual vai ser a área desmatada? Ninguém sabe. Quanto vai gerar de energia firme? Ninguém sabe. Então, cara, isso é engenharia? Se isso for engenharia as ciências exatas então têm que fazer uma reflexão filosófica sobre elas mesmas.* (Trecho de entrevista: Coordenador regional da Funai, Altamira, agosto/2011).

No entanto, no processo de licenciamento de Belo Monte, os pontos em aberto mais do que motivo de debate e reflexão foram transformados em caixas-pretas, questões ultrapassadas as quais não se deve retornar. É o que afirma o diretor do licenciamento ambiental:

O processo de licenciamento não fica dando voltas. Nesse processo o Ibama já deu a licença prévia, atestando a viabilidade ambiental desse empreendimento. Agora o processo vai pra frente. Tem o pedido de licença de instalação, a gente vai instruir esse pedido de licença de instalação. [...] Ou seja, ficar aqui retomando a decisão da viabilidade, não é o caso. A decisão de viabilidade foi uma decisão polêmica dentro do órgão, teve muita discussão, mas o órgão definiu, tomou essa decisão e atestou a viabilidade ambiental. Na licença prévia. O processo não fica revisitando essa decisão. Agora vamos esmiuçar os impactos, tentar detalhar ao máximo as medidas, pra que os impactos sejam controlados, minimizados e compensados. (Trecho de entrevista: Diretor de Licenciamento Ambiental do Ibama, Brasília, agosto/2011).

Essa decisão, contudo, faz com que se coloque em questão a possibilidade de se considerar o licenciamento como instância técnica de avaliação de empreendimentos. Se, desde a concepção dos estudos, a relação intrínseca entre política e técnica estava clara, a emissão de licenças ambientais apesar do reconhecimento da insuficiência dos

estudos sinaliza que, na prática, as decisões políticas se sobrepõem ao trabalho técnico. No caso da Funai, instituição que também deve se posicionar no processo de licenciamento ambiental, essa sobreposição se tornou mais explícita e ganhou proporções ainda maiores com a veiculação de um parecer indeferindo a viabilidade ambiental de Belo Monte, seguido pelo parecer favorável à obra assinado pelo presidente da instituição. Um dos envolvidos neste fato assim explica o acontecimento:

O que aconteceu, olha a contradição, foi que a coordenação-geral deu um parecer técnico, porque o negócio é o seguinte, tem a presidência, a diretoria, tem as coordenações gerais, e cada coordenação-geral tem o seu corpo técnico. *Isso daqui* [mostra em um desenho que rascunha enquanto fala] *é o nível do político, isso é o nível do técnico.* O que rolou aquele dia que deu aquela confusão da LI, essa galera aqui da CG [Coordenação Geral de Gestão Ambiental da Funai, em Brasília] deu *um parecer técnico*, e a Funai, *do ponto de vista político, defendeu outra posição, ficou uma contradição e aí deu uma confusão.* Porque vazou documento, eu quase fui exonerado. Eu e mais duas pessoas. [...] E rolou um estresse, porque muitas pessoas lá dentro defendiam um ponto de vista, eu inclusive, estritamente técnico, e ficamos assim, foi uma coisa muito chata, *porque foi uma diretriz política, então, pô, pra quê que tem? Para que é solicitado um parecer técnico?* Ficamos se matando pra fazer o negócio, pra no fim não, é isso. É esquisito, né? *Mas é assim em todos os órgãos, tem uma dimensão aqui, técnica é técnica, e a política é uma dimensão muito maior.* (Trecho de entrevista: Coordenador regional da Funai, Altamira, julho/2011).

A relação desigual entre técnica e política na instituição pública, de maneira que a “dimensão técnica” seja no limite abarcada pela “dimensão política”, que lhe “é muito maior” faz com que o coordenador regional questione até mesmo a possibilidade da Funai de atuar como um órgão técnico, visto que sua capacidade de decisão seria constringida pelo contexto político na qual está imersa:

Porque a Funai é uma estrutura dentro do MJ [Ministério da Justiça], que é uma outra estrutura da Presidência [da República]. Então, de novo, qual é o peso que a Funai tem no meio dessa confusão inteira? Será que a Funai consegue segurar tecnicamente todas as posições? Se o cara bate o pé, beleza, coloca outro aí. Que é o que aconteceu no Ibama, e que a gente não quer que aconteça na Funai. Porque entre os caras tirarem o Márcio [Meira, então presidente da Funai], por conta de Belo Monte, e colocarem lá, sei lá, o PMDB.... Entendeu? É a análise política que os caras fizeram lá, e aí, será que vale a pena botar o pé na parede contra Belo Monte e entregar o resto? [...] Porque tudo é o cálculo que se tem que fazer, o cara pensa, se eu sair por causa de Belo Monte, Belo Monte vai sair de qualquer jeito, e tudo mais que a gente tá fazendo não vai sair, vale a pena? É um cálculo muito simples, na verdade. O cara pode sair, sai como um mártir pros ambientalistas, e entrega as terras dos Guarani todas lá pros fazendeiros. *É um grau de negociação política que a gente é*

*criancinha, não sabe nada. E nem entende nada.* (Trecho de entrevista: Coordenador regional da Funai, Altamira, agosto/2011).

De fato, o que fica claro no processo de licenciamento ambiental de Belo Monte é que o interesse político declarado na obra constrangeu e influenciou ativamente o espaço de decisões que seria, por princípio, técnico e pontuado pelo debate e participação da sociedade civil. Nesse contexto, o objetivo do licenciamento como instrumento de avaliação ambiental de empreendimentos da Política Nacional de Meio Ambiente é deturpado, para ser transformado em uma ferramenta de gestão de impactos. Como afirma o diretor do Ibama:

O licenciamento é para reduzir os impactos do empreendimento. É uma ferramenta de controle e gestão de impactos. Então, não vão mais discutir viabilidade [*da hidrelétrica de Belo Monte*], isso foi uma decisão já na minha gestão. Já tinha sido dada a licença prévia, e que foi questionada aqui algumas vezes, inclusive pelo pessoal do movimento Xingu, o Brent, a Liliane, vieram conversar com a gente. Falei: ó, a gente vai se debruçar nesse processo, esmiuçar esses estudos de forma a avaliar e detalhar bem quais são as medidas de controle dos impactos relacionados a esse empreendimento. *Se a gente não fizer isso, é uma irresponsabilidade, porque de uma hora para outra vem uma decisão para liberação do empreendimento e as medidas não estão prontas*, não foram discutidas pela equipe de licenciamento. Ou seja, ficar aqui retomando a decisão da viabilidade, não é o caso. Eu assumi dando esse norte para o processo. *Porque senão atropela e a gente não tem autoridade para... inicia-se a implantação do empreendimento, iniciam-se os impactos, sem ter uma maturidade para tais impactos*. Esse é um cenário irresponsável e preocupante, é essa remediação. Aí é problema pipocando pra tudo quanto é lado, e só remediação. (Trecho de entrevista: Diretor de Licenciamento Ambiental do Ibama, Brasília, agosto/2011).

Neste trecho, percebe-se que, de maneira contraditória quanto à atribuição do órgão e mesmo com relação ao que tinha sido afirmado pelo próprio diretor quanto aos limites da influência do Painel de Especialistas na avaliação da viabilidade de Belo Monte, a qual seria uma decisão que caberia apenas ao Ibama, este poder decisório do Ibama aparece efetivamente cerceado por outra instância, de forma com que a decisão para a liberação do empreendimento possa “vir de uma hora para a outra” sem que a equipe do licenciamento esteja preparada e sem que esta equipe tenha autoridade para não ser atropelada. Efetivamente, até mesmo as medidas de mitigação de impactos, que no processo de licenciamento são institucionalizadas na elaboração de condicionantes a serem cumpridas para que haja obtenção das licenças, aparecem como, mais do que uma decisão do órgão tomada pelos analistas que compõem a equipe do licenciamento, fruto de uma negociação, na qual interferem Eletronorte, empreendedor privado e setores do

governo federal, como relata a diretora do Ministério de Minas e Energia ao explicar porque as condicionantes têm tido seu cumprimento postergado:

Você viu as condicionantes? Porque dá uma olhada, você pega isso no *site* do Ibama, você vai ver, os condicionantes da licença prévia que o pessoal tá questionando muito, você vê que ali tem muitas coisas que não compete a um empreendedor privado, são competências do Estado. Então como que você pode colocar, um órgão público pode jogar para um empreendedor privado, uma questão pública? Isso que tá pegando. É nessas questões que tá pegando, *houve uma confusão aí na questão, na própria negociação com o Ibama em relação ao que seria razoável colocar nas condicionantes*. Eu digo negociação com o Ibama, porque na verdade o governo jogou muita coisa nele. A Eletronorte colocou muita coisa, o governo federal também colocou muita coisa, prometeu muita coisa. E nesse um promete, o outro promete, o Ibama teve que sintetizar aquelas demandas, com aquelas questões, e aí juntou alhos com bugalhos, e tá difícil de separar isso. [...] Porque o Ibama, como um órgão que tem consciência de que que o Ibama consegue fazer, ele consegue mudar projeto, como ele mudou o projeto de Belo Monte, ele consegue alterar algumas coisas, preencher lacunas, uma série de coisas, mas, *impedir projeto, não é bem a praia do Ibama*. Não é que não seja a praia do Ibama, não é essa a motivação [...] a visão que eu tenho mais do processo, de dentro do processo, é que *todo mundo jogou muita expectativa, e depois, onde que vai sintetizar isso tudo? Nos condicionantes, então é isso aí*. Se falou muito, o governo prometeu muita coisa, e considerou-se que, já que está se falando isso assim, então escreve! [risos]. (Trecho de entrevista: Diretora do Ministério Minas e Energia, Brasília, agosto/2011).

Essas condicionantes se demonstram sínteses das negociações institucionais que são realizadas durante o processo de licenciamento mesmo nas etapas de avaliação de seu cumprimento de acordo com as definições do Ibama. Isso fica claro novamente no referido Parecer 52 de 2011 do Ibama, em que, para subsidiar a concessão da licença de instalação de Belo Monte, é avaliado o atendimento das condicionantes emitidas por ocasião da licença prévia. No entanto, nessa avaliação são consideradas como decisivas discussões com o empreendedor, além do efetivo cumprimento da medida. Por exemplo, pode ser observado o item sobre o atendimento da condicionante 2.10, referente à realização de ações antecipatórias de preparação de infraestrutura local para a obra:

2.10 Apresentar em até 30 dias após a definição do concessionário de geração a estratégia para garantir que toda infraestrutura necessária que antecede as obras – Ações Antecipatórias – seja efetivamente implantada, *sem o que não será concedida a Licença de Instalação*.

**Condicionante em atendimento.** O empreendedor apresentou o documento Estratégias para o licenciamento ambiental do AHE Belo Monte, em agosto/2010, onde foram elencadas nove ações

antecipatórias. *As estratégias não davam conta para efetua-las, e os cronogramas apresentados seriam executados após o início das obras.* O documento apresentado pelo empreendedor foi considerado *insuficiente* pelo Ibama, tendo sido classificado o status da condicionante como “*não atendida*”. Para a fase de instalações iniciais, *o status da condicionante foi alterado para “em atendimento” devido às diversas discussões entre o empreendedor e o Ibama*, as quais resultaram na apresentação de ações necessárias e inclusão de novas ações de caráter antecipatório. *Tendo em vista a evolução das tratativas entre a NESA e o Ibama, o foco passou a ser a efetiva implantação da infraestrutura*, e não a formulação de um novo documento específico sobre a estratégia solicitada. (Parecer 52/2011 Ibama, p. 232, **negrito no original, destaques em itálico nossos**).

Contudo, nessa negociação com o empreendedor e com expectativas de demais órgãos do governo, as demandas locais são postergadas, como ressalta o coordenador regional do ISA:

O relatório 52 do Ibama está sempre dizendo que as condicionantes não estão sendo atendidas, pra no final eles colocarem que não atendida é em andamento e que em andamento é atendida...Essa é a jogada, a cada vez a gente tá retrocedendo mais no processo de licenciamento. [...] essa história de que condicionante iniciada é condicionante atendida, não existe isso, pô, tá chegando gente na cidade, não tem hospital, é um caos, os hospitais não atendem a população atual, não se fez um planejamento de construção desses hospitais, já tá chegando gente, e aí? Essa é a questão objetiva, não, é culpa da prefeitura, a prefeitura já deveria ter feito isso, não fez. Não fez, tinha que ter colocado investimento na prefeitura há dois anos atrás, para melhorar a capacidade técnica da prefeitura, de planejamento, de gestão, o recurso deveria ter sido injetado há dois anos atrás. Injetando dinheiro agora vai ter resultado daqui a dois anos, e o caminhão de pessoas que vai chegar? Você vai fazer o que com educação, com saúde, com tudo? A Norte Energia muitas vezes ela tem o papel de articulação, não de execução. Só que não tá saindo, ela tá articulando mal. Ela tem um poder enorme, e ela tem que fazer isso, nós tamo falando de um negócio que não é uma padaria. Não é uma padaria na beira do rio, nós tamo falando da maior obra de infraestrutura desse país, que vai impactar o futuro de uma grande região da Amazônia, de diversos povos, indígenas, extrativistas, agricultores familiares, você não pode dizer isso é responsabilidade do outro, ficar nesse jogo de responsabilidade. Ah, morreu, mas isso daí era com a prefeitura; ah, deu conflito, mas isso aí era com a polícia; ah, os índios se mataram, isso aí era com a Funai. Ficar todo mundo tocando a bola não dá. (Trecho de entrevista: Coordenador regional ISA, Altamira, junho/2011).

Nesse ponto, o coordenador regional do ISA menciona um aspecto importante que se apresenta para aqueles que acompanham o processo de licenciamento ambiental de Belo Monte: a sensação de retrocesso no procedimento. Ao se dissociar as dimensões técnicas e políticas das etapas de avaliação, o licenciamento ambiental se esvazia



enquanto ferramenta decisória e, como descrito pelo diretor do Ibama, se torna um instrumento de gestão de impactos. Como consequência, há uma despolitização das instâncias técnicas, que são tomadas como etapas descoladas das decisões políticas. Essa característica se torna clara na fala do diretor do Ibama, quando questionado sobre o papel do licenciamento ambiental:

Se a expectativa da pessoa é discutir a matriz energética, o licenciamento é realmente uma mera peça burocrática. Agora, a gente aqui faz avaliação de impacto ambiental. Cada um dos impactos específicos a gente analisa a distribuição espacial desse impacto, quais regiões que vão sofrer com esse impacto, a intensidade, e quais serão as medidas de controle para esse impacto. É esse o nosso campo de atuação, entendeu? Agora, para quem quer discutir questões de matriz energética, política energética, às vezes viabilidade econômica do empreendimento, se essa energia na verdade é barata, para onde que vai essa energia, se vai ser incluída em produto de exportação, minério, todas essas questões que são levantadas em relação ao projeto, realmente o licenciamento é uma etapa pequena dentro de tudo isso. Agora, pra gente, é o nosso campo de atuação, não é uma etapa pouco importante. É a vida, por exemplo, dos 20 mil habitantes que vão ser reassentados. É pouco importante definir como vai ser feito o reassentamento? [...] Claro, pra quem vai discutir essas questões macro do processo, envolvidas com o projeto, pode parecer uma questão mais burocrática. Tem gente que pode pensar, para mim não me importa muito como eu vou tratar esses 20 mil atingidos se eu posso evitar a instalação do empreendimento lá. Ótimo, numa discussão anterior. Aí eu não vou discutir aqui e vou discutir antes, a matriz energética e tal, vamos definir, nenhuma barragem no rio Xingu, nenhum aproveitamento energético no rio Xingu. *É uma decisão realmente política, lá atrás. Tem um contexto político, isso aí não tem como negar, é a esfera onde a gente tá mergulhado, agora a gente tem um papel bem claro dentro disso, né?* Esse é um projeto de governo, então o governo passou pelo Conselho de Política Energética, pelo Congresso Nacional, *passou por algumas instâncias de tomada de decisão, e tomou-se a decisão de se implantar esse projeto.* Então tem esse aspecto político por ser um projeto que foi classificado como um projeto de interesse pelos governantes. [...] é um empreendimento em que as coisas não podem dar errado. Não pode dar a oportunidade de começar a ocorrer um monte de impacto lá que não estava previsto e inviabilizar o projeto por conta disso. *O licenciamento ambiental, tem diversas frentes para se viabilizar um projeto, e o licenciamento ambiental é uma delas.* Ele tem que ser bem cuidado para se aumentar a previsibilidade das questões que são tratadas no licenciamento, pra que esse projeto de governo siga adiante. (Trecho de entrevista: Diretor de Licenciamento Ambiental do Ibama, Brasília, agosto/2011).

Transformado em uma das frentes de viabilização do projeto de governo, e descolado das instâncias de discussão política, as decisões técnicas a serem tomadas em torno do licenciamento se tornam caixas-pretas, nas quais não cabe o debate com setores da sociedade, sejam eles experts ou comunidades locais:

É uma obra que foi decidida politicamente, foi definida que ela seria construída antes da apresentação dos estudos, mesmo tendo sido uma obra que já foi refutada anteriormente. E ela recebeu todas as críticas que seria possível nesse país, com todo o embasamento que seria possível e não houve nenhum espaço pro debate técnico e nenhum espaço para o julgamento das questões jurídicas. Do início ao fim foi definida politicamente. Agora do ponto de vista político, ela tem muito apoio. Ela tem um apoio político muito amplo, ou seja, tanto no governo quanto nos partidos de oposição tem muito apoio. Ela é extrema tanto no apoio político, quanto na falta de apoio de todo o resto. Então é basicamente a classe política quanto o resto do país. Talvez com o apoio da mídia. A classe política e a mídia contra todo o restante do país. É assim que eu vejo. (Trecho de entrevista: Pesquisador, membro do Painel de Especialistas, Altamira, maio/2011).

*Por isso que eu digo que aí tá a caixa preta do governo federal. Eles não conseguem dialogar com a sociedade. Então ficam com aquela coisa de que o viés é técnico, então se é técnico ninguém mais sabe opinar, eu até cairia nisso, se eu não tivesse que estudar Belo Monte, eu ia cair nisso, é, realmente, isso é coisa técnica. Quando eu por ofício tive que estudar Belo Monte, não tem nada que seja técnico o suficiente que alguém medianamente inteligente no Brasil não possa saber. Não possa ver a lógica como funciona. Qualquer um de nós pode entender isso, não tem nada que seja assim tão estratégico que só um grupinho possa definir a política energética do Brasil, é incrível que essa é uma área tão fechada, tão fechada, que em todas as outras áreas, você poderia dizer isso da saúde: saúde é tão técnica que só eu que sou médico é que posso saber quais são os hospitais, o que tem que ter, e aí eu não faria nem conferência municipal de saúde todos os anos, nem a estadual, nem a federal, que é onde se traça o plano da saúde no Brasil; mesma coisa existe na educação e ninguém fala, não, eu não sou pedagogo, não posso opinar nisso, e na parte ambiental também, eu não sou gestor ambiental então eu não vou entrar nessa área. Nessas áreas todas você tem conferência nos três níveis todos os anos, para montar a estratégia do Brasil nessas áreas, na área de energia não. Na área de energia são meia dúzia que decidem o destino de todos nós, inclusive dos maiores projetos que vão fazer com o nosso dinheiro. Começa vendo como eles fazem o PDNE, o Plano decenal eles deveriam ter uma comunicação com o público, eles dizem que pegam informações, e você vai ver com quem eles pegam informações, é com os empreiteiros, os amiguinhos. Quer dizer, eles não ouvem nem as universidades, públicas brasileiras, o que a gente tem de top na área de energia, nem isso. (Trecho de entrevista: Procurador do Ministério Público Federal, Belém, agosto/2011).*

Portanto, o que se depreende da análise do processo de licenciamento ambiental de Belo Monte e da controvérsia associada à publicação do Painel de Especialistas é que a disputa, que a princípio parecia ser eminentemente técnica, vista mais de perto parece se situar mais nos limites da atuação política. Em síntese, o que pude perceber é que os cientistas que analisaram voluntariamente o projeto, técnicos do Ministério Público

Federal e analistas ambientais do Ibama partilham de uma visão de ambiente, ou compõem o mundo com um mesmo ambiente, que é expressado mediante termos, critérios e análises convergentes. Apesar de esses técnicos e cientistas se sustentarem mediante a argumentação de que se baseiam em critérios técnicos, isto é, que estariam situados em uma dimensão apartada da política, os limites entre técnica e política dependem de um esforço contínuo de demarcação, revelando continuamente fronteiras imperfeitas. Isto fica claro nos documentos técnicos que produzem, que, na prática, são “estudos-argumentos”, isto é, são inscrições de cadeias de associações entre pessoas e coisas com vistas a subsidiarem posicionamentos e decisões, corroborando com o que afirmam o ESCT sobre as relações indiscerníveis entre técnica e política. Assim, ainda que estes documentos sejam elaborados seguindo critérios técnicos e princípios de cientificidade, eles incorporam relações sociais entre pessoas e coisas, e se tornam operantes nas disputas de poder.

No entanto, estes “estudos-argumentos” têm sua possibilidade de atuação restringida por uma decisão, política, de construção da hidrelétrica de Belo Monte, que é tomada fora das instâncias de participação e debate. Portanto, é a decisão política que se torna a caixa-preta do processo de licenciamento, é ela que “vem de uma hora pra outra” sem que seja dado o tempo para a discussão e a preparação de medidas necessárias.

Nesse contexto, o instrumento de Licenciamento Ambiental, que em sua formulação previa o debate político, sobretudo mediante audiências públicas, é esvaziado politicamente. O órgão licenciador, que de acordo com a legislação possui o poder decisório de avaliação – avaliação esta que inclusive deve se pautar também pelas instâncias de participação e debate – é relegado a uma instância técnica ingênua, isto é, na qual a técnica é admitida como descolada das definições políticas. Essa posição é vislumbrada na insistência dos representantes do Ibama e da Funai, instituições que, no licenciamento, são colocadas no papel de avaliadoras técnicas, em demarcar os níveis separados entre trabalho técnico e decisão política. Por isso, mais do que um “modo de dominação gestor”, no qual o exercício político se pautaria pelas definições científicas formuladas pelos experts, conforme propõe a análise de Boltanski (2009), me parece que no licenciamento ambiental de Belo Monte estamos mais próximos de uma predação das instâncias técnicas por setores políticos. Se, como sugere o perspectivismo ameríndio o mundo é composto por sujeitos “dispostos ao longo de um único contínuo somático-semiótico, que vai da predação à comunicação e vice-versa, [...] uma multiplicidade de províncias e agências intersecantes em relação de ‘desarmonia

preestabelecida” (VIVEIROS DE CASTRO, 2012, p. 158), nos quais distintas composições realizam distintas possibilidades de mundos imanentes, a impressão que o processo de licenciamento ambiental passa é de que o mundo composto pelos técnicos e cientistas foi deslizado ou mesmo engolido, por mecanismos que passaram da comunicação à predação, pelo mundo composto pelos interesses dos formuladores da política energética brasileira.

Assim, o licenciamento ambiental de Belo Monte, por ser definido “politicamente”, isto é, por membros da classe política, constrói e administra um ambiente despolitizado, esvaziado de sujeitos, debates e decisões. Este ambiente se choca frontalmente com o ambiente superpovoado de sujeitos, afetos e relações sociais vivenciado pelos moradores da Volta Grande do Xingu, como será discutido na próxima seção.

## 5.2 “ESSA ÁGUA NÃO TEM NÍVEL”: O AMBIENTE INTERSUBJETIVO

Nas conversas com os moradores da Volta Grande do Xingu, quando se pergunta sobre o ambiente ou sobre o Rio Xingu, o primeiro ponto que se nota é que não há o ambiente, isto é, não se fala sobre o rio sem falar sobre as pessoas, não se fala sobre as pessoas sem falar o que elas comem – e que muitas vezes vem do rio –, não se fala sobre fartura sem mencionar as dificuldades da pobreza, se fala ao mesmo tempo sobre lazer e sobre tristeza. E, nos últimos anos, falar de tudo isso é necessariamente falar também sobre Belo Monte. Como no relato abaixo:

O Xingu é o que a gente tá acostumado. Ele enche, ele vaza, né? Quando na época da cheia, tá enchendo, fica bom de peixe, quando tá muito cheio o rio fica difícil, o peixe entra pra dentro da mata. Aí agora essa época tá baixando, aí o peixe sai todo pra dentro do rio, aí fica mais fácil pra pegar o peixe. Tá raso o rio também, né, aí fica mais fácil. Aí é assim, a gente acha ruim porque pra sair da minha casa, que é onde eu moro, é 50 metros da casa na água lá. Tô deitado o peixe pááá, batendo lá dentro da água. É bom. No verão tem umas pedras pra gente banhar, no inverno também aquela corredeirinha fica chuuuuu, a gente tá dormindo aquela zoada de noite aumenta, chôoooo, o cara pensa que tá chovendo é a água no rio lá. É bom. Aí tudo isso vai acabar o lazer da gente, sai dali, pronto, né? Fica difícil. (Trecho de entrevista: Ribeirinho, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

Acompanhando o movimento do rio, que enche e vaza, o peixe entra e sai da mata, volta para o rio e do rio para as mãos do ribeirinho. Este, por sua vez, tem seu

lazer nas praias que se formam no verão, e dorme ouvindo a corredeira e o peixe. Sair de casa, obrigado pela construção de Belo Monte, significa perder o barulho das águas, o lazer, o peixe. É perder também o sono, com a preocupação que este projeto traz, pois, como continua o seu relato:

E de agora um ano começaram a perturbar muito. Porque quando veio, começou as primeiras pesquisas, de primeiro era a CPRM, as primeiras empresas que vieram fazer o levantamento, entrava na mata aí, era o CPRM, era o CNEC, era Sondatech, isso era as primeiras que vieram. Mas aí eles estavam fazendo as pesquisas, era abrindo caminho na mata, fazendo aquelas barqueta pra saber se tinha alguma coisa. E aí daí pra cá foi aumentando, aumentando, aumentando, todo tempo, aumentando, sai firma, chega firma, é aquele negócio. Agora eles vieram perturbar mesmo tá com dois anos. Começou com história de que a gente vai ser obrigado a sair, e agora já tá com uns três meses que eles foram atrás de negociar a terra, aí daí pra cá, pronto, *eu adoeci pensando só nisso aí*, aí dói a perna, dói braço, dói a cabeça, agora é só preocupação, preocupação. E eu não acostumo em cidade não. Eu, quando eu tô em Altamira eu não durmo, porque fica aquela zoadada de cidade. (Trecho de entrevista: Ribeirinho, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

Outros moradores da Volta Grande do Xingu descrevem preocupações semelhantes quando falam do Xingu – o rio, os peixes e as pessoas estão conectados, assim, a preocupação com o futuro do rio é a preocupação que atinge a todos:

O Rio Xingu é o rio de todos nós, né, de indígenas, de agricultores, de ribeirinhos, essas pessoas que moram na beira do rio, o rio é o que tem de mais importante pra nós. Porque nós todos dependemos dele, os pescadores, é tudo uma corrente. Se você procurar, o pescador, o homem que vende o gelo, o homem que vende o peixe, é uma corrente, não tem como tirar essas pessoas, então isso é importante, o rio em si, ele que tem que estar bem, para ele garantir a sobrevivência de todos nós. Nós dependemos de tudo isso, nós dependemos desse rio pra sobreviver. E se atingir o rio, vai atingir as outras coisas, né, é uma cadeia, primeiro o peixe, a floresta, a vida das pessoas, aí vai criando o ciclo, parece um furacão, vai, vai, vai, tomando tudo, sabe? (Trecho de entrevista: Liderança indígena Juruna, Altamira, junho/2011).

Nessa corrente, portanto, o rio é o elo central em torno do qual se reúnem indígenas, agricultores, ribeirinhos e pescadores. Em comum, eles relatam uma trajetória de dificuldades, enfrentadas ou superadas com o auxílio do Xingu. Dessa forma, falar do Xingu é contar suas histórias de vida. E suas vidas contam sobre a história da Amazônia, desde o período em que as disputas ao longo do Xingu eram entre os diferentes povos indígenas até a construção da Transamazônica, do ciclo da borracha à coleta de castanha, e, como não poderia deixar de ser, à chegada das barragens. Assim, indígenas, ribeirinhos, agricultores familiares e pescadores relatam como têm suas

histórias de vida, individuais, necessariamente atreladas às histórias dos lugares<sup>36</sup>. Como se pode notar de forma muito explícita no relato de um dos ribeirinhos entrevistados, morador da Cachoeira do Jericoá, na Volta Grande do Xingu<sup>37</sup>:

*Pra você entender isso aqui, eu vou te contar da minha vida de Marabá pra cá. Isso já faz um bocadinho, foi em 50 [na década de 1950]. Aí em Marabá eu cortava castanha. Eu trabalhava prum padre que cuidava dos Kayapó. Aí eu morava mais os Kayapó. Nessa época não tinha Funai, era SPI [Serviço de Proteção aos Índios], né? Aí era os padre que tomava conta das aldeias. Naquela época os índio andava tudo pelado. Aí eu fiquei mais o pessoal até que apareceu esse negócio de marisco. Aí eu fui trabalhar com marisco, né? Que é pele de gato. E eu trabalhava desse lado do Cateté, o Cateté é um rio, e o Tapirapé é outro, mas tudo de um lado. Tudo nessa margem. E eu pro outro lado eu não ia, por causa dos Kayapó de lá. Eles me conhecia, mas não conhecia os outros, e eles não deixavam ninguém entrar, uma vez me mostraram uma cesta assim, cheia de cabeça, de gente que tava lá caçando gato perto da aldeia. Que era muito bom de gato pra lá, né? Mas eu, gente nova não liga, né, eu pensava, eu vou é caçar gato e vendia a pele, por 200 mil réis [...]. Aí me falaram de Altamira, que tinha o Xingu pra cá, né? Diz que Altamira é lindo o nascer do sol, né, então eu disse, vou pra lá. Aí fui seguindo o Tapirapé, ele foi estreitando, estreitando, até que toda a água subiu por cima da serra, e acabou. E nessa serra só tinha Kayapó. Tinha os Parakanã também, mas não pra esses lados. E eu já tinha costume com eles, né? E tinha índio, viu, nunca nós podemos saber a quantidade de índio que tinha lá! Lá só não tinha mais índio que no Cateté! [...] Aí eu vim seguindo as águas outra vez. Saí no Bacajá. Quando eu saí nas águas que derramava pra cá eu vi um peixe que tem aqui e lá não tem. Que é o Trairão. Aqui tem, mas lá no Tocantins não tem. Aí eu disse: rapaz, esse peixe, não é da água do Tocantins, esse peixe é da água do Xingu. E viemo subindo o Bacajá. Aí caímos numa aldeia, Kayapó. Tava com três anos que os Parakanã, que antes vivia aqui do lado, Kayapó e Parakanã, do mesmo lado, na margem do rio desse lado. O Kayapó vivia aqui embaixo e o Parakanã lá em cima no rio Parakanã, porque tem o rio Parakanã. E os Kayapó iam até o Cateté, seguindo as águas mais claras. Aí esses índios daí implicaram com os outros. E brigaram, deu uma briga da porra, né? Aí os Kayapó pegaram dois índio Parakanã, assim, pequenininho, um casal assim, aí levaram. Aí os Parakanã juraram eles que vinham pegar os índios e acabar com eles. Aí os Kayapó não quiseram mais essa margem, e fizeram a aldeinha deles lá pra cima, que eles ficaram com medo dos Parakanã, que era demais de Parakanã. Aí eu saí com eles e vim aqui pra cima. E quando eu cheguei aqui, já tava com conversa de barragem. Não tinha barragem, naquela época era a Transamazônica, mas já tinha o pique da topografia de Marabá a Altamira [...]. Aí*

<sup>36</sup> Os termos aqui empregados para designar as categorias sociais (ribeirinho, agricultor familiar, pescador) são utilizados como categorias êmicas, seguindo a autoidentificação dos interlocutores da pesquisa.

<sup>37</sup> Peço licença ao leitor para transcrever alguns destes relatos nas páginas seguintes. Ainda que, para tanto, sejam necessárias citações mais longas do que o usualmente adequado, acredito que nestes casos a estreita trama na qual se entrelaçam as histórias pessoais de vida com as histórias dos lugares traz contribuições profícuas à análise, justificando sua inclusão no corpo do texto.

*peguemo empreitada com a Queiroz Galvão. Naquele tempo não tinha negócio de carteira [de trabalho], de sei lá o que, era chegar e trabalhar. Aí peguei empreitada de abrir a Transamazônica de Marabá pra Altamira, tudo no machado, naquela época era só no braço. Aqui era pesado o trabalho, porque tinha muita madeira perigosa, e tinha aldeia também, mas era Arara. E eles precisava amarrar os trator com cipó pra tirar as madeiras lá. E os Arara, eles nunca mexeram com nós não. Eles eram um índio manso. Eles só atacavam a cantina, mas só queriam as coisas de farinha, essas coisas de açúcar, café, eles não queriam não. E se danaram porque os tratores derrubaram as casas deles, rapaz! Derrubaram tudo. Aí eu larguei a estrada, que não sabia trabalhar quando começou com maquinário pesado, né, aí vim pra Altamira. Altamira era pobre, pobre e triste. Não tinha porto, não tinha padaria, e a cadeia era deste tamanquinho aqui, e era ali onde hoje é a Casa do Índio, era a cadeia ali, a polícia era dois soldadinho véio, lá não tinha briga: não tinha gente! Não tinha nada ali não. Quando saiu a Transamazônica é que foi chegando gente. E foi chegando, chegando, chegando, e agora tá desse jeito. E agora é que tá nojento! E vai ficar mais nojento ainda se sair essa barragem. (Trecho de entrevista: Ribeirinho, Volta Grande do Xingu, junho/2011).*

A castanha, a seringa e o ciclo das águas também marcam a trajetória de outro entrevistado, ribeirinho nascido e criado na Volta Grande do Xingu:

Eu sou ribeirinho, moro na beira do rio mesmo. Eu trabalho é na roça, pesco, mas só pra consumo de casa. Papai e mamãe teve 19 filho. Só que naquela época, quando adoecia assim de sarampo, alguma coisa, morria logo. Não tinha doutor, o que eles fazia era remédio de mato. Aí nós ficuemo em nove. Eu nasci numa ilha que chama Ilha da Taboca, *porque nesse tempo não tinha hospital, aí acabava nascendo na beira do rio*, as mulher que pegava as crianças. Nasci na Ilha da Taboca, é o nome de onde eu nasci. Você conhece lá, *o acampamento da Eletronorte é bem em frente*. Eu tô com 58 anos trabalhando ali. Quando eu comecei a trabalhar foi ali. Na terra, plantando, criando gado e tal, e até hoje tô lá. E eu criei meus irmãos todos lá, porque meu pai não aguentava mais trabalhar, então eu trabalhava sozinho, ia pra roça. *Quando eu comecei a trabalhar, era tirando a seringa e castanha que a gente pegava em dinheiro*. Aqui, quando eu comecei a trabalhar, não tinha nem pessoas que comprasse dois, três sacos de feijão, não tinha. Porque quem morava aqui, todo mundo fazia roça de feijão, farinha, arroz. *Aí nós cortava seringa, começava dia 5 de maio e parava dia 5 de agosto. Aí a seringa cai aquela folha velha, aí vem a nova e o leite sobe lá pra cima*. Aí o cara vai cortar de novo só novembro, dezembro. Aí tira aquele leite pra fazer a borracha. *Aí dezembro começa a chover, a chuva não deixa mais. Aí nós ia tirar castanha*. Aí a gente vendia a castanha pra comprar o rancho. A gente trabalhava só pela comida quase. Porque nós começava a cortar a seringa em maio, e nós comprava o rancho fiado. Quando vinha agosto nós pagava aquele rancho e comprava fiado de novo pra pagar dezembro. Era assim. Aí em dezembro nós pegava o rancho pra pagar com dinheiro de castanha, e assim funcionava aqui, direto. Era assim. (Trecho de entrevista: Ribeirinho, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

No início da década de 1980, a abertura da Transamazônica atraiu agricultores de diferentes regiões do Brasil, que chegaram na Volta Grande do Xingu em busca da promessa de terra farta. Como nos é contado por um casal de agricultores vindos do Paraná e de Alagoas e hoje identificados com as terras paraenses:

Eu sou de Alagoas, nasci em São Sebastião de Alagoas, e em 1983 a gente se mudou pra cá, com os meus pais, eles vieram comprar uma terra, porque nós não tinha terra lá, nós tinha um pedacinho mas a nossa família era muito grande, nós éramos 12 pessoas, e *aí a gente ficou sabendo que tinha terra com fartura aqui no estado do Pará e Altamira*, aí o pai já tinha um cunhado dele que tava aqui, aí ele falou, *aquí a gente só planta mandioca só uma vez, não precisa plantar mais, todo ano você colhe*. Aí o pai ficou assim, menino, então nós vai pra lá, veio eu, meu pai, minha mãe e o caçula. Eu cheguei aqui em 1983, dia 16 de fevereiro, nunca me esqueci. [...] Meu pai comprou uma terra no travessão da Castanheira, ramal Acaraí, lá a gente morou 15 anos. Mas nesse período aí, ela [sua esposa] chegou do Paraná. Aí tinha uma roça vicinal, eles pegaram pra plantar ali de meia, né, era arroz também, só que era 50% pro dono da terra e 50% pra eles. E aí lá a gente se conheceu e nós acabou vivendo junto até agora. A nossa vida começou assim. Aí quando a gente casou, a gente ficou um período lá, né, aí as nossas crianças foram crescendo, lá não tinha escola. [...]. Aí nós foi lá pro Cobra-choca. Lá tem uma escola perto, a gente coloca as crianças na escola, aí nós foi pra lá. Só que a gente ficou um ano trabalhando na terra de um cabra lá, só que, muito sabido, todos os gastos que ele consumia lá era nosso. Aí eu fiquei pensando assim que não dava certo trabalhar daquele jeito. [...] Aí decidimos mudar e a ela falou assim, ô amor, eu gosto tanto desse sítio aqui, que era vizinho, porque já tem bastante manga produzindo, laranja, abacate, então eu gosto daqui. Só que a gente não tinha condição de comprar. Aí eu fui peguei um serviço, fazer um curral, 204 metros de curral. E aí eu trabalhei muito, aí tirei uma folguinha e vendi o meu gado. Aí juntamo com aquele um que eu consegui do trabalho, mais o gado, aí nós arrumemo dez mil reais. Isso em 2000. [...] Pois ela arrumou uma bicicleta, foi no Belo Monte de bicicleta, de onde a gente tava era 15 km na Transamazônica, depois tinha mais 15 km até o Belo Monte e ela foi de bicicleta, pra comprar esse lote, pra encontrar com esse senhor e fechar o negócio desse lote. Aí a gente comprou essa terra, ele assinou o documento, tudo certinho. *Então teve toda essa crise pra gente chegar onde a gente tá hoje, hoje a gente tem essa outra crise que é quando fala de Belo Monte*. Eu pelo menos não acredito que a gente ia chegar num momento desse. [Esposa:] É que no começo foi muito difícil, porque não tinha dinheiro porque a gente tinha aplicado no lote. No lote só tinha macaxeira e muita cana. Então a gente bebia garapa de cana com macaxeira cozida, macaxeira frita, de vez em quando a gente matava uma galinha pra comer junto, mas não tinha arroz, não tinha feijão, não tinha farinha, nem tinha como comprar. Então, assim, 2001 pra nós foi o nascimento do nosso filho, foi uma alegria por um lado, mas no final, assim, já começando 2002, foi um ano muito difícil. Porque andamos várias vezes trazendo ele pra Altamira no carro de linha fiado, foi bem difícil, colhi café do vizinho, pessoal dizia, não vai que café não dá nada, mas eu vou porque vai ajudar, aí com esse café, me lembro



como hoje, foi 155 real e alguma coisinha, comprei açúcar, comprei óleo, comprei sabão, ainda lembro que eu comprei uma besterinha assim pros meninos. Pra nós ajudou muito naquele momento, né? Aí depois a gente já tinha pasto, depois apareceram novos bezerros, a gente foi vendendo. Aí a gente plantou arroz, bastante arroz, não tivemos sorte, o gado do vizinho comeu todo, pisou, foi um prejuízo, assim... Então assim pra nós, a gente tem passado poucos e bocados, né. (Trecho de entrevista: Agricultores familiares, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

Além da Transamazônica, as barragens também transformaram de forma radical a vida de agricultores no Pará ao longo das décadas de 1970 e 1980. É a história desta moradora da periferia de Altamira, deslocada pela construção de Tucuruí e hoje novamente ameaçada por uma barragem:

Eu sou maranhense. Vim para o Pará em 1975. Fui para Tucuruí, próximo de Tucuruí, a gente tinha uma terra numa localidade chamada Chico da Cobra. Então nessa localidade lá surgiu a barragem em 76. Aí veio o povo da barragem, achando que a gente não ia ser atingido, quando foi em 78 nós tivemos que sair. *Porque a Eletronorte na época, eles não nos avisaram, porque seria quase 600 km da obra onde que a gente tava, então pelas pesquisas deles não atingia a gente. Até quando fez a obra. Depois da obra em 76, quando foi em 78 lá nós não podia mais ficar. Já era atingido.* Aí nós tivemos que ir para uma outra terra, numa outra localidade chamada Parakanã. Mas aí nós ficamos sem condições de mexer na terra. *A terra era boa, mas só que os bichos do lago da barragem vinham subindo.* É inseto, praga de mosquito, onça, os índios ficaram muito perto também, nós de um lado da estrada eles do outro, então o que a gente produzia aqui era pra eles. *Quando veio a praga de mosquito começou pior ainda, muito mais, aí nós saímos outra vez. Por conta da praga. Porque não dava pra ficar.* Eu mesmo não guentei a praga. Era carapanã, cinco horas tinha que tá dentro do cortinado. Pulga, podia botar o que botasse de veneno que não matava. *Lá ficou difícil a vida pra gente. Por causa dessa bendita dessa Eletronorte. [...] Contaram pra nós uma história bonita, uma história mentirosa, e deixou todo mundo acreditando e esperando, e até hoje espera pela indenização. Uma espera desde 1980.* Até hoje. Aí meu marido desistiu. Eu tinha seis menina pequena. Não tinha condições de ficar. *Daí essa história foi muito marcante na nossa vida por conta disso. Nós perdemos a terra, e perdemos a casa de morada que nós tinha. [...] E tinha que sair. Até por uma questão de segurança, não tinha como. Nós tinha a estrutura, tinha os plantio... nos deixaram no zero. A barragem de Tucuruí afogou nós. Só não perdemos a vida, mas afogou. Tirou tudo que a gente tinha.* Aí com essa história das pragas fomos pra Marabá. [...] Aí como a minha família morava em Altamira, minha mãe falou: vamo pra Altamira, lá é bom, vão criar suas filhas pra lá, que lá vai ser melhor. Porque lá em Marabá era muito violento. Até hoje é violento. [...]. Aí tamo aqui até hoje. Então quando fomos pra Marabá foi começar tudo de novo, só tiremo o plantio de mandioca pra ter farinha, senão nem farinha a gente não tinha. E lá nós começemos do zero. Comecemo de casa alugada, fomos pra invasão, tiremo um barraco, daí como a violência lá era demais da conta, aí viemos pra cá.

Aqui tinha meu pai, minha mãe tinha ido embora pro Maranhão. Chegamos aqui em 99, ficamos na Peixaria Beira-Rio. *Lá conseguimos comprar uma palafita. Só que na enchente de 2004 a água tomou.* E eu morro de medo de enchente. Sempre que enchia ficava por baixo então a gente continuava lá, mas quando a água encheu a casa, me apavorei. Aí surgiu essa invasão aqui, e compramos isso aqui. *Aqui eu comprei o chão, por mil, e levantei a casa.* Isso aqui é uma invasão, né, só que eu comprei o direito de alguém que tinha invadido aqui, não cheguei a invadir não. *Aí tô aqui até hoje me sentindo uma princesa e daí a pouco vem a barragem. É porque levantar assim, hoje eu não consigo mais levantar uma casa igual essa, não tenho mais idade... Essa casa é ótima, né, é grande, é alta. E aí vem outra barragem na minha vida.* (Trecho de entrevista: Moradora da periferia de Altamira, Altamira, junho/2011).

A trajetória da liderança da Aldeia Boa Vista também é marcada pelo contexto de construção de barragens, mas, no seu caso, o fato marcante se situa no I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, em 1989:

Eu sou liderança da aldeia Boa Vista, povo Juruna do km 17, que é uma das áreas de influência de Belo Monte, de impacto, no caso. A nossa comunidade ela fica na rodovia, município Vitória do Xingu. Se for olhar no mapa, nossa comunidade está em frente ao canteiro de obras. Tem a rodovia e a nossa área, que não tá demarcada ainda, né? Só que antes desse processo todo, vem a história de Kararaô. Que é a atual Belo Monte. Quando os parentes Kayapó e outros povos vieram pra Altamira fazer um manifesto contra essa barragem, nessa época eu tinha 14 anos. Eu vim pra Altamira eu, minha mãe, uma irmã minha, bem pequena e assistimos aquilo tudo, né, *porque nós nunca tinha tido contato com outro povo, diferente da nossa região.* Até porque tem o histórico nosso, dos Juruna, dos Arara, dos Kuruaya, Xipayá, a gente tem um contexto histórico muito triste, né, dizimação do nosso povo, expulsão do nosso território, esse contato da miscigenação, com seringais, tem todo o contexto que se eu for contar leva um dia inteiro. Até nós ir parar no km 27, nós não éramos dessa região de Vitória do Xingu, nosso povo, da minha família original, é de cima de Yucatán, vem de lá nosso povo, a minha vó conseguiu essa terra lá e ficamos lá até hoje. Nós estamos com mais de 60 anos nessa área. [...]. Tá, e então em 89 nós participamos disso tudo, e eu, novinha, pra mim era tudo novo, né? E foi gigantesco, e só nós três, perdidas no meio daquela multidão, não só de indígenas, todos os povos e outras pessoas, aquilo tudo. Aí ali eu vi que naquele movimento estava o verdadeiro povo, lutando pela vida de todos nós na verdade, né, e aquela imagem que ficou, da Tuíra com o facão na cara daquele cara lá, o Muniz Lopes, e tudo isso foi fortalecendo assim, né, esse espírito nosso de tá lutando. Criou aquela imagem, aquela coisa, de que tem que lutar pelos nossos direitos. E aí ficamos contra Belo Monte, Kararaô na época, e ficamos vivendo normal, até depois voltar agora essa história. Aí em 2000 a gente já tava mais fortalecido, criamos a Apijup [Associação dos Povos Indígenas Jurunas] do km 17. E quando chegou o governo Lula, até então a história de Belo Monte tinha parado, né, e a gente estava na formação de conhecer o que são os nossos direitos. [...] E assim, nós, temos nossas raízes, nossas origens, nós temos essa coisa dentro de nós, e *nós somos um povo da*

*água, porque nós sempre moramos ao longo dos rios, os Juruna sempre foram dono do rio, tanto que tem aquela denominação Iudjá, que são os donos da água. Nós consideramos, porque na nossa mitologia, nossos antepassados falavam que pra nós Juruna o céu está dentro da água, então tem uma ligação muito forte espiritual também, né. Porque nós saímos de lá do nosso local, nós só temos que viver da terra agora, agora a gente vive em beira de igarapé, mas temos essa ligação de que nós somos donos da água. E por isso a gente resiste, porque isso é uma coisa espiritual, da comunidade mesmo. Eu vou lutar por esse reconhecimento pelo que vem de nós, Juruna mesmo. Que é a espiritualidade, né? Porque a nossa visão assim é que o céu é dentro da água, porque se não fosse o céu se perdia na água. Então os espíritos que morrem vão tudo pro fundo da água. No nosso entendimento, né? Não é que o rio reflete o céu, é que o céu é dentro da água. É muito mítico, é difícil pra vocês entenderem. [...] E nós fomos expulsos, até pelos Kayapó mesmo, porque antigamente, não era como é hoje, se era uma coisa diferente era considerado inimigo, era considerado outro povo, não indígena. Depois com o tempo é que foi mudando isso, e hoje nós Juruna e os Kayapó somos muito unidos nessa batalha toda, né. É interessante, porque a nossa história conta né, que entre Juruna e Kayapó sempre teve muito conflito, né, principalmente ali no Assunirí, muito conflito, mas hoje não, nós estamos unidos, muito amigos, como que a história vai mudando, né? (Trecho de entrevista: Liderança indígena Juruna, Altamira, junho/2011).*

Juntas, essas trajetórias bem distintas entre si compõem o quadro da “diversidade sociocultural” da Volta Grande do Xingu, para se usar a expressão que é utilizada nos documentos oficiais, nos pareceres e contrapareceres. O interessante é notar que, mais do que uma expressão abstrata, essa diversidade é composta por vidas inteiras, nas quais o rio, a mata, a terra, o peixe, a castanha, a seringa, o arroz, o milho, a macaxeira, as pragas, os insetos, a espiritualidade fazem parte e são tão definitivos quanto os ciclos econômicos, os projetos de desenvolvimento, a Eletronorte ou os movimentos sociais. É dessa indissociabilidade que falam os relatos dos moradores da Volta Grande do Xingu, de uma forma que não é captada pelos termos técnicos do licenciamento ambiental. Pois, como analisa Antonaz (2009, p. 38), os volumes que compõem o EIA-RIMA de Belo Monte, separados por eixos temáticos que tratam de ecossistemas, meio físico, meio biótico, meio socioeconômico e cultural, “dificultam a leitura em virtude da descontinuidade temática e isolam cada tema como se não houvesse interação de homem e natureza.”. De maneira complementar, Acsehrad e Mello (2009, p. 44) afirmam que o RIMA apresenta uma análise que separa a caracterização do meio físico – em que são descritos os rios da região, o regime de chuvas e o tipo de terrenos; o meio biótico – os tipos de florestas e vegetação e as espécies da fauna; e o meio socioeconômico – que traz o perfil demográfico e lista as

atividades produtivas e os serviços da região, de forma com que “a inter-relação entre esses três meios não é explorada no documento, isto é, não é descrito como o modo de vida da população potencialmente atingida se relaciona com os recursos hídricos, o regime de cheias e vazantes e os recursos da fauna e da flora acessados pelos moradores.”.

Essa separação é justamente o oposto do que é descrito nos trechos das entrevistas acima destacados. Afinal, nesses relatos dos moradores da Volta Grande do Xingu está se falando também de ecologia (relações entre espécies de peixes e bacias hidrográficas, florística e fenologia das seringueiras, eutrofização do lago e desequilíbrio da população de insetos), de antropologia (territorialidades Kayapó e Parakanã, disputas entre esses dois povos, disputas e alianças entre Kayapós e Jurunas, cosmologia Juruna), de economia e desenvolvimento (ciclo da borracha, ciclo da castanha, projetos de desenvolvimento, migração e reforma agrária) e história (missões de catequização, expansão da ocupação amazônica), mas, dissociadas as disciplinas, como são apresentadas no Estudo de Impacto Ambiental, perde-se exatamente o fundamental para a forma como este conhecimento é, mais do que acessado, vivido. Portanto, se jamais fomos modernos o bastante para dissociar completamente estes domínios mesmo na vida dos moradores dos grandes centros urbanos do mundo ocidental (LATOURET, 1994), o fato de os moradores da Volta Grande do Xingu terem sua vida recortada e mensurada para a administração necessária ao licenciamento ambiental faz com que, neste caso, soe ainda mais inadequada esta tentativa de separação.

Assim, estas pessoas, sejam aqueles que foram para a Volta Grande em busca de tempos melhores, sejam os que nasceram às margens do Xingu, em vez de falarem sobre ambiente, falam sobre fartura, sobre as facilidades que ali encontram, em oposição às dificuldades de se viver em outros lugares. Como mostra o agricultor familiar nascido e crescido na Volta Grande, que quando fala do Xingu diz que:

O nosso rio Xingu ele é o rio mais lindo aqui da nossa região, é um patrimônio, riqueza, não só pros paraense mas pra milhares de pessoas, que vêm aqui pras encostas do Xingu, e se dão muito bem, as pessoas que vêm pra cá não querem nem mais voltar pra sua terra de origem, porque o clima aqui é diferente, o custo de vida aqui se torna até mais barato, até mais fácil pra pessoa sobreviver, muita coisa aqui da nossa região facilita a vida de quem chega pra cá e acha um caminho pra seguir uma carreira e melhorar de vida. (Trecho de entrevista: Agricultor familiar, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

Outro agricultor familiar entrevistado, que se mudou de Goiás para a Volta Grande em 1981, confirma essa afirmação: no Xingu se encontra uma fartura que não pode ser substituída. Por isso, expressa em poemas a angústia de ser obrigado a abandonar a sua terra:

Em uma reunião, eu chamei minha mulher e falei, a gente tem que lembrar os agricultor que *aqui a gente tem manga, cacau, jaca, e nada tem que comprar, se tiver que ir pra cidade não vai ser assim*, vamo escrever alguma coisa do que nós tem pra eu falar na reunião. Aí chegou na reunião eu nem falei, fiquei com vergonha, né. Aí quando eu mostrei pra Antônia Melo ela falou que era um poema, porque eu tentei rimar no final. Eu botei assim: De manhã tiro o leite da minha própria vaca, vou para a roça lá pelas 9, merendo beribá - é uma fruta que a gente tem - na volta para o almoço, cacho de banana nas costas. Chego em casa, galinha caipira na panela, olho pra cima da mesa, ovos caipiras e muitas verduras e frutas. Por falar em felicidade, o agricultor que planta para a sua necessidade é muito mais feliz que o povo da cidade. Por isso não queremos ser expulsos de nossas propriedades. E o governo não tem outras terras férteis iguais a essa, com a mesma distância da cidade, para retornar a nossa felicidade. Esse que é o nosso medo, né, *aqui tem terra boa, fértil, a gente já usou ela pra plantar, você sabe como é a terra, aí você tem medo de não conseguir outra igual*. Esse poema eu falei em duas audiências, e eles ficaram sem resposta. (Trecho de entrevista: Agricultor familiar, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

Para ele, então, além da fartura, o fato de se conhecer a terra, isto é, de já ter uma vivência compartilhada com esta terra, é importante e compõe também o medo de não ser possível conseguir a mesma fertilidade em outro lugar, caso haja o imperativo de deslocamento. Até porque essa fertilidade é também fruto de seu trabalho, o qual não poderá ser repetido em uma nova propriedade:

Já vai ficar mais difícil, a gente já tá, como se diz, um pouco velho já, 40 anos já, não é mais os 20 anos. Eu vou fazer 41 em agosto agora, aí já sente que não tenho mais aquela resistência de antigamente, né, não guenta fazer o que já fez antigamente. Porque eu mesmo lá, eu já trabalhei muito, quando eu entrei na minha terra, não tinha nem estrada, eu quando ia trabalhar pros outros, eu fiz plantio de repolho, tirava 22 km nas costas de animal, eu tirava à noite na Transamazônica, pra poder comprar as coisas que precisava, isso foi muito difícil, mexia com gado de meia, pegar gado pra ganhar uma porcentagem, né, *isso foi dez anos pra eu conseguir arrumar uma semente boa, preparar a terra, ajeitar tudo, foi muito lutado, nada financiado, financiamento eu nunca consegui*. (Trecho de entrevista: Agricultor familiar, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

Enquanto ele expressa suas preocupações em poemas, o casal de agricultores entrevistado, por sua vez, faz uso de vídeos para demonstrar a fartura de suas terras. Quando foram recebidas do Movimento Xingu Vivo câmeras filmadoras portáteis, a

princípio com o objetivo de registrar eventuais ameaças que recebessem ou irregularidades que testemunhassem, eles resolveram filmar o seu dia a dia na propriedade. Ao me mostrarem um desses vídeos, assim narraram o que estava registrado:

Nós temos arroz, nós temos cacau, temos o milho, temos feijão, temos o açaí, temos o cupuaçu. É lá na minha propriedade isso aí! A gente tá colhendo a roça agora, esse aí é o momento da colheita, a gente tá colhendo o arroz, daqui mais uns dias vamos começar a colher o feijão. Olha o cacau! Tem bastante mamão lá também. *Se você ver que maravilha que é uma roça assim!* Aí a gente tá tirando a polpa do cacau. Até nosso netinho, ó que lindinho, já tá ajudando. *Se você ver o quanto é gostoso o licor do cacau...* Porque o licor do cacau ele não é tirado da polpa, você vai colhendo, você vai selecionar só aquela parte dele, aí a gente coloca num lugar assim pra escorrer só o licor, natural... Essa é a nossa roça de milho. Nós temos 100 sacos aí. Trabalhamos o ano passado janeiro e dezembro inteirinho aí. [*Chega outra pessoa na sala*]: Já viu nossa roçona de arroz? Chique, minha filha, no último! Olha nossa roça de milho, olha os passarinhos. Isso é na beira do Paquiçamba, onde vão enfiar o rio Xingu. Ó, essa aí é a beira do Paquiçamba. (Trecho de entrevista: Agricultores familiares, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

A vontade do casal é de que as pessoas de fora possam ver o quanto suas terras produzem alimentos bons, bonitos, saborosos, na expectativa de que vendo, possa se compreender a importância de se mantê-las. Em poemas, vídeos ou falas, a preocupação com a perda da fartura encontrada na Volta Grande do Xingu é um dos principais motivos da oposição dos moradores à construção de Belo Monte. Esta preocupação aparece também nas falas dos ribeirinhos:

Seria melhor pra nós que parasse essa barragem. Porque lá a gente tem nossa terrinha, tem nossas coisinhas, a gente já tá acostumado ali. *Tem o peixe, tem o açaí, tem a macaxeira, tem a banana, tem tudo.* Aí acho que se parasse era muito mais melhor, pra nós era. *Porque isso vai ser um dismantelo muito grande, vai morrer muita gente.* Só de pressão alta... Meu irmão mesmo, quando viu isso aqui, falou, rapaz, não sei se eu vou dar conta. [...] Porque *aqui tem muita fartura.* Depois vou abrir ali pra te mostrar, *cada peixe bonito.* [...] E tem mais uma coisa também, é que se alagar tudo aqui vai ficar sem a seringa. Sem seringa, sem castanha, sem peixe também, porque essa água não vai ficar boa, e aí, comé que vai fazer? Mas dá uma olhada aqui, não sei que peixe que você vai querer, tem tucunaré, tem pacu, tudo eu trouxe de lá agora, isso aqui fritinho *é uma delícia.* Eu vou mandar ela fritar pra nós. (Trecho de entrevista: Ribeirinho, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

*Eu sou contra Belo Monte toda vida e morro brigando! Se dependesse de mim, não existia nem quem gostasse de Belo Monte. Porque eu sei do resultado. Porque pra mim, tanto faz fazer, quanto não fazer, que eu já tô no fim da vida. Mas pros que vão continuar vivo não é assim não! Vão ficar morrendo de precisão, numa área seca. Tão boa que é.*

*Toda a fortuna tem aqui. Olha, se você quer trabalhar com ouro, qualquer canto de onde eu moro pode meter um prato que tem ouro, no Xingu. Você quer trabalhar com seringa, pode vir que você trabalha. Você quer trabalhar com óleo de coco, tem. Quer trabalhar com andiroba, tem. Quer trabalhar com copaíba, tem. Quer trabalhar com madeira, tem. Quer plantar cacau, a terra é boa. Pimenta, do mesmo jeito. Mandioca, do mesmo jeito. Não é uma fortuna uma coisa dessa? É bonito. Peixe, o que você quiser comer. Caça, do mesmo jeito. Cacau demais, da mata. Frutão, golosa. Cupu, bacá, açai, cajá, é tudo! A comida do índio é isso. Esses taperebá fica tudo amarelo. Isso aqui é uma fortuna, uma árvore dessa aqui, dá uns 90 quilos. É essa frutinha boa aqui. Uma anta, se você mata uma bicha daquela, criada na mata, sem nós dá comida, ela dá 80 quilo. Limpa. Se ficar sem ele, o Xingu, porque se faz uma barragem vai cortar, né? Água pra lá não vai mais, né? Vai secando e ficando só as poças, aí esquentam a água e o peixe morre. O rio de cima é o Bacajá, tem cinco aldeias lá, agora seis. Sem o Xingu, ele não enche. O Itatá é outra pocinha. O Xingu pra nós é uma beleza, a maior fortuna nossa é o Xingu. Sem o Xingu nós tamo furado nas venta, viu? Acabado mesmo. Com essa barragem aí, rapaz, isso aí vai atrapalhar até São Félix. Se essa água represa aí, vai acabar com tudo. Não. Eu acho que não tem saída não. Por isso que a gente tem que bater o pé na parede e falar que não quer mesmo. Num é? (Trecho de entrevista: Ribeirinho, Volta Grande do Xingu, junho/2011).*

Portanto, se ao conhecer a trajetória dos moradores da Volta Grande a diversidade sociocultural dessa região se torna evidente, ouvindo-os falar do Xingu e de tudo que ele proporciona ao seu redor a biodiversidade ali presente também se torna explicitada. O mote socioambientalista sobre o mutualismo entre sócio e biodiversidade é, na Volta Grande, fato corriqueiro, de existência prática. Mais do que isso, o Xingu e o que ele proporciona compõem, para essas pessoas, a maior fortuna que se pode desejar, o que oferece fartura e beleza. Por isso, para eles, a ameaça de perdê-lo é a ameaça da própria morte. Outros moradores da Volta Grande se posicionam de forma semelhante:

*Nós vivemos lá em um lugar sossegado, dentro da mata, lá tem muitos pássaros, lá tem muitos igarapés, de água limpa, bem cheia, não tem poluição, e por isso eu não vou permitir isso, porque nós temos o direito de viver onde a gente quer, não é assim vir e destruir com a vida da gente. Porque nós estamos gerando o alimento da gente, arroz, milho, macaxeira, cacau, manga, banana, outras frutas, tudo... Se nós formos expulsos de lá, nós vamos morrer, porque nós não somos acostumados a viver de cesta básica, nós somos acostumados a viver do que a gente colhe, é disso que nós somos acostumados, trabalhar e viver do nosso suor. É isso que eu queria dizer, obrigada. (Trecho de diário de campo: Agricultora familiar, Fala durante seminário “Belo Monte e a Questão Indígena”, Brasília, novembro/2010).*

Belo Monte é um projeto de morte na vida de todo ser humano. E das outras espécies. Essa é a definição de Belo Monte. (Trecho de entrevista: Agricultora familiar, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

Eu sou lá da Volta Grande do Xingu e estou aqui para declarar para todo o Brasil e o mundo que *o Xingu é minha casa, é a minha vida. De lá da minha terra eu não sairei; eu sairei de lá só se for morta*, porque é de lá que eu tiro o meu sustento, meu, da minha família, dos meus filhos, e lá é o lugar que eu escolhi para morar, até o final da minha vida, onde eu vou ficar com os meus filhos e netos. E quero dizer à população que ninguém me tira de lá porque eu não vou sair, se chegar alguém querendo me tirar da minha terra, eu vou botar pra correr. (Trecho de diário de campo: Agricultora familiar, Fala durante seminário “Belo Monte e a Questão Indígena”, Brasília, novembro/2010).

Nesses trechos, percebe-se então como a vida do Xingu como um rio não barrado e a vida das pessoas se confundem: interromper o fluxo do rio por meio da construção da barragem é interromper o fluxo de suas colheitas, de suas escolhas e da vida de suas famílias.

De forma ainda mais contundente, a moradora da periferia de Altamira se refere ao Xingu como uma mãe, aquela que dá a vida aos que estão ao seu redor:

O Xingu é a vida do povo de Altamira. E daqueles que vieram pra cá também. *O Xingu ele manifesta como uma mãe. Na minha vida ele é uma mãe*. Com o dinheiro do Xingu, eu tenho uma televisão, com o dinheiro do Xingu eu tenho um sofá, com o dinheiro do Xingu eu tenho meu fogão, com o dinheiro do Xingu minha freezer, a comida dos meus netos, e a minha alimentação. Ou seja, *o Xingu é a minha vida, o Xingu é a minha mãe. E mãe de muita gente de Altamira*. É o meu cheque ouro, meu cartão bancário, *o Xingu é tudo*. Se eu tô precisando de alguma coisa, já vou lá no rio e já trago o almoço, a janta e o dinheiro pra comprar mais alguma coisa. É um banco que eu tenho, onde é só ir lá pegar que a natureza está lá me esperando pra me dar. O Xingu é isso pra mim, e muitos pescadores vê ele assim. Eu sei que a gente vai pro rio, vê as águas dele correndo, fica imaginando que um dia ele pode ser barrado, aquilo é que nem uma lágrima. A gente vê uma cachoeira descendo, quando vai pra lá, *eu me sento na areia, olho pra ele, e vejo que o Xingu chora, aquelas águas batendo são os gemidos pedindo socorro. Ele é a nossa mãe que tá ameaçada de morte*. E aí, resumindo, o Xingu é tudo o que nós temos. Do bom e do melhor. Porque o rico, ele tem as terras dele, ele pode vender na hora que quiser, ele tem o carro pra andar, nós não, nós têm o barco e o rio nos esperando. Ó, quando é no final do ano, ele dá tudo pra gente durante o ano, *no final do ano a gente deixa ele se acalmar, recuperar os peixes, nós temos quatro salário mínimo, que aquilo ali é quando que ele tá de férias, e nós aqui de fora, nós tamo de olho nele*. As férias, de venda a gente não pode, mas o consumo nós pode. Então ele é útil na nossa vida 24 horas por dia. E é o que tem de mais bonito nessa cidade também. *Quem não conhece o Xingu devia entrar numa canoa, remar até as praias. Sentir o cheiro da água. Que é o cheiro de mãe. Igualmente você tá no colo da sua mãe, sua mãe te faz um carinho, é você entrar no Xingu e tomar um banho. Tem coisa melhor do que a mãe passar a mão no cabelo da gente? Não tem coisa melhor do que tá nesse rio, tomar aquele banho e sentir a água, ficar ali vendo, que aquilo ali é vivo, que aquilo ali é tudo o que você tem*.



Aí você olha e se imagina sem esse rio. Não tem jeito. [...] Quem toma banho no Xingu e molha a cabeça não vai embora, porque *ele é aquela coisa assim que não dá pra explicar. É uma coisa de mãe mesmo. Só entende quem tem uma mãe.* Todo mundo tem, mas tem gente que não teve a oportunidade de conhecer. *Vai no Xingu e mergulha lá que você entende.* (Trecho de entrevista: Moradora da periferia de Altamira, Altamira, junho/2011).

É interessante perceber que, da forma como ela fala, a associação entre o Xingu e uma mãe não se trata de uma metáfora, não é uma comparação, mas se trata de um modo de existência: o Xingu *se manifesta* como uma mãe, é a forma como ele age perante as pessoas, oferecendo fartura, cobrindo as necessidades, estando sempre disponível, afagando e trazendo conforto que o *transforma* em uma mãe. É o que não dá para explicar, tem que ser sentido: faz parte de uma experiência de conhecimento que não está na linguagem, está no corpo.

Não apenas para esta moradora de Altamira o Xingu se transforma em uma pessoa da família. Outra interlocutora, também moradora da periferia de Altamira, conta sobre o luto que Belo Monte tem causado em moradores das ilhas do Xingu:

Lorena, *você tem que conhecer mais esse rio*, e o tanto que é a beleza dele nas praias. *Esse rio é rico de um tanto, de tudo que você pensar.* Minério, ele aí pra baixo, pra Ilha da Fazenda, as pessoas sentem muito mais que a gente. Tem gente aí pra baixo, a Dona Nêga, mora aí pra baixo, perto dela *a gente não pode nem falar de Belo Monte que ela chora. Ela entra em lágrimas como se tivesse perdido alguém da família. Ela tá chorando a morte antes.* Porque lá ela tirou ouro, tira peixe, criou os filhos, e mora na beira do rio. Então essas pessoas que conhecem essa beleza natural jamais aceitam isso. Só que a gente, por conta desse governo nosso que não tem dó nem piedade, *coração de pedra e tem moela que nem galinha, porque se tivesse um coração não fazia isso, deve ter uma moela no lugar do coração.* (Trecho de conversa: Moradora da periferia de Altamira, Altamira, junho/2011).

Ao não se compadecer diante dos pedidos pela sobrevivência do rio, que para aqueles que o conhecem faz parte da família, ou seja, ao sentenciar, na perspectiva dessas pessoas, a morte de um parente, o governo também se transforma em um ser vivo mas anômalo, que possui uma moela no lugar do coração. A ideia da moela é forte, visto que este é um órgão digestivo conhecido por conseguir esmagar alimentos duros que as aves engolem com o auxílio de pedras e areias, em oposição ao coração, vinculado ao afeto e à compaixão. Assim, a fala nos remete à ideia de que, tendo uma moela no lugar do coração, o animal-governo engole mesmo aqueles que resistem mais duramente, ao invés de se deixar afetar e compadecer por suas causas.

As conversas com outros moradores da Volta Grande nos mostram que não se encerram nas relações de parentesco e afeto as afinidades entre as pessoas e o rio. É

central para os agricultores, indígenas e ribeirinhos a possibilidade de transporte e deslocamento que o Xingu proporciona. Barrar o rio é barrar, também, seu direito de ir e vir. Como afirmado nos trechos abaixo:

A nossa estrada sempre foi o rio, né? Nós não temos estrada por aqui, a nossa estrada é o rio. Quando tem um hábito de doença, adocece um aqui, às 6h tá doente um aqui, não tem como vim uma voadeira de lá, tem o barco aqui no porto, nós pegamos o barco aqui, quando dá meia-noite, uma hora da madrugada, duas horas da madrugada, tá chegando o barco em Altamira. *Tendo o nosso rio liberto*. Com esse barramento lá, já tem outras dificuldades. Mesmo que suba o rio, chega lá, a que horas que vão passar pra cá, pra cima, já tem problema, *não é mais liberto como nós era. Vamos viver sob os outros*. Agora nós sobe, desce, a hora que quer. Mas com a barragem sair, nós vamos depender só dos outros. (Trecho de conversa: Liderança Arara, Volta Grande do Xingu, maio/2011).

Porque *aqui o transporte é no rio, e a gente vai e vem, na hora que a gente quer. Aí eles tapam aqui, como é que a gente vai?* Pra cá, a estrada que passa aqui, a gente tem que andar para pegar o carro uns 8 km, se não for mais. Só entra pra cá os fazendeiros, que tem caminhonete. Mas carro de linha mesmo pra transportar pessoal não vem. E *aqui o cabra vai na hora que ele quer, não tem que ficar esperando ninguém. O cabra chega, para no porto, já tá em casa. Pela estrada não*, o cabra tem que andar um bocado, e se ele tá vindo da casa dele, como que ele vai trazer as suas coisas pra chegar até na casa? (Trecho de conversa: Ribeirinho, Comunidade São Pedro, Volta Grande do Xingu, maio/2011).

Aí agora essa promessa da gente sair é que tá triste. Porque não dá mais pra gente comprar uma outra terra, e se comprar uma terra não compra uma casa. Pra mim fica difícil porque aqui perto não tem terra barata, tem pra cá, com 100 km de distância. Aí o dinheiro não dá pra comprar, *eu vou ter que andar pagando passagem, daqui, prali, e aqui no Xingu não, eu compro a gasolina, eu tenho um motorzinho, minha canoa, e eu desço, eu venho, no dia que eu quero eu tô aqui*. Pra lá fica difícil pra mim. (Trecho de diário de campo: Fala de ribeirinho em reunião na Comunidade Arroz Cru, Volta Grande do Xingu, maio/2011).

Portanto, como expressa a liderança Arara, se o rio e as pessoas vivem juntos, o rio liberto é sinônimo de povo liberto, enquanto o barramento do rio cerceia, como também afirmam os ribeirinhos, a autonomia de seus moradores, que se tornam dependentes de outras pessoas ou de terem dinheiro para poderem ir e vir.

A fartura, a vida, a família, o transporte – a relação com o Xingu nestes termos é sobretudo fundamentada em uma relação de conhecimento, que se vê abalada pela intervenção radical trazida pelo projeto de governo. Isto se nota no conhecimento da dinâmica do rio e do comportamento das espécies que ali vivem, como na fala deste pescador da Ilha da Fazenda:

*Se fosse pra escolher, não teria barragem. A gente aqui não quer barragem. Tá todo mundo preocupado, a gente não sabe o que fazer e nem o que pensar. Dá vontade de chorar, né, agora não tá em época boa, senão a gente pegava um barquinho, porque é lindo isso pra esses lados aí, precisa ver que fartura que tem aí. Essa rede aqui, ó, é de pescar pacu. E esses buracos são o jacaré que faz, né? [muda o tom de voz e o ritmo da fala, de angustiado e constrangido, de repente passa a falar seguro e animadamente] Porque o peixe tá na rede, né, aí o jacaré vai e vem comer. Tem jacaré demais. A gente vê eles de dia assim, mas quem vem de voadeira assim é difícil de ver, né, quando passa muito rápido. É melhor de ver eles quando a água tá mais baixa, no verão. Agora não, que eles tão muito pra dentro do mato assim. E com a barragem os jacaré vão se aperrear também, né. É, todo mundo vai se aperrear... (Trecho de diário de campo: Pescador, Ilha da Fazenda, maio/2011).*

O pescador, que conhece os hábitos do rio, dos peixes e dos jacarés, não sabe mais o que fazer nem o que pensar. Ele sente vontade de chorar, e sabe que os jacarés, assim como todos os outros, também “vão se aperrear”<sup>38</sup>.

O conhecimento sobre o rio também é afetado pelos confrontos entre o conhecimento técnico, que planeja a obra, e o conhecimento local, baseado no convívio com o Xingu. Este confronto é explicitado, por exemplo, no diálogo relatado pela liderança Arara da Terra Indígena Arara da Volta Grande com um engenheiro contratado pelo empreendedor. Ao ser entrevistado por um jornalista francês sobre Belo Monte, ele questiona a validade das informações dos engenheiros e defende seu conhecimento de longa data sobre o rio:

[Jornalista:] Eles deram a informação de quanto vai baixar o nível da água?

[Liderança Arara]: A informação que eles falaram foi que vão fazer um negócio de uma proposta e vão detectar<sup>39</sup>, nós dois, eu mais eles,

<sup>38</sup> Neste encontro na Ilha da Fazenda, esse pescador, a partir de poucas perguntas iniciais sobre o lugar, falou bastante, de suas angústias e preocupações de não ser consultado sobre o que vai ser feito da própria vida. Durante minha incursão pela Volta Grande, eu estava cada vez mais impressionada com a facilidade das pessoas de contarem detalhes de suas vidas para mim, uma desconhecida, mas depois de encontrá-lo, fiquei pensando que não se tratava apenas uma facilidade de abertura, próxima de uma hospitalidade como me soou a princípio, mas também uma vontade de ser ouvido, consultado, ter a opinião considerada relevante. Ainda, ele diz que “se fosse para escolher, não queria Belo Monte”. “Se fosse”, porque sabe que não lhe é dada essa opção. Depois, disse que dá até vontade de chorar, pensar como é lindo e a fartura que há. Demonstrou uma relação com o rio para além da necessidade – “recompensável” – mas de afeto e de pertencimento, me causando a impressão deste ser um pertencimento mútuo: ele pertence ao rio, e o rio o pertence. Mas de uma forma que o Estado desconhece, que a legislação não abarca, e que, por isso, é negligenciada, ainda que ele queira dizer que há: não há ninguém que o escute. Esta necessidade de ser ouvido e, contudo, se sentir negligenciado foi demonstrada também por outros moradores da Volta Grande, e em vários outros momentos, como será discutido mais adiante no texto.

<sup>39</sup> Essa questão do nível da água diz respeito ao controverso “Trecho de Vazão Reduzida”, proposto no EIA de Belo Monte como possível mitigador das consequências provocadas pelo desvio do Xingu que, em vez de abastecer a Volta Grande será desviado para formar o reservatório da hidrelétrica. O EIA propõe que, para se manter a viabilidade das comunidades e da ecologia da Volta Grande, será garantido

porque *eu falei pra eles que água não tem nível, não sabe?* Eu digo: água não tem nível. Aí ele disse, uma reunião muito grande, tinha a Funai, Ministério Público, Ibama de Brasília e tudo tava aí, e nessa reunião eu falei que água não tinha nível. *Eles falam que a água tem um nível da água, num sabe? Aí eu falei que água não tem nível.* Aí ele olhou assim por cima e falou: quem falou? Quem foi que falou que água não tem nível? Aí alguém falou: foi o índio que falou. Aí ele falou: que série o senhor tem? Nenhuma. Eu nunca estudei. Quem nunca estudou não tem série nenhuma. *Eu não tenho série nenhuma, nunca estudei, mas sei que água não tem nível. Aí ele disse: porque nós somos engenheiros formados e o senhor vem dizer que água não tem nível, eu disse, então o senhor ainda não formou. Vocês são engenheiro formado, vocês sabem a altura do sol? Não. Então pronto, já paremo com a conversa.* Vocês são engenheiros formados, eu nunca estudei, tô dizendo que água não tem nível, tô perguntando procês que são engenheiros formados a altura do sol, vocês não tão sabendo. Nós paremos também a conversa aqui. Aí ficou assim. Se é pra ser bom eu sei mesmo. Então ele falou, o senhor tá perguntando a altura do sol, o sol tem essa altura, isso aí, né? *Mas essa palavra tá empacada aí, né, há poucos dias sube que ainda vem alguém atrás dessa proposta. Da água que não tem nível.*

[Autora]: Mas quando o senhor diz que não tem nível é por quê?

[Liderança Arara]: Não, porque é assim, *do meu conhecimento, em 1957 teve uma maioria de água, água subiu muito.* Só que eu marquei a posição que a água foi, eu marquei. *Aí em 1964 teve uma minoria de água, o rio baixou mais do que ele tem costume de baixar,* dentro do rio Bacajá morreu peixe demais, só com a minoria de água que teve um pouco. *Já passou do normal, morreu peixe demais.* Em 1980 teve uma maioria de água também, e encheu um pouco, mas não chegou na de 57, num sabe. *E aí, ano passado não teve cheia, num sabe, aí comê que tem nível uma coisa dessa?*

[Topógrafo<sup>40</sup>]: É a natureza que decide?

[Liderança Arara]: É a natureza que decide. *Essa água aí não tem nível não.* Mas vamos longe, com a formação e ele não sabe. Mas eu vou morrendo toda vida falando que essa água não tem nível não, porque vocês podem reparar como a água, o que tem nível é aí, você põe uma coisa bem aí se tem nível, aí não sobe, não desce, é toda a vida ali, aí tem nível, aí eu concordo que tem nível. Mas um ano é aqui, outro ano é ali, outro ano é aqui, outro aqui, outro ano vem dar bem aqui, não tem nível. *Mas eu não tenho medo não, eu entro na jogada tranquilo. Se der certo bem, se não der, mas eu aventuro.* (Trecho de conversa: Liderança Arara, Volta Grande do Xingu, maio/2011).

Este diálogo, além de tratar sobre o conteúdo das questões que entram em choque quando se confrontam os conhecimentos sobre o rio, também faz refletir sobre a

---

um nível mínimo de água corrente no leito do rio. Contudo, não se sabe qual é este nível mínimo, o que será, segundo o licenciamento, testado ao longo dos anos.

<sup>40</sup> O topógrafo contratado pela Hexa Engenharia estava na Terra Indígena como parte das atividades necessárias para a demarcação da área, uma das condicionantes do licenciamento ambiental de Belo Monte, visto que a área estava homologada mas não demarcada desde 1993.

diferença entre as formas de se conhecer. Enquanto o engenheiro vale-se da sua formação de curso superior para se legitimar como capaz de estabelecer o nível da água, esta liderança, por conhecer o rio, sabe que *essa água* não tem nível não, ou seja, baseado nas suas observações sobre o rio desde 1957, afirma que a altura da água do Xingu é imprevisível. Claro está que há na comunicação entre ambos um equívoco sobre o significado do nível da água: para o engenheiro, esta é uma variável passível de ser controlada, enquanto para a liderança Arara o controle, isto é, o nível como um padrão ou uma regularidade, é exatamente o que o rio não tem. Mas ele se aventura, porque, justamente, falar sobre o que não se tem controle é jogar com o campo dos possíveis, com o que pode dar certo ou não.

Esse aspecto da diferença na forma de se conhecer o ambiente – ou o mundo – entre técnicos e moradores da Volta Grande é expresso não apenas pelos moradores, mas também por pesquisadores que atuam na região há mais tempo. A necessidade do conhecimento enraizado, pautado mais pela experiência pessoal do que na aplicação de modelos exógenos é ressaltado pelo coordenador regional do ISA, que cita o seu exemplo para questionar a validade do conhecimento empregado pelos consultores que formulam os documentos da Norte Energia:

Porque quem faz esses documentos da Norte Energia são consultores, que também vêm de fora, sabe, eles dão uma geral. Eu já fui consultor, eu sei, diagnóstico socioeconômico que eu fiz no Riozinho do Anfrísio, em 2006, contratado pelo Ibama, eu olho o diagnóstico que eu fiz naquela época e falo, nossa, mals hein? Fraco! E eu não segui metodologia? Segui metodologias ótimas, sensacional, a gente com mestrado, doutorado e o caralho, mas *falta o conhecimento da região, o acúmulo que você vai sacando com o tempo em campo, não é caindo de paraquedas num lugar pra fazer uma análise*. Pra algumas coisas talvez funcione isso, coisas de aspectos físicos, de engenharia, que você tem acúmulo muito grande a respeito, eu acho que funciona, você tem um especialista que sai de um lugar, chega ali, faz a análise em alguns pontos do solo, determina, tem que ser assim, assado, faz um laudo e pronto, mas para questões socioambientais, que acúmulo que você tem, na Amazônia, com essa complexidade, com essa quantidade de etnias indígenas, com essa irregularização fundiária, quem que entrou a fundo nessas questões? (Trecho de entrevista: Coordenador regional do ISA, Altamira, junho/2011).

De forma semelhante, para o procurador do Ministério Público Federal conhecer a Amazônia também depende de uma experiência que é da ordem do sensível, e que passa pela convivência com as pessoas que nela habitam:

É que pra entender, é preciso conhecer. E pra mim, se você tá falando de uma coisa que é diferente de qualquer outra região do Brasil, principalmente pra quem mora de Brasília pro sul, é completamente

diferente, e quem não tenha visto, não tenha convivido com as pessoas que moram aqui na Amazônia, com quilombola, com indígena, com extrativistas de modo geral, ribeirinhos, se você não conviveu com eles é muito difícil, muito difícil ter sensibilidade suficiente pra saber o desastre que é Belo Monte, por exemplo. (Trecho de entrevista: Procurador do Ministério Público Federal, Belém, agosto/2011).

É sobre sensibilidade, portanto, que se trata quando se fala sobre condições de possibilidade de conhecimento do Xingu. Foi também sobre sentimentos e experiências que trataram outros trechos de entrevistas aqui mencionados nos quais os moradores da Volta Grande e de Altamira falaram sobre conhecer o Xingu. Assim, se na epistemologia científica dos estudos ambientais conhecer é objetivar, é extrair do *objeto* a ser conhecido qualquer intencionalidade, o que os moradores da Volta Grande afirmam, e é corroborado por técnicos que se dedicam a entendê-la, é que para se conhecer o Xingu é preciso ser capaz de estabelecer uma comunicação intersubjetiva, ou seja, tal qual acontece no xamanismo ameríndio, conhecer é personificar, tomar o ponto de vista daquilo – ou antes, daquele – que deve ser conhecido: “pois o conhecimento xamânico visa um ‘algo’ que é um ‘alguém’, um outro sujeito ou agente; a forma do Outro é a pessoa” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 358). Dessa forma, o conhecimento científico moderno e o conhecimento ameríndio partem de ideais epistemológicos opostos, que, no conflito em torno de Belo Monte, também são confrontados.

Por outro lado, o conhecimento sobre o que é uma barragem e em quais consequências ela pode repercutir também passa por uma experiência que está fora da bagagem sensitiva da maior parte dos moradores da Volta Grande do Xingu. Associado à ausência de divulgação adequada das informações sobre o projeto, este desconhecimento se torna um motivo a mais para a angústia e preocupação das pessoas. Como nos relata este indígena Arara, morador da TI Arara da Volta Grande:

A gente só sabe falar que Belo Monte é um problema muito difícil na nossa vida. E aqui, a gente não sabe o que é barragem, mas sabe o que é o Xingu. Porque a gente tira daqui de dentro o que a gente precisa, farinha, mandioca, milho, arroz. De que sair Belo Monte a gente não entendeu que que é. Se vai ficar bom aqui, pra gente não vai, né, já chegam dizendo, se vai trazer outra ruindade pra cima, ou se vai trazer melhoria, a gente não sabe. Eu mesmo não sei. Nunca vi. Vi Tucuruí um dia que passou no Jornal Nacional. Achei bonito lá, mas não sei, nunca cheguei no pé de uma barragem pra falar assim, olha essa aqui que é a barragem que vão fazer lá no Xingu. A senhora já foi em uma barragem? Como que é? [Explico pra ele o que eu já vi de barragem, digo que é bonito mesmo, mas vendo de longe, do alto, porque de perto traz um monte de problema. Por exemplo, aqui, o problema maior é que a água do rio vai ser desviada, não vai mais

correr aqui na frente igual corre agora]. [Indígena:] Primeiramente o que eles têm que nos falar é esse negócio da água, né? Porque uma comunidade dessa aqui a água vem toda do rio, né? Então que pensar que pode ficar sem isso... é um momento triste, né? Não dá nem pra se pensar... (Trecho de diário de campo: conversa com indígena Arara, Volta Grande do Xingu, maio/2011).

No momento dessa minha conversa, o EIA-RIMA de Belo Monte, inclusive com o seu “componente indígena”, já tinha sido feito e publicado, as audiências públicas haviam sido realizadas, a Licença Prévia atestando a viabilidade ambiental de Belo Monte já havia sido emitida, assim como uma Licença Parcial de Instalação, uma “inovação” introduzida no licenciamento ambiental das hidrelétricas do Rio Madeira utilizada também no Xingu, a qual autorizou o início das ações de instalação do canteiro de obras de Belo Monte. Esse indígena mora na TI Arara da Volta Grande, situada às margens do Xingu, na Volta Grande, no trecho que terá a vazão do rio drasticamente reduzida, senão completamente anulada, para a construção do reservatório. Portanto, para mim foi algo chocante me deparar com a ausência de informação disponível para ele, que estava a poucos meses de ter sua vida completamente transformada pela obra e, até então, só tinha visto uma barragem no Jornal Nacional. No entanto, reconheço que ter informações sobre uma barragem, ou sobre *a* barragem de Belo Monte, é bem diferente de saber o que ela significa. De fato, o que efetivamente acontecerá em consequência da construção da hidrelétrica é uma questão em aberto inclusive para os técnicos que se debruçaram em sua avaliação, assim como para os pesquisadores do Painel de Especialistas, que, como vimos na seção anterior, concordam justamente no que diz respeito às incertezas que cercam o projeto. Dessa forma, o sentimento geral na Volta Grande pode ser resumido na frase: “aqui, a gente não sabe o que é barragem, mas sabe o que é o Xingu”.

Contudo, na iminência da realização do projeto, percebe-se que mesmo este conhecimento foi transtornado por um completo desconhecimento do que vai ser após a construção de Belo Monte. E, via de regra, a única coisa que se sabe é que o depois será pior:

*O negócio aqui vai piorar. Vai piorar. Depois que começarem a fazer isso aí, acabou. E todo mundo aqui pensa a mesma coisa que eu, que a barragem vai prejudicar, e fica pensando o que vai acontecer, né? Se fosse pra escolher, não ia existir barragem, né, não era pra ter. E eles nunca falaram como vai ser, eles nunca falam nada, nunca sabe o que vai acontecer. Todo mundo aqui não sabe nem o que fazer mais, nem o que pensar. E sempre só cai pro lado do mais fraco, né? Altamira é ruim pra mim, que não tenho estudo. Meu trabalho tem que ser braçal, o que eu sei fazer é pescar mesmo. Também trabalhei no*

garimpo, mas garimpo tá difícil. Vai ficar difícil pra gente que veve da pesca. Uma barragem é uma coisa que vai trazer muito impacto pras pessoas daqui, não vai dar pra pescar, transporte aqui é pelo rio, né, não tem estrada. Sou nascido e crescido aqui, tenho 60 anos. Daqui pra frente só vai piorar. (Trecho do diário de campo: conversa com pescador, Ilha da Fazenda, maio/2011).

Nós vamos ter que falar alguma coisa pra defender a gente, né? Porque o que a gente quer é que tivesse um jeito assim de empatar essa coisa, que era melhor pra nós. Porque *nós vamos ficar numa situação triste. Porque que nem eu, eu não tenho estudo, eu não tenho condição de ir morar na cidade. Eu ainda assino meu nome na marra, mas tem gente lá que bota só o dedão. Ai não tem jeito.* Porque na cidade até pra arrumar um emprego pra tirar lixo da rua, se não tiver um estudo não vai também, né? Então fica difícil. *Pra nós, com barragem a vida vai ficar pior. Empatar era melhor, pra os que sente na pele.* (Trecho de entrevista: Ribeirinho, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

*Então pra nós ainda é um momento de indefinição.* Essa noite eu dizia pra eles, eu sei que tá todo mundo aperreado, mas *colhe o arroz, puxa pro barraco, colhe o milho, puxa pro barraco, vamos ver se a gente consegue colher o feijão, porque assim, o que a gente colher de agora pra frente é o que a gente tem a certeza, do que já tá plantado [...]* Então assim, *é muita incerteza. É uma indefinição.* (Trecho de entrevista: Agricultora familiar, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

E o futuro, eu não considero futuro. Assim, *tendo a barragem, eu não considero futuro.* O futuro é aquilo que você espera com ansiedade, que você quer que aconteça, que vai lhe fazer bem, que vem pra resolver os seus problemas. *E esse Belo Monte ele vem pra destruir a nossa imaginação, seus feito, sua história. Acaba com tudo. [...]* É isso, minha filha, só preocupação, 24 horas por dia. (Trecho de entrevista: Moradora da periferia de Altamira, Altamira, junho/2011).

Eu acho que a nossa região, não era pra acontecer isso. *Belo Monte não era pra ser feito na nossa região, e geralmente nem em canto nenhum, porque a gente sabe com certeza que vem a destruição [...]* porque não existe ponto nenhum da gente pensar: interessa Belo Monte porque vai trazer benefício para *o povo que deu a vida ali*, não, eu tinha esperança de que mais tarde nós tenha uma vida digna, melhor do que a que nós veve, *mas tirando nós da nossa propriedade, nós não temos esperança de mais tarde ter uma vida digna.* O que a gente vê é que na nossa região, onde vai acontecer Belo Monte, vai chegar a pobreza e a miséria para a nossa região. (Trecho de entrevista: Agricultor familiar, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

A perda de expectativas com relação ao futuro, as indefinições, a retirada daquilo que possuem e conhecem para, em troca, a chegada de uma situação a qual eles não se sentem preparados para enfrentar, seja pela idade, seja pela falta de ensino formal, a ameaça da miséria povoam as preocupações e os medos dos moradores da Volta Grande do Xingu. Dessa forma, percebe-se que a barragem atinge em cheio os mais desfavorecidos: sem títulos de propriedade, sem reservas de terra ou de dinheiro, sem escolaridade, sem acesso a políticas públicas, são aqueles que já viviam em um



limiar muito estreito para a garantia de sua qualidade de vida, mantida basicamente pela relação de intimidade com os seres “outros que humanos” que compõem o Xingu, que são os mais prejudicados pela chegada do grande projeto. Como é afirmado:

Eu tento imaginar assim, que Deus não vai deixar essa barragem sair, porque a gente já veve na pobreza, e com certeza a miséria vem vindo. *Porque pobreza é uma coisa útil, agradável, porque todo mundo já nasceu pobre. Vive pra sobreviver, né. Mas e com Belo Monte? É a miséria total.* Pra nós, eu não vejo outra coisa pra minha vida, porque meu marido pesca, eu tenho isso aqui, a gente vai perder. Lá, sabe deus onde vão nos colocar, sabe deus que dinheiro vão dar pra gente comprar outra casa e onde. *A gente não sabe nada do que esse pessoal quer fazer com esse povo aqui. Eles não explicam.* Eu só sei assim, que eu espero aqui até a última gota. Fico aqui até... (Trecho de entrevista: Moradora da periferia de Altamira, Altamira, junho/2011).

Portanto, se o Xingu significa a fartura, Belo Monte significa a miséria, e significa também a impossibilidade de se decidir sobre a própria vida, que se torna dependente do que “o pessoal quer fazer com esse povo aqui”. Essas preocupações se asseveram com a intuição de muitos moradores da Volta Grande de que Belo Monte não virá sozinha. De uma parte, para a sua própria realização a hidrelétrica já depende de uma série de transformações a ela acopladas, como explica uma liderança do Movimento de Mulheres e da FVPP:

E porque também, Lorena, *não é só Belo Monte, entendeu?* Aliado a Belo Monte, tem o linhão que vai passar por dentro da Resex Verde para Sempre, por cima dos ribeirinhos que não têm luz, vai levar energia lá pra Manaus, *é um negócio monstruoso também,* aí tem o asfaltamento da BR, da Transamazônica e da BR-163, então *são vários grandes projetos aqui pra região, que o povo vai sendo atropelado,* e o que me preocupa mesmo, como movimento de mulheres, é essa história das crianças e das mulheres, porque nesses projetos aqui na Amazônia, eles têm um histórico muito grande de violência contra as crianças e as mulheres, prostituição infantil, trabalho infantil, estupro. Então isso é uma preocupação muito grande. Tanto é que quando estávamos na audiência pública nós sugerimos ao governo que fizesse uma audiência pública só com esse tema. Pra discutir, pra prevenir, entendeu? Mas quando? *Deram ouvido de mercador. Eu tenho várias preocupações.* (Trecho de entrevista: Liderança da FVPP, Altamira, junho/2011).

De outra parte, o histórico de Kararaô, que era planejada para ser a primeira de uma série que incluiria outras cinco barragens na bacia do Xingu, não é esquecido pela população local. Mais do que uma lembrança do passado, muitos especialistas de fato afirmam que, em função da grande variação sazonal do volume hídrico do Xingu, e de seu reservatório reduzido, Belo Monte não se manterá economicamente viável sem que haja hidrelétricas à montante para a regularização do fluxo (ver, por exemplo,

Fearnside, 2009). Para os moradores da Volta Grande, com a construção Belo Monte o caminho estaria liberado para a realização de novas barragens:

Agora isso aí pode sair até amanhã, mas pode demorar também um pouco, porque é muita coisa pra eles fazer, então eles pelem, fazem um estudo, falta outro. Na minha mente a maior preocupação deles tá sendo esse rio com uma barragem só, que foi o que eu falei pra ele. Esse rio, *uma barragem não segura a água desse rio. Segura não. É muito peso d'água pra uma barragem segurar.* Eu penso que eles têm intenção de, por isso que tá demorando pra ele ver como é que eles vão fazer, *mas depois que eles fazer uma, eles podem fazer dez, né não?* Custoso é fazer uma. (Trecho de conversa: Liderança Arara, Volta Grande do Xingu, maio/2011)

E você acha que isso não vai continuar no futuro? Não vai ser só Belo Monte, *vai ter mais cinco barragens, eu tenho certeza disso.* (Trecho de entrevista: Liderança Juruna, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

*A partir da hora que construir uma barragem no rio Xingu, e eu também tenho essa compreensão, se constrói uma hoje, depois tá aberto para discutir novos projetos, quer dizer, os projetos antigos, os fantasmas do passado vão voltar a vir.* (Trecho de entrevista: Liderança Xipaya, Altamira, junho/2011).

E eu tenho mais um medo, Lorena, porque *essa barragem, ela tá grávida. E ela é uma porca, pare até 14.* Ser humano um filho só tá bom, né. Mas *Belo Monte não, tá grávida de pelo menos quatro.* Então é uma gravidez maldita pra mim. *Porque não é uma barragem, é um complexo. É um complexo hidrelétrico.* Mais um motivo pra gente embargar essa obra. (Trecho de entrevista: Dona Raimunda, moradora da periferia de Altamira, Altamira, junho/2011).

Monstruosidades, fantasmas, gravidez maldita de uma barragem-porca: no confronto de perspectivas entre mundos em desarmonia preestabelecida, o ambiente povoado do Xingu, que se manifesta como uma mãe, se torna ameaçado pelo mundo sobrenatural do animal-governo, dos fantasmas e da barragem que é mais porca do que humana. Mais uma vez, não se tratam de metáforas, mas de perigos reais a que estas pessoas se veem confrontadas. Neste conflito em que os seres se transformam e no qual, como dizia Guimarães Rosa em Grande Sertão Veredas, “viver é muito perigoso” (GUIMARÃES ROSA, 2001, p. 07), a linguagem e as aparências enganam e podem se transformar em ciladas. Isto se nota quando é relatada a dificuldade de comunicação com os representantes da Norte Energia, que é permeada por enganos e *mentiras*:

Então a gente não pode acreditar nesse pessoal, *eles só estão aqui pra mentir. É isso que eles querem fazer com a gente, enganar,* e deixar a gente na pior, a gente tem que ter consciência disso. Tem que ter consciência que a Norte Energia, as pessoas que vêm aqui *eles estão preparados para mentir.* E eles não estão nem aí pras nossas vidas. (Trecho do diário de campo: fala de jovem ribeirinho em reunião na comunidade Arroz Cru, Volta Grande do Xingu, maio/2011).

Porque eu não sabia que o nosso Brasil, e esses políticos era tão covarde, né? *Tão assim cínico que chega a mentir assim*, se não segura a paciência a gente avança nos cabra e dá uns murros, porque *eles mente*. Por exemplo, no próprio projeto de Belo Monte, eles declaram que abaixo do barramento vai ficar navegável e nós que conhecemos o Xingu a gente sabe que pra lá é só pedra, né, tem essa bacia bonita aqui perto de Altamira, mas chega um certo ponto que ele é muita pedra, não dá pra navegar. *Então esse projeto de Belo Monte é um projeto de grandes mentiras e muitas covardias*. (Trecho de entrevista: Agricultor familiar, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

Porque às vezes eles [da Norte Energia] dizem uma coisa, *a gente não sabe se é mentira ou se é verdade*, mas as autoridades sabem que aquilo não é uma coisa certa, quer dizer que as autoridades [o Ministério Público Federal] já vai desaprovar eles na frente da comunidade, do povo. E justamente *eles estão querendo ganhar o povo na conversa*, se isso acontece o povo vai ficando mais orientado, por isso que eles se foge, né? Mandou dizer pra nós que só ia lá fazer reunião quando nós tivesse informado. Mas de que informação que eles tão falando? Informado é assim: *nós acreditar neles*. Deixar as autoridades de lado e apoiar só eles na reunião. Isso é o que eu penso. (Trecho de entrevista: Agricultor familiar, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

Isso aí eles estão fazendo *tudo do jeito deles, com mentiras e tudo*. Não é um negócio certo que eles estão fazendo não. (Trecho de entrevista: Ribeirinho, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

As informações prestadas pela Norte Energia, que posteriormente se revelam para os moradores da Volta Grande como mentirosas, são interpretadas como armadilhas, causadas pela incompreensão da linguagem utilizada:

Eles têm mais facilidade de falar o que eles querem, né, porque a gente pensa assim, eles são sabido, né? E eles começam a falar, *a gente pode falar 20, 30 palavras que eles com uma palavra corta todo o assunto do agricultor*. Porque ele tem, *ele fala uma língua quase diferente, né, a gente começa a se atrapalhar*, às vezes uma coisa que é bem fácil, ele fala na língua dele lá, pra gente é uma coisa que ninguém entende, né? Então a gente fica confuso, né, sem saber o que fazer. *E é isso que eles querem. Mais a pessoa fica confusa, mais ele tem condição de se aproximar da pessoa, e ganhar ele na conversa*. (Trecho de entrevista: Agricultor familiar, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

*Eles vão jogando as estratégias deles em cima do povo*. E se você for combater com eles na palavra, você pode falar com eles o que for, que eles acabam com tudo que você falou, *você fica sem dizer nada*. Porque você não é instruído e eles são. Eles têm capacidade pra isso. Então nós tem que tá muito atento nisso, e unido, pra que a gente saiba que *isso aí já são armadilhas que eles tão jogando. Fazendo uma arapuca pra nós cair dentro. Quer dizer, eles armam a arapuca e botam o milho lá pra pegar a juriti*. (Trecho de diário de campo: fala de um ribeirinho, reunião na comunidade Arroz Cru, Volta Grande do Xingu, maio/2011).

Porque qualquer hora *eles podem pegar as pessoas numa surpresa, você vacilou, eles passam uma rasteira*. E se vai pra justiça, a pessoa vai ter um problema muito sério. (Trecho de entrevista: Agricultor familiar, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

Mas é isso mesmo, tem que vir com educação, *quando a gente vai pegar um bichinho, uma galinha, você vai: vem, vem, vem! Ninguém vai com ignorância pra pegar um bicho. Tem que agradar pra pegar!* [risos]. É a razão deles vir com educação com a gente, *é pra gente acreditar neles*. (Trecho de diário de campo: conversa com ribeirinho, comunidade Santa Luzia, Volta grande do Xingu, maio/2011).

Nesse ponto, parece pertinente refletir sobre o que Viveiros de Castro (2009) afirma quando diz que a verdadeira inquietação ameríndia reside acerca das aparências, que enganam porque nunca se pode estar certo sobre qual o ponto de vista dominante, isto é, que mundo está em vigor quando se interage com outrem: “tudo é perigoso; sobretudo quando tudo é gente, e nós talvez não sejamos” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 397). Segundo esse autor, nos momentos de encontro entre perspectivas ocorrem equívocos, que se referem àquilo que parece ser, à primeira vista, algo que é conhecido, mas que em um segundo momento se revela inesperado, pertencente a uma outra perspectiva. Assim, os relatos etnográficos estão repletos de situações em que uma pessoa está sozinha na floresta, encontra alguém, este alguém lhe oferece algo para comer, que a princípio parece ser semelhante ao que se come geralmente, mas que, subitamente, se revela pertencer a outra posição nas relações entre predador e presa na cadeia alimentar (por exemplo, o que parecia ser um apetitoso peixe se revela uma carniça pútrida). Essas são, nesses relatos, as situações perigosas, em que os sujeitos podem ser capturados por perspectivas alheias e, assim, perder o seu lugar de humano, isto é, de sujeito intencional. Transformam-se, portanto, em presas, mais do que em predadores. Nas falas dos moradores da Volta Grande, o engano causado pela Norte Energia os leva a se sentirem justamente transformados em presas, como uma juriti ou uma galinha, deixados levar pela confusão causada na comunicação. Acreditar nos representantes da Norte Energia é, assim, se arriscar a perder sua condição de humanos, isto é, sujeitos do mundo em que vivem, e serem capturados pelo mundo construído pela Norte Energia. É nesse sentido que aponta a fala deste agricultor, que questiona:

Vinte e tantos anos de luta, vinte e tantos anos de luta! Contra um projeto desse, *quer dizer que nós não tivemos a capacidade de ser gente? De ser ouvido?* Todo o tempo a gente vivendo abaixo dos pés deles? (Trecho de entrevista: Agricultor familiar, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

É a sua capacidade de ser gente, então, que ele sente confrontada no conflito. Ainda, afirma que ser gente passa por falar e ser ouvido, no sentido de sua fala interferir nas decisões, isto é, de se exercer agência. Essa demanda apresenta-se continuamente em Belo Monte, desde a carta aberta enviada pelos indígenas ao governo federal em 2010 (NÓS, INDÍGENAS, 2010), em que se reclama o fato de ter-se falado inúmeras vezes e nunca ter tido o seu recado ouvido, até nas falas em reuniões, seminários e nas conversas, como nos trechos abaixo:

Sou eu que vou escrever a minha história, é o meu sonho, que o povo, de base, possa construir essa história e mostrar pro mundo que *a nossa história é real, e que nós não estamos sendo ouvidos, de fato, pelo nosso próprio país*, as pessoas não têm conhecimento do que nós sofremos, do que nós passamos na nossa comunidade. (Trecho de diário de campo: Liderança Juruna, fala durante seminário “Belo Monte e a Questão Indígena”, Brasília, fevereiro/2011).

Então a gente tá muito preocupado com esse empreendimento, com essas empresas, porque na *verdade o povo não foi ouvido. O povo não foi ouvido, nem ribeirinho, nem agricultor familiar, nem também as aldeias indígenas*, tem todo um processo que nós fica muito preocupado. (Trecho de diário de campo: Agricultora familiar, fala durante seminário “Belo Monte e a Questão Indígena”, Brasília, fevereiro/2011)

Dessa forma, o que se percebe é que, enquanto para os moradores do Xingu só faz sentido falar do ambiente quando isso significa falar dos diferentes sujeitos, humanos e não humanos, com quem compõem suas relações sociais (o Xingu, os peixes, os frutos, as plantações, o jacaré, a mata...), no conflito em torno de Belo Monte, nem mesmo às pessoas, que são desconsideradas em suas demandas, é atribuído o lugar de sujeito, de forma com que estas se sentem transformadas em presas do governo e do empreendimento. O ambiente – ou o mundo – superpovoado por sujeitos e intencionalidades dos moradores da Volta Grande do Xingu, no conflito em Belo Monte é confrontado com o ambiente completamente esvaziado de sujeitos do projeto de governo, em que além do rio, da mata e dos peixes, as pessoas também são negligenciadas em sua capacidade de ação.

Portanto, a disputa em torno do ambiente, o *conflito ambiental*, se torna uma disputa pela própria definição acerca da existência de um ambiente objeto, no qual as variáveis são controladas e planejadas, de maneira descolada do exercício político do diálogo e da comunicação, e a existência de um mundo em que o rio, o jacaré, as coisas podem se transformar em pessoas, no sentido de possuírem ação intencional, e assim serem sujeitos de direitos. No momento em que demandam que sejam ouvidos, que se

reconheça, como na fala da liderança Juruna, que sua “história é real”, ou, como questiona o agricultor familiar, que eles também “são gente”, o conflito se demonstra ser uma disputa por uma possibilidade de negociação política entre mundos distintos, ou pela possibilidade mesma de coexistência de mundos distintos, de múltiplas realidades. Pois, como afirma Hage:

Talvez mais do que o domínio das oposições binárias à *la* natureza/cultura e a razão instrumental, a maior “conquista” da modernidade ocidental tenha sido nos transformar em monorrealistas, minimizando nossa consciência acerca da multiplicidade de realidades nas quais nós existimos. Mas minimizar não é obliterar, e pode ser facilmente argumentado que tais outras realidades continuam realizando incursões em nosso mundo moderno, oferecendo-nos pistas, e às vezes mais do que pistas, de suas presenças. (HAGE, 2012, p. 300, tradução nossa).

O conflito em torno de Belo Monte pode estar nos apresentando justamente estas pistas, ou mais do que isso, uma contundente demanda pelo reconhecimento de que pode haver mais sujeitos e mais realidades, ou seja, diferenças ontologicamente mais consistentes, do que a avaliação de impacto ambiental pode considerar. Nesse sentido, o conflito em Belo Monte se torna um conflito cosmopolítico, ao demonstrar que:

*O mundo não é uma caixa fechada, como eles pensam. O mundo é aberto, e eu preciso de cada estilo diferente para eu poder sobreviver.* Nesse sentido eu vejo a situação de Belo Monte muito, muito difícil. (Trecho de entrevista: Irmã de caridade, Prelazia do Xingu, Altamira, junho/2011).

A demanda de abertura para a existência de outros sujeitos no conflito em torno de Belo Monte é manifestada inclusive no embate judicial que acompanha o projeto: além das ações civis públicas que dizem respeito a violações dos direitos humanos e irregularidades no cumprimento dos procedimentos de licenciamento ambiental, uma das ações, a décima quinta movida pelo Ministério Público Federal contra a forma com que Belo Monte vem sendo construída, requer o respeito ao direito da natureza. Assim explica esta ação civil pública um dos procuradores responsáveis pela sua redação:

A ação mais recente, que foi proposta agora há menos de um mês, talvez seja a mais romântica de todas as ações, que é sobre o direito da natureza, ela é toda construída na conversa, nas reuniões com o movimento social, e os indígenas principalmente. Porque quando o Painel dos Especialistas vai fazer a análise do EIA-RIMA, já tinham se passado dez anos dessas primeiras conversas que eu tinha com os índios da Volta Grande, e uma coisa incrível, Lorena, que aconteceu, é que lendo o Painel de Especialistas, batia tudo com as conversas que eu tinha tido com os índios. Exatamente o que eles diziam. [...] Então essa última ação foi buscar isso, com base nesses depoimentos indígenas e do Painel dos Especialistas, e quando ela chega na parte

jurídica, ela vai defender os índios, na primeira parte dizendo que é proibida a remoção de indígena no Brasil, e depois ela vai para os direitos das futuras gerações e os direitos da natureza. (Trecho de entrevista: Procurador do Ministério Público Federal, Belém, agosto/2011).

Portanto, se os estudos do Painel de Especialistas atestaram que o conhecimento indígena estava correto acerca do comportamento do rio e dos demais aspectos do ambiente, por que não considerar que eles poderiam também estar corretos de uma maneira mais radical sobre o modo de se relacionar com este ambiente? Assim, continua esse relato, é do exercício de se levar a sério a relação dos indígenas com o que chamamos natureza que essa ação foi elaborada:

E sabe que isso de representar juridicamente o Xingu pra mim foi muito fácil de ver e de sentir? Primeiro por ter contato com a Volta Grande já há muitos, muitos anos. E depois foi o contato com os índios e com os povos da floresta de modo geral. Porque olha só: eu tive que ficar, e adorava quando isso acontecia, tinha que ficar 2,3 noites a mais na terra indígena, e isso foi sensacional porque me fez ter uma noção de uma interface homem-natureza que pra gente que fica só na cidade isso não é possível de acontecer. E pra eles, uma coisa que sempre me chamou muito atenção tanto no contato com indígenas, quilombolas, seringueiros, tudo, *é a reverência que eles têm à natureza como uma pessoa. Como uma pessoa. É uma coisa incrível, principalmente os indígenas e os quilombolas que eu conheci. É uma coisa impressionante como aquilo pra eles é um ser. É um ser.* E depois a literatura, a antropologia acabou me mostrando que essa é uma característica que talvez permeasse todos esses povos indígenas de muitas e muitas gerações passadas, eles sempre consideraram a natureza de uma maneira extremamente diferente do que a nossa sociedade, ou a civilização europeia-ocidental considera, completamente diferente. Então quando começou a se discutir essa questão dos direitos da natureza, pra mim me pareceu muito lógico tudo aquilo ali, *mas eu acho que o desenvolvimento dessa teoria só foi possível quando a gente colocou o mundo em cheque com as mudanças climáticas. Aí a coisa aflorou de uma maneira mais forte.* [...] Então essa foi uma provocação clara ao judiciário, dizer olha, não só vocês têm que vir pra cá, como vocês têm que dizer o que pode e o que não pode fazer, se nós vamos respeitar o direito das futuras gerações, se a natureza em si tem valor intrínseco ou não [...]. (Trecho de entrevista: Procurador do Ministério Público Federal, Belém, agosto/2011).

Este procurador pretendeu então, com a 15ª ACP contra Belo Monte, provocar o judiciário à reflexão que lhe foi proposta pelo convívio com a cosmologia indígena. Como afirma Hage (2012, p. 301), o encontro com realidades ontologicamente diferentes das nossas pode nos induzir a pensar que podemos ser “outros do que somos”, o que traz “importantes ramificações políticas”. É nesse sentido que a ACP se torna uma provocação, na tentativa de perseguir essas consequências ou ramificações.

Ainda, como o procurador afirma, a possibilidade de sermos outros do que somos cresce em relevância quando da constatação dos limites de sermos quem somos, o que na sua fala se torna mais evidente a partir da crise ambiental e sobretudo das mudanças climáticas. Dessa forma, essa fala do procurador vai ao encontro do que afirma Viveiros de Castro ao discutir a pertinência de se levar a sério a *ontologia política do sensível* descrita pelo perspectivismo ameríndio:

[...] em minha opinião, o fenômeno mais significativo do século presente [é]: a brusca “intrusão de Gaia” no horizonte histórico humano, o sentimento da irrupção definitiva de uma forma de transcendência que pensávamos haver transcendido, e que agora reaparece mais formidável do que nunca. Gaia irrompe entre nós suscitada pela transformação de nossa espécie, ou melhor, de seu etograma hoje dominante, em uma força macrofísica (CHAKRABARTY, 2009). [...] a comunicação aterradora do geopolítico com o geofísico, tudo isso faz desmoronar a distinção fundacional das ciências sociais [...] separadas desde sempre, isto é, pelo menos desde o século XVII (lembramos da bomba de ar e do Leviatã) por uma dupla descontinuidade, de escala e de essência: evolução das espécies e história do capitalismo, termodinâmica e bolsa de valores, física nuclear e política parlamentar, climatologia e sociologia – em duas palavras, natureza e cultura. Finda a separação, eis-nos agora em pleno Antropoceno, a era da *geologia da moral*, para falarmos como Deleuze e Guattari. E a clássica luta contra a naturalização passiva da política (ou do poder), especialidade da sociologia crítica, começa a dividir espaço com, se não a perder espaço para, uma tarefa prática e teórica bem mais urgente, a politização ativa da natureza. (VIVEIROS DE CASTRO, 2012, p. 151-2).

Contudo, a abertura para a reflexão e a coexistência de perspectivas, que motivaram a décima quinta ACP do Ministério Público, está longe de ser a regra no encontro entre realidades suscitado pelo projeto de construção de Belo Monte. Pelo contrário, o que se percebe é que, na forma como é conduzida, a execução do projeto está mais interessada – na melhor das hipóteses – em transformar os outros naquilo que somos. Como se torna evidente no acompanhamento do cálculo de indenizações para aqueles que serão compulsoriamente deslocados.



### 5.3 “EU ACHO QUE A VIDA DA GENTE VALE MUITA COISA, MAS ELES ACHAM QUE NÃO”: AS INDENIZAÇÕES, LOCUS DA INCOMENSURABILIDADE

Os moradores de Altamira e da Volta Grande do Xingu cujas terras ou residências se situam em áreas a serem utilizadas para a construção de Belo Monte são obrigatoriamente deslocados pelo empreendedor, que é o responsável pela negociação e aquisição das áreas necessárias. De acordo com o EIA/RIMA, são quatro as opções apresentadas para essas pessoas, de acordo com sua situação social e bens a serem adquiridos: a) indenização em dinheiro, na qual a terra e as benfeitorias nela presentes são adquiridas pela Norte Energia mediante depósito de dinheiro em conta bancária definida pelo atingido<sup>41</sup>; b) relocação assistida, que visa auxiliar aos que forem indenizados por seus imóveis rurais na aquisição de sua nova propriedade; c) reassentamento em áreas remanescentes, em que o proprietário/posseiro é indenizado pela parte do imóvel e das benfeitorias afetadas, podendo permanecer no mesmo imóvel, desde que exista terra suficiente para a continuidade de suas atividades rurais; ou d) reassentamento rural, que deve ser resultado de discussão coletiva, em que é oferecido aos pequenos proprietários e posseiros, para aqueles que possuem ou trabalham em minifúndios e para demais atingidos que não possuem direitos sobre a propriedade, o reassentamento em um local em que o empreendedor deverá adquirir as terras e implantar a infraestrutura (EIA/RIMA, 2009).

Na prática, a opção de relocação assistida significa a emissão de uma carta de crédito, que é assim definida pelo diretor da Norte Energia:

Carta de crédito significa o seguinte: olha, o senhor é beneficiário, a carta de crédito tem o valor de 131 mil reais e alguns quebrados, o senhor procure uma terrinha dentro desse valor que lhe agrade. Tem que ser uma terra rural, rural. Aí ele traz o vendedor dessa terra, nós examinamos a documentação da terra que ele trouxe que ele vai adquirir, nós pagamos diretamente para esse vendedor da terra, e esse documento já fica em nome desse beneficiário. É uma política para não ter problema, né? (Trecho de entrevista: Diretor Socioambiental da Norte Energia, Altamira, junho/2011).

Contudo, essas opções não estão todas disponíveis para todos os moradores atingidos: é a Norte Energia que define, de acordo com critérios previamente

---

<sup>41</sup> O termo “atingido” é, como o definiu Carlos Vainer, um conceito em disputa (VAINER, 2008), sendo os embates pelo seu uso reatualizados em cada processo de construção de barragens. Nesta análise, contudo, será utilizado como categoria nativa, isto é, admitindo-se os usos que os distintos interlocutores fazem do termo. Ao final do capítulo, uma breve discussão sobre este conceito será retomada.

estabelecidos, a quais moradores serão oferecidas as opções, conforme o seguinte quadro:

QUADRO 4: Opções de indenizações da Norte Energia por grupo de atingido

GRUPOS DE ATINGIDOS	OPÇÕES DE TRATAMENTO
PROPRIETÁRIOS E POSSEIROS (com e sem título de posse regulamentado) de pequenos imóveis e de minifúndios que (a) residem e trabalham ou (b) não residem mas trabalham em imóveis que serão total ou parcialmente afetados.	Projeto de Regularização Fundiária Projeto de Aquisição/Indenização Rural Projeto de Reassentamento Rural Projeto de Reestruturação das Áreas Remanescentes Projeto de Reparação
GRANDES E MÉDIOS PROPRIETÁRIOS E POSSEIROS RURAIS que (a) residem e trabalham ou (b) não residem mas trabalham em imóveis que serão total ou parcialmente afetados.	Projeto de Regularização Fundiária Projeto de Aquisição/Indenização Rural Projeto de Reestruturação das Áreas Remanescentes
AGREGADOS, PARCEIROS, ARRENDATÁRIOS, FILHOS DE PROPRIETÁRIOS (ou outra situação) com unidade familiar própria que não detêm o domínio do imóvel, porém nele produzem.	Projeto de Regularização Fundiária Projeto de Aquisição/Indenização Rural Projeto de Reassentamento Rural
TRABALHADORES RURAIS (regulares ou sazonais) que trabalham nos imóveis rurais afetados (dependem economicamente).	
OCUPANTES DE IMÓVEIS que serão totalmente ou parcialmente afetados e que, embora não residam, não possuem nenhuma atividade produtiva.	Projeto de Aquisição/Indenização Rural Projeto de Reassentamento Rural

Fonte: EIA/RIMA UHE Belo Monte (2009).

Via de regra, seja por ser a única opção oferecida, seja por ser a de execução mais facilitada pelo empreendedor, a grande maioria das aquisições ocorrem mediante a indenização em dinheiro:

Hoje nós estamos com um índice de negociação amigável de 89%. Então negociação amigável de 89%. [...] O pessoal vem fazendo opção por dinheiro. Porque eles estão vendo que é mais vantajoso, mais negócio. [...] Nós tivemos dois casos de opção de reassentamento, e aí acho que na semana que vem a gente conclui a primeira aquisição de terra para reassentamento. (Trecho de entrevista: Diretor Socioambiental da Norte Energia, Altamira, junho/2011).

No entanto, quando acompanhada de perto, essa negociação amigável é passível de discussão<sup>42</sup>, sobretudo no que diz respeito à efetiva possibilidade de *negociação*

<sup>42</sup> A esse respeito, é interessante verificar como a remoção dos moradores de uma mesma comunidade, a Vila Santo Antônio, foi noticiada de forma oposta pelo sítio eletrônico do Movimento Xingu Vivo e o blog da Norte Energia: enquanto o Xingu Vivo afirma em sua reportagem que “Vila é destruída e, sem opções, famílias são enxotadas com indenizações mínimas” (disponível em <http://www.xinguvivo.org.br/2012/02/11/vila-e-destruida-e-sem-opcoes-familias-sao-enxotadas-com-indenizacoes-minimas/>), o empreendedor considera que “Mudança dos moradores da Vila Santo Antônio

experimentada. A começar pelo fato de que, desde o dia 14 de abril de 2010, as áreas necessárias à realização do empreendimento foram decretadas pela ANEEL áreas de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Norte Energia. Conforme consta no decreto:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Norte Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.300.288/0001-07, com sede no Setor Bancário Norte, Quadra2, Bloco F, Lote 12, sala 706, Brasília, Distrito Federal, as áreas de terra que perfazem uma superfície total de **3.536,2587 ha** (três mil, quinhentos e trinta e seis hectares, vinte e cinco ares e oitenta e sete centiares) de propriedades particulares localizadas no Município de Vitória do Xingu, Estado do Pará, necessárias à implantação da UHE Belo Monte, representadas nos desenhos intitulados: "**UHE Belo Monte - Canteiro de Obras - Sítio Pimental**" e "**UHE Belo Monte - Canteiro de Obras - Sítio Belo Monte**". [...]

§ 2º A Norte Energia S.A. deverá fiscalizar as terras destinadas à implantação da UHE Belo Monte, promovendo sua gestão sócio-patrimonial.

Art. 2º A Norte Energia S.A. fica autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as desapropriações de que trata o art. 1º, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência para fins de imissão provisória na posse do bem, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956. (ANEEL, 2010. Destaques em negrito no original, destaques em itálico nossos).

Portanto, para aqueles que não aceitam negociar com a Norte Energia, a recusa não implica na garantia da manutenção de sua propriedade, e pode resultar em maiores complicações vinculadas ao enfrentamento de um processo na justiça. Ou seja, estão correndo o risco de perder a terra e, temporariamente, o direito à indenização, pois, além de ser um processo demorado, os moradores da Volta Grande não confiam na possibilidade de a justiça decidir em seu favor. Para o empreendedor, contudo, este decreto garante que as remoções necessárias possam ser realizadas mesmo que a negociação não tenha sido efetivada, visto que, nas palavras do diretor da Norte Energia, essa é exatamente “a força do decreto de utilidade pública”:

[Diretor Norte Energia]: Então chega em algumas situações, vamos supor a gente chega lá a cem, aí na mesa de negociação às vezes melhora um pouco o preço, mas aí vamo chega uma pessoa e diz não, não é cem, eu quero 800. Aí as diferenças são tais que é impossível qualquer composição. Nesses casos a gente encaminha para declaração de utilidade pública, quando não teve jeito de negociar. Porque um empreendimento de geração de energia elétrica, por sua

natureza, a energia que vai ser gerada em Belo Monte, assim como em várias outras hidrelétricas ela vai ser colocada no Sistema Interligado Nacional. Então hoje quando a gente acende a luz aqui a gente não sabe se nesse momento a energia tá vindo de Tucuruí, Porto Primavera ou Estreito, o sistema tá interligado. Considerando essa questão, que o suprimento de energia elétrica no país é de utilidade pública, você tem direito a esse decreto de utilidade pública. Isso é previsto inclusive no contrato de concessão. Então, vamos supor que você é proprietária, nós negociamos e comprovei, negociei na mesma base que eu negociei as outras, você não quis. Isso vai pro juiz, é ajuizada uma ação. Em sendo de utilidade pública, o juiz despacha, determina assim: A Norte Energia fica garantida na posse, eu posso me apossar daquele imóvel, eu deposito o valor do laudo em juízo, tenho que depositar em juízo, e as partes vão ficar discutindo qual o valor. O juiz vai nomear perito, a parte vai nomear perito, a Norte Energia vai nomear perito, aí vai ficar pra decisão judicial.

[Lorena]: De toda forma o terreno já pode ser utilizado?

[Diretor Norte Energia]: Já pode ser utilizado, essa é a força do decreto de utilidade pública. Não se discute mais o direito da gente entrar e fazer a obra naquele local, se discute o preço. E aí o juiz vai decidir. Então nós tivemos dois casos em que não se chegou a um valor de preço, aí vai para a ação; o restante, negociação amigável. (Trecho de entrevista: Diretor Socioambiental Norte Energia, Altamira, junho/2011).

Sendo assim, nos casos em que o acordo não é efetivado o empreendedor pode seguir normalmente com o seu cronograma de uso da terra, enquanto o antigo proprietário se vê na espera de uma decisão judicial para poder receber o que lhe é de direito, sendo desde o início do processo obrigado a deixar a propriedade. Dessa forma, a negociação já parte de condições completamente assimétricas entre empreendedor e atingido.

Além disso, a base de cálculo do valor das indenizações também é sujeita a questionamentos. O documento referência para esse cálculo é uma tabela distribuída nas comunidades pela Norte Energia, em que são apresentados os critérios para a atribuição de preços da terra por hectare e o valor a ser pago pelas benfeitorias, isto é, as construções presentes na terra (valorizadas de acordo com o tamanho, tipo de material utilizado, modelo etc.) e cultivos (valor a ser pago por pé de cacau, por exemplo). Esta tabela se tornou o centro das conversas entre os moradores da Volta Grande atingidos, que tentavam entender os números apresentados e os critérios definidos, para se prepararem e fazerem os seus cálculos de quanto totalizaria o valor de suas propriedades. A pedido de um dos ribeirinhos com que estabeleci contato, que foi buscar a tabela na sede da Norte Energia em Altamira, mas não sabe ler e nem tampouco identifica os números, me detive sobre o documento. E, como a maioria das

peças – moradores da Volta Grande e professores da UFPA – com quem conversei sobre esta tabela, achei-a aviltante. Inicialmente, devido à sua precariedade em termos técnicos: o documento tem várias inconsistências, faz referência a dois anexos inexistentes, discute sumariamente a metodologia a partir de citações não referenciadas, apresenta tipologias nas quais estão ausentes elementos enumerados no corpo do texto, dentre outros. Mas, o que mais me chamou atenção foi a desvalorização da floresta e o que lhe é nativo, cuja estreita relação com a vida dos ribeirinhos e agricultores é característica.

Essa desvalorização aparece de partida, visto que o documento começa com a apresentação do conceito de “terra nua”, que é feito mediante um exercício retórico no qual, a partir de excertos de artigos de medidas provisórias, código florestal e instruções normativas, conclui que terra nua é a terra com florestas e matas nativas. Ou seja, no estabelecimento de critérios para a valorização, a floresta é despida de valores incorporados. A primeira consequência prática desta definição, como bem entendeu este ribeirinho, é que quem seguiu o Ibama e preservou a mata é punido. A mata de pé, para a Norte Energia, por esta base de cálculo, não vale nada. Serviços ambientais, portanto, passam longe de serem considerados.

Uma segunda explicitação disso está nos preços apresentados na tabela propriamente dita. O critério adotado para a definição desses preços é o “Método do Custo de Reprodução”, isto é, não se paga pelo que é produzido hoje nem pelo que ainda se poderia produzir, mas pelo custo do plantio. Isto é, paga-se, segundo o documento, por quanto se gastaria para começar aquele plantio de novo, e não o que ele já rende hoje e continuaria rendendo no futuro. A implicação é que tudo que é nativo é valorado irrisoriamente (pé de abacaxi, R\$0,60; bananeira, R\$5,00; cacaueteiro, R\$3,00); quando tecnificado (por exemplo, se o pé de cacau em vez de ser nativo é uma muda da Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, instituição pública de pesquisa voltada para aumentar a produtividade dos cultivos de cacau) se recebe um pouco mais, mas sempre pelo custo de implantação (ou seja, pelo preço da compra de muda) e não pelo que já rende.

Por outro lado, dentro da mesma lógica de desvalorização da mata, o desmatamento é premiado: 750 reais o hectare desmatado. As pastagens são ainda mais recompensadas: 2 556 reais a pastagem tecnificada, R\$ 1 200,00 a tradicional, ambas por hectare. Com isso, além da desvalorização da floresta, a grande maioria das

propriedades é prejudicada, recompensando-se aquelas poucas em que a “supressão de vegetação”, tarefa necessária ao empreendimento, já estaria realizada.

Diante destes valores, os agricultores e ribeirinhos se sentiram duplamente desconsiderados: em seu trabalho, que é desvalorizado, e na contradição em relação às normas do Ibama, que, à título de preservação da natureza, impedia-os de desmatar e utilizar o ambiente como recurso, que, contudo, para a construção da barragem, é transformado pelo próprio governo em “recurso hídrico”:

Um pé de abacaxi tá trinta centavos... é pouco demais.... O meu açai lá eu roço todo ano, e tá aqui nativo doze reais... *O que eu tenho, não é plantado, é nativo, só que eu zelo, né?* Procê vê, o cara vai fazer uma roça, vai limpar, vai zelar, até esse açai produzir.... eu tenho uma açazal muito grande, todo ano eu roço debaixo. Aí carrega, ano passado tiramos uns 20 sacos de açai, é demais, chega até a estragar, dá muito mesmo. Tem uma área lá que nasceu muito ipê, tem um lá dessa grossura assim, tem de todo tamanho. Aí eu sempre falo: não corta nenhum pé de ipê. Às vezes eles corta pra fazer cabo de foice, mas tem muito, muito, aí roça fica bonito. Aí quando eles chegar lá, eu vou falar, olha, esses ipê eu não plantei, mas tô zelando, né? Aí pra ver se sobra alguma coisa. [Leio os preços pra ele, que ri] *É, bem que o rapaz falou, que isso aí é uma molecagem que eles estão fazendo com nós.* Esse preço aí não tem jeito não. Isso aí o cara pode ter muita coisa, mas com o preço deles aí não dá nada não. E também, *então quem agiu igual o Ibama falou vai ficar sem indenização. Porque o Ibama mesmo não deixou a gente derribar, fazer queimada, né?* Aí tem uns cinco ano que eu não fiz mais roça. Aí só roça juquirá, o pasto, fiz uma rocinha pra plantar os cacau e é assim, não deixa mais fazer roça. Nossa terra lá tem ipê, tem jatobá, tem todo tipo de madeira. Aí a gente não tirou pra preservar, porque pediram pra preservar, não queimar e tal e tal, e agora... é... muito ruim! *Porque eles que falaram que não era pra gente plantar e agora vão chutar a gente dali*. (Trecho de conversa: Ribeirinho, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

De fato, a relação ambivalente do Estado em relação à natureza incomoda aos agricultores e ribeirinhos, que constatam que este, preservando ou não o ambiente, são eles os prejudicados:

*É difícil. É difícil pensar como vai resolver isso aí, porque eles tão muito violento. Eles não tão atendendo nada, querem é fazer, por cima de todos os outros, não tão nem aí.* É uma tristeza, eles não querem que a pessoa trabalhe, eles quer que faz não sei o quê, se for trabalhar, eles vão lá e para. O cara não pode fazer uma roça, eles vão lá e para, ainda multa o cara em não sei quanto. O Alexandre, pai da Aldice, um dia mataram um bandeira por lá, fizeram ele pagar 5 mil reais. Porque o bandeira ele não corre muito, não sei se vc já viu um tamanduá, ele tem uma caudona, aí o cachorro pega naquela cauda dele, e o cachorro não larga. Aí pro cachorro deixar ele em paz, tem que matar. Aí ele matou e trouxe aquela caudona que serve é muito bom pra derrame aquilo, aí ele trouxe, mas quando ele chegou, logo,

logo o Ibama chegou e multou ele. Fizeram ele pagar 5 mil reais por causa do bandeira. Aí eles não querem que mate cobra, não querem que mate uma onça, então é pra deixar a onça comer a gente? Então eu não sei entender mais como é o negócio não, tá ficando difícil. E agora eles vão alagar tudo... (Trecho de conversa: Ribeirinho, comunidade Arroz Cru, Volta Grande do Xingu, maio/2011)

Com esse projeto aí, que é feito pelo governo federal também, uma coisa que é difícil da gente entender, eles briga com o agricultor, pro agricultor não derribar, não queimar, preservar o rio, as nascentes, poxa, Belo Monte vai preservar o que? Voce preserva uma coisa para o outro vir destruir? O mesmo governo que vem nos pressionar, que se você fizer isso você é multado, você vai preso, e aquela área vai ser acabada embaixo d'água? Um projeto que ele mesmo fez? E ele mesmo destrói! Ah, não dá pra gente entender. (Trecho de conversa: Ribeirinho, comunidade Santa Luzia, Volta Grande do Xingu, maio/2011).

Outra coisa também que eu desconcordo, você vê essa reunião que vai acontecer amanhã em Vitória, [*sobre reforma do Código Florestal*] é de privar a vida do agricultor que produz mantimento, *o agricultor não pode derribar uma árvore, e eles podem destruir toda a natureza? Mil hectares de natureza vai ser destruído no Rio Xingu. Será que dá pra gente acreditar que o governo tá fazendo um trabalho de proteger a população? Não, não.* Outra coisa, que a gente tem a certeza que a agricultura veve sem a cidade, mas a cidade não veve sem a agricultura. O governo federal tem que ver isso. Todo alimento vem da agricultura. No mundo inteiro. E eles fazem um projeto pra destruir tudo, o agricultor fica confuso. Nosso rio vai ser destruído, nossa nascente vai ser destruída, a parte que vai ficar do lago, a poluição vai destruir. Ali na Volta Grande do Xingu dá pra considerar que a água toda vai secar, pra quê isso? Eu não entendo, não dá pra acreditar. Não tem como. (Trecho de entrevista: Seu Zé Preto, agricultor familiar, comunidade São Pedro, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

Entretanto, se as contradições entre a preservação ambiental e a desvalorização da floresta já confundem os agricultores e ribeirinhos, a própria possibilidade de se estabelecer valores de mercado para as suas terras e seus trabalhos é ainda mais questionada. Em primeiro lugar, pelo fato de não serem os interessados na negociação, já que para eles é muito mais favorável continuar onde estão do que recomeçarem em outro lugar. Sendo assim, os parâmetros para o estabelecimento de valores devem incorporar, segundo os agricultores, o custo do contexto da negociação:

É, isso aí, a banca que a gente tá botando é essa mesmo, talvez pedir uma indenização que dê pra gente ir mais em frente um pouco. Esses homens que saíram aí [vizinhos que já negociaram com a Norte Energia], o preço que eles botaram eles pegaram. Tá errado, a gente tem que fazer a vez da gente. Porque nós num tamo vendendo, eles é que tão precisando, eles têm que aceitar o valor que a gente botar, né? Porque se nós estivesse vendendo, aí tá certo, o valor que eles falassem, vamo supor, a gente falava coisa de 50 mil, eu quero vender, eles falavam, eu ponho 45, então tá, e já vou-me embora, mas não, nós num tamo vendendo. Nós graças a Deus nós temos a nossa

alimentação aqui, nós sofre um pouco quando chega uma pessoa, mas dá também. Nós não precisamos sair daqui não. E outra, que aqui um vizinho mata uma caça traz pedaço pra gente, quando a gente mata leva pra ele, e na cidade não é assim não, ninguém faz isso. (Trecho de conversa: Ribeirinho, comunidade Santa Luzia, Volta Grande do Xingu, maio/2011).

É por causa de que a gente foi ali, compramos aquele pedacinho de chão pra trabalhar, nós não tem plano de vender nem de sair dali. O plano nosso ali é de criar nossos filhos ali, temos uma escola, não é boa, mas temos uma escola na frente da nossa propriedade, então ali pra nós, tinha muita facilidade. Então a gente, às vezes eles chegavam ali e falavam: se você vai vender isso aqui, quanto é que você quer, eu dizia, não, não quero vender. *Então toda vida eu usei isso, eu não tenho a minha terra pra venda. Eu tenho a minha terra pra mim trabalhar, pra mim produzir, pro sustento da minha família e criar meus filhos aqui*, pra eles ter um lugar pra eles. (Trecho de entrevista: Agricultor familiar, Comunidade Cobra-Choca, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

De certa forma, esse ponto de partida na diferença de interesses que torna a indenização um processo de compra e venda bastante particular é admitido mesmo pelo empreendedor, pois como afirma:

É, logicamente, se me perguntarem se você quer ganhar mais, logicamente que eu quero, todo mundo quer ganhar mais, mas tem muitos casos evidentes aí que a gente tá pagando bem. *E é pra pagar bem, sabe por quê? Porque o incômodo é deles*. O incômodo é deles, eles são os incomodados, né? Então, o transtorno que tá causando o empreendimento é em cima de, às vezes algumas pessoas têm que vender suas terras, têm que, o transtorno é deles, então você tem que ter uma boa política de preço. Porque senão você não faz negócio nenhum. É isso. E também porque a gente não quer ter um índice de 40, 50% de casos encaminhados pra justiça. Não é desejável, não é boa política, né? Então vamos ver se a gente continua com esses 89, 90% aí de negociação amigável. (Trecho de entrevista: Diretor Socioambiental Norte Energia, Altamira, junho/2011).

No entanto, o que é pagar bem, quando estão em jogo transformações radicais na vida das pessoas que serão deslocadas? A partir do pagamento da indenização, além de perderem o contato com os lugares onde passaram a maior parte de suas vidas e onde investiram seus trabalhos e expectativas, as pessoas se veem diante da necessidade de administração de uma soma em dinheiro a qual não estão habituadas a gerir, da probabilidade de se mudarem para a cidade, onde os custos de vida são mais altos, e da incerteza de conseguirem, a partir do dinheiro recebido, uma terra equivalente a que já possuem:

Aí você sai daqui sabe deus pra onde? E se eu for pegar outra terra eu tenho certeza que eles não vão dar a outra terra da mesma maneira que tá a terra da gente. Pelo menos as casas, que eu ouvi dizer que são 60



m<sup>2</sup>. O que eu vou querer com uma casa de 60 m<sup>2</sup> se eu tenho uma aqui de 110? E na cidade você vai querer colocar um sofá, uma mesinha ali pra você sentar, como que você vai fazer isso numa casa de 6x10? Você vai é ficar imprensado, igual pinto no fogo. Aqui não, aqui você tem espaço. (Trecho de conversa: Ribeirinho, Comunidade São Pedro, Volta Grande do Xingu, maio/2011).

Hoje pra gente acessar 12 mil reais no banco, 15 mil, pra fazer uma plantação, uma coisa, é uma burocracia, precisa de A, B, C, X, tudo, né? E o BNDES tá liberando esse dinheiro aí com que recursos pra jogar na mão da empresa? Aí o povo quando vê 200 mil, acha que aquilo ali vai resolver todos os problemas da vida dele. Mas ele não sabe que numa cidade bem vizinha aí uma terra custa 240 mil, 250, 280. Então ele vai ficar com o quê? E isso se eu pegar pra mim, pra minha família, eu e ele. E se eu tiver que dar pra minha filha casada que trabalha na terra? Dá pro outro que já tem quase 18 anos? E eu vou ficar com o quê, vai acabar, e o pai e a mãe, ficando sem ter onde morar, ou comprando uma casa na periferia, os filhos, como é novo, eles não tem noção, se enchendo de bagulheira, resultado, todo mundo se dando mal, a procura de emprego, a procura de terra, tudo. (Trecho de entrevista: Agricultora familiar, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

*Agora eles que querem as nossas propriedades, eles têm que pagar uma indenização justa, não justa, porque não tem indenização justa pra tirar a gente de uma propriedade da gente. De qualquer maneira a indenização pode ser o que for, mas ela não é uma indenização justa, porque ninguém quer sair, ninguém quer ver o Xingu ser destruído por barragem, então de qualquer forma não é digno. Então tem muita gente que não pensa na vida dele, na vida do próximo, só pensa no dinheiro. Uma coisa que é até ridícula, né. Só que aí a pessoa tem que parar e pensar primeiramente no que ele sofreu lá. Não pode pensar no dinheiro que ele vai pegar, primeiramente tem que pensar no que ele sofreu. E o que ele pode sofrer depois que acabar aquele dinheiro. Porque aí o sofrimento é maior, vai redobrar. Porque ele vai ficar sem nada, os filhos vão ficar sem nada, porque lá, mesmo se ele não tem um tostão no bolso, ele não fica sem o de comer e tá em cima do que é dele. O filho tá junto com ele lá, a família toda tá junto, cada um tá partilhando daquele sofrimento. Mas todo mundo tá satisfeito porque tá em cima da sua propriedade. Agora depois que o dinheiro acabar, um vai na casa do outro e não tem nada, acabou. (Trecho de entrevista: Agricultor familiar, comunidade São Pedro, Volta Grande do Xingu, junho/2011).*

Dessa forma, o que os moradores da Volta Grande do Xingu desconfiam é que, para aqueles que dependem do trabalho na terra, as possibilidades de as negociações de indenizações serem bem-sucedidas são quase nulas. Pelo contrário, temem que após o pagamento das indenizações sofram com a perda de qualidade de vida:

É que esses que já saíram, vão se arrepender, porque saíram com umas indenização pelo que eu tô vendo muito mínima, e quando chegar o ponto dele se preparar, porque você sabe, camarada hoje pega uma indenização dessa, ele vai querer comprar casa na rua, se ele comprar

um lote, ele vai precisar de gente pra trabalhar, ele vai fazer o plantio igual ele tinha no terreno dele, quando ele tiver assim com dois anos de trabalho, ele vai olhar prum lado, olhar pro outro, e pensar: é... eu vou ter que trabalhar uma diária hoje. Porque o meu dinheiro já acabou. Então quer dizer, ele vai ter outro sofrimento, bem pior do que onde ele vivia, dentro da propriedade dele, com tudo que ele tinha plantado, bem sossegado. Então quer dizer que *ele vai viver um martírio de dor. E lembrando do que ele tinha e ele não pode mais nem pisar os pés lá*. E se ele pensar de ir lá os homens botam os cachorros nele, não, aqui agora é nosso. *Você vendeu, você saiu, pronto, acabou-se*. É isso que vai acontecer. E o que é pior, se eles pegarem todo o povo aqui como eles querem fazer, a sentença é essa, é chutar o povo e acabou-se. (Trecho de entrevista: Agricultor familiar, comunidade São Pedro, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

A gente sabe que muitos dos filhos mora já na propriedade do seu pai. O que acontece? Ele não tem terra. Se o pai recebe uma indenização pequena, como que ele vai ficar com uma terra menor que ele tinha lá, talvez não é boa a área, vai ficar o pai, e o filho, que já é uma família, sem terra, e sem emprego, e vai viver do que esse povo? Então se uma família tem cinco filho, que nem eu, mas eu tenho um lote de cem hectares, que eles podem trabalhar lá, eles podem produzir. Eles podem criar as vaca de leite, eles pode criar as crianças lá, pode educar, mas daí pra frente como é que vai ficar? Tem todo esse processo que a gente tem que pensar. Um cara desse que você compra uma propriedade dele é uma pessoa que você tá expropriando, ele vai pra onde? Esse é o processo, Belo Monte vai ser assim. E muitas vezes as pessoas não pensa, pensa só nele. Pensa, vou ganhar um dinheiro, vou comprar um carro pra mim, tô feliz com um carro. Só que isso acaba, o carro é novo hoje, quando chegar o final do ano já não é mais. Já eu não penso assim, olha só: terra, terra não acaba. Acaba quem veve em cima dela, mas a terra não acaba. A gente tem que pensar isso. *O sol só nasce pra quem compra, pra quem vende o sol se põe*. Não adianta você pensar que não é assim porque é assim. (Trecho de entrevista: Agricultor familiar, Comunidade Cobra-Choca, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

Por isso, a negociação de preços é, na perspectiva dos moradores da Volta Grande do Xingu, um acontecimento no qual estão colocando em questão e negociando, no limite, suas próprias vidas:

Então eles querem chegar assim, conversar com o agricultor, ou com o ribeirinho, e jogar a sugestão em cima dele, dizer, você tem que sair. Então eles, na gíria deles, tá expulsando o povo. E dando uma mixaria. Você já pensou um homem de 74 anos que mora dentro da propriedade, que eu conheço, nasceu e se criou aí, *se ele for indenizado por 500 mil reais, uma comparação, pagou a vida dele toda, que ele construiu em cima da propriedade dele? Não tem como! Uma vida vale bilhões, no pensar do camarada, com bilhões você não paga uma vida. Uma vida é muito caro!* Então, nós viver esse tanto de ano, pra ser destruído pela umas empresa, pelos homem que não tem coração, que só pensa no dinheiro, né, vão ser *destruído e a nossa vida se transformou em nada*. Então é uma coisa injusta que tá acontecendo

com nós. Isso não podia acontecer. (Trecho de entrevista: Ribeirinho, comunidade Santa Luzia, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

Você já pensou, como eu tô sabendo ali, um homem com 58 anos vivendo em cima da propriedade dele, com nora, genro, filho e neto e tudo, foi indenizado com 380 mil que quando acabar ele não sabe nem pra onde foi o dinheiro. Então isso é uma injustiça! Nós temos que abrir os olhos! Cadê o direito desse povo? Cadê o Laurindo, que tem essas duas casas, eles chegam aqui e falam, eu só vou indenizar essas duas casas, e cadê os anos de direito do Laurindo? Pra onde que foi? É isso que não tá aparecendo, o direito do povo. *O direito do proprietário, o direito da vida dele que ele gastou em cima daquela propriedade não tá existindo. Até agora eu ainda não vi.* (Trecho de diário de campo: fala de agricultor familiar, reunião comunidade Arroz Cru, Volta Grande do Xingu, maio/2011).

Esta situação limite se torna ainda mais explícita no trecho abaixo, em que o agricultor resume as várias angústias diante dos acontecimentos: a imposição do processo de “negociação” da sua terra, a impossibilidade de se estabelecer um preço justo pelo trabalho de uma vida inteira, a dignidade de viver de sua própria produção, e as perspectivas futuras, que não são favoráveis considerando-se que será privado da sua relação com a terra, central para o seu modo de existência:

Agora, eu sempre falo, se chegar a gente ter que negociar com eles, a gente não quer, porque a gente não vai abrir mão da terra da gente, mas se chegar uma situação em que a gente tem que negociar, a gente também não vai entregar a propriedade da gente de graça pra eles. Não, vamo conversar, e nós temos o direito de nós se impor pelo que é nosso. Nós temo o direito de colocar um valor na nossa propriedade. Nós não vamos, eles chegar e falar, sua propriedade vale tanto, e o camarada ainda pensar, eita, é muito dinheiro. *Muito dinheiro, você acha que 300 mil numa propriedade que o camarada nasceu, se criou, criou os filho, criou os neto, tudo ali em cima daquela propriedade, o sujeito sair de lá com 300 mil você acha que isso é dinheiro, rapaz?* Isso não é dinheiro não, isso é dinheiro praquela pessoa que não pensa. *O que a gente tem que pensar é que o camarada mora lá a 30, 40, 45 anos. Em cima daquela propriedade. E ele tem o direito, tem o direito digno, de se impor. Porque lá ele vivia uma vida digna.* Mesmo que ele passasse mal, não quero nem saber, mas ele não tá lá no cantinho dele? *Até porque, nós não tamo precisando deles não. Eu pelo menos não tô precisando deles.* Sempre vivi minha vida, nunca precisei deles, de Belo Monte, de nada. *E eu acho que a vida da gente vale muita coisa. Agora eles acha que não. Eles acha que tirar um agricultor de cima de uma propriedade onde ele tem tudo, eles pensam, o agricultor mora lá no mato, mas a vida que ele teve ali, pra ele tá bom demais. Ele tá sossegado, ele tá no meio de tanta coisa linda.* Eu acho que o agricultor, mesmo que ele não teve assim, folgado, de qualquer maneira ele tá em cima da propriedade dele. Porque dinheiro se acaba, a terra não. A propriedade dele passa pro filho, pro neto, tataraneto, nunca vai se acabar. E o dinheiro acaba. Porque quem nasceu na roça, se criou na roça, o ramo dele, que ele enxerga de futuro, é ele trabalhar lá na roça. Se ele sair da roça, pra vir aqui pra Altamira, *na própria hora que ele saiu, acabou toda a*

*alegria dele. Porque lá nos outros lugares, ele não tem como tocar, um movimento, um comércio, nada, ele vai pra cidade, ele se lascou todo, porque ele não sabe fazer coisíssima nenhuma. Então a vida da pessoa se transforma de uma maneira que ele vai ficar numa situação muito difícil. Muito ruim. Porque ele vai ficar numa situação pior do que ele vivia lá, aquele dinheiro vai se acabar, e aí? Ele vai ficar muito pior. E outra ainda: ele vai ficar sem direito de nunca mais pisar naquela propriedade! Aquela terra pra ele morreu, acabou. Então, é difícil. É uma questão que a gente tá enfrentando, a gente tem que pensar, colocar na mente que tá acontecendo, que vai acontecer, é triste. Se a gente pudesse assim acabar com um projeto desse de uma vez por todas, era mais melhor de bom. (Trecho de entrevista: Agricultor familiar, comunidade São Pedro, Volta Grande do Xingu, junho/2011)*

Neste contexto em que a negociação de suas propriedades coloca tanto em jogo, os moradores da Volta Grande se veem confrontados com um dilema que já é, em si, uma das primeiras consequências graves da barragem em suas vidas. Entre não negociar e assumir o risco de perderem tudo, ou negociarem sabendo que sairão prejudicados, o processo de indenizações se torna uma avaliação a respeito da honra dos envolvidos. Assim, nas reuniões, encontros e conversas informais, havia, naquele momento do trabalho de campo, um constante balanço sobre aqueles que já “se entregaram” e aqueles que “botaram o pé na parede”, sendo resistir um gesto de coragem e negociar uma prova de fraqueza:

*Porque se a gente tiver junto, Belo Monte não sai. Agora se acontecer igual acontecer com a Célia, por qualquer coisa vender a sua honra, vender o seu caráter, e vender a sua vida, pra uma empresa que vem pra enganar, pra destruir, para acabar com o povo. Porque Belo Monte não vai ser bom pra gente, todo mundo aqui sabe, não vai ser bom pra gente (Trecho do diário de campo: fala de ribeirinho em reunião na comunidade Arroz Cru, Volta Grande do Xingu, maio/2011).*

*É onde quem vendeu tinha que ter colocado o pé na parede e falado, eu não saio. Porque eles enfraqueceram, e agora enfraqueceram todos os outros. Porque aí agora eles falam, se os três lotes que eram os principais, que podia ser caro, nós compramos por mixaria, e esses outros que não é obrigação nossa sair, quanto é que eles vão botar o preço de uma propriedade aqui pra baixo? Eles vão botar preço de banana, meu amigo. Porque o principal eles ganharam no grito. (Trecho do diário de campo: fala de ribeirinho em reunião na comunidade Arroz Cru, Volta Grande do Xingu, maio/2011).*

*Os que são contra e não agem é que eles têm medo de participar e ser conhecido e ficar sem receber, ficar sendo marcado pelo próprio empreendedor. Chegarem pra ele e dizer, olha, você lutou contra, nós vamos pagar um preço bem baixo porque você tentou atrapalhar. É o que já falaram pra mim várias vezes, ó, você tá lutando contra o governo federal, ele tá te marcando, poderá nem te pagar, né, porque já tá muito marcado. Mas quem tem coragem, já é assim, tem desde natureza, né, não se entrega assim. A gente arrisca tudo, né, até porque pra não ficar covarde, né, tem as crianças da gente, que*

*depois lá na frente fala, ah, pai, mas você não lutou, não fez nada pela terra. Aí a gente que participou dessas reuniões com o Ministério Público Federal e apoia a parte do bem a gente lutou junto com o Ministério Federal e tá na luta até hoje, contra um projeto tão sujo desse, destruidor, né. (Trecho de entrevista: Agricultor familiar, Volta Grande do Xingu, junho/2011).*

A filha do seu Sabazinho, deixaram ela isolada, né, lá no fundo. Aí o que aconteceu, proibiram ela e as crianças de passar nas terras do seu Sabazinho, e aí, o que fizeram, *elas tiveram que se humilhar. Foram lá e pediram pra sair, foram pedir negociação.* Então a mesma coisa lá no Tio Aldair, seu Alcides já foi... *Aí o Eleno me falou que pegou o Tio Benedito chorando na beira do rio. Aí o Eleno falou, mas é porque esse cabra é muito mole,* e eu falei, não Eleno, é que tu tem o apoio dos seus filhos e o papai tem o nosso apoio. Só que o Tio Benedito só tem o apoio do Nei e do Júnior, ele não tem o apoio do Jaques, a mulher dele fica alugando pra ir embora daí. (Trecho de conversa: Ribeirinha, comunidade Santa Luzia, Volta Grande do Xingu, maio/2011).

Mas a senhora conhece que a Célia ali era brava, e o Manezinho também era bravo, *mas o homem já se entregou,* ele já falou pra mim, que na hora que falaram para ele para ele comprar uma casa, ele já entregou. Eu falei com ele que não era assim, mas ele disse, é, mas *'não vou cumprir palavra com prejuízo'.* [Outra pessoa responde]: Mas eu já falei com ele, *olha lá, cumpadre, palavra de homem é de homem. Eu só saio daqui se for morto.* [Uma terceira pessoa diz:] Mas pra ele faltou a visão, faltou tudo, ele saiu foi morto mesmo [risos]. O homem *se vendeu* mesmo. (Trecho do diário de campo: falas de ribeirinhos em reunião na comunidade Arroz Cru, Volta Grande do Xingu, maio/2011).

Portanto, se na análise do licenciamento ambiental e do ambiente tal qual ele se manifesta no cotidiano dos moradores da Volta Grande do Xingu uma incompatibilidade entre, mais do que os termos, os seus significados, já parecia se explicitar, a análise do processo de negociação das indenizações mostra que não apenas essa incompatibilidade é evidente, mas é também negligenciada, à custa do sofrimento das pessoas atingidas pelo projeto de construção de Belo Monte. As relações de familiaridade e afeto com o Xingu, a fartura nele e ao seu redor encontradas, a saúde dedicada ao trabalho na terra por anos a fio, a dignidade de se alimentar de seu próprio trabalho, a decisão de se escolher onde morar, a própria honra – como estabelecer um processo justo de negociação que possa equacionar todos estes aspectos à utilidade pública da geração de energia elétrica?

Essa questão faz pensar no que afirma Isabelle Stengers sobre o parlamento cosmopolítico (STENGENS, 2003). Para a autora, este não é de partida um lugar de decisões instantâneas, mas um lugar deslocado, que existe cada vez que se constrói um

“nós” que não se identifica com a identidade de uma solução, mas à hesitação quanto ao problema:

Eu associarei esse “nós” à única palavra de ordem que Leibniz propôs: *Calculemus*. Estranha palavra de ordem construída para pensar a possibilidade de paz em uma época em que reinava a guerra. Leibniz era matemático e não contábil ou estatístico. *O cálculo não era para ele um simples balanço entre quantidades homogêneas, cálculo de interesses ou de utilidades somadas e apresentadas como comensuráveis*. Para um matemático, a exatidão de um cálculo, a validade de seu resultado, são questões relativamente fáceis, “triviais” em seu vocabulário. O que importa, *o que não é de forma alguma trivial, é a posição do problema que o tornará, eventualmente, calculável, a criação precisa das articulações, das restrições, da distinção entre os diferentes ingredientes*, a exploração dos papéis que são suscetíveis de se jogar, as determinações ou indeterminações que eles engendram ou fazem existir. *Não há comensurabilidade sem a invenção de uma medida, mas o desafio do Calculemus é precisamente a criação de um “nós” que exclua toda medida externa*, todo acordo prévio separando o ilusório do racional, o subjetivo do objetivo, *separando, em outros termos, aqueles que têm o título de “entrar” no cálculo daqueles que devem se submeter ao resultado*. (STENGERS, 2003, p. 382, destaques e tradução nossos).

Portanto, na interpretação de Stengers (2003) sobre Leibniz, *Calculemus* não significa “measuremos”, “adicionemos”, “comparemos”, mas antes criamos o “nós” a partir do qual a natureza e os termos da operação poderão ser agenciados:

Não se trata de se proceder em nome do verdadeiro e do justo, mas de fabricar o justo, a “justa medida”, sabendo que o “verdadeiro” será sempre relativo àquilo a que esta fabricação terá sido capaz, sabendo sobretudo a heterogeneidade radical que preexiste à fabricação, a ausência de qualquer medida comum pré-existente daquilo que seja entre os ingredientes aquilo que se tratará de agenciar. (STENGERS, 2003, p. 383, tradução nossa).

No conflito em torno de Belo Monte, como criar uma “justa medida”, que possa servir de base para que a operação de cálculo não se torne viciada no sentido de, por princípio, relegar os moradores da Volta Grande ao lugar daqueles que devem se submeter invariavelmente ao resultado? Admitindo-se que há, neste caso, uma “heterogeneidade radical”, “a ausência de qualquer medida comum pré-existente”, como fabricar uma forma de coexistência que se faça rever, inclusive, as variáveis e os cálculos, a começar pelo cálculo de viabilidade ambiental e demanda energética?

A impressão que tenho é que a fabricação de uma outra base de cálculo passa, necessariamente, pelo reconhecimento de que pode haver mais formas de existir, mais mundos ou mais realidades do que admite a lógica de Estado imbuída da razão

moderna. Como afirmaram Viveiros de Castro e Andrade (1988, p. 10, destaque no original):

[...] os efeitos de obras como o complexo do Xingu não são simplesmente ou principalmente “ambientais” ou “socioeconômicos”. Eles são essencialmente **políticos**, por resultarem de uma vontade de dominação que nega às populações humanas visadas seu lugar de sujeitos de direitos, isto é, de grupos sociais dotados de uma positividade política.

Assim, prosseguem os autores, “a política ambiental do Estado, em suma, é um aparelho de **despolitização do ambiente**, parte de uma ofensiva ideológica que visa a facilitação política da implantação de grandes projetos na Amazônia.” (VIVEIROS DE CASTRO; ANDRADE, 1988, p.10, destaque no original). Tal despolitização parece ficar clara no conflito em torno da construção de Belo Monte no modo com que se insiste em encerrá-lo em argumentos técnicos, ainda que se deixe transparecer que o termo “ambiente” seja uma definição necessariamente política.

Nesse sentido, cabe recuperar a reflexão proposta por Marisol de la Cadena ao pesquisar conflitos entre povos indígenas e mineração no Peru (DE LA CADENA, 2010), segundo a qual o conflito seria também pela definição de quem são os sujeitos habilitados a intervir no debate político, estendendo-os para além dos convencionalmente incluídos na formulação política e institucional do “projeto nacional”. Pois, como afirma De La Cadena (2010, p. 345, tradução nossa), é exatamente da conjunta separação entre “Humanidade e Natureza” e entre “Humanos superiores e humanos inferiores” que se delimitou o campo político tal qual o conhecemos hoje, do qual foram excluídos os “seres outros que humanos e os mundos nos quais eles existem”. No entanto, a autora propõe que, rebatendo o sentido comum (produzido historicamente), a natureza é uma categoria política importante, estando no centro do antagonismo que continua excluindo a esfera indigenista da política convencional (DE LA CADENA, 2009).

Transpondo esta análise para o conflito em torno de Belo Monte, parece pertinente considerar que, ao demandar a participação política dos sujeitos múltiplos e de seus afetos, o que os moradores da Volta Grande do Xingu demandam é o alargamento dos limites da definição de ambiente, nos termos de um *equivoco controlado*. Esta categoria é assim explicada por De La Cadena (2009), interpretando a proposta de Viveiros de Castro:

Por “equivoco controlado” Eduardo Viveiros de Castro, de quem tomo emprestado o termo, quer dizer uma “relação de interpretação

controlada através de duas perspectivas [ontológicas] que empregam termos homônimos, de maneira que a alteridade referencial entre os dois seja reconhecida e inserida na conversação, e, assim, em lugar de diferentes visões de um único mundo (o que seria o equivalente ao relativismo cultural) se faz evidente uma visão de mundos diferentes” (Eduardo Viveiros de Castro, 2004:ms sem páginas). Mais prosaicamente: a diferença de significado entre “nós” e “eles” se mantém e se utiliza na conversação que, então, comunica dois mundos e mantém suas diferenças. [...] Os equívocos são lugares conceituais de manifestação de diferenças ontológicas, as quais, como Viveiros de Castro indica, tornam possível a pergunta antropológica e, eu adicionaria, *a formulação coelaborada de projetos políticos com espaço para diferentes mundos*. (DE LA CADENA, 2009, p. 150, destaques e tradução nossos).

No contexto de Belo Monte, o equívoco acerca do termo ambiente se torna claro, mas, no sentido em que é em termos ambientais que o projeto de Belo Monte – assim como os demais grandes projetos de infraestrutura – é avaliado, se torna estratégico, mais do que eliminar a categoria “ambiente”, torná-la o lugar de um equívoco controlado, de forma a tornar os moradores da Volta Grande do Xingu legítimos adversários, no sentido de De La Cadena (2010), isto é, aptos a participar da política. Mas uma política cujas bases de cálculo seriam reformuladas de modo a se fazer, segundo a expressão de De La Cadena (2009), “pensar o impensável”. Sobre isto, a autora afirma:

Michel-Rolph Trouillot, baseando-se em Bourdieu (1980), define o impensável como “aquilo para o qual não se dispõe de os instrumentos adequados para se conceituar”. E continua: “O impensável é aquilo que não se pode conceber dentro da variedade de possíveis alternativas, aquilo que perverte todas as respostas porque desafia os termos sob os quais se formulam as perguntas”. (Trouillot 1995: 82). Por sua parte, Bruno Latour, analisando o trabalho da postura moderna, afirma que se tudo sucede através da tradução (pela qual se refere à conexão de dois domínios ontológicos separados), este espaço “é o impensável... dos modernos” (1994: 37). Combinando ambas as perspectivas, sugiro que as categorias que colocam à disposição as disciplinas modernas para efetuar as traduções deixam para trás aquilo que se recusa à assimilação, que povoando o impensável, desafiam as práticas modernas. (DE LA CADENA, 2009, p. 158, tradução nossa).

Alargar a definição de ambiente, no caso em questão, de forma que se possa abarcar o impensável, é considerar que a demanda por se manter o Xingu *vivo* seja uma demanda legítima, tendo entre as consequências de seu barramento a morte de um número aberto de sujeitos humanos e não humanos como parte da análise, ou do cálculo, da viabilidade ambiental do projeto de construção da hidrelétrica. Pois, pensando ainda com De La Cadena (2009, p. 163, tradução nossa), mesmo se o Xingu como uma entidade sensível for derrotado quando confrontado à visão do rio como



potencial energético, o fato de convertê-lo em um ator visível no conflito, e a natureza pública da disputa sobre o que ele é, “pode indicar que um novo registro político está surgindo das sombras e se faz visível em resposta às perturbações provocadas pelo capitalismo neoliberal [...]; [isto é,] que a negociação exista é significativo”.

A necessidade de se alargar os conceitos no contexto de conflitos ocasionados pela construção de barragens não é nova: Carlos Vainer (2008), por exemplo, discute como o conceito de *atingido* é um conceito em disputa e as diferentes concepções (patrimonialista, hídrica, das agências multilaterais) que o permeiam. Essa discussão se tornou, inclusive, pauta de debates com a Eletrobrás, tendo sido de certa forma abarcada pelo setor elétrico que agora, não mais como nas barragens construídas na década de 1970, considera atingidos e inclui em seus programas de indenização pessoas que não possuem título da terra na qual residem ou trabalham e pessoas que não serão atingidas apenas pelo enchimento de reservatório, mas também aqueles à montante e à jusante da barragem. Contudo, Vainer (2008) demonstra também que se trata não apenas de uma carência de conceitos, mas também de vontade política de aplicá-los:

Sem sombra de dúvida, é possível afirmar que o principal problema enfrentado nos últimos anos pelas políticas de equacionamento e tratamento dos impactos sociais e ambientais de projetos esteve menos na ausência de conceitos e critérios claramente estabelecidos que na resistência das empresas e dos quadros técnicos [...]. [A aplicação estrita de parâmetros já definidos pela Eletrobrás] teria certamente evitado muitos dos conflitos que se arrastam até hoje, elevando desnecessariamente os custos – tanto financeiros quanto sociais, políticos e institucionais. (VAINER, 2008, p. 59).

Por isso, como desde o início dos estudos sobre efeitos sociais das barragens alerta Lygia Sigaud (1988, p. 108): "não basta conhecer adequadamente. É preciso reconhecer que a 'população atingida' é constituída de cidadãos brasileiros que têm o direito de serem respeitados", sendo necessário que este reconhecimento seja incorporado ao planejamento e à tomada de decisões. Para tanto, uma reformulação do que entendemos como política é necessária, trazendo consigo, invariavelmente, uma revisão sobre o que se entende por desenvolvimento.



**Figura 39: "Voadeira" no rio Xingu, Volta Grande do Xingu, junho/2011.**  
Fonte: Fotografia da autora,



**Figura 40: Comunidade Belo Monte, Volta Grande do Xingu, agosto/2011.**  
Fonte: Fotografia da autora.

## 6 “VOCÊS PRECISAM PARAR TUDO E SIMPLEMENTE NOS OUVIR”: O DESENVOLVIMENTO EM DISPUTA

O conflito em torno da construção de Belo Monte eventualmente é sintetizado, de maneira algo caricatural, em reedição de um velho confronto entre ambiente e desenvolvimento, no qual as razões ambientais seriam arregimentadas como ressalvas à construção da hidrelétrica e os argumentos em prol do desenvolvimento os principais legitimadores da obra. Contudo, como tem sido discutido, há neste conflito também mais do que isso. Se dentro do termo “ambiente” habitam e se enfrentam sujeitos, significados e políticas que sugerem a coexistência problemática de realidades múltiplas, “desenvolvimento” como uma ideia-força não reúne em si disputas muito diferentes. Afinal, como analisa Radomsky,

com uma história de mais de meio século de políticas, programas, debates acadêmicos e teóricos acalorados [...], a ideia de desenvolvimento (e todos os derivados que geralmente aparecem ligados ao termo “desenvolvido”: sub, semi, pós) não perde força imaginativa e poder conceitual, mesmo em meio à ruína que um olhar crítico poderia depurar. Artifício ideológico, implicação de um poder discursivo ou esperança de superação de problemas como a pobreza e a desigualdade, deve-se destacar sua resiliência diante das tentativas de desconstrução. (RADOMSKY, 2011, p. 149).

No conflito em torno da construção de Belo Monte, os debates acerca do desenvolvimento não se distanciam dessa caracterização. Seja apontado como necessidade incontestada para a região da Transamazônica e para o crescimento do país, seja questionado quanto à sua capacidade efetiva de resultar em melhorias na qualidade de vida, o tema do desenvolvimento aparece nas falas dos distintos sujeitos em conflito, de maneira controversa e recorrente. Em um contexto de crescimento econômico e estabilidade política como o que se encontra o Brasil nos últimos anos, em que nada parece soar mais ofensivo no embate público do que a acusação de ser “contra o desenvolvimento”, a disputa tem se deslocado para qual o *tipo* de desenvolvimento desejável. Nessa classificação, lugar central no debate cabe às relações entre os distintos sujeitos implicadas neste desenvolvimento, bem como a definição de quem são os considerados habilitados a intervir nos rumos desses processos.

Para demonstrar como o desenvolvimento é justificado e questionado em Belo Monte, permanecendo, contudo, como ideia-força “resiliente”, a primeira seção deste capítulo discute seus significados e usos presentes nas falas e documentos acerca do

conflito. A partir do mapeamento de o que é desenvolvimento para quem no contexto estudado é possível se compreender o papel do Estado na disputa. Ao oscilar entre ausências e imposições, o Estado se apresenta como um ponto de vista que não é um ponto: o ponto – o local, as pessoas, as consequências diretas – é considerado irrelevante dentro do panorama que é traçado por seus planejamentos e sua atuação. Analisar o que vem a ser, então, este *ponto de vista* do Estado é o foco da segunda seção deste capítulo. Insígnia desta perspectiva é a atuação da União no conflito judicial acerca da construção da hidrelétrica, no qual, dos 58 processos jurídicos que questionam o empreendimento, cerca de dez encontram-se não avaliados quanto ao mérito em função do recurso a uma figura jurídica chamada “suspensão de segurança”, que assevera o “interesse nacional” em detrimento da análise minuciosa da matéria contida na ação. A terceira seção deste capítulo, portanto, irá analisar como, ao suspender a norma para assegurar a realização de seus objetivos, o governo brasileiro define o próprio espaço no qual a ordem jurídico-política pode ter valor, confirmando a proposição de Agamben (2010) segundo a qual a violência é exercida como fato jurídico primordial.

Entretanto, nenhum contexto expressa melhor as tensões, consistentes e profundas, entre ambiente(s), desenvolvimento(s) e política(s) em curso do que o contexto indígena. A diversidade de povos e de suas situações quanto a direitos essenciais (como demarcação de terras), o relacionamento controverso com o empreendedor mediado por recursos financeiros, expectativas e preconceitos quanto ao seu protagonismo, histórico, na resistência à barragem, a participação problemática da Funai, e, finalmente, ocupações do canteiro de obras da hidrelétrica e idas a Brasília marcam a relação entre indígenas e Belo Monte, expondo, de forma dramática, a intensidade das questões – cosmopolíticas – em pauta. Esta discussão será a centralidade da quarta e última seção deste capítulo, no qual se conclui, enfim, pela incapacidade do Estado em admitir que talvez não sejamos monorrealistas, mas que, ao contrário, seja nos termos de um pluriverso que a política tenha que se reinventar.

## 6.1 MODERNIZAR É PRECISO, VIVER BEM NÃO É PRECISO?

Se for para resumir numa frase só, eu vejo Belo Monte como uma possibilidade de desenvolvimento pra região. E pra todos aqui. Além do mais, o país *precisa* de energia. (Trecho de entrevista: Empresário local, Altamira, maio/2011).

Nosso povo *precisa* sobreviver, nosso povo *precisa* desenvolvimento sustentável, aprender a produzir e a cuidar daquilo que é nosso. Estamos lutando *não contra o desenvolvimento*, mas pelo nosso planeta, pelo mundo. (Trecho de entrevista: Liderança indígena Juruna, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

*É o modelo de desenvolvimento que está em disputa.* É o que a gente quer também do futuro do Brasil. Porque tá no campo do simbólico Belo Monte. Quem vai *vencer* a forma de organizar a Amazônia? Quem vai vencer o que eu quero pra esse país, qual é o futuro, *o que a gente quer?* (Trecho de entrevista: Advogada da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Belém, agosto/2011).

O termo “desenvolvimento” é evocado 125 vezes por 35 pessoas das quais entrevistei, considerando o universo das entrevistas realizadas. Considerando-se as reportagens sobre Belo Monte e documentos oficiais coletados durante a pesquisa, acrescentam-se a este número 1184 evocações, distribuídas em cerca de 90 fontes diferentes. Entretanto, “desenvolvimento” não aparece entre os 50 termos mais presentes nas conversas, discussões ou documentos sobre a hidrelétrica, sendo assim menos mencionado do que expressões como “estudo de impacto ambiental” e termos como “reservatório”, “saúde” e “direitos”<sup>43</sup>. O que faz com que adquira importância central no debate, portanto, não se vincula à recorrência de sua evocação, mas por *quem* este termo – e com o termo, a sua ideia-força – é trazido ao debate: 49% das ocorrências no universo total analisado encontram-se em documentos oficiais relativos ao projeto; considerando-se apenas as entrevistas, em aproximadamente um terço das ocorrências o “desenvolvimento” é mencionado por membros do governo (vinculados a prefeituras, ministérios, secretarias de governo ou instituições públicas federais). Portanto, de forma similar ao que foi discutido para as associações em torno do Painel de Especialistas, para que um elemento se torne influente no debate não basta que muitas pessoas falem sobre ele ou que o tema seja repetido muitas vezes, mas quem são aqueles que o incorporam às discussões e a capacidade destes de conduzir o debate se tornam elementos fundamentais para os rumos do conflito.

Ainda assim, mesmo que distribuído de forma não homogênea, em todos os grupos sociais entrevistados constata-se menções a “desenvolvimento”, e nesse

---

<sup>43</sup> Os dez termos mais evocados neste universo de análise são, em ordem decrescente, “Xingu”, “área”, “Monte”, “Belo”, “projeto”, “impacto”, “estudo”, “ambiental”, “água” e “reservatório”, o que confirma a centralidade do Xingu como protagonista do conflito e das discussões sobre o estudo de impacto ambiental e a área do reservatório da hidrelétrica nos debates. Cabe destacar, ainda, que os termos “belo” e “monte” são analisados separadamente pelo programa, e podem ter distribuições diferentes pelo fato de também comporem outras expressões além do nome da hidrelétrica (por exemplo, na frase “Eu tenho um *monte* de motivos para [...]”).

sentido interessa abrir os conteúdos das planilhas geradas pelo NVIVO 10 para se compreender *como*, em quais contextos e com quais significados, o termo é mobilizado. Um primeiro panorama das diferenças entre os contextos de evocação entre os grupos pode ser observado quando se verifica a quais outros termos “desenvolvimento” é associado nas falas de agricultores familiares, ribeirinhos e pescadores; movimentos sociais; e membros do governo, para ficarmos entre os três grupos nos quais o termo ocorre, em ordem crescente, mais frequentemente. Estas diferenças podem ser visualizadas nos diagramas (nuvens de palavras) abaixo, nos quais a tonalidade mais escura e o tamanho da palavra indicam um maior número de ocorrências da mesma no total de trechos analisados. Para o primeiro grupo, que reúne agricultores familiares, ribeirinhos e pescadores, quando se fala em “desenvolvimento”, fala-se principalmente em “gente”, “cidade”, “terra”, “tudo” e “casa”:



**Figura 41:** Nuvem de palavras mais frequentemente evocadas por agricultores familiares, pescadores e ribeirinhos entrevistados associadas a “desenvolvimento”.

Fonte: Elaborada pela autora, com auxílio do programa QSR NVIVO 10.

Entre os entrevistados vinculados a movimentos sociais (Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Movimento Xingu Vivo para Sempre, Fundação Viver, Produzir e Preservar – FVPP), “desenvolvimento” vem acompanhado, mais frequentemente, por “gente”, “monte”, “belo”, “projeto” e “modelo”:



**Figura 42:** Nuvem de palavras mais frequentemente evocadas por membros de movimentos sociais entrevistados associadas a “desenvolvimento”.

Fonte: Elaborada pela autora, com auxílio do programa QSR NVIVO 10.

Finalmente, os membros do governo, por sua vez, o vinculam a “energia”, “grande”, “Brasil”, “gente” e “região”<sup>44</sup>.



**Figura 43:** Nuvem de palavras mais frequentemente evocadas por membros do governo entrevistados associadas a desenvolvimento.

Fonte: Elaborada pela autora, com auxílio do programa QSR NVIVO 10.

<sup>44</sup> Dados obtidos a partir da análise das 25 palavras mais frequentes nos trechos de entrevistas categorizados no nó “desenvolvimento” (o que no vocabulário do NVIVO 10 equivale à categoria temática “desenvolvimento”) quando este conteúdo é separado pelo grupo social dos entrevistados. Interessa lembrar que no NVIVO 10 um nó ou categoria temática é construído a partir da codificação automática (agrupamento de trechos de textos nos quais o programa identifica, neste caso, o termo “desenvolvimento”) e codificação manual, ou seja, trechos incluídos nesta categoria temática pela pesquisadora, de forma a incorporar trechos de entrevistas nos quais se fala sobre desenvolvimento, ainda que eventualmente o termo não tenha sido mencionado.

É interessante observar, portanto, que para o primeiro grupo, que abrange agricultores familiares, ribeirinhos e pescadores, a palavra “desenvolvimento” é proporcionalmente menos repetida do que “gente” e aparecem temas como “cacau”, “Xingu”, “família” e “terra”, os quais não estão presentes nos demais grupos. Para os movimentos sociais, por sua vez, falar sobre “desenvolvimento” é discutir um “modelo”: “interesses”, “política”, “capitalista” e “Amazônia” se tornam então elementos associados, que devem ser debatidos na disputa pelo padrão a seguir. Para os membros do governo, também se fala em “Amazônia”, mas não de forma dissociada de “Brasil”, que é citado mais frequentemente, assim como se menciona de forma recorrente “empreendimento”, “energia” e “plano”. Ou seja, pode-se perceber que em cada um desses grupos o termo “desenvolvimento” circula em territórios conceituais diferenciados, trazendo consigo críticas e expectativas também bastante distintas entre si. Essas diferenças se tornam mais interessantes quando analisamos os contextos das falas em que estes termos ocorrem.

Agricultores familiares, pescadores e ribeirinhos argumentam que desenvolvimento é produção de alimentos. Quando, ao contrário, é a construção da hidrelétrica de Belo Monte que é apresentada como sendo desenvolvimento, enquanto para estas pessoas é evidente que esta obra vai inviabilizar a manutenção de suas lavouras, há um duplo movimento: ou questionam a associação entre Belo Monte e desenvolvimento, ou afirmam então que desenvolvimento é sinônimo de destruição. Como é expresso nos trechos abaixo:

A gente fala muito sobre desenvolvimento, sobre a questão desse Belo Monte, mas nós nunca fez um trabalho sobre a nossa produção de cacau na Volta Grande do Xingu. *O que nós estamos gerando, esses caras vão acabar com tudo, a gente com a nossa produção tá gerando economia, olha a economia que a gente tá gerando pro nosso país, são milhões de pé de cacau que tá nesse jogo aí, e que não vai existir, porque na área que ficar seca não vai ficar ninguém.* (Trecho de entrevista: Agricultor familiar, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

*O que a gente queria é que venha esse desenvolvimento aqui pra gente de outra forma, pra gente poder ver o nosso povo em paz, plantando arroz, colhendo milho, colhendo cacau, pois aqui nós temos uma terra maravilhosa pra se plantar. Aqui nós temos bastante feijão [...]. A gente tem que lembrar que além da produção de arroz, da produção de milho, da produção de cacau, nós temos também aqui a produção de açaí e também a produção de cupuaçu, a produção de farinha... [...] Aí eu fico triste quando falam que essa construção de Belo Monte vai trazer o desenvolvimento para o município de Altamira. Mas a gente sabe que não é bem isso. A gente sabe das outras construções de barragem que não há muita diferença sobre desenvolvimento, sobre ecologia, pro município e região. Porque*



continua o mesmo, e muitas das vezes, muito mais pior com essas construções de barragens que o governo coloca. A gente vem sempre cobrando o que as comunidades precisa pra melhorar sua região, escoar o que produz, e não é isso que a gente vê aqui. *A gente vê aqui uma política voltada pras grandes empresas.* A gente tá muito preocupado quando fala de Belo Monte. (Trecho de entrevista: Agricultor familiar, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

Percebe-se, então, que a fartura e a diversidade da produção agrícola na Volta Grande do Xingu são mobilizadas como componentes do desenvolvimento, seja este entendido como qualidade de vida ou mesmo desenvolvimento econômico. A negação da relevância local, subentendida no discurso de que seria Belo Monte a trazer o desenvolvimento para a região, gera tristeza, e ademais, desconfiança, a partir do que se ouve e se conhece das experiências de construção de barragens em outros locais. Nesse caso, então, percebe-se que *este* desenvolvimento que pode ser trazido por Belo Monte não é voltado para seus próprios interesses, mas direcionado ao atendimento de demandas urbanas, de empresários, ou do “país”, como outros moradores da Volta Grande também manifestam:

Minha preocupação agora é com as autoridades maior do Brasil. Dizem que é democracia... *Como é que é desenvolvimento, se uma área que produz alimento todo dia vai parar?* (Trecho de diário de campo: fala de ribeirão, reunião na comunidade Cobra-choca, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

E é uma barragem que vai atingir uma cidade, Altamira, Belo Monte vai atingir uma cidade, isso vai prejudicar muito. *Isso pra mim não é desenvolvimento, é desenvolvimento destruidor,* né, tinha que pensar em outra forma de eletrificar. Lá em casa não tem nem energia, a gente tem costume de viver só com a luz do sol mesmo. *Mas se esse povo gosta de tanta energia, né, deve incentivar pra fazer de outras formas. Não de uma forma que destrói.* (Trecho de entrevista: Agricultor familiar, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

Especialmente no que diz respeito à imprescindibilidade da oferta de energia, a incongruência entre as necessidades locais e aquelas que são apresentadas como necessidades nacionais se torna ainda mais evidente. Enquanto os moradores da Volta Grande do Xingu querem o direito de viver bem, tendo acesso à saúde, educação, e estradas de qualidade:

No seu trabalho, *dá o recado de que o que a gente quer é vida pras famílias poder trabalhar nas suas terras produzindo, alimentando suas famílias.* Porque é isso que a gente queria. Queria uma estrada de qualidade, educação, saúde. *Que é o que mais a gente precisa aí e nós não temos isso.* Entra política, sai política e a gente continua na mesma, cada vez pior. (Trecho de entrevista: Agricultor familiar, Volta Grande do Xingu, junho/2011),

o imperativo do desenvolvimento pautado pela geração de energia elétrica soa, além de questionável, desrespeitoso com relação às suas formas de vida. Esse aspecto é claramente demonstrado no relato de um dos agricultores familiares entrevistados, morador da Volta Grande do Xingu e diretamente afetado pelas obras de construção da hidrelétrica, sobre seu encontro com uma jornalista “da cidade” e o período que esteve no Rio de Janeiro, as duas situações decorrentes de sua militância contrária à barragem de Belo Monte. Ao relacionar estes momentos, ele questiona a necessidade incontestada de energia:

Outro dia eu fiquei até assim, pensativo, né, porque um dia desses chegou uma jornalista lá em casa, chegou não, eu fui buscar ela de moto na estrada, né, aí quando ela chegou lá em casa e viu que a gente num usa nem lampião, tava anoitecendo, eu acendi a candeeira, *ela falou assim: como é que vocês conseguem viver sem energia? Eu fiquei pensando, mas essa mulher veio aqui pra me humilhar?* E eu que busquei ainda... Aí ela começou a falar, aí escuta só, depois fiz até um poema desabafando, aí ela disse, mas aqui é muito difícil, a estrada é muito ruim; eu falei, não, na verdade em duas horas eu tô dentro de Altamira, aí eu voltei pra ela e falei, olha, eu tive lá no Rio de Janeiro, nós saímos era umas 8 e pouco da noite, com aquele engarrafamento e tal, *no meio do asfalto, a estrada era boa mas não tinha como andar por causa do engarrafamento.* Larguemo o carro e fomos pro hotel de a pé. Aí ela ficou olhando assim pra mim, e foi contar a vida dela. Ela é de São Paulo. Aí ela falou que mora no centro de São Paulo, que paga aluguel porque tem que morar perto do jornal lá, e o aluguel é muito caro, nunca conseguiu comprar uma casa, pois é, *e a senhora disse que aqui é tão difícil, mas eu tenho minha casa... porque ela mexeu comigo, né?* Aí depois quando ela foi embora, eu fiquei pensando em como é que é o povo da cidade, né? Tumultua tudo, por exemplo, uma cidade como o Rio de Janeiro, que tem prédio muito alto, e o pessoal no metrô, andando por dentro do chão porque tem muito engarrafamento, aí fiquei pensando, tanta cidadezinha pequena precisando crescer no nosso Brasil e o pessoal tumultuado ali. *Aí precisa de muita energia pra poder andar de metrô, subir elevador...* (Trecho de entrevista: Agricultor familiar, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

É interessante perceber que, dessa forma, enquanto o discurso governamental legitima a necessidade de intervenção na região e a construção de grandes empreendimentos pautando-se por uma afirmação daquilo que falta a essas localidades, reforçando o que deve ser corrigido e implementado através das políticas de desenvolvimento (FERGUSON, 1990), este agricultor, ao contrário, se vê na posição de aconselhar o “povo da cidade” para que *eles* possam corrigir *seus* problemas, e não estendê-los à Volta Grande do Xingu. É essa a tônica de seu poema:

Povo de cidade grande, vocês têm que se espalhar / para viver mais feliz e a natureza apreciar / Povo de grande capital, vocês têm que cair

na real / lembrar que o nosso mundo já está no tempo dos terremotos e está causando muitos remorsos / Esse é o conselho do agricultor que à Mãe Natureza dá muito valor / Eu moro junto à floresta e vejo pássaros e animais a gritar / porque aqui nós tem muitos espaços pra nós andar / Me levaram pra uma viagem ao Rio de Janeiro e por lá eu pude observar / gente que depende da Mãe Natureza pra poder sair do lugar / Andando de metrô, por dentro do chão, subindo em prédios de elevador / tudo isso depende de eletricidade que muito na verdade é uma complicação / tem que matar nossos rios e massacrar a multidão / A natureza não pode mais suportar gente que só quer explorar / Deus deu inteligência ao homem para ele usar, não abusar / sabemos que podemos usar de outras formas, sem essa forma destruidora de eletrificar / deixando os nossos rios para as nossas crianças brincar. – Eu fiz pensando nessa jornalista, que vive toda tumultuada e tem que subir no elevador, *e pode ser diferente, né*, poderia a metade desse povão tá em cidade pequena. (Trecho de entrevista: Agricultor familiar, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

Portanto, em meio a um contexto de crise ambiental (no poema, sintetizada na menção aos terremotos e aos remorsos), o relato deste agricultor dá o testemunho de que “pode ser diferente”, ou, nos termos de Hage (2012), podemos “ser outros do que somos”, e que talvez aí residam de forma mais profícua as alternativas às crises do que na expansão da matriz hidrelétrica.

É também a preocupação em se discutir alternativas ao que é apresentado como incontestável no modelo pautado por grandes projetos que direciona a fala dos membros de movimentos sociais acerca do desenvolvimento:

É o mito do progresso que as pessoas endeusam, eles falam que nós somos irracionais, nós que criticamos a barragem e defendemos a natureza, mas as pessoas que defendem o projeto também são irracionais em grande medida. *Tem gente que acredita que qualquer obra de engenharia, qualquer projeto tem que ser aprovado porque ele é um projeto e acabou, independente de ser bom ou não, se realmente precisamos ou não. A gente tem várias outras alternativas, energia eólica é muito mais simples, todo o sistema elétrico ele tá defasado em termos de turbinas elétricas, linhas de transmissão com problemas, a gente também tem uma indústria que consome muita energia que a gente não precisa dela, a gente pode simplesmente trocar por uma indústria mais moderna, que empregue mais. Então tem como mudar muito essa situação sem construir Belo Monte.* (Trecho de entrevista: Militante do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, maio/2011).

O questionamento do modelo de desenvolvimento pelos movimentos sociais passa, portanto, por dois eixos: um primeiro que visa confrontar a barragem de Belo Monte como necessidade incontornável para suprir a demanda nacional de energia, tal qual apresentado pelo discurso governamental; e um segundo eixo que vai de encontro

aos pressupostos gerais que orientam o desenvolvimento via expansão energética e crescimento industrial de maneira mais ampla:

*A luta por um outro modelo de desenvolvimento para a Amazônia e para o Brasil já corre em nossas veias há décadas.* Essa luta se confunde com a resistência contra grandes empreendimentos a serviço do capital transnacional, como é o caso de Belo Monte. (Trecho de diário de campo: reunião de debate para redação da declaração à imprensa por ocasião da emissão de Licença Prévia, reunião do Movimento Xingu Vivo para Sempre, Altamira, junho/2011).

*Nós por essência somos contra esse modelo de produção de energia, por nós entendermos que nesse sistema capitalista essas grandes obras não trazem, ao contrário do que diz o discurso oficial, né, não traz desenvolvimento.* Nós temos aqui Tucuruí para provar o contrário desse discurso, então nós somos contrários a esse modelo. (Trecho de entrevista: Militante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Altamira, maio/2011).

Nós sempre achamos que Belo Monte, a gente não prega que Belo Monte vai trazer a salvação da lavoura, muito pelo contrário, a Fundação não prega isso, *nós sempre lutamos contra Belo Monte, pelo novo processo de desenvolvimento, tanto é que nós propomos ao governo novos modelos de desenvolvimento para a agricultura familiar, para a educação, mas o governo foi atropelando, né, ele foi fazendo as investidas e ele foi conseguindo, né?* Nós achamos que *tem outros modelos de desenvolvimento que não seja o das grandes barragens, mas no momento atual nós não podemos trabalhar com a possibilidade de não ter Belo Monte, a gente trabalha com os dois cenários.* (Trecho de entrevista: militante da Fundação Viver, Produzir e Preservar – FVPP, Altamira, maio/2011).

Linha de corte fundamental na separação entre as formas de se conceber o desenvolvimento, ou entre tais modelos de desenvolvimento, está no espaço dedicado à participação e à decisão dos moradores locais nas definições acerca do processo. Nesse ponto de vista:

Falar em desenvolvimento da Amazônia com alguém decidindo isso de fora é no mínimo uma falta de educação muito grande pra quem vive aqui. Podia pelo menos ouvir as pessoas, "você acham que isso aqui é um caminho certo, porque o que a gente tá querendo é que vocês tenham melhor condição de vida e tal", *por que não ouve então, por que nem pergunta?* (Trecho de entrevista: Advogada da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Belém, agosto/2011).

Se você quer desenvolver os pescadores, então fale com eles, porque eles sabem o que é preciso para desenvolver a pesca deles. Se você quer desenvolver o colono, pergunte pra ele, que eles sabem. Se você quer desenvolver uma região, procure as mulheres, porque elas sabem o que é preciso para desenvolver uma região, para ter saúde, para ter saneamento. *Não são vocês que sabem. Não adianta vocês decidirem numa sala fechada o que o ribeirinho tem que fazer, o que os indígenas têm que fazer. Desenvolvimento não é isso, o que vocês vão fazer é justamente o contrário, é acabar com a cultura deles, acabar*

com o pescado. (Trecho de entrevista: Irmã da Prelazia do Xingu, Altamira, junho/2011).

Dessa forma, nesse posicionamento não é o desenvolvimento *per se*, como transformação do contexto presente ou como perspectiva de melhoria de qualidade de vida, que é questionado, mas a *forma* pela qual ele é planejado: de maneira exógena, alheia às prioridades e conhecimentos locais. A partir dessa perspectiva, negligenciar os interesses locais no planejamento não é desenvolvimento, ou, pelo menos, não poderia ser:

*Isso não pode ser desenvolvimento.* Um projeto que não é discutido com o povo, que não dá ao povo a possibilidade de discutir o seu presente e o seu futuro não pode ser desenvolvimento. E um projeto que tem que arrancar das suas terras, das suas casas, milhares e milhares de pessoas, sem a garantia de que vão receber esse mesmo direito, não pode ser desenvolvimento. *Então é um novo colonialismo* porque é o mesmo padrão pensado desde a década de 70, da ditadura militar. Só que dentro da lógica nova do desenvolvimento do capitalismo. (Trecho de entrevista: Militante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Altamira, maio/2011).

Portanto, da forma impositiva e autoritária que é decidida a construção de Belo Monte, mais do que desenvolvimento se trata, então, de “um novo colonialismo”, isto é, de uma afronta à soberania dos povos e dos lugares. Com efeito, a associação entre a ideia de colonialismo e este modelo de desenvolvimento executado mediante grandes projetos econômicos é apresentada de forma recorrente na fala dos entrevistados vinculados aos movimentos sociais, como se pode observar nos trechos abaixo:

*O que tá em jogo aqui é a capacidade desse povo brasileiro, dessa região da Amazônia ter a sua soberania garantida, discutir e construir o seu verdadeiro desenvolvimento.* Em contrapartida com os interesses capitalistas. O conflito se dá aí, tu tem um povo aqui que tem uma compreensão do que seja desenvolvimento, tu tem também uma ausência total de políticas públicas, o Estado tá ausente até então, e agora ele chega com esse grande projeto com um discurso neodesenvolvimentista, ou neocolonialista, como nós falamos. *Um novo projeto colonialista, nos padrões capitalistas. [...] Todos os projetos, e o próprio processo de desenvolvimento da sociedade brasileira se deu dessa forma, primeiro fomos uma nação ocupada, invadida, e imposto um processo da metrópole pra colônia, da casa-grande pra senzala.* E esse pedaço da Amazônia, que é um espaço que ainda tem muita coisa, todos os grandes projetos que vieram pra cá foram pensados a partir de uma lógica capitalista do Centro-Sul. *O conflito então vai se dar porque eles querem implantar um projeto que não foi discutido com o povo aqui, não veio se perguntar pro povo se o povo queria essa barragem, não foi se falar quais os reais ganhos, se é que tem, e os prejuízos pra esse povo.* (Trecho de entrevista: Militante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Altamira, maio/2011).

*É o modelo de desenvolvimento que está em disputa. É o que a gente quer também do futuro do Brasil, né, eu acho que é mais do que uma questão ambiental, é o que eu quero pro Brasil. É o mito do crescimento econômico repaginado, com novas feições, mantendo a velha concepção da Amazônia como colônia. Eu tenho uma tese, não sei se eu já te falei, que a Amazônia é a colônia da colônia. Eu sempre digo pra todo mundo, nós somos colônia da colônia. O Brasil continua com um modelo de colonizado, as decisões políticas no Brasil dependem do mercado internacional, portanto estão fora do controle daqui, estão na metrópole, ainda que a metrópole não seja um país, seja um conjunto, tá fora da colônia; nós continuamos o modelo agroexportador, e aí vem a segunda parte, nós somos colônia dessa colônia! Ou seja, quem toma as decisões políticas da Amazônia, nunca são os amazônicos. Sempre está fora, no centro do controle de decisão econômica, SP, Brasília. E exportamos o mais bruto da matéria-prima, que é a banana, ou soja, o minério, que precisa de energia pra extrair, a água, e a gente sabe que Belo Monte na verdade vai atender empresas de mineração que vão se instalar na região. Nós somos tão colônia da colônia, que os índices todos paraenses e da Amazônia em geral são os mais baixos do Brasil. Nós só ficamos com os resíduos e as consequências. E se isso é avanço, meu deus do céu!* (Trecho de entrevista: Advogada da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Belém, agosto/2011).

Este vínculo estreito entre desenvolvimento e colonialismo apresentado pelos entrevistados não é, de forma alguma, inusitado: Ferguson (1997) chega a chamar o desenvolvimento de “irmão gêmeo malvado” [*evil twin*] da antropologia justamente pelas adstritas relações entre ambos os campos e o período colonial, sobretudo em função dos interesses do então Império Britânico; Catherine Walsh (2010), por sua vez, afirma que o quadro do desenvolvimento tem servido não apenas para encerrar a humanidade e a condição humana no ideário linear de civilização e progresso, mas também “para expandir para mais além a modernidade associada ao seu reverso, a colonialidade” (WALSH, 2010, p. 15, tradução nossa). Segundo esta autora, o termo *colonialidade* se refere a “uma matriz de poder global que tem classificado de forma hierarquizada populações, seus conhecimentos e sistemas cosmológicos de vida de acordo com um padrão eurocêntrico” (WALSH, 2010, p. 15). Nessa mesma linha de interpretação, Aníbal Quijano (2012) afirma que essa matriz de poder tem legitimado relações de dominação e de superioridade/inferioridade, tendo estabelecido uma dependência estrutural histórica relacionada ao capital e ao mercado global. Assim, ao criarem o conceito de colonialidade, os autores identificados com os estudos pós-coloniais visam explicar o processo mais amplo da relação geopolítica entre Norte e Sul mundiais, originado com o colonialismo europeu no século XVI, mas cujas características e relações de dominação o ultrapassam, perdurando até os dias atuais.

Ainda nesta perspectiva, outros autores como Walter Mignolo, Arturo Escobar e Edgardo Lander têm tomado como referência o colonialismo ibérico e afirmado que como resultado de séculos de colonialidade as premissas que orientaram as políticas de desenvolvimento nasceram “de um passado longínquo de diferença com violência, cujo horizonte jamais suspendeu a subalternidade da relação” (RADOMSKY, 2011, p. 157).

Immanuel Wallerstein, por sua vez, ao rastrear os usos e significados da palavra desenvolvimento, remonta ao início do século XX e afirma que, basicamente, o “mundo pan-europeu” durante o período colonial definia desenvolvimento como “um conjunto de ações concretas efetuadas por europeus para explorar e extrair lucro dos recursos provenientes do mundo não europeu” (WALLERSTEIN, 2005, p. 321, tradução nossa). O autor explicita que havia uma série de pressupostos neste ponto de vista: não europeus não seriam aptos ou mesmo não desejariam “desenvolver” seus recursos sem a intervenção ativa dos europeus; este desenvolvimento representaria um bem material e moral para o mundo, e portanto era um dever moral dos europeus explorar os recursos destes países; e, conseqüentemente, não haveria nada de errado com o fato de, como uma recompensa, os pan-europeus lucrarem com essa exploração (WALLERSTEIN, 2005). O que os militantes contrários a Belo Monte afirmam é que esta lógica não teria sido superada no tempo, mas, ao contrário, continua mobilizando pessoas e recursos na definição da construção de hidrelétricas no Xingu, substituindo-se, nesse caso, o colonizador europeu pelo centro econômico e político do país.

No contexto de Belo Monte esta interpretação não é, todavia, exclusiva aos militantes de movimentos sociais: um dos procuradores do Ministério Público Federal entrevistados também critica a subjugação dos povos da Amazônia pelos formuladores de políticas de desenvolvimento:

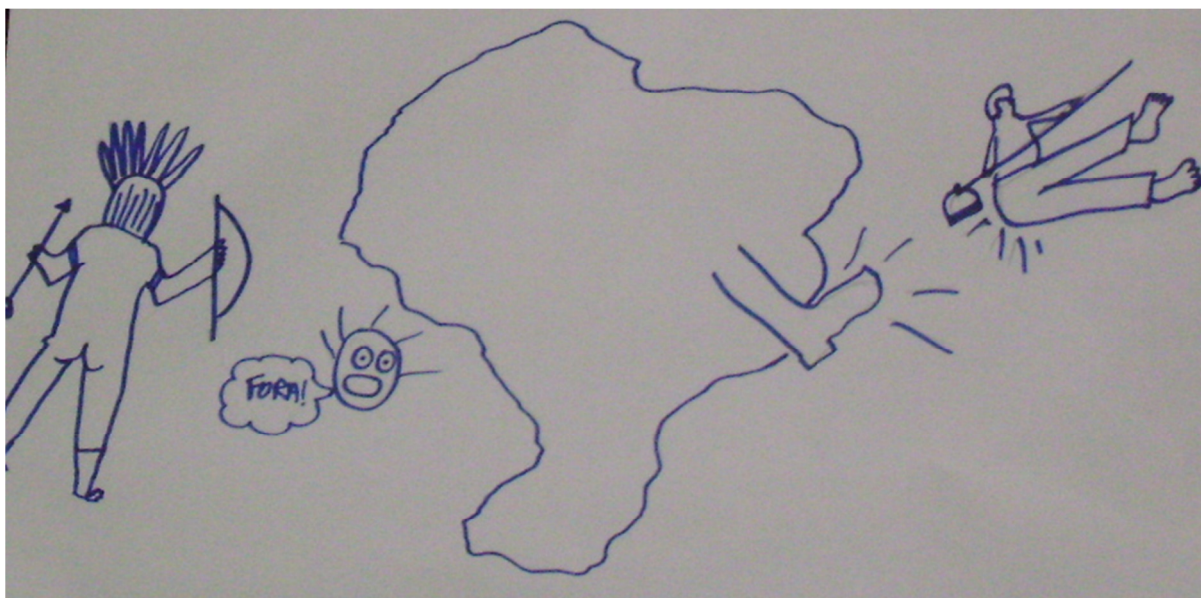
*É a mesma forma desprezível de encarar a Amazônia, de não dar voz aos povos da floresta. É aquele mesmo modelo, eu digo que nós vivemos aqui na Amazônia hoje em dia o choque entre dois modelos de desenvolvimento, o desenvolvimento predatório e o desenvolvimento socioambiental. Então esse modelo de soja, madeira, gado, energia, essas categorias são todas exemplos do modelo predatório. O modelo socioambiental, novo, não é considerado. Porque quem faz a política de desenvolvimento da Amazônia não conhece a Amazônia. Esses projetos não são feitos aqui, as pessoas não são ouvidas, os índios não são ouvidos, os quilombolas não são ouvidos, ninguém é considerado. (Trecho de entrevista: Procurador do Ministério Público Federal, Belém, agosto/2011).*

De maneira complementar, são várias as falas de moradores de Altamira e Volta Grande do Xingu que, ao salientarem a contradição entre um suposto desenvolvimento

– que em princípio deveria trazer benefícios para a população – e a iminência prática de serem prejudicados pelas intervenções governamentais orientadas para este desenvolvimento, demonstram se sentirem excluídos do projeto nacional. Seja ao demarcarem verbalmente esta separação: “Isso é desenvolvimento *só se for para a nação, não é pra nós!*” (Trecho de diário de campo: fala de ribeirinho, reunião na comunidade Cobra-choca, Volta Grande do Xingu, junho/2011), seja expressando a necessidade de suprimi-la, reiterando seu pertencimento ao Brasil:

Nós que moramos aqui *nós também somos brasileiros*. Então, como nós somos brasileiros, nós nos preocupamos com os nossos irmãos lá do sul, então queremos o melhor para todos os seres. (Trecho entrevista: moradora da periferia de Altamira, Altamira, agosto/2011).

Essa relação conflitiva com o ideário de nação que é apresentado na perspectiva de Belo Monte como desenvolvimento aparece de forma ainda mais clara em um desenho realizado por agricultores e ribeirinhos em uma oficina que participei durante minha pesquisa de campo, na qual foi pedido que se desenhasse os direitos que estariam sendo violados no processo de construção de Belo Monte<sup>45</sup>. Um dos cartazes elaborados apresentava a representação cartográfica do território brasileiro expulsando indígenas e agricultores, conforme registros abaixo (FIG. 44 e 45):



**Figura 44:** Desenho realizado por agricultores e ribeirinhos em oficina sobre direitos humanos. Altamira, maio/2011.

Fonte: Fotografia da autora.

<sup>45</sup> Oficina realizada pela ONG Artigo XIX, em parceria com a Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos (SDDH) e o Movimento Xingu Vivo para Sempre, em Altamira, nos dias 28 e 29 de maio de 2011.





**Figura 45:** Moradores de Altamira e Volta Grande do Xingu apresentando cartazes nos quais representam os direitos que sentem violados no processo de construção de Belo Monte. Altamira, maio/2011.

Fonte: Fotografia da autora.

Com efeito, o que a análise das políticas de desenvolvimento pautadas por grandes projetos permite constatar, como salienta Ana Maria Daou, é que:

tais investimentos são planejados para áreas onde vivem povos “tradicionais,” comunidades ribeirinhas, camponeses, agricultores, comunidades quilombolas e povos indígenas, [...] segmentos sociais frequentemente associados ao que pode ser suprimido ou “melhorado” na sociedade do presente, como parte de projetos modernizadores e desenvolvimentistas em que se delineiam verdadeiros projetos de nação. (DAOU, 2010, p. 282).

Para reforçar esta constatação, a autora aponta a semelhança entre as práticas de deslocamento compulsório nos grandes projetos e as estratégias administrativas observadas em contextos coloniais vista por diversos autores (BOURDIEU e SAYAD, 1964; SIGAUD, 1986; *apud* DAOU, 2010), em que “estão em jogo o controle das populações e a liberação de seus territórios originários para o mercado de terras [...] e a inexorabilidade atribuída aos projetos de engenharia e produção de energia e sua coexistência [dos povos ‘tradicionais’] com a sociedade hegemônica”. (DAOU, 2010, p. 282).

Dessa forma, a afronta à autonomia que a construção da hidrelétrica representa para os moradores de Altamira e Volta Grande do Xingu, assemelhando-se a uma relação colonialista da parte do Estado brasileiro, e a sensação de impossibilidade de serem incluídos no *projeto nacional* dela decorrente, conduzem à reflexão sobre o

próprio conceito de nação neste contexto. De fato, é justamente a um projeto biopolítico de nação que Agamben (2010) associa a eficácia da “obsessão do desenvolvimento”, que:

mancomuna, segundo modalidades e horizontes diversos, direita e esquerda, países capitalistas e países socialistas, unidos no projeto – em última análise vão, mas que se realizou parcialmente em todos os países industrializados – de produzir um povo uno e indiviso. (AGAMBEN, 2010, p. 174).

Esta produção da indivisibilidade da população é, segundo este autor, experimentada metodicamente nas sociedades modernas mediante a tentativa de eliminação – ou expulsão – dos excluídos. No contexto do conflito em torno da construção de Belo Monte, este ponto poderá ser melhor discutido após analisarmos a forma como o desenvolvimento é evocado pelos representantes do governo.

O posicionamento dos membros do governo entrevistados nesta pesquisa pode ser resumido na assertiva de que, para essas pessoas, Belo Monte é apresentada como uma necessidade incontestável para o país, que precisa cada vez mais de energia. Como fica evidente nos trechos abaixo:

*O que motiva a construção de Belo Monte é a necessidade do país. Hoje o projeto tá acontecendo por três motivos: primeiro, o Brasil tem hoje um saldo de moeda internacional muito alto, acima de 330 bilhões, então não depende de mercado internacional pra você adquirir as turbinas e outros produtos que vêm de fora; segundo, você tem uma necessidade crescente do país por energia, porque hoje nós estamos produzindo algo em torno de 100 mil MW, mais ou menos, o consumo brasileiro é em torno de 48, tem 40 e poucas hidrelétricas em construção, mas hidrelétricas pequenas, e se continuar nessa linha, em 2015 vai faltar energia no país – então estão construindo Belo Monte não é pra fazer favor para o pessoal da região não, é uma necessidade nacional; e terceiro, Belo Monte nesse sistema hidráulico brasileiro ele é fundamental, porque enquanto aqui tá chovendo demais, lá no Sul tem pouca chuva. Então se ela estivesse construída hoje nós estaríamos produzindo 11.350 MW e estaria sobrando na Volta Grande do Xingu algo em torno de 6500 m<sup>3</sup> de água por segundo. (Trecho de entrevista: Presidente do Consórcio Belo Monte – governo municipal, Altamira, maio/2011).*

*O que é central em Belo Monte é a necessidade do país de produzir energia. Não existe pessoa nem contra nem a favor que é central no processo, é a necessidade do país. Porque as pessoas contra ou a favor passam, mas a necessidade do país é maior. Eu falo sempre, pra região é bom, é muito bom, pro estado do Pará é ótimo, para o país é necessário. (Trecho de entrevista: Presidente da associação Fort Xingu, Altamira, maio/2011).*

Na perspectiva dos prefeitos da região, dos empresários locais, ou ainda do Ministério de Minas e Energia do governo federal, Belo Monte é construída, então,

como “extremamente estratégica”, uma “necessidade” fundamentada em projeções matemáticas, imprescindível para o país. Esse argumento é tributário da concepção de que “energia é a base de tudo”, isto é, não se desenvolve o país sem abundância energética. Portanto, apenas aqueles interessados em sabotar o desenvolvimento nacional poderiam se posicionar contrariamente à expansão da oferta de energia que Belo Monte pode proporcionar. Como aparece nos relatos abaixo:

*Tem uma bandeira de ONGs e movimentos sociais tentando afastar o projeto de Belo Monte. Só que o projeto é extremamente competitivo, extremamente necessário para o Brasil, extremamente estratégico do ponto de vista de você ter no meio do país ali uma hidrelétrica que possa fazer a ponte com as outras partes do país. Então ele não tem jeito de não sair. Pra quem é do setor elétrico, não consegue imaginar você crescer o setor elétrico pra margem esquerda do rio sem passar por Belo Monte. Não tem como, o projeto de Belo Monte traz um ganho de 20% do sistema sem gerar. Por quê? Ele tá numa bacia hidrográfica que tem um regime diferente em dois meses por ano das demais bacias. [...] Os dois meses vão garantir energia elétrica pro Brasil naquele período. Então você não tem como deixar de fazer Belo Monte. É muito estratégico. (Trecho de entrevista: Diretora do Ministério de Minas e Energia, Brasília, agosto/2011).*

*O que atrapalha são os interesses externos. São os contrários, que não querem que o Brasil evolua. Energia é a base de tudo. Essa é a preocupação externa, que o Brasil cresça mais do que deve crescer. Pode procurar ver quem são os contrários. São pessoas ligadas a pessoas externas. Estão ligados diretamente com grupos internacionais que não querem que o Brasil cresça. [...] Mas quem quer o melhor pra nós somos nós. Nós queremos energia limpa. É um grande jogo econômico que está por trás de tudo isso, e nós não podemos dar a mão à palmatória. (Trecho de entrevista: Presidente do Consórcio Belo Monte - governo municipal, Altamira, maio/2011).*

Percebe-se, então, que a centralidade da argumentação dos membros do governo sobre Belo Monte é diametralmente oposta àquela dos moradores de Altamira e Volta Grande do Xingu, que, justamente, afirmam que Belo Monte não é imprescindível visto que há alternativas ao desenvolvimento entendido como sinônimo de expansão do consumo de energia elétrica. Qual é então a racionalidade própria deste espaço, identificado como “o governo”, que permite sustentar essa necessidade de Belo Monte como verdadeira, enquanto o modo de vida na Volta Grande com sua própria existência já dá o testemunho de que há alternativas a este padrão de desenvolvimento?

Para compreender as condições de possibilidade desse ponto de vista, é preciso analisar o que os representantes do governo falam sobre desenvolvimento inserindo estas falas no quadro geral de posicionamentos sobre o Estado, o ambiente, a política e

as formas de articular estes elementos mobilizadas por estes representantes em suas falas e práticas. Uma análise do *ponto de vista do Estado*, portanto, é o que se propõe.

## 6.2 “SE VOCÊ CONSEGUIR INTEGRAR ESSAS BACIAS, VOCÊ GANHA TUDO”: O PONTO DE VISTA DO ESTADO

Ao se analisar a perspectiva do Estado no conflito em torno da construção de Belo Monte, o primeiro aspecto a se ressaltar é que, neste contexto, o debate sobre desenvolvimento, menos do que um embate entre ideias e conceitos, é operativo, via de regra norteando-se pelos dilemas e dificuldades da operacionalização do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS Xingu). Este Plano, tal qual mencionado no terceiro capítulo desta tese, configura-se mediante o estabelecimento de um fórum criado pelo governo federal cujo objetivo é o “planejamento do desenvolvimento regional na área de influência da hidrelétrica de Belo Monte”, ao qual foram convidados a participar membros do governo estadual, dos governos municipais e da sociedade civil da região do Xingu, contando com um orçamento de R\$ 500 milhões provenientes da Norte Energia, e de cerca de R\$ 2,5 bilhões da parte do governo federal (PDRS, 2011). Dessa forma, pode-se afirmar que, em sua composição, o PDRS Xingu congrega aquele que pode ser considerado o “campo do desenvolvimento” (RIBEIRO, 2008) na região, pois, segundo sua definição:

O campo do desenvolvimento é constituído por atores que representam vários segmentos de populações locais (elites locais e líderes de movimentos sociais, por exemplo); empresários privados, funcionários e políticos em todos os níveis de governo; pessoal de corporações nacionais, internacionais e transnacionais (diferentes tipos de empreiteiros e consultores, por exemplo); e pessoal de organizações internacionais de desenvolvimento (funcionários de agências multilaterais e bancos regionais, por exemplo). As instituições são parte importante desse campo; elas incluem vários tipos de organizações governamentais, organizações não governamentais, igrejas, sindicatos, agências multilaterais, entidades industriais e corporações financeiras. (RIBEIRO, 2008, p. 110).

Com efeito, a composição do comitê gestor do PDRS Xingu – que encerrou disputas locais quanto aos selecionados pela Secretaria-Geral da Presidência da República para a representação da sociedade civil – abarca lideranças sindicais e de movimentos sociais (como a FVPP), membros de organizações não governamentais, como o Instituto Socioambiental (ISA), associações empresariais, lideranças indígenas –

indicadas pela Funai – , representantes do consórcio empreendedor responsável pela hidrelétrica (Norte Energia), prefeitos dos dez municípios do entorno da construção, secretários do estado do Pará, analistas do Ibama e da Funai, e uma dezena de representantes de ministérios do governo federal, Casa Civil e Secretaria-Geral da Presidência da República.

Da parte dos representantes do governo federal, este Plano é apontado como o principal sinalizador de que Belo Monte se insere em um novo modelo de construção de hidrelétricas, que, em oposição às experiências controversas do passado (das quais Tucuruí, no Pará, é o principal exemplo, e Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, foram amostras recentes), as barragens são interpretadas como catalisadoras de um amplo e multissetorial processo de desenvolvimento regional. Como se pode verificar no trecho abaixo:

O PDRS é parte desse pacote de estratégias do governo federal de investir em ações que possam mitigar, minimizar esses impactos socioeconômicos tanto quanto políticos. *Houve um comando da própria presidenta de que o processo de Belo Monte fosse um processo diferente.* Tem outros exemplos ao longo da história, mas recentemente teve aquela crise em Jirau e Santo Antônio, o que acabou tendo influência na decisão da presidenta de se adiantar a alguns problemas. Para se prevenir que se chegue a um nível de tensão, porque, *em Jirau, alguns problemas eram previsíveis, daria para se evitar*, se faz um acampamento isolado, com condições precárias, com uma atitude do empreendedor policialesca, é um barril de pólvora, esse negócio vai explodir, aquele tanto de homens lá, prostituição, tudo isso... [...] Então o governo apostou nesse processo. A presidenta falou: *eu quero que Belo Monte seja diferente, não quero que seja um incômodo*, eu quero que seja um fator de desenvolvimento da região e de crescimento social da população, então se virem e façam com que isso aconteça. Ela determinou e a gente então faz executar, e faz executar da maneira mais aberta possível. (Trecho de entrevista: Assessor Secretaria-Geral Presidência da República, Brasília, agosto/2011).

A diretora do Ministério de Minas e Energia entrevistada confirma essa interpretação do PDRS Xingu como um instrumento elaborado visando à reversão das consequências negativas relegadas para as regiões em que são construídas usinas hidrelétricas. Tendo em vista o enorme afluxo populacional que essas obras direcionam para os municípios em que são instaladas e a conseqüente sobrecarga de demanda por serviços públicos que, em geral, já não são satisfatórios para o atendimento da população local, o PDRS surgiu então como uma iniciativa de direcionamento de recursos para a acomodação da obra no contexto local. Nas palavras da diretora,

O PDRS Xingu surge desde 2000, naquela época a gente tinha pensado, *seria uma primeira experiência no Brasil de você ter um empreendimento hidrelétrico alocando um recurso para o desenvolvimento regional*. Daí a origem dos 500 milhões de reais do PDRS. Na realidade, essa ideia surgiu da constatação de que você tá trabalhando numa área de fronteira econômica, uma área de fronteira de ocupação, onde você não tem nada consolidado. *A ocupação é recente, então a ausência do Estado, completa, a ausência de todos os equipamentos de saúde, de educação, enfim, serviços públicos e outros serviços*. E a consolidação da economia local em área de expansão de ocupação você não tem. *E a gente olhou a experiência de outras usinas que foram construídas pela Eletronorte na Amazônia e a usina representava a Marcha para o Oeste*. No caso de Tucuruí, a experiência de Tucuruí nos mostra isso. [...] Então *o fluxo de população praticamente sem renda, sem condição, sem educação, sem isso, sem aquilo, e ao mesmo tempo não tem escola, não tem posto de saúde, não tem orientação, não tem serviços, não tem Estado, nada*, isso reflete de forma muito pejorativa nos empreendimentos hidrelétricos, a conta vai pro empreendimento hidrelétrico. [...] Então a preocupação lá em Belo Monte era levar contrapartidas, de você equipar melhor, de você consolidar áreas econômicas que viessem a ter competitividade e visibilidade dentro da região, *pra trazer alguma coisa de positivo*. Então isso tudo foi pensado nesse âmbito, da inserção regional do empreendimento. (Trecho de entrevista: Diretora Ministério de Minas e Energia, Brasília, agosto/2011).

Neste trecho, aparece de forma bastante explícita, portanto, o entendimento de que o objetivo de um projeto de desenvolvimento é levar, para lugares e pessoas caracterizados por aquilo que lhes falta – lugares e pessoas sem saúde, sem educação, sem serviços, e, sobretudo, sem Estado – recursos financeiros capazes de suprir essas lacunas, com o objetivo de otimizar a competitividade econômica da região e assim se evitar o reflexo pejorativo desse conjunto de ausências no empreendimento hidrelétrico. Visto por este ângulo, a lógica dos “impactos ambientais” é invertida: em vez de se mitigar os efeitos da construção da barragem no local onde ela será implantada, planeja-se evitar que os problemas locais tragam consequências negativas para o empreendimento. Viveiros de Castro e Andrade, ao analisarem o “Plano Diretor para Proteção e Melhoria do Meio Ambiente nas Obras e Serviços do Setor Elétrico” publicado pela Eletrobrás em 1986, já haviam constatado que “na concepção expressa no documento da Eletrobrás o ‘ambiente’ é o ambiente do setor elétrico. [...] Ao contrário, portanto, de interferir no ambiente destas populações, a obra é concebida como afetando e sendo afetada por um ambiente que inclui estas populações” (VIVEIROS DE CASTRO; ANDRADE, 1988, p. 10). De forma similar, neste caso, para evitar que os problemas que já existem localmente “reflitam no empreendimento”,

causando-lhe uma imagem negativa, planeja-se uma intervenção governamental que associe a barragem a “alguma coisa de positivo”.

No entanto, ainda assim não sem cautelas esta aposta em um processo *diferente* e mais positivo de construção de hidrelétricas é apresentada. Veja-se o próprio documento-síntese do PDRS, que afirma:

A apropriação dos recursos naturais pela sociedade encerra *o desafio do uso racional do recurso*, assim como do *controle e da mitigação dos impactos* decorrentes da implantação do empreendimento. [...] Projetos de infraestrutura desse porte [*da hidrelétrica de Belo Monte*] trazem consigo *a possibilidade* de promover a alavancagem do contexto econômico e social local, *se aproveitadas as externalidades do investimento econômico de grande porte*, através da articulação com as forças locais e nacionais, públicas e privadas, que levem à dinamização econômica e social, com uso sustentável dos recursos naturais locais. Oportunidades de desenvolvimento regional estarão *disponíveis* e a região poderá internalizar e consolidar a nova dinâmica socioeconômica [...] Neste contexto, o PDRS do Xingu é um instrumento do planejamento governamental que visa consolidar a estrutura produtiva regional, por meio da *potencialização e internalização das oportunidades* e dos efeitos positivos da implantação do empreendimento na região, orientando a implantação de políticas públicas e a articulação com as ações de agentes privados. (PDRS, 2011, p. 114-23, destaques nossos).

Nesta visão, portanto, em que o ambiente é considerado um recurso a ser apropriado pela sociedade, o desejável é a elaboração de formas de utilizá-lo racionalmente. É a este *desafio* central que responde o projeto de desenvolvimento. Desta forma, percebe-se que à insistência no caráter potencial do projeto de desenvolvimento soma-se então a ideia do próprio Plano como desafio – uma oportunidade repleta de dificuldades e cujos efeitos não podem ser previstos de antemão:

*Isso é uma experiência nova*, então, ela é por princípio democrática, participativa, mas *tem uma série de desafios*, porque diferente de outros modelos de construção de grandes empreendimentos, nesse caso, até pelo histórico de resistência da comunidade, o governo caminhou pra esse modelo em que os problemas são debatidos em um fórum coletivo e democrático, *relativamente democrático*. *Agora o desafio é ajustar*. Nesse formato, tudo tem que ir se ajustando, porque tem desde, como manter as reuniões periódicas do comitê? *Esse é um grande desafio*. Até para o governo, porque para mobilizar todos aqueles ministérios, tanto é que a gente conseguiu convencer que tem que ter uma FAB [Força Aérea Brasileira], porque o transporte é complicado, tem que ter uma logística muito grande. Como é que você vai manter isso? *Um outro desafio* é que ano que vem tem eleição municipal, né? Então os prefeitos vão querer tirar vantagem, porque a tradição é o prefeito realmente ir negociar com o empreendedor. *E aí essa vai ser a grande briga*, o comitê vem um pouco para quebrar essa

relação direta das prefeituras com o empreendedor. *Os 500 milhões, esse vai ser uma guerra de foice*, um vai querer desse jeito, os prefeitos querem pra fazer vicinal, outros vão querer outra coisa. E na verdade tem um problema histórico porque é uma região muito carente mesmo. Fora o próprio empreendimento, porque *quando chegar todo mundo lá, vão começar a surgir os problemas mais reais*. (Trecho de entrevista: Assessor da Secretaria-Geral da Presidência da República, Brasília, agosto/2011).

Dito desta forma, o que estes “desafios” parecem antever, no entanto, são possíveis falhas no processo de elaboração e condução do projeto de desenvolvimento que, na perspectiva dos representantes do governo, se realiza mediante o PDRS Xingu. Essa interpretação fica ainda mais clara quando se considera a fala abaixo, da diretora do Ministério de Minas e Energia:

*Agora, o Plano ficou muito aquém do que era pra ser*, e algumas coisas realmente faltaram, *faltou* bastante argumentação, *faltou* bastante amparo técnico. [...] Entrou um elemento novo que foram os 500 milhões do empreendedor, e eles não souberam bolar um sistema de como gerir esse recurso. Esse vai ser o *próximo problema a ser enfrentado* pelo comitê gestor, porque eles pensaram muito pra discutir prioridades, mas prioridades fica muito difícil num plano de desenvolvimento, seja ele qual for, se você tá priorizando o dinheiro do outro [...]. *Então já começa a ter uma série de problemas um comitê gestor dessa natureza, eu acho que já é uma falha do plano*. E aí a capacidade de continuidade do plano começa a ficar comprometida, porque acaba ficando no ar. Então, no meu entendimento, *acaba sendo muito mais um fórum de alívio de tensões*. Ele vai entrar pra outra finalidade. No caso de Belo Monte acaba nem sendo ruim, mas não cumpre o propósito, que era um propósito importante pro setor elétrico. Tô colocando isso, tá no início do processo, posso ter que morder a língua no final, mas *a minha percepção do processo é que ele não vai dar no lugar que a gente quer que ele dê, porque ele não tem os instrumentos para chegar nesse lugar*. (Trecho de entrevista: Diretora do Ministério de Minas e Energia, Brasília, agosto/2011).

Portanto, o que os representantes do governo parecem expressar com o PDRS Xingu é que nesta perspectiva em que o desenvolvimento é função de um instrumento executivo, os próprios formuladores deste instrumento admitem que provavelmente ele não vá funcionar (ou, mais precisamente, não vá chegar aonde se quer). Isto porque “possui falhas” – e não porque seja preciso rediscutir o desenvolvimento do qual é corolário. É interessante retomar que, já ao exemplificar como a construção de Belo Monte deveria ser inserida em um processo “diferente” daquele das demais barragens, o assessor da Secretaria-Geral da Presidência da República havia mencionado que em Jirau tinha acontecido uma série de situações que tornava “previsíveis os problemas” que se sucederam. No entanto, é curioso que muitos dos problemas listados –



acampamentos de trabalhadores isolados, número elevado de homens concentrados, precariedade, prostituição – não só vieram a se repetir em Belo Monte, como são situações características do padrão de construção de grandes empreendimentos.

Portanto, estes trechos nos permitem corroborar com a interpretação de Ferguson (2006) de que as “falhas” são parte inerente dos projetos de desenvolvimento, sendo inevitáveis nesta lógica de intervenção. Segundo este autor, os técnicos que se colocam no papel de “politicamente neutros”, se propõem a transformar regiões dos países em que atuam de acordo com planos pré-determinados, tidos como dados, como se tudo o que houvesse a ser feito fosse implementar estes planos. No entanto, ao invés de resculpir a sociedade a seu redor o que geralmente ocorre é a reformatação e reapropriação do plano – e dos “recursos” – pelas pessoas e políticas locais. Especificamente no caso dos planos de desenvolvimento voltados para o Lesotho, onde Ferguson baseou sua pesquisa, o autor afirma que, mesmo após os planos de descentralização política dos programas de desenvolvimento terem sido abandonados, os formuladores de planejamentos continuaram a insistir que a falha do projeto resultava de alguma falha do governo local em entender o plano, ou do esquema organizacional correto não ter sido encontrado. E, dessa forma, “necessitando construir seu papel como ‘apolítico’, eles continuaram a ver os governos locais como máquinas de entrega de serviços, e não como fatos políticos ou meios pelos quais algumas classes e interesses buscavam controlar o comportamento e as escolhas de outros.” (FERGUSON, 2006, p. 167). Os projetos de desenvolvimento analisados por Ferguson no Lesotho são diferentes de Belo Monte e seu PDRS Xingu, visto que, nos primeiros, a formulação dos planos se dá por agências internacionais, enquanto no caso aqui analisado é o próprio governo federal o responsável pela intervenção. Contudo, a dinâmica de elaboração exógena ao local – inclusive às lideranças governamentais locais – é similar nos dois casos, conduzindo novamente a se refletir sobre o “colonialismo interno” apontado pelos entrevistados.

No contexto da construção de Belo Monte, destacam-se ainda como, de maneira alinhada com essa interpretação, as falhas inevitáveis ao PDRS Xingu são admitidas, a despeito do alto custo financeiro e político de sua execução:

São pessoas sérias que estão participando ali, que estão participando porque têm suas expectativas, e isso tem um custo muito alto, além do custo logístico alto que é pegar um avião da FAB, encher de gente, hospedar, tudo, tem também o custo político, custa caro politicamente também, porque as pessoas que estão indo ali são pessoas de peso,

pessoas de alto escalão. É um fórum que não é figurativo, os membros do governo do federal são secretários, não são pessoas que não têm poder de decisão, são pessoas importantes, então está tendo um investimento. Então se isso não tá andando... se as ações não acontecerem, as pessoas vão deixar de ir, e isso tudo tem um custo. (Trecho de entrevista: Assessor da Secretaria-Geral da Presidência da República, Brasília, agosto/2011).

E, também, a despeito do não atendimento das expectativas de retorno local do projeto que, segundo o documento-síntese, consistia em um dos objetivos centrais do mesmo. Ao contrário, desde o início do processo é possível antever que a dinamização da economia local não tem acontecido como se esperava:

Então a gente tá vendo agora, por exemplo, que por mais que o pessoal queira contratar gente na região, eles não têm gente treinada, e não se treina de uma hora pra outra; por mais que você queira ter fornecedores de equipamentos de matérias-primas, de tijolo, do que quer que seja, você não encontra, porque o que você encontra ou não tem a qualidade ou não tem a quantidade que eles precisam. E não tem nenhum movimento associativista, cooperativista, que possa fazer a reunião desses produtores de peças de forma que eles estejam treinados, consigam uma escala, pra fornecer. Isso tudo tava no Plano original de 2000 lá. Mas o NAEA<sup>46</sup>, que acoplava com o PT e os movimentos sociais lá, eles direcionaram o Plano de Desenvolvimento para projetos extrativistas, projetos de pequeno produtor, ignoraram Belo Monte. Ignoraram. *Então eles não entenderam como poderiam contribuir de verdade e com isso perderam uma oportunidade enorme de sinalizar pro estado ganhos, apropriação de renda, efeito multiplicador de investimento na região, assim, fantástica. Perderam essa oportunidade. E lá em Altamira, eles não se prepararam e agora vão correr pra fazer tudo no susto. Só que isso me preocupa, porque a previsão de construção das obras civis é um tempo curto. Então quem decidir fazer grandes investimentos, não tem um tempo muito grande não. Agora, o ISA podia ter trabalhado isso, e trabalhou contra, a Universidade Federal do Pará podia ter trabalhado a favor, trabalhou contra, enfim, cada um tem a usina que merece, o povo que merece, e o que consegue construir, a agenda positiva que consegue construir.* (Trecho de entrevista: Diretora do Ministério de Minas e Energia, Brasília, agosto/2011).

Portanto, nessa ótica, se o PDRS e a construção da hidrelétrica não conduzirem ao desenvolvimento potencial que continham em si, a responsabilidade será da comunidade local e de seus mediadores, que não entenderam qual deveria ser a sua

---

<sup>46</sup> Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Este núcleo atuou em uma das fases de elaboração do PDRS Xingu. O Plano, inicialmente elaborado pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, nos anos 2000, foi reelaborado quando o projeto de Belo Monte foi retomado pelo governo federal, incorporando alterações na área do reservatório. Foi neste período que o NAEA foi chamado a participar. O produto elaborado pelo NAEA foi transferido para a responsabilidade da Casa Civil da Presidência da República, que montou um grupo de trabalho secretariado pelo Ministério da Integração Nacional para dar continuidade à elaboração do projeto. A versão final do PDRS Xingu é então aquela elaborada por este grupo de trabalho, mas reflete as diferentes fases de elaboração do Plano.

forma de colaborar com o projeto. O conflito político em torno do projeto é assim negligenciado, sendo substituído por um problema organizacional. Diante dessa lógica, na qual “cada um tem a usina que merece” e, mesmo sabendo-se de antemão que as falhas são inevitáveis, o projeto de desenvolvimento não é questionado, faz sentido concordar com a afirmativa de Ferguson (2006) de que possivelmente mais importante do que questionar o que o projeto de desenvolvimento não consegue fazer, é analisar o que efetivamente alcança mediante seus “efeitos secundários”. Para o Lesotho, o autor responde: o projeto de desenvolvimento foi instrumental ao estabelecer uma nova administração direta e em possibilitar ao governo uma presença mais forte na área pretendida do que jamais havia existido anteriormente (FERGUSON, 2006). Em Altamira e Volta Grande do Xingu, a resposta não parece ser muito diferente, pois, como afirma o assessor da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Belo Monte tem várias particularidades, porque fazer hidrelétrica na Amazônia já é um negócio complicado, agora essa especialmente, porque se tem um histórico de organização social em torno desse tema. Já é polêmico desde o começo, a grandiosidade também, é a maior a ser construída, é muito grande. Mas é uma obra muito importante também, do outro lado, de quem apoia, quem acha que *essa energia gerada é fundamental pra sustentar o desenvolvimento econômico na marcha que o Brasil tá adotando*, então tudo é grandioso em torno de Belo Monte. Então houve uma *decisão de cúpula*, da presidenta. [...] E tem três vertentes basicamente depois dessa demanda da presidenta: o Comitê Gestor e o PDRS são uma vertente; uma outra vertente é a Casa de Governo, isso também não aconteceu em outras obras, então a ideia é que o governo federal esteja lá - claro, tem o Inbra lá, tem o Ibama lá e tem a Funai lá, mas esses órgãos não estão necessariamente coordenados em um direcionamento, então vamos criar uma Casa de Governo para agremiar, vai interagir com esse órgãos, com o Comitê Gestor e com Brasília, fixo lá por tempo indeterminado; e a outra frente é a que começou na semana passada, que é a operação Cidadania Xingu, que vai levar políticas públicas, a gente reconhece a carência da região e os impactos, então, minimamente, não se está adiantando, estamos atrasados, mas poderia ser mais atrasado ainda. (Trecho de entrevista: Assessor da Secretaria-Geral da Presidência da República, Brasília, agosto/2011).

Ou seja, o que fica evidente é que, se há dificuldades na condução do Plano de Desenvolvimento Regional de maneira que os resultados podem ser por antecipação estimados aquém dos desejáveis às expectativas de melhoria de qualidade de vida associadas ao ideário de desenvolvimento, por outro lado isso não significa que o projeto de desenvolvimento não esteja gerando resultados concretos: ainda que usualmente considerado efeito secundário ou colateral, o que a perspectiva de

construção de Belo Monte como projeto de desenvolvimento tem gerado é, basicamente, uma apropriação estatal da região do Xingu, por meio de mecanismos burocráticos e ferramentas de gestão, a qual incide contundentemente sobre as relações sociais locais (incluídas aqui também as relações com os “seres outros que humanos”), transformando-as radicalmente. Isso implica, entre outros aspectos, na imposição de lógicas de gestão, de definição e de coexistência que, no encontro com as lógicas locais atuam como destruidoras (como na expressão “desenvolvimento destruidor” utilizada por um dos agricultores entrevistados), ou, para usar o vocabulário perspectivista, predadoras.

Simultaneamente, e seguindo ainda a linha de interpretação de Ferguson (2006), um projeto de desenvolvimento assim concebido e executado pode comprimir o enfrentamento de questões políticas não apenas em função do aumento de poder administrativo estatal, mas também por tratar tensões políticas vinculadas à distribuição fundiária, oferta de empregos ou acesso à saúde pública como “problemas técnicos” vinculados ao manejo “técnico” do projeto de desenvolvimento. Este ponto aparece com clareza no debate sobre condicionantes em que, tal qual já foi mencionado no capítulo cinco desta tese, direitos constitucionais, como demarcação de terras indígenas e saneamento básico, são “negociados” em função do cronograma do empreendimento ou da repartição de ações entre os governos federal, estadual e municipais e empreendedor. Mas não apenas: de fato, desde as etapas anteriores ao licenciamento, nas quais são tomadas as decisões sobre a viabilidade ou não da construção de hidrelétricas e sobre o planejamento energético de modo amplo, os critérios técnicos são mobilizados como argumentos para a não participação da sociedade civil. Como é demonstrado no trecho abaixo, no qual a diretora do Ministério de Minas e Energia afirma que há uma confusão da parte daqueles que se interessam em participar das decisões vinculadas ao planejamento energético, pois,

*A grande questão é que eles entram achando que podem impedir hidrelétrica, acham que a contribuição de movimentos sociais e alguns centros universitários é no sentido de impedir a realização de hidrelétrica, sem colocar nenhuma coisa plausível, viável, no lugar. Então eles entram com fontes alternativas que não substituem a hidroeletricidade. Eles querem energia solar, energia eólica, energia não sei o que, mas aquilo ali não se sustenta pro país como um todo, na escala em que é preciso colocar. É claro que eu não estou descartando a possibilidade de em um outro contexto socioeconômico você ter outra fonte de geração de energia, não tô descartando essa alternativa, mas no contexto nacional, no Brasil da década de 70 até 2040 você vai ter a energia hidráulica como o carro-chefe da matriz*

energética elétrica. *O que eles poderiam na verdade contribuir, eles se recusam, assim como em Belo Monte, eles se recusam, eles não querem fazer parte do projeto.* É uma orientação do movimento social nesse sentido, eles querem derrubar. Ao mesmo tempo não tem alternativa de colocar outra coisa, apontar outra energia, porque não é viável. E o que eu vejo assim que é muito difícil é que *é um setor técnico, é um setor de uma tecnologia bastante complexa, então parece fácil, ah, todo mundo participa, mas não é assim.* Não é assim. (Trecho de entrevista: Diretora do Ministério de Minas e Energia, Brasília, agosto/2011).

Portanto, por ser um setor técnico, a participação não pode ser estendida a todos os interessados em opinar, mesmo que estes sejam pesquisadores vinculados a centros universitários. Além disso, há uma questão de “escala”, a qual é o Estado quem detém a possibilidade de dimensionar adequadamente. Ao estabelecer estes critérios como fundamentais e exclusivos ao Estado, a forma como a construção da hidrelétrica de Belo Monte se insere no projeto nacional se aproxima do que afirma James Scott (1998) sobre a relação entre Estado e projetos de desenvolvimento. No livro “*Seeing like a State: How certain schemes to improve the human condition have failed*”, o autor visa descrever e analisar experiências de ordenamento – espacial, social, ambiental, territorial – realizadas pelo Estado em cinco diferentes países<sup>47</sup>, suas motivações, estratégias de ação e, sobretudo, os pontos cruciais de suas falhas em promover o bem-estar das populações manejadas. De acordo com as palavras do autor, essas ações de ordenamento resultaram em verdadeiras “tragédias sociais”.

Considerando o conjunto de casos estudados, Scott (1998, p. 04-5) identifica que os episódios “mais trágicos de engenharia social promovida pelo Estado” resultaram de uma perniciosa combinação de quatro elementos, todos os quatro necessários para o “desastre completo”. O primeiro elemento é o *ordenamento administrativo da natureza e da sociedade*. Mediante ferramentas de simplificação da realidade para transformá-la – dentre as quais o esforço de mensuração constante com o uso e criação de mapas e escalas próprias é parte fundamental – o Estado impõe o conceito de cidadania e de provisão de bem-estar social na mesma medida em que pode impor uma política de eliminação de minorias indesejáveis.

O segundo elemento é denominado *ideologia ultramodernista*, que é concebida como uma forte versão da autoconfiança no progresso técnico e científico, na expansão

---

<sup>47</sup> Os estudos de caso analisados são o deslocamento compulsório de moradores rurais para vilarejos na Tanzânia, a coletivização na Rússia, a teoria de planejamento urbano formulada por Le Corbusier em Brasília, uma experiência de modernização da agricultura em Gana e o “Grande Salto para Frente” empreendido por Mao Tsé-tung na China.

da produção, no aumento da satisfação das necessidades humanas, na dominação da natureza (inclusive da natureza humana) e, acima de tudo, no planejamento racional da ordem social comensurado com a compreensão científica das leis da natureza, o que, reforça o autor, tem origem no Ocidente, como um produto inerente do progresso sem precedentes da ciência e da indústria. Scott (1998) destaca que o ultramodernismo tem a ver com “interesses” tanto quanto com fé. Aqueles que o promovem, mesmo quando são empreendedores capitalistas, demandam a ação do estado para efetivar seus planos:

Eles tendem a preferir certas formas de planejamento e de organização social (como enormes barragens, comunicação centralizada e terminais de transporte, grandes fábricas e fazendas, e cidades satélite), porque essas formas se enquadram plenamente em uma visão ultramodernista e também atendem seus interesses políticos como funcionários de governo. Existia, para colocar de maneira crua, uma afinidade eletiva entre ultramodernismo e interesses de muitos funcionários de governo. (SCOTT, 1998, p. 06).

No entanto, como se pode notar pelo tempo verbal utilizado pelo autor, Scott faz questão de ressaltar que “como toda ideologia, o ultramodernismo *teve* um contexto temporal e social particular” (SCOTT, 1998, p. 06, destaque da autora). Para o autor, este tem como clímax a I Grande Guerra, especialmente na Alemanha, mas a “fé ultramodernista” não respeitou as fronteiras tradicionais da política, podendo ser encontrada através de todo o espectro político, da direita à esquerda, “mas particularmente entre aqueles que desejaram utilizar o poder de estado para implementar enormes e utópicas mudanças nas formas das pessoas trabalharem, em seus padrões de vida, em sua conduta moral, e em sua visão de mundo” (SCOTT, 1998, p. 06).

Os terceiro e quarto elementos necessários, segundo James Scott, para a combinação de fatores que resulta em projetos de desenvolvimento conduzidos pelo Estado igualmente faraônicos e desastrosos são a presença de governos autoritários, o que se daria especificamente na ausência de instituições democráticas, e a presença de uma população passiva, que não seria capaz de se mobilizar para realizar críticas e exigir o atendimento de seus direitos.

No que diz respeito a Belo Monte, algumas aproximações são bastante claras, sobretudo no que tange aos dois primeiros elementos elencados pelo autor: além do ordenamento social ser evidente como ferramenta de transformação, o conceito de cidadania – que em Belo Monte é levado pela operação Cidadania Xingu, mencionada pelo assessor da Secretaria-Geral da Presidência da República, que se propõe a realizar exames médicos e expedir documentos de identidade, entre outros – traz em si uma

ambiguidade ao propor reconhecer como cidadãos aquelas mesmas pessoas que, enquanto moradores da Volta Grande do Xingu, têm tido seus direitos de participar ativamente das decisões políticas negligenciados. De forma similar, o ultramodernismo como ideologia também parece se coadunar com a certeza dos representantes do governo na necessidade de expansão da oferta de energia pautada pelo aumento da produção “na marcha que o Brasil está adotando” e no “uso racional dos recursos naturais”. Contudo, é interessante discutir que, para Scott (1998), essa seria uma ideologia localizada temporalmente e, nesse sentido, superada, enquanto sua presença na concepção de Belo Monte nos sugeriria o contrário.

No entanto, os outros dois elementos considerados pelo autor essenciais para a composição dessa lógica de Estado têm sua presença no contexto de Belo Monte passível de discussão: ainda que haja elementos que nos permitam afirmar que a postura do governo tem sido autoritária ao não aceitar a participação da sociedade civil na definição da necessidade da obra, não se pode com a mesma segurança afirmar que se trata de um Estado autoritário no sentido estrito empregado pelo autor, visto que, no mínimo, as instituições democráticas não estão ausentes. Complementarmente, não se pode considerar possível entender como passiva a população envolvida, visto que a postura ativa e persistente dos moradores de Altamira e da Volta Grande do Xingu é essencial para que Belo Monte tenha se transformado em um conflito de tamanha longevidade e importância política.

Assim, mais interessante então do que transpor sem reservas o esquema interpretativo sugerido por Scott (1998) é perceber que esta abordagem corrobora com a compreensão de que há uma “visão de Estado”, observável também em outros contextos nacionais, na qual o Estado se apresenta como um ponto de vista que não é um ponto: o ponto – o local, as pessoas, as consequências diretas – é considerado irrelevante dentro do panorama que é traçado por seus planejamentos e sua atuação. Dessa forma, de maneira mais ampla, os critérios de organização do mundo, a racionalidade, ou a cosmovisão, daqueles que atuam em nome do Estado, demonstram-se serem outros, radicalmente alheios àqueles expressos pelos moradores de Altamira e Volta Grande do Xingu, visto que orientados por cálculos e objetivações. São os elementos dessa racionalidade própria do Estado que orientam a concepção da necessidade da obra, e aparecem de forma notável no trecho abaixo:

*Belo Monte serve ao Estado brasileiro, é um empreendimento de interesse nacional. E é isso que o pessoal não quer admitir. Aí que tá o*

centro da questão. É estratégica pro setor elétrico brasileiro. Então eles entram com argumentações, ah, porque não vai dar lucro, porque não vai dar isso, ora, vai dar lucro sim, e muito! [...] *O que o movimento social não entende é que inviabilizada ela não vai ser. Porque mesmo que ela não desse lucro, ela desse muito prejuízo, para o sistema elétrico ela é muito importante.* Para o sistema hídrico elétrico o fato de você ter, aqui tem um mapa das usinas [apontando no mapa enquanto fala], você tem o sistema interligado, ele faz toda uma rede, pra ele passar de um lado pro outro, ele precisa se expandir em termos de usina, porque o sistema elétrico precisa de pontos de apoio pra ele puxar a transmissão e não ter muita perda de carga, ele precisa contrabalançar a carga elétrica, então você vai ter que ter usinas pelo caminho. Aqui é Belo Monte, nesse ponto, e aqui você não tem usina nenhuma, e o que se quer, integrar essa bacia desse lado, com essa daqui. Quando você sobe pra cima do Equador, o sistema hídrico inverte. Aqui, quando é chuva lá embaixo, aqui é seca, quando aqui é chuva, ali é seca, então o sistema hidrológico é exatamente o inverso. *Se você conseguir integrar essas bacias, você ganha tudo. Então à medida que a gente for conseguindo integrar as bacias, o objetivo é você integrar com as bacias do Orinoco, aqui de cima da Venezuela.* Tem um sistema hídrico enorme lá que na época de seca eles ficam sem energia. Em compensação na época de chuva, eles têm energia em abundância, e perde tudo. *Então se você conseguir integrar o sistema, em termos de América Latina, América do Sul, você vai ter ganhos enormes na compensação de uma bacia com a outra, e Belo Monte tá nessa linha de estratégia. Então você não pode prescindir de Belo Monte.* E além do que, a construção da usina, *é uma usina relativamente barata em relação às outras.* Porque ela é feita quase toda no seco, você vai ter poucas estruturas feitas dentro do rio. Você vai fazer os canais, você vai ter condições de construir a casa de força no seco, e depois você vai desviar o rio e ele vai entrar aí. Então a estrutura dela, claro que é uma obra de engenharia de excelência, tem que ter conhecimento, tudo, mas tem uma questão que simplifica muito. Então ela não é considerada uma usina cara de jeito nenhum. (Trecho de entrevista: Diretora Ministério de Minas e Energia, Brasília, agosto/2011).

Se admitirmos que essa funcionária do Ministério de Minas e Energia fala neste trecho como representante do governo, ou, mais do que isso, como porta-voz da lógica do Estado, pode-se inferir que, no ponto de vista do Estado, o que importa, o que entra no cálculo de custos e benefícios, não diz respeito ao lugar como parte da vida de pessoas, rios, matas, mas à região como pontos de um mapa que é definido em função de seus recursos. Para tanto, ciclos e temporalidades são *transformados* em sistemas hídricos, o Xingu é transformado em um rio manipulável, que se desvia e se encaixa de acordo com o andamento das obras de engenharia, e bacias hidrográficas inteiras são mobilizadas. É nesse sentido também que esta mesma diretora afirmou, em outro momento da entrevista, que “no fim das contas, quando você faz a licitação de uma hidrelétrica você tá licitando uma cidade, é mais ou menos assim.” (Trecho de



entrevista: Diretora Ministério de Minas e Energia, Brasília, agosto/2011). Uma cidade, onde pessoas, construções, expectativas e projetos se entrecruzam e configuram, só pode se tornar objeto de uma licitação se não for considerada, com efeito, uma cidade, mas um espaço no mapa ou um substrato desterritorializado para o usufruto de bens de interesse. Nessa perspectiva, ganhar ou perder tudo é, então, tirar proveito ou não de recursos que, se não se somam aos cálculos de disponibilidade energética, não estão sendo “aproveitados”. Esta concepção está, portanto, efetivamente bastante afinada com a definição de desenvolvimento de Wallerstein (2005), qual seja, um conjunto de ações voltadas para a exploração de recursos que de outra forma não seriam explorados pelas comunidades locais. É dessa forma que o Xingu *serve* ao Estado brasileiro, e se torna assim *imprescindível* para o *interesse nacional*.

Ainda, chama atenção como a escala utilizada pretende dar conta em termos territoriais de regiões tão vastas quanto do Xingu ao Orinoco, na Venezuela, mas também de valores financeiros tão elevados quanto se considerar uma obra estimada em trinta bilhões de reais uma obra “relativamente barata”. De maneira similar, presenciei a fala neste mesmo sentido de um secretário do Ministério da Integração Nacional, em uma das reuniões do PDRS Xingu em Altamira, na qual, em determinado momento quando prefeitos, lideranças de sindicatos e movimentos sociais locais discutiam de maneira insistente com os representantes do governo federal como seria a administração do orçamento destinado a este Plano, este secretário entrevistou: “três bilhões [*de reais*] é só o PDRS, *isso não é nada*, só o asfaltamento da Transamazônica vão ser 10 bilhões, o montante de recursos vai ser bilionário, *o PDRS é só mais um*.” (Trecho de diário de campo: reunião do PDRS Xingu em Altamira, junho/2011). Considerando-se que esta obra em que três bilhões de reais não representam nada é a mesma que vai deslocar pessoas que, em muitos dos casos, são habituadas a viver “quase sem pegar em dinheiro” (como mencionado por vários ribeirinhos da Volta Grande do Xingu), é possível ter uma dimensão da radicalidade da diferença entre as perspectivas em confronto – e de em quais termos se estabelece a “integração nacional”.

Isto porque, como tem sido ressaltado, dentro desse esquema lógico do Estado o encontro de pontos de vistas é praticado de forma com que a política – isto é, a discussão, participação, negociação – é sacrificada em função de exigências de ordem técnica. Este refúgio no argumento técnico, que já havia sido destacado nesta tese com relação ao debate em torno do licenciamento ambiental, aparece, então, para além, funcionando como um critério de definição também do planejamento energético, e de

todas as demais questões que são trazidas ao debate. Pode-se inferir, portanto, que a separação entre política e técnica é uma característica definidora dessa lógica de Estado como um todo coerente.

Conclusão semelhante já havia sido apontada por Schavelzon (2013) ao etnografar os estilos de governo na Comisión Municipal de la Vivienda da cidade de Buenos Aires. Ao se deparar com a constante demarcação de diferenças entre política e gestão (ou técnica) pelos funcionários públicos que pesquisou, o autor buscou diálogo com outras etnografias do Estado como as de Abèlés (2000), Latour (2004), os trabalhos de Gupta (1995) e Yang (2005), e concluiu que em todos eles “aparece de um modo ou outro o destaque da separação entre técnica e política como dados etnográficos inevitáveis ao se pensar a realidade estatal cotidiana em sociedades modernas” (SCHAVELZON, 2013, p. 42, tradução livre da autora).

Assim, o autor, partindo da discussão empreendida por Agamben (2006) sobre política e economia, afirma que gestão (às vezes referida como técnica) e política constituem um par a partir do qual eventos, ações, decisões, âmbitos espaciais, pessoas e relações são classificados e dotados de sentido:

Constituem [...] uma linguagem compartilhada pelos diversos atores, e uma classificação sempre contextual e relacional. Também uma classificação dinâmica, pois ainda quando há um esforço coletivo por manterem-se ambas as esferas separadas (como quando o mundo e os espaços da gestão e da política são pensados como distintos ou a chegada de um implica a suspensão do outro), as pessoas percebem como a cada momento se invadem e se encontram [...], se complementam [...] ou se transfiguram [...]. A política e a gestão, digamos por último, às vezes também se confundem e deixam de distinguir-se (como quando desde certo ponto de vista podemos ver toda gestão como política). (SCHAVELZON, 2013, p. 43, tradução nossa).

Tendo em vista estas categorias, Schavelzon (2013) identifica o *gestionismo* e o *politicismo* como estilos de governo próprios, que se confrontam e disputam cargos e legitimidade na administração portenha, considerando-se a relevância atribuída a cada um dos polos (gestão/técnica ou política) em sua forma de administrar. Articulando-se essa interpretação com o contexto aqui estudado, não é difícil de identificar que, ainda que da mesma forma dinâmica, relacional e híbrida da conceituação das categorias, o governo brasileiro em suas distintas esferas vinculadas à construção de Belo Monte se posiciona com um perfil *gestionista*, no qual admite-se como única política aquilo que é definido como gestão. Ou, como fica mais claro nas palavras do formulador deste esquema de interpretação:

Se poderia dizer que o gestionismo é a doutrina que busca ter como única política a gestão, ou, desde o ponto de vista dos críticos dessa teoria – crítica dos que voluntariamente se colocam do lado da política – de pretender a impossível despolitização, e então fazer política com uma mera aparência de gestão. Do ponto de vista de seus críticos não seria uma doutrina, mas uma política mascarada como doutrina, mas alguns defensores do gestionismo creem sinceramente que o estabelecimento de uma burocracia sem política é possível. (SCHAVELZON, 2013, p. 52, tradução nossa).

Ao transformarem o debate acerca do desenvolvimento uma discussão sobre as formas de implementação, erros e acertos do PDRS Xingu, e, ao se desvencilharem de discussões (cosmo)políticas, encontrarem abrigo no argumento técnico, sintetizado na assertiva de que “é um setor técnico, parece fácil, mas não é assim.” (Trecho de entrevista: Diretora do Ministério de Minas e Energia, Brasília, agosto/2011), o que o governo brasileiro parece pretender realizar é, de fato, uma política com aparência de gestão – e, com isso, pretender a uma despolitização dos processos realizados. Nesta lógica em que a administração estatal é decidida em função de escalas e cálculos, até mesmo a política em sentido estrito, quando é trazida à tona, pode ser reduzida a equações, como aparece no relato abaixo, em que o assessor da Secretaria-Geral da Presidência da República responde sobre a capacidade de diálogo do governo em relação à demanda de não construção da hidrelétrica de Belo Monte:

[Assessor]: Veja, a gente é parte do governo federal, tem uma decisão do governo federal de que a obra vai acontecer. Se o movimento chega aqui pra conversar com a gente com esse posicionamento já fixo e marcado, dizendo a nossa pauta é a parada imediata do processo, aí foge à nossa governabilidade, *a gente não pode negociar, porque a presidenta decidiu que vai ter a obra.*

[Autora]: Essa negociação, que para o movimento é central, é fora de pauta?

[Assessor]: É. Também não diria que é central pra todo o movimento. Mas está fora de pauta. [...] E a obra não só vai rolar como já está rolando. Já saiu a licença de instalação, já tá andando. *Tem processos judiciais, tem, tem até reclamações na Corte Interamericana, mas, toda obra tem processos judiciais.*

[Autora]: Mas, vamos supor, se a OEA condena, se tem uma grande mobilização, você acha que ainda assim?

Assessor: *Aí, se você é a presidenta você vai fazer esse cálculo, compensa ou não? Porque o custo político de não fazer também é alto, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista político, né? O governo aqui é um governo de coalisão, né? Não é um governo parlamentarista, ganhou, levou tudo, a governabilidade é construída durante o governo, então o tempo inteiro é isso. Não sei, pergunta difícil. Mas eu acho que hoje o cálculo é muito tranquilo para a presidenta dizer: hoje a obra vai ser feita, a postura hoje é essa, agora*

se os caras metem fogo em tudo lá e conseguem, pode chegar um momento em que ela fale, não, vou recuar, mas hoje o equilíbrio de forças está mais pra obra. Acho até que, eu não conheço a estrutura e a representatividade dos movimentos sociais lá no Pará, mas me parece que a maior parte tá participando do processo, *quem tá radicalmente fora é a minoria. Me parece, não sei, mas, embora eles sejam mais bem articulados, inclusive com bons argumentos, numericamente são menores.* (Trecho de entrevista: Assessor da Secretaria-Geral da Presidência da República, Brasília, agosto/2011).

Portanto, percebe-se que enquanto as *negociações* estão fora do universo de possibilidades, os *cálculos* são realizados constantemente, e é o quanto pesam os *custos*, sejam eles políticos ou econômicos, o que define os rumos do processo. Nessa equação, o numericamente relevante é o que possui interesse: uma minoria, ainda que com bons argumentos, não interfere na tranquilidade com que a conta realizada pela presidenta chega aos seus resultados.

Para Schavelzon (2013), esse “estilo gestor” pode ser associado de forma mais ampla à modernização ocidental em sua administração governamental, tal qual apontado por Weber (1974) sobre os tipos de dominação. De fato, se retomarmos a forma pela qual Weber descreve a burocracia vinculada à racionalidade moderna, o *ultramodernismo* do Estado brasileiro se torna quase inquestionável, visto que ele afirma:

A especificidade da cultura moderna são as “normas calculáveis”, e particularmente sua base técnica e econômica [*que*] exige precisamente esta “calculabilidade” dos resultados. [...] sua índole particular, bem recebida pelo capitalismo, evolui tão mais perfeitamente quanto mais “desumanize” a burocracia, quanto mais completamente consiga despojar os assuntos oficiais do amor, do ódio e demais fatores pessoais, irracionais e emocionais que escapam a todo cálculo. Esta é a índole peculiar da burocracia e é estimada como sua virtude específica. (WEBER, 1974, p. 151 *apud* SCHAVELZON, 2013, tradução nossa).

De fato, não restam dúvidas de que os cálculos de viabilidade de construção de Belo Monte sejam radicalmente desumanizados e dessubjetivados no que diz respeito aos atingidos pelas consequências da obra, isto é, os moradores da Volta Grande do Xingu, os quais têm suas relações de afeto entre si e com os seres outros que humanos que compõem o lugar desconsideradas das equações. Resta saber se as pessoas que ocupam os cargos de decisão administrativa, a referida “cúpula do governo”, são modernas o bastante para que desconsiderem também os seus próprios “fatores pessoais, irracionais e emocionais” no estabelecimento dos critérios e pesos dos cálculos.

De toda forma, o que se pode concluir, portanto, é que o ponto de vista do Estado, ao conceber o desenvolvimento como uma *técnica* de gestão econômica – como fica claro na forma como é elaborado e implementado o PDRS Xingu e definidos o planejamento energético e o interesse nacional – *anula a política*, isto é, a negociação. É justamente nesse sentido que o desenvolvimento pode ser entendido como uma máquina antipolítica, tal qual a interpretação sugerida por Ferguson (2006, p. 170, tradução nossa), visto que a maneira pela qual os projetos de desenvolvimento atuam lembram “o modelo de uma máquina ‘antigravidade’ das histórias de ficção científica, já que parecem suspender a ‘política’ até mesmo das operações políticas mais sensíveis com a rapidez de um clique”. Com efeito, é de uma *suspensão* da política que de fato se trata a atuação do Estado brasileiro no contexto da construção da hidrelétrica de Belo Monte, como fica ainda mais claro quando se analisa o não julgamento das ações civis públicas contrárias à obra.

### 6.3 O “INTERESSE NACIONAL”: ENTRE AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, SUSPENSÕES DE SEGURANÇA E O ESTADO DE EXCEÇÃO

Conforme foi mencionado na introdução desta tese, há até o momento 58 processos judiciais movidos contra Belo Monte, decorrentes de ações ajuizadas pelo Ministério Público Federal no Pará, pela Defensoria Pública Estadual do Pará e por instituições da sociedade civil. Estas ações denunciam violações da legislação ambiental e de direitos previstos na Constituição Federal e nos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é parte, e solicitam a paralisação da obra até que medidas de proteção ao ambiente e efetivação dos direitos socioambientais sejam asseguradas. Contudo, a maior parte destes processos está paralisada na justiça brasileira, sem terem suas ações julgadas ou analisadas quanto ao mérito, há vários anos (Quadro 5, abaixo).

Por isso, a chamada “demora injustificada do processo” motivou, somada às ameaças de danos socioambientais irreversíveis e violações de direitos humanos causados pela obra, o acionamento da Justiça internacional, mediante a ação movida por representantes da sociedade civil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH/OEA). Esta ação resultou na solicitação pela CIDH/OEA, em abril de 2011, que o governo brasileiro “suspenda imediatamente o processo de licenciamento do projeto da UHE de Belo Monte e impeça a realização de qualquer obra material de execução até

que sejam observadas [...] condições mínimas” por ela estipuladas (CIDH, 2011, s/p.). Em resposta, o governo brasileiro afirmou, por meio do Itamaraty, que havia recebido “com perplexidade” a solicitação e considerava as recomendações da CIDH “precipitadas e injustificáveis” (NOTA do Itamaraty, 2011, s/p). Ainda, a nota do Itamaraty afirmou que:

O Governo brasileiro, sem minimizar a relevância do papel que desempenham os sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, recorda que o caráter de tais sistemas é subsidiário ou complementar, razão pela qual sua atuação somente se legitima na hipótese de falha dos recursos de jurisdição interna. [...] O Governo brasileiro está ciente dos desafios socioambientais que projetos como o da Usina Hidrelétrica de Belo Monte podem acarretar. Por essa razão, estão sendo observadas, com rigor absoluto, as normas cabíveis para que a construção leve em conta todos os aspectos sociais e ambientais envolvidos. O Governo brasileiro tem atuado de forma efetiva e diligente para responder às demandas existentes. (NOTA do Itamaraty, 2011, s/p, abril/2011).

QUADRO 5: Processos judiciais referentes à construção da hidrelétrica de Belo Monte

INSTITUIÇÃO	NÚMERO DE PROCESSOS	ESFERA JUDICIAL	SITUAÇÃO GERAL	PERÍODO DE AJUIZAMENTO
Ministério Público Federal	17	Federal	Concluídas: 1 – trânsito em julgado Pendentes: 14	2001 – 2013
Defensoria Pública do Estado/PA	22	Federal (4) e Estadual (18)	Concluídas: 0 Pendentes: 22 (um acordo judicial em andamento)	2010-2013
Sociedade civil	19	Federal, Estadual e Internacional (CIDH/OEA))	Concluídas: 0 Pendentes: 19	2009-2013
<b>TOTAL</b>	58	–	–	–

Fonte: Adaptado de Movimento Xingu Vivo para Sempre (2013), incluindo-se informações de MPF (2013).

No âmbito interno, de todas as 57 ações, apenas uma até o presente momento foi conclusivamente julgada: a primeira Ação Civil Pública (ACP) movida pelo Ministério Público Federal, discutindo a competência do órgão ambiental responsável pelo licenciamento da obra. A decisão final foi em favor do MPF, tendo ficado a partir de

então o órgão ambiental federal – o Ibama – como responsável pelo licenciamento ambiental de Belo Monte. Dentre as demais ações, há outra, impetrada pelo MPF em 2006, cujo objetivo é demandar o direito à consulta prévia, livre e informada dos povos indígenas afetados pelo empreendimento sobre a realização ou não do projeto em seus territórios ancestrais, a qual em agosto de 2012 houve votação de mérito pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). Os desembargadores da 5ª turma deste tribunal votaram pela ilegalidade da obra e determinaram sua paralisação até que a consulta aos povos indígenas fosse realizada e as irregularidades denunciadas na ação fossem sanadas. No entanto, em resposta a essa decisão a Advocacia-Geral da União entrou com um pedido ao Supremo Tribunal Federal (STF) fazendo recurso a um mandado de *suspensão de segurança* ao presidente do STF, que deferiu o pedido e, assim, suspendeu os efeitos da decisão do TRF1. Essa ação aguarda desde então o julgamento do seu mérito pelos ministros do STF.

Este não foi o único caso em que o recurso à suspensão de segurança foi utilizado pela Advocacia-Geral da União: entre os demais processos jurídicos em torno de Belo Monte, há outros nos quais o juiz de primeiro grau concedeu liminar, acatando os pedidos do Ministério Público Federal, mas os efeitos das liminares foram em seguida suspensos por decisões do TRF. Em todos estes casos, o presidente do TRF não analisou o mérito da questão, mas sim as suas implicações para o “interesse nacional”.

Portanto, percebe-se que, até o momento, nas 57 vezes em que o Judiciário foi incitado a se manifestar sobre a legalidade das diferentes etapas de realização da construção de Belo Monte, ou decidiu-se sobre a necessidade de mudança na forma de condução da obra (como ocorrido na primeira ACP), ou não houve manifestação do judiciário (como na maior parte das ações, que se encontram sem julgamento), ou, quando decidiu pela interrupção da obra, a decisão foi suspensa argumentando-se em favor do interesse nacional. Nestes casos, então, a identificação entre Belo Monte e “projeto nacional” é reforçada, enquanto seu reverso, a demanda por reconhecimento das pessoas e dos lugares da Volta Grande do Xingu como sujeitos de direitos, é desconsiderada.

Assim, estas suspensões de segurança parecem atuar como inscrições no conflito que, ao traduzi-lo e, conseqüentemente, coproduzi-lo, implicam em uma transformação de escala: na esfera jurídica, o conflito em torno da construção de Belo Monte já não trata mais do Xingu e sua vazão hídrica ou sua fartura, mas do *interesse nacional*, suas exigências e necessidades. Para se compreender, portanto, como Belo Monte pode ser

transformada na materialização do projeto nacional e à custa de que, interessa então analisar o que é uma suspensão de segurança.

Segundo o jurista e Procurador-regional da União da 1ª Região Carlos Henrique Costa Leite, a suspensão de segurança “constitui uma forma ampla de inserção do Poder Judiciário no campo da política” (LEITE, 2012, p. 01). Trata-se de um mecanismo “de natureza jurídica debatida”<sup>48</sup> que permite que a pessoa jurídica de direito público interessada, bem como o Ministério Público, “requeiram junto aos Presidentes dos Tribunais a suspensão da execução de decisões judiciais que possam acarretar graves lesões à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas” (LEITE, 2012, p. 01). Este mecanismo possui uma singularidade: para ser deferido, não requer do julgador a análise do mérito propriamente dito da decisão, isto é, não se considera, para o deferimento da suspensão, “a justiça das decisões impugnadas sob a ótica do direito discutido, mas apenas sua potencialidade de causar grave lesão aos bens jurídicos tutelados pela lei, quais sejam, ordem, saúde e segurança públicas” (CUNHA, 2010, p. 555).

Decorre então que, se o mérito da ação não é analisado – por exemplo, não se verifica se os direitos indígenas à consulta prévia, livre e esclarecida estão ou não sendo garantidos –, nem tampouco é possível definir em termos jurídicos determinados conceitos como ordem, saúde e segurança públicas (KRELL, 2004), “acaba-se por atribuir à decisão proferida no âmbito da suspensão de segurança um caráter essencialmente político” (LEITE, 2012, p. 02). Com efeito, para alguns autores a suspensão de segurança é julgada com bases estritamente extrajurídicas (NORTHFLEET, 2000) e, mesmo aqueles que consideram extremada essa interpretação, afirmam que neste mecanismo prevalecem os argumentos políticos na decisão (LEITE, 2012). Por este motivo, para um dos procuradores do Ministério Público Federal que têm atuado nas ações contrárias à forma como Belo Monte vem sendo construída, a suspensão de segurança é um mecanismo inconstitucional:

Porque na verdade suspensão de segurança é um mecanismo que pra mim é inconstitucional, é um incidente processual, é um recurso que não deveria estar, porque ele faz com que a decisão do juiz de primeiro grau, o presidente, sozinho, o presidente do TRF possa estancar aquilo e dizer: parou isso até o julgamento final, isso aqui não vale nada até o julgamento final da ação. Só que o julgamento final pode demorar tempo suficiente para que a obra seja feita. Então isso

---

<sup>48</sup> Alguns autores atribuem-lhe a natureza de incidente processual, outros de ação ou medida de contracautela e outros ainda de decisão administrativa ou política (LEITE, 2012).



acaba favorecendo quem tá na ilegalidade. (Trecho de entrevista: Procurador do Ministério Público Federal, Belém, agosto/2011).

Outro procurador do MPF entrevistado não chega a afirmar a inconstitucionalidade deste recurso – pelo menos segundo o que é acatado atualmente –, mas reforça a posição de que é uma atuação *diferente* do judiciário e que tem sido utilizada como uma estratégia da Advocacia-Geral da União para garantir a não interrupção das obras de Belo Monte:

É uma decisão que de acordo com o que fala a doutrina ela não precisa analisar o mérito, ela não olha a documentação, basta que ele entenda que há uma grave lesão à economia, enfim, então normalmente ele se embasou na questão da necessidade de energia e suspendeu essas decisões. Ela tem previsão na lei, então é uma lei que foi aprovada pelo Congresso Nacional, tem validade até que se prove o contrário, por princípio ela não é inconstitucional. Mas pode-se amanhã ou depois arguir-se a constitucionalidade dessa lei perante o Supremo Tribunal Federal. E, de fato, por ela não analisar o mérito da questão ela é, digamos assim, no mínimo diferente dos demais recursos que existem no processo civil brasileiro e que necessariamente eles analisam todos eles o mérito. [...] E esse recurso é o que está dando mais resultado na estratégia deles. (Trecho de entrevista: Procurador do Ministério Público Federal, Altamira, junho/2011).

Dessa forma, afirma-se que a utilização do mecanismo de suspensão de segurança denota uma inserção incisiva da política no judiciário, que se afasta de uma postura de análise técnica para uma posição de “protagonismo político” (LEITE, 2012, p. 06). Visto por este ângulo então, a suspensão de segurança não suspenderia a política, mas, ao contrário, a reforçaria. No entanto, é importante considerar que tal inserção da política se dá por uma via de mão única, visto que o judiciário carece de instrumentos que permitam “a possibilidade de inserção dos pontos de vista dos demais atores processuais”, sobretudo “os interessados e afetados pela política pública” (LEITE, 2012, p. 06). Portanto, não se trata de uma política capaz de, mediante um instrumento elaborado para a garantia de execução de um projeto nacional, abarcar uma multiplicidade de pontos de vista, inclusive daqueles sobre os quais o ordenamento do projeto nacional incide de forma transformadora. Ao contrário, trata-se da consideração de um ponto de vista, o do Estado, sobre o ordenamento jurídico.

Nesse sentido, o recurso à suspensão de segurança é um recurso político desde que se admita a política em quais termos? No sentido em que política é o avesso da técnica, talvez, já que, como o debate jurídico deixa claro, não se trata de uma decisão técnica, fundamentada na análise minuciosa do contexto particular, que sustenta o deferimento de uma suspensão de segurança. Mas, no entanto, essa parece ser uma

definição insuficiente de política, assumi-la como tudo o que não é técnico. Talvez a chave para se analisar em que modo de existência a política é passível de ser exercida como via de mão única esteja no segundo termo do nome do mecanismo utilizado. A que se refere então a *segurança* que depende da *suspensão* da norma instituída para a sua garantia?

No contexto do conflito ambiental em torno da construção de Belo Monte, algumas pistas podem ser encontradas quando se analisa os argumentos apresentados nos pedidos de suspensão de segurança pela Advocacia-Geral da União, bem como aqueles oferecidos como respaldo de deferimento dos pedidos. Por exemplo, como se encontra na decisão do Desembargador Federal Jirair A. Megueriam sobre o pedido de suspensão da liminar concedida pelo Juiz Federal da Subseção Judiciária de Altamira deferindo o pedido do MPF de anulação do aceite do EIA/RIMA incompleto da UHE Belo Monte pelo Ibama e, conseqüentemente, a suspensão da realização de audiências públicas enquanto o EIA/RIMA não estivesse completo. O desembargador pondera que, ao interceder em favor da suspensão de segurança desta liminar, a União manifestou que:

*O atraso no andamento da construção da UHE Belo Monte trará graves prejuízos para o País e para o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, tendo em vista tratar-se de obra estratégica dentro desse programa, isso sem falar da demanda crescente por energia elétrica e da necessidade de substituição da energia produzida por usinas termelétricas, mais caras e poluentes, pela hidrelétrica, mais limpa e que não deixa o Brasil na dependência de combustível fóssil importado, como é o caso do gás natural, proveniente da Bolívia. (TRF1, 2005, f. 2, destaques da autora).*

Um primeiro aspecto que pode ser mencionado é que, neste trecho, o sujeito atingido ou interessado na definição acerca da construção da hidrelétrica é “o país”, ou “o Brasil”, sujeito não humano e extrapessoal posicionado como aquele que pode ser prejudicado caso o andamento das obras de construção da hidrelétrica seja *atrasado*. A menção ao atraso, ainda, não parece ser fortuita, visto que este é justamente a antítese do desenvolvimento, ou, tudo aquilo que não cabe na modernidade. Finalmente, para que o sujeito-país não incorra o risco de se tornar dependente de importações – o que ameaçaria a soberania nacional – é necessário atender a demanda sempre crescente de energia elétrica com hidrelétricas, fonte de energia *limpa*. Pode-se resumir, portanto, este argumento como um pedido pela segurança de que o sujeito-país não seja atrasado e, ao contrário, possa se desenvolver de forma limpa.

Este argumento apresentado pela União repercute na decisão do desembargador, que se valendo de decisão semelhante tomada em respeito à construção da UHE Estreito, localizada entre os estados de Tocantins e Maranhão, afirma que:

25. Trata-se de empreendimento de *vital importância*, parte integrante de um pacote maior de programas de *investimentos destinados a dotar o país de uma infraestrutura energética suficiente para assegurar o crescimento econômico sustentável*, e sua paralisação acarretará prejuízos de grande vulto para a *economia nacional*.

26. *É bem verdade que o crescimento não pode ser priorizado em detrimento dos aspectos ambientais*. Toda e qualquer atividade produtiva, principalmente aquelas de grande vulto, como é o caso das usinas hidroelétricas, causam impacto ambiental, e devem ser precedidas de estudos para que esse impacto seja o menor possível;  *todavia, o IBAMA, pelo EIA/RIMA já aprovado, demonstra que, em princípio, foi estudado tal impacto e determinadas as medidas necessárias para minimizar seus inconvenientes. [...]*

28. A paralisação das obras, por outro lado, *causará grave lesão à ordem econômica*, gerando prejuízos para os municípios e os Estados nelas envolvidos, bem assim para o Governo Federal, que *precisará lançar mão, daqui a alguns anos, da utilização da energia termelétrica para suprir a carência de energia elétrica*, a qual, além de ser mais poluente, tem um custo de produção muito superior ao da energia hidroelétrica. (TRF1, 2005, fls 7-8, destaques da autora).

Nesta argumentação, percebe-se como “crescimento econômico”, “economia nacional” e “ordem econômica” são elementos mobilizados de maneira recorrente e “de vital importância”, isto é, são estes os critérios que em última instância balizam a tomada de decisão. No entanto, se o desenvolvimento econômico é o foco, o ambiente não deixa de ser mencionado: a sustentabilidade deve ser buscada, assim como os “aspectos ambientais” não podem ser sacrificados pelo crescimento. Contudo, estes são argumentos favoráveis à decisão de não suspensão da construção hidrelétrica, visto que a alternativa a este empreendimento seria a utilização de termelétricas mais caras e mais poluentes, uma vez que a crescente demanda por energia é inexorável. A energia proveniente de hidrelétrica, por ser uma energia *limpa*, seria então a que melhor se alinha ao interesse nacional. Convém destacar que, em toda a argumentação, fala-se de economia, sustentabilidade e energia em termos conceituais, posto que o contexto particular não é analisado. Bem ao contrário, face à relevância do apelo à necessidade de se *assegurar* a ordem econômica, o contexto particular nem deve ser analisado, pois como é ressaltado pelo desembargador,

5. A via *excepcional* prevista nos arts. 4º da Lei 4.348/1964 e 4º da Lei 8.437/1992 está adstrita à análise dos requisitos

que elenca, quais sejam: grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas. Não cabe, portanto, em regra, tecer considerações acerca dos fundamentos da decisão atacada, ou mesmo sobre o mérito da ação civil pública, os quais devem ser debatidos por meio da via recursal própria. (TRF1, 2005, f. 2, destaques da autora).

O desembargador reforça, portanto, que, em caráter excepcional, em situação de suspensão de segurança o particular não vem ao caso: são os requisitos entendidos como universais – ordem, saúde, segurança e economia públicas – que devem ser dignos de consideração. Coerente com o que se discutiu sobre o ponto de vista do Estado, o particular é negligenciado face a interesses tidos como nacionais. Para que estes possam ser assegurados, a norma deve ser, então, excepcionalmente suspensa. Parece assim que se encontram aqui algumas das principais características do tipo de política que é reforçado com o recurso à suspensão de segurança: trata-se de uma política que necessita suspender a relevância do contexto particular, bem como necessita suspender a própria norma, para que possa ser aplicada.

Esse mecanismo se aproxima daquilo que é discutido por Agamben (2002; 2004; 2010) acerca das relações entre Estado, segurança e suspensão da norma. Segundo este autor, a segurança como o princípio básico da política de Estado remonta ao nascimento do Estado moderno, mas apenas no século 18 o paradigma da segurança alcança seu mais completo desenvolvimento (AGAMBEN, 2002). Sua relação com a lei é particularmente destacada: Agamben afirma que enquanto as leis pretendem prevenir e prescrever, a segurança pretende intervir em processos em andamento para direcioná-los. Para tanto, é necessário então que as medidas de segurança suspendam as regras estabelecidas para que possam transformar o curso do processo. Nesse sentido, Agamben (2002) afirma que as medidas de segurança requerem referência constante a um *estado de exceção*.

A partir de então, o conceito de estado de exceção adquire centralidade na obra do autor, que, ao rastrear os significados do conceito de soberania, propõe que a essência da soberania estatal não deve ser propriamente definida como monopólio da sanção ou do poder, mas como um *monopólio de decisão*. Uma de suas implicações fundamentais está, portanto, na possibilidade de decidir sobre a validade do direito positivo, isto é, sobre quando ele deve ser ou não aplicado. Compete exclusivamente ao soberano, então, a aplicação da norma ou a sua suspensão, o que acontece a partir da definição de situações de *exceção*.

Para Agamben (2010), a exceção é uma espécie de exclusão: é um caso singular, que é excluído da norma geral. Mas o que ele afirma caracterizar propriamente a exceção é que aquilo que é excluído não está, por causa disto, absolutamente fora de relação com a norma; ao contrário, esta se mantém em relação com aquela na forma da *suspensão*. O autor a partir daí afirma que a “norma se aplica à exceção desaplicando-se, retirando-se desta. O estado de exceção não é, portanto, o caos que antecede a ordem, mas a situação que resulta de sua *suspensão*.” (AGAMBEN, 2010, p. 24, destaque da autora). Nesse sentido, esta análise considera que na exceção definida pelo soberano “trata-se, na verdade, não tanto de controlar ou neutralizar o excesso, quanto, antes de tudo, de criar e *definir o próprio espaço no qual a ordem jurídico-política pode ter valor*.” (AGAMBEN, 2010, p. 24, destaque da autora).

Associando-se esta reflexão ao contexto das ações civis públicas em torno de Belo Monte, pode-se inferir que, quando o Estado brasileiro, por meio da Advocacia-Geral da União, recorre a um pedido de segurança para que decisões tomadas dentro do ordenamento jurídico sejam suspensas, está exatamente criando este espaço de exceção, para que o processo em debate seja direcionado em um sentido particular pautado por critérios de segurança nacional. É a soberania estatal que é, assim, reforçada mediante o estatuto particular da exceção. E as suas implicações são muitas, sendo necessário conhecê-las inclusive para que se possa, segundo Agamben (2004, p. 12), “talvez, responder à pergunta que não para de ressoar na história da política ocidental: o que significa agir politicamente?”. Isto porque, para o autor, o estado de exceção tende a cada vez mais se apresentar como paradigma de governo dominante na política contemporânea.

No caso brasileiro, admitindo-se o recurso às suspensões de segurança como técnica de exceção, esta tendência da exceção como paradigma dominante parece se confirmar, visto que, de acordo com Leite (2012, p. 02), “corriqueiramente o Poder Público se vale da suspensão de segurança para obstar a execução de decisões judiciais que impedem ou prejudicam o andamento de políticas públicas”, ao que, em nota, o autor acrescenta como exemplo eloquente “o deferimento de pedidos de suspensão de segurança para impedir que decisões liminares obstassem obras do Programa de Aceleração de Crescimento – PAC do Governo Federal, a exemplo da Usina Hidrelétrica de Belo Monte” (LEITE, 2012, p. 05).

Para Agamben (2004), esse deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar radicalmente – e, segundo

o autor, já tem transformado de modo perceptível – a estrutura e o sentido da distinção tradicional entre os diversos tipos de constituição. Dentre estas transformações, Agamben destaca como uma das características essenciais do estado de exceção a abolição provisória da distinção entre poder legislativo, executivo e judiciário, destacando sua tendência em transformar-se em prática duradoura de governo. Para Leite (2012, p. 02), “a judicialização constante de temas antes discutidos em foros políticos do Legislativo e do Executivo acarretam perplexidade junto ao meio jurídico”, sendo este o caso da suspensão de segurança. Sobre isto, um dos procuradores entrevistados afirma que:

a gente tá vivendo um período muito ruim no Brasil onde o executivo predomina em relação ao legislativo e ao judiciário. E é muito perigoso, toda vez que tem isso é extremamente perigoso, porque o executivo se sobrepondo aos outros poderes ele acha que tudo que ele faz tá certo, e que pode passar por cima das leis. É perigosíssimo isso, e nós estamos vivendo isso agora. (Trecho de entrevista: Procurador do Ministério Público Federal, Belém, agosto/2011).

Outro aspecto interessante a se destacar é que, no caso de Belo Monte e dos pedidos de suspensão de segurança, um dos argumentos centrais para a suspensão da decisão judicial e, conseqüentemente, a recorrida ao estado de exceção, centra-se na necessidade de energia, seja para propiciar o crescimento econômico, seja para garantia da manutenção da soberania nacional. Sobre o fundamento do estado de exceção no conceito de necessidade, Agamben (2004) afirma que esta é uma opinião recorrente, expressa por exemplo em um adágio latino muito repetido que afirma que “a necessidade não tem lei, o que deve ser entendido em dois sentidos opostos: ‘a necessidade não reconhece nenhuma lei’ e ‘a necessidade cria sua própria lei’ (*necessité fait loi*).” (AGAMBEN, 2004, p. 40). No entanto, o autor contra-argumenta que não só a necessidade se reduz, em última instância, a uma decisão, como também aquilo sobre o que ela decide é, na verdade, algo indecível de fato e de direito. Portanto, é sobre a capacidade de se tomar uma decisão sobre aquilo que está fora do rol de argumentações e razoabilidades que se trata, em última instância, o recurso ao estado de exceção.

Tendo estes aspectos em vista, Agamben (2004) realiza uma reflexão acerca das “ficções por meio das quais o direito tenta incluir em si sua própria ausência” e o debate entre Carl Schmitt e Walter Benjamin sobre o que seja “o político” e “o direito”, tomando o estado de exceção como fio condutor. Para os objetivos desta tese interessa destacar que o autor conclui que o estado de exceção, hoje:

atingiu exatamente seu máximo desdobramento planetário. O aspecto normativo do direito pode ser, assim, impunemente eliminado e contestado por uma *violência governamental* que, *ao ignorar no âmbito externo o direito internacional e produzir no âmbito interno um estado de exceção permanente*, pretende, no entanto, ainda aplicar o direito. (AGAMBEN, 2004, p. 131, destaques da autora).

Isto é, Agamben chama atenção para o fato de que ignorar no âmbito externo o direito internacional – tal qual a reação do Estado brasileiro a respeito da recomendação de suspensão de Belo Monte decidida pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos – e recorrer frequentemente a medidas tributárias de um estado de exceção – como parece poder ser afirmado acerca das suspensões de segurança – trata-se de violência governamental. Ou, dito de outra forma, “a exceção representa a violência como fato jurídico primordial.” (AGAMBEN, 2010, p. 33). No caso de Belo Monte, a violência como forma de ação do governo é sentida de forma marcante pelos envolvidos, que diversas vezes a mencionaram durante as conversas e entrevistas:

*É de uma truculência, de uma violência, é um processo extremamente violento. E tem uma questão da intimidação, da criminalização, que é muito forte nesse governo, por incrível que pareça [...], as pessoas que estão a frente dessa luta estão sendo perseguidas pela Abin [Agência Brasileira de Inteligência], é AGU [Advocacia-Geral da União] entrando com processo contra procurador, contra juiz, contra promotor, é Abin ligando pra promotor... O Juiz de Altamira, o Campelo, que deu várias liminares, ele entrou com processo na ONU, contra o governo brasileiro, pedindo liberdade de ação de um juiz. Porque ele foi coagido, diversas vezes, por ligações da Abin. Eu recebi ligações da Abin durante uma semana todo dia, cinco, seis vezes por dia. [...] e a gente sabe que tá todo mundo com essa possibilidade de estar sob escuta, mas... Não é surreal? Nunca pensei que eu fosse passar por isso na minha vida. Fizeram a mesma coisa com a SDDH. É um negócio assim muito violento, muito violento. (Trecho de entrevista: assessora do Movimento Xingu Vivo para Sempre, Altamira, junho/2011).*

*É horrível, horrível, o que a Ana sofre, o que a Melo sofre, o D. Erwin, está o tempo todo sendo difamado... É horrível. E eu acho que se a gente conseguisse mostrar para a sociedade brasileira a violência desse processo, eu acho que a coisa mudava de figura. Eu acho que a grande questão é a gente conseguir, o problema é que a gente não tem os mesmos meios, né? De forma alguma. Eles fazem um marketing, assim, toda a estrutura do Estado na construção dessa imagem de viabilidade de Belo Monte, de como Belo Monte vai ser bom para a sociedade brasileira, como o país precisa de Belo Monte, sem Belo Monte, a gente vai sofrer apagão, então tem toda essa chantagem, isso é uma chantagem. (Trecho de entrevista: militante do Movimento Xingu Vivo para Sempre, Altamira, junho/2011).*

O que se pode inferir, portanto, é que se o recurso à suspensão de segurança explicita a violência como fato jurídico e a inscrição da exceção como espaço no qual

são tomadas decisões acerca da construção de Belo Monte, não apenas na esfera jurídica o estado de exceção pode ser entendido como paradigma dominante neste conflito. Pois, como salienta Agamben (2010, p. 138), a decisão sobre o estado de exceção que cabe ao estado soberano transforma-se, na idade da biopolítica – forma pela qual o autor se refere ao período contemporâneo – “em poder de decidir sobre o ponto em que a vida cessa de ser politicamente relevante”. Ou seja, em decidir quais vidas valem a pena serem consideradas na concepção do projeto nacional. Quando os moradores da Volta Grande do Xingu manifestam que têm sentido suas vidas desconsideradas ao não serem ouvidos, quando associam Belo Monte à morte de seus mundos, ou quando representam-se sendo expulsos do país e reiteram que também são brasileiros, ou mesmo quando não entram com expressividade no cálculo dos custos políticos e econômicos da obra, o que parece estar em jogo é se suas vidas são ou não politicamente relevantes na perspectiva do Estado.

Sobre este ponto, importante acrescentar que, ao discutir o poder soberano na biopolítica moderna, na qual “soberano é aquele que decide sobre o valor ou sobre o desvalor da vida enquanto tal” (AGAMBEN, 2010, p. 138), Agamben cria o conceito de *vida nua*: consequência do momento em que o Estado-nação entra em crise duradoura e decide assumir diretamente entre as próprias funções os cuidados da vida biológica da nação, a vida nua seria o descolamento crescente entre o nascimento, biológico, e a participação política, ou a sua consideração como cidadão dotado de direitos e deveres. A vida nua seria então, para o autor, aquela que seria “matável”, caso assim o Estado decidisse, a que seria passível de exclusão para a construção do ideal nacional (AGAMBEN, 2010). Interessante retomar que é justamente a uma “*terra nua*” que se referem os cálculos dos valores de indenização a serem pagos pela Norte Energia aos moradores da Volta Grande do Xingu compulsoriamente deslocados para a construção da hidrelétrica de Belo Monte – os mesmos moradores que afirmam que a própria vida “vale muita coisa, mas eles acham que não” (Trecho de entrevista: agricultor familiar, comunidade São Pedro, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

Portanto, o conflito ambiental em torno da construção de Belo Monte ao nos levar a refletir, de uma parte, sobre o poder biopolítico que se exerce sobre as vidas das pessoas que estão sendo radicalmente modificadas pela obra sem terem possibilidade de participar das tomadas de decisão – sendo transformadas assim em “vida nua” – e, de outra parte, ao orientar parte de suas negociações pelo conceito de “terra nua”, parece nos colocar diante de um paralelismo demasiadamente preciso para ser apenas casual.



Ao contrário, parece ser possível sugerir que, ao transformar o ambiente em “terra nua”, substrato para os usos e abusos em prol do desenvolvimento, os sujeitos que nele vivem são transformados em “vida nua” – matável, como foram mortos em conflitos ambientais em Altamira Ademir Federicci (conhecido como Dema) e Bartolomeu Silva (conhecido como Brasília), ou como foi em Anapu a Irmã Dorothy Stang, ou ainda, em Nova Ipixuna, também no Pará, em maio de 2011 enquanto eu realizava minha pesquisa de campo, o casal de extrativistas Maria Espírito Santo da Silva e José Cláudio Ribeiro da Silva, ou mesmo Adenilson Munduruku, morto em novembro de 2012 na aldeia Teles Pires em confronto com a Polícia Federal. Pois, como afirma Agamben (2010), há uma cisão fundamental na constituição do corpo político em nossas sociedades que separa a vida nua – o “povo”, os pobres e/ou excluídos – e a existência política – ou o “Povo”, o sujeito político constitutivo, o estado total dos cidadãos integrados. É a tentativa de preencher essa fissura entre povo e Povo, o projeto biopolítico de produzir um povo sem fratura “eliminando radicalmente o povo dos excluídos” que, para Agamben, coincide com a “obsessão do desenvolvimento” (AGAMBEN, 2010, p. 174). Mais precisamente sobre este projeto biopolítico e os projetos de desenvolvimento, o autor afirma:

o projeto democrático-capitalista de eliminar as classes pobres, hoje em dia, através do desenvolvimento, não somente reproduz em seu próprio interior o povo dos excluídos mas transforma em vida nua todas as populações do Terceiro Mundo. Somente uma política que saberá fazer as contas com a cisão biopolítica fundamental do Ocidente poderá refrear esta oscilação e pôr fim à guerra civil que divide os povos e as cidades da terra. (AGAMBEN, 2010, p. 174).

Somente uma política, portanto, que possa ultrapassar as definições ocidentais mesmo sobre o que é política e sobre quem está habilitado a agir politicamente poderá, então, superar a “crescente despilitização da sociedade” (AGAMBEN, 2002, p. 05) pela qual trabalham as medidas de segurança. E em nenhum contexto essa situação se torna mais evidente do que na análise da participação dos indígenas no conflito em torno de Belo Monte.

#### 6.4 O “COMPONENTE INDÍGENA”: VOCÊS TÊM FOME DE QUÊ?

Historicamente, o conflito em torno da construção de Belo Monte tem sido considerado essencialmente um conflito com os povos indígenas. Seja pela forte identificação do Xingu com os povos indígenas, em função do Parque Indígena do Xingu e da sociodiversidade que congrega, nas margens deste rio, 24 povos diferentes,

seja pela ampla repercussão do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu em Altamira, em 1989, quando correu o mundo a imagem de Tuíra aproximando seu facão do rosto do então diretor da Eletronorte Muniz Lopes, difundida como um sinal de que “os índios iriam à guerra” contra o Estado brasileiro. O fato é que a associação entre Belo Monte e povos indígenas é quase imediata, repercutindo inclusive na constante afirmação de que “se os índios quiserem, eles param Belo Monte”. Essa frase, que alça os indígenas a uma posição de sujeitos centrais na definição do conflito, foi repetida por interlocutores inúmeras vezes durante a minha pesquisa de campo: por moradores de Altamira, por ribeirinhos e agricultores da Volta Grande do Xingu, por funcionários do governo, à boca pequena, em Brasília.

No entanto, mais do que um protagonismo indígena, essa frase parece revelar uma armadilha: aqueles que são contrários à barragem, veem na não interrupção da obra um desinteresse dos indígenas: tendo “se vendido” ao consórcio Norte Energia, os índios deixaram de exercer seu poder de enfrentamento; da parte daqueles favoráveis ao empreendimento, a opinião sobre os indígenas também não é favorável: como sinônimo do atraso, os índios estão sempre na iminência de significarem problema, e por isso é preciso bem “administrá-los” para que não tragam complicações. Mas, qual é de fato a capacidade de agência dos indígenas no conflito em Belo Monte e como eles se posicionam neste emaranhado de relações?

Para se responder a contento este questionamento – o que, sem sombra de dúvida, excede em muito as possibilidades desta tese – um primeiro passo talvez seja considerar que “os índios” são muitos, e não um bloco homogêneo e apartado da sociedade nacional. Isso significa que da nascente do rio Xingu, no Mato Grosso, à jusante da Volta Grande, já quase no rio Amazonas, há uma infinidade de situações sociais – povos aldeados, não aldeados, citadinos, de contato recente com a sociedade nacional, de contato estabelecido há vários séculos, com terras indígenas demarcadas, com terras indígenas não demarcadas –, e uma variedade de mundos, já que há povos pertencentes aos macrotroncos Tupi, Jê e Karib, com suas cosmologias também distintas entre si. Portanto, os posicionamentos destes povos no conflito também são diversos, e, como tudo o mais, passíveis de mudanças, rearranjos e novas composições.

Dessa forma, enquanto há lideranças nacionais como o cacique Kayapó Raoni, que já percorreu vários lugares do Brasil e do mundo alertando contra as consequências desastrosas da barragem para os povos indígenas, há outras lideranças locais na Volta Grande que se declaram favoráveis à obra, ou que em determinado momento se

posicionam contrárias e em outro dispostas a negociar com o empreendedor. Há, ainda, conflitos internos entre os povos: os Juruna já foram inimigos de guerra dos Kayapó, hoje se tornam aliados contra Belo Monte, mas não sem algum estranhamento; os Xikrin, povo Jê como os Kayapó, não aceitam que “os parentes” do Mato Grosso subam o rio para dar ordens sobre como eles devem se posicionar em relação ao empreendedor, e as disputas entre estes já ocasionaram rupturas e alterações de suas estratégias durante o conflito.

Portanto, seria falacioso me propor a apresentar algo como “o ponto de vista indígena” neste conflito, justamente porque me pautaria ou em uma essencialização que não traria nenhuma contribuição à análise, ou me comprometeria em abarcar uma diversidade que exigiria outro contexto de pesquisa. E, no entanto, ainda assim “o componente indígena” do conflito – tal qual é referido no Estudo de Impacto Ambiental e transformado em jargão técnico – sempre esteve presente ao longo da pesquisa, atravessando, perpassando, permeando distintas conversas e situações, dando o testemunho da intensidade das questões em pauta. Dessa forma, então, mais do que esgotar aqui o tema, o propósito desta seção é oferecer algumas pistas de compreensão de como nenhum contexto expressa melhor as tensões, consistentes e profundas, entre ambiente(s), desenvolvimento(s) e política(s) em curso do que o contexto indígena, tendo como porta de entrada a experiência que vivenciei em campo, sabendo-se de partida que muito mais pode ser discutido e complementado.

E, a partir dessa porta de entrada, um primeiro aspecto do envolvimento dos indígenas no conflito que já se torna destacado é que, na diversidade de posicionamentos, a diversidade territorial se torna um elemento fundamental: há uma clivagem importante entre os indígenas da Volta Grande e os indígenas do sul do Pará e do Mato Grosso que é constantemente reforçada. Seja para demarcar territorialidades entre os povos:

Os Kayapós na verdade eles são muito, como que se diz, eles gostam de pegar as coisas pra eles. Eles são muito interesseiros. Eles não pensam em dividir nada com ninguém, a não ser com o grupo deles, eles estão muito fechados a eles. A grande preocupação da população dessa região é a gente apoiar a vinda deles pra essa região e eles tomarem a frente nossa. De repente podia ser até eles que ia fazer empate pra barragem, e puxar toda essa situação pra eles dominarem. E aí a gente ia continuar refém deles. Porque pensando toda essa estratégia e conhecendo eles, nada melhor do que a gente conhece, até os outros Kayapó que moram aqui na região, como também os Xikrin, não, nós não vamos, se nós precisar da sua ajuda nós chama vocês. Mas até então somos nós que temos que decidir nosso futuro aqui.

Senão nós ia tornar peça de mandado deles. E a gente conhece muito bem como que eles são. (Trecho de entrevista: liderança indígena Xipaya, Altamira, junho/2011).

Seja em detrimento dos indígenas da Volta Grande, que são considerados “menos índios” do que os demais:

Os índios daqui eles são meio fracos politicamente, eles não são muito... Não são tão articulados quanto os do sul [*do Pará*], então você passa por aqui, você tem a impressão de que esses caras não têm o poder de parar coisa nenhuma, eles já estão num estado corrompido, eles já estão bastante corrompidos, cesta básica, essas coisas... Agora os lá do sul do Pará se dispõem... Sim, ah, esses sim! Teve até essa reunião do Piarucu agora há pouco, né, lá é que é o quente, esses é que são poderosos, que têm articulação, o Raoni tem contatos com o Chirac na França, aí sim, esses são os grandes, né, e aqui é pouco. (Trecho de entrevista: Professor UFPA, Altamira, maio/2011).

De fato, o *quanto* os indígenas da Volta Grande são ou não são índios é motivo de constante questionamento, especialmente para os Xipaya e Kuruaya, povos cujo contato foi realizado no século XVIII e cujos territórios foram transformados em cidades – cabe lembrar que Altamira cresceu sobre um aldeamento Kuruaya. Como relata uma liderança Xipaya, até a década de 1990 nem a Funai os considerava “índios de verdade”:

Até 1990 o povo Xipaya tinha sido dado por extinto pelo SPI na década de 1970 e até então, assim, dado por extinto por não terem mais aldeias, não morarem mais 100% dentro das matas, foi dado por extinto e considerado integrado à sociedade envolvente na época. Porque a preocupação principal na época era amansar, entre aspas, os Kayapó, os Arara, os Assuniri, os Araweté e assim por diante. Povos que não são dessa região, né, e que vieram empurrados para essa região aqui por guerras tribais de outros povos. Mais com os Kayapó. E também o nosso povo Xipaya travamos grandes guerras no passado contra os Kayapó também. [...] Da própria Funai eu escutei muitas vezes, dos antigos coordenadores [...] se alguém olhasse e perguntasse quem é esse aí? Ele respondia: Diz que é um Xipaya. Bem assim, "diz que é". Bom, isso foi uma luta nossa tremenda, tudo isso. Aí em 1994 foi enviado pra Brasília um primeiro documento falando que existia um povo Xipaya aqui em Altamira, e o nosso contato nessa região do nosso povo se deu entre o século XVII e XVIII, pelos jesuítas, quase 300 anos, e aí em 1994 pela primeira vez é que foi se falar que tinha um povo Xipaya em Altamira, pedindo seus direitos com relação à demarcação de terras, essas coisas. A nossa vida foi, além das vidas que tivemos que perder, foi muitas humilhações. (Trecho de entrevista: liderança indígena Xipaya, Altamira, junho/2011).

Mas não apenas os Xipaya passam por dificuldades para conseguir ter seus direitos garantidos. Os Juruna, povo também com um longo histórico de contato, e

mesmo os Arara, de histórico mais recente, são prejudicados por não serem considerados “tão índios quanto um Xikrin”:

Eu já ouvi, não da Funai, mas de outros setores: “mas eles são índios mesmo?”. Porque tem todo o preconceito, né? Com os Arara, os Juruna, que são os “índios pretos”, né? Porque vai os Xikrin falar que vai desestruturar eles, ninguém nem questiona. Mas Juruna, Arara, brigando pra ser reconhecido como índio, ah, me poupe, né? E aí isso não tá sendo levado em consideração, tem sido considerado uma questão menor. Sendo que você vai ter uma mudança social tão grande, que talvez daqui a dez anos os Juruna não tenham mais o domínio dos rios como eles têm hoje. E o povo acha isso normal. (Trecho de entrevista: Coordenadora de gestão ambiental Funai, Brasília, agosto/2011).

Nesse sentido, os povos da Volta Grande já trazem em si contradições históricas das relações entre os indígenas e o projeto nacional. Tendo vivenciado as consequências dos diferentes ciclos econômicos na região sem terem seus direitos afirmados, passaram por transformações que hoje fazem com que não correspondam ao estereótipo de “como deve ser um índio” – opostamente ao que ocorre com os Kayapó do Mato Grosso, por exemplo, que constituem parte da configuração do imaginário nacional acerca dos indígenas. Mas nem por isso aqueles da Volta Grande se sentem menos indígenas:

Tem o histórico nosso, dos Juruna, dos Arara, dos Kuruaya, Xipayá, a gente tem um contexto histórico muito triste, né, dizimação do nosso povo, expulsão do nosso território, esse contato da miscigenação, com seringais, tem todo o contexto que se eu for contar leva um dia inteiro. [...] Mas, porque assim, nós, o que é tradicional não se perde em lugar nenhum, né, não tem como se perder. Aqui em Altamira são 17 povos indígenas, mas contando com as pessoas que vêm de fora, daqui são 9 original daqui. Aí assim, mesmo que essas pessoas não tenham associação, eles têm direito, são indígenas do mesmo jeito, né? Igual nós, culturalmente, nós temos nossas raízes, nossas origens, nós temos essa coisa dentro de nós, igual nós, Juruna, nós somos um povo da água. (Trecho de entrevista: liderança indígena Juruna, Altamira, junho/2011).

No entanto, a forma como cada povo – ou, mais especificamente, cada aldeia ou associação indígena – se propõe a relacionar com o mundo não indígena implica em outras clivagens e composições, mesmo internas à Volta Grande, funcionando como outros “atestados” do quanto cada grupo é ou não “tradicional”. Chave nesse processo se tornou a execução dos “planos emergenciais”, ou *listas*, que articularam indígenas, Funai e Norte Energia em uma rede complexa e instável.

Em resumo, esta rede teve início em 2010, quando o responsável da Norte Energia pelo atendimento à comunidade começou a satisfazer listas de pedidos realizados por indígenas, os quais recebia no escritório do consórcio empreendedor em

Altamira. Esses pedidos começaram a aumentar em frequência e em proporção, até que os técnicos da Funai de Brasília – visto que a Funai local estava desde 2009 passando por uma reestruturação, na qual uma das primeiras consequências foi o afastamento do funcionário que atuava no escritório de Altamira há cerca de 20 anos – decidiram intervir no atendimento das listas pelo empreendedor criando um instrumento de intermediação, denominado “Planos Emergenciais”. Tais planos teriam como objetivo assistir às comunidades indígenas atingidas pela construção de Belo Monte enquanto o Plano Básico Ambiental, parte integrante do processo de licenciamento ambiental, não fosse realizado, mediante o controle destes pedidos de indígenas, que a partir de então, em vez de serem realizados diretamente no balcão de atendimento do empreendedor, seriam recolhidos pela Funai e deveriam atender uma cota de R\$ 30 mil por mês por aldeia a serem pagos pelo empreendedor. Como consequência, estes povos da Volta Grande do Xingu, que até cerca de vinte anos não eram nem reconhecidos pela Funai como indígenas ou que vinham de um contexto histórico de negligência e dificuldade de acesso a recursos e serviços básicos, subitamente se viram com a possibilidade de receber até 30 mil reais por mês em produtos. Não é difícil de imaginar a intensidade das consequências deste processo.

Um primeiro efeito imediato foi a disponibilidade de recursos nas aldeias em quantidades nunca antes vivenciadas:

Inicialmente começou bom. Pra quem nunca teve 2 mil, 3 mil dentro de uma aldeia, você entrou com um plano emergencial desde outubro que as comunidade têm 30 mil mensal. Nunca, nenhuma aldeia nunca viu isso na vida. E quando entrava 30 mil reais dentro da Funai era pra repartir entre todas as aldeias. Na época era 18 aldeias. Imagina 30 mil reais pra dividir pra 18 aldeias, vai comprar o quê? Então isso era a pior humilhação. E aí de repente, o projeto chega, tem aldeia que pediu 200 facão, os 200 facão chegou dentro da aldeia. Pediu 50 caixa de lima, tá lá as 50 caixas de lima. Isso, quem quer voltar pra estaca zero de novo? (Trecho de entrevista: liderança indígena Xipaya, Altamira, junho/2011).

Ao se constatar que o que era pedido era recebido, as demandas passaram a mudar não apenas em termos quantitativos, mas também qualitativos: além de alimentos e ferramentas de trabalho, colchões de cama tipo *box*, aparelhos televisores, refrigerantes, cigarros, mesas começaram a fazer parte das listas de demandas. Como, a partir dos planos emergenciais, essas listas passavam pelo crivo da Funai, os técnicos do órgão se sentiram autorizados a filtrá-las. Em uma das situações que presenciei, o técnico da Funai, após afirmar que refrigerante e salgadinhos não poderiam ser

incluídos na lista porque fazem mal à saúde dos indígenas, foi questionado: “Mas você não fuma? E você não compra cigarro com o seu salário que recebe da Funai? Você tá usando dinheiro da Funai pra fazer mal pra sua saúde, você pode?” (Trecho de diário de campo: observação realizada na Casa do Índio, Altamira, maio/2011). As respostas dos técnicos da Funai giravam em torno da argumentação de que estaria sendo retirado aquilo que não fosse “da cultura do índio”. Debates intensos tomaram lugar, então, sobre o que seria e o que deveria ser esta cultura:

E aí vem isso, o que eles podem e o que eles não podem se o dinheiro é deles? Entram todas essas questões. Por que você não vai deixar colchão de mola box e vai deixar barco? Por que você vai vetar a tevê de plasma e vai deixar, de repente, cesta básica? Por quê? É por isso, é um erro de origem, porque eram projetos para fortalecer as aldeias. No futuro, porque a gente tem que ter isso em vista, a gente não é contra, se eles querem ter tevê digital, não tem problema nenhum nisso, não é aquela dicotomia de que índio bom é índio na selva. Longe disso. Longe disso. Mas também você não pode fazer isso de uma maneira desenfreada, com recursos que não são deles, pra depois virar um lixão dentro da terra indígena, tem essa preocupação também, a gente tem casos disso. (Trecho de entrevista: Coordenadora de gestão ambiental Funai, Brasília, agosto/2011).

Aí a Funai começou a cortar algumas coisas da lista, por conta própria, por achar que um índio não pode ter uma mesa porque não é da cultura dele. Se não é pro índio mudar a cultura dele, por que vocês não orientaram direito antes? A Funai tinha que ter orientado. E vocês não fizeram. Se nas comunidades as pessoas não sabem nem falar português direito como é que eles vão saber? E agora eles estão revoltados, porque é a Funai que faz o processo, a Funai que encaminha a lista dos indígenas, aí quando a Funai pega a lista e fala: televisão não é pra pedir não, e corta, aí o indígena fica revoltado com a Funai também. (Trecho de entrevista: liderança indígena Juruna, Altamira, junho/2011).

O debate sobre as listas e as permissões e proibições culturais que acarretaram incorporou assim um questionamento mais consistente sobre autonomia e transformação: o que é essa “cultura do índio” a ser preservada, em um contexto de dramáticas transformações sociais? E, mais importante, quem define quais são os critérios de transformação?

Além disso, outros fatores vêm a complexificar as transformações sociais desencadeadas com as listas. Ao proporcionar recursos materiais que a maioria dos povos da Volta Grande não estava em condições de acessar, as listas dinamizaram também processos de reprodução social que não eram possíveis em situação de precariedade. Um exemplo é a fabricação de canoas, que presenciei na Terra Indígena Arara da Volta Grande. Uma das visitas que fiz a esta comunidade foi propiciada pela

carona que peguei na “voadeira” contratada por uma jornalista holandesa, que estava realizando uma série para ser transmitida em seu país sobre os impactos da hidrelétrica de Belo Monte sobre os indígenas. Chegando à comunidade Arara da Volta Grande, a jornalista ficou decepcionada: os índios moravam em casas de alvenaria, madeira ou pau-a-pique, estavam todos vestidos, não havia ninguém pintado... Então, ela me pediu para perguntar a uma liderança se não havia nada “mais tradicional” que eles pudessem nos mostrar, onde ela pudesse fazer umas imagens mais bonitas. Ao que a liderança responde: “a gente tá fazendo oito canoas, vocês já viram como que faz canoa?”. Fomos então ver como as canoas estavam sendo feitas e, para a nossa surpresa, após caminharmos cerca de vinte minutos em uma trilha na mata fechada, nos deparamos com o que parecia ser outra aldeia, “muito mais tradicional”: em uma clareira aberta na mata, as melhores árvores haviam sido escolhidas para serem transformadas em toras, que depois de esculpidas, eram moldadas sobre o fogo até atingirem a forma desejada. O processo levava dias e necessitava vigília constante. Para isso, havia no local cerca de dez homens, de diferentes idades, e algumas crianças. Os mais velhos coordenavam o processo, as crianças observavam curiosas. A holandesa fez suas imagens e sua entrevista ali, satisfeita, e eu fiquei intrigada: por que vocês estão fazendo oito canoas? A resposta foi imediata: “porque recebemos os oito motores que pedimos na lista da Norte Energia; tendo motor, vale a pena fazer canoa, tinha muito tempo que a gente não fazia” (Trecho de diário de campo: observação realizada na comunidade Arara da Volta Grande, junho/2011).

Essa situação que presenciei não foi a única a demonstrar que, entre os efeitos múltiplos da rede formada entre indígenas, Norte Energia e Funai, estão também atualizações de dinâmicas tradicionais dos indígenas, de forma a complicar a polaridade entre tradicional e moderno, bom e ruim, e mostrar que são muito mais diversificadas e permeáveis as formas pelas quais as sociedades indígenas incorporam os projetos e dinâmicas capitalistas do que em um primeiro momento podemos supor (GORDON, 2006).





**Figura 46:** Comunidade Arara da Volta Grande, Volta Grande do Xingu.  
Fonte: Fotografia da autora, maio/2011.



**Figura 47:** Fabricação artesanal de canoas, comunidade Arara da Volta Grande, Volta Grande do Xingu.  
Fonte: Fotografia da autora, junho/2011.

Neste mesmo sentido, outra consequência das listas foi a divisão das aldeias: considerando que a unidade de distribuição do recurso é a aldeia (e não o número de pessoas em cada localidade, por exemplo), as aldeias maiores foram gradualmente se fragmentando, e novas aldeias foram surgindo. Uma primeira interpretação foi que estas divisões seriam uma manifestação de oportunismo dos indígenas, que estariam multiplicando as aldeias apenas para aumentarem o volume de recursos. Mas esta não é a única interpretação possível. O coordenador regional da Funai em Altamira sugere que, ao contrário, as aldeias maiores é que seriam artefato da estrutura centralizadora da Funai:

Todas as aldeias estão rachando por causa de recurso. Eu não acho isso ruim não, porque eu sei que todas as aldeias que tinham antes dessa divisão, elas eram uma ficção da Funai, nenhum índio morava em aldeia grande assim. Eles só moravam porque tinha uma infraestrutura oferecida pela Funai, escola, posto de saúde e tal, e hoje que os caras estão vendo que não necessariamente precisam disso, vão voltar a morar do jeito que morava antes. Mas não porque eles estejam voltando a ser tradicional, mas porque eles estão vendo uma possibilidade de se estruturarem. Só esse exemplo já mostra que o caminho não é uma via única. Ao mesmo tempo em que os caras estão vindo pra cá, eles estão voltando a abrir aldeia conforme os grupos tradicionais do passado. É muito doido. Não dá pra falar: os caras estão se "aculturando", tão nada, esse conceito nem existe mais. É uma discussão super complicada. (Trecho de entrevista: coordenador regional Funai Altamira, Altamira, julho/2011).

Por esses mesmos motivos, a gestora da Funai que define os planos emergenciais como um “desastre total [...], a pior coisa que a gente inventou nos últimos tempos naquela região” (Trecho de entrevista: Coordenadora de gestão ambiental Funai, Brasília, agosto/2011), também pondera que os efeitos deste processo são muito mais abrangentes e profundos do que uma desarticulação pontual do embate entre indígenas e o empreendedor. Mais do que isso, os planos emergenciais constituem parte de um processo maior de transformação social que é um dos primeiros e mais duradouros efeitos da construção da hidrelétrica de Belo Monte.

A impressão que dá é que a gente está acelerando processos que seriam mais lentos. Com o plano emergencial você viabilizou muitas coisas dessas, de retomada mesmo de processos tradicionais, pros Xipaya e Curuaya acabou tendo um aspecto positivo, pros índios da cidade, porque eles começaram a se organizar, a se reconhecer, e isso era inimaginável a um tempo atrás. Então se por um lado você criou relações de consumo que não tem como voltar atrás e que vão ter que acabar, porque não vai durar pra sempre, por outro lado você otimizou processos, a separação de algumas aldeias, a princípio a gente fala, ah, é só pra conseguir recurso, e não é, eles estavam se aguentando numa aldeia, e com esse empoderamento, eles pensaram, agora dá pra gente

sair, vamo embora. De ocupação do território deles também. A Funai entrando mais, porque a Funai realmente estava ausente. O Estado brasileiro estando mais presente, você diminui a presença dos missionários, de outros atores que acabam influenciando também, nessa história, de ah, vocês têm que ficar todos juntos pra ouvir a palavra de deus. Com esse empoderamento do Estado brasileiro você consegue, por um lado bom, permitir outras dinâmicas sociais, por um lado ruim, mudar essas dinâmicas pra fazer o que o Estado brasileiro quer. (Trecho de entrevista: Coordenadora de gestão ambiental Funai, Brasília, agosto/2011).

Portanto, é consenso, todavia, que essa referida presença do Estado brasileiro acontece apenas agora porque “o que o Estado brasileiro quer” tem, como objetivo final, a viabilização da construção da hidrelétrica e não o bem-estar dos indígenas. Isso fica claro, por exemplo, quando se constata que, da parte do empreendedor, ainda que enquanto despesa mensal o atendimento das listas pudesse colocar empecilhos, este não foi o caso no processo de negociação das mesmas. Ao contrário, além de ter sido um dos funcionários da Norte Energia que iniciou voluntariamente a prática, quando os coordenadores da Funai estipularam os valores mensais, acreditando que este cálculo passaria por alguma negociação, o valor estipulado foi aceito imediatamente. Quanto a esta solicitude em prestar atendimento aos indígenas da parte do empreendedor, não restam dúvidas:

Para o empreendedor foi ótimo, porque ele se livrou da responsabilidade ética. Empreendedores de modo geral aqui se eles pudessem pagar pra não ter dor de cabeça, como eles falam, pra eles era melhor. (Trecho de entrevista: Coordenadora de gestão ambiental Funai, Brasília, agosto/2011).

E, de forma geral, para os demais moradores de Altamira e Volta Grande do Xingu, incluídos os mediadores e movimentos sociais, esse mecanismo de atendimento de listas de pedidos teve por objetivo central desarticular a mobilização indígena contrária a Belo Monte, e torná-los favoráveis ao empreendimento. No limite, seria uma forma de cooptá-los para o projeto:

Eu acho que o cenário atual começou com a cooptação de alguns indígenas, de uns grupos aqui da região, e acabou se institucionalizando, virou condicionante da Funai, essa questão de dar cesta básica, gasolina, recurso pra todo mundo nas aldeias, isso foi uma cooptação institucionalizada, um cala-boca pra silenciar qualquer resistência indígena. Eles sabem muito bem que isso é o cerne da questão. Então eu acho que esses índios, na verdade eles têm também atirado nos pés com essa história. Essa coisa da cooptação foi muito bem pensada. (Trecho de entrevista: assessora Movimento Xingu Vivo para Sempre, Altamira, junho/2011).

A gente percebe que essa questão desses planos emergenciais de comprar tudo, isso aí também foi uma estratégia usada pela Norte Energia pra tirar a atenção dos índios do foco de Belo Monte pra que eles fiquem discutindo justamente isso, como vai gastar dinheiro, discutindo as listas, discutindo agora os projetos, e com isso os índios deixam de discutir Belo Monte, entende? Essa é a leitura que o CIMI faz, essa relação, por conta de que, quando se visita as aldeias, a gente percebe a falta de informações concreta, aquela insegurança deles, um certo apavoramento em algumas aldeias quando se fala de Belo Monte. E aí eles usam dessa estratégia de dar presente, essa questão dos 30 mil por mês, agora essa questão dos planos emergenciais, e aí as comunidades vão se focar pra essa questão em cima disso. (Trecho de entrevista: funcionário CIMI, Altamira, junho/2011).

Assim, em um contexto em que os indígenas são vistos com desconfiança quanto ao fato de serem ou não “verdadeiros indígenas”, a relação direta com o empreendedor e com o consumo de mercadorias acirrou ainda mais as suspeitas:

Os índios daqui deixa muito a desejar, são que nem porcos, ficam atrás de lavagem, mas se os índios daqui tivessem o fortalecimento que nem os Kayapó do Mato Grosso, aí seria uma outra história, agora, ficam indo atrás de moto, de cesta básica, motor pra voadeira, de mitsubishi, num sei que, se vendendo, que nem porco atrás de lavagem, aí fica complicado. (Trecho de entrevista: Agricultora familiar, Volta grande do Xingu, junho/2011).

À denúncia de que os indígenas estariam “se vendendo”, percebe-se que se soma até mesmo a suspeita sobre seu estatuto de humanos, que é colocado em xeque. Seja ao se rejeitar o acesso ao recurso da Norte Energia:

Nossa comunidade, como nós não aceitamos a lista, foi o que eu falei, nós não somos porcos, nós estamos aqui há mais de 60 anos nunca pedimos esmola pra ninguém, eu acho vergonhoso ver aquela fila de índio pedindo esmola na Funai sendo que nós devia ser muito mais do que isso. (Trecho de entrevista: liderança indígena Juruna, Altamira, junho/2011).

Seja ao se reforçar que, ao contrário, é justamente o acesso às mercadorias e aos bens de consumo que os tornaria mais humanos, como afirma uma das mais veementes lideranças indígenas favoráveis à construção de Belo Monte:

Depois disso aí [*da chegada de luz elétrica*] eu todo o tempo fui a favor de Belo Monte. Porque o pessoal da Prelazia só falava pra ir contra, contra, contra. Antes nós não tinha luz aqui, hoje nós já temos luz. Não foi tão bom? Mesmo assim, quem não tem, deseja ter. Então vocês só querem deus pra si e o diabo pros outros, eu não sou assim não, sou humana. Uma índia humana. Hoje eu entendo. De primeiro eu não entendia nada. Hoje eu já entendo. (Trecho de entrevista: liderança indígena Xipaya, Altamira, junho/2011).

De outra parte, há também aqueles que, mesmo lamentando o fato dos indígenas terem “se vendido”, ao contextualizarem suas situações sociais consideram este comportamento compreensível:

Aí os Xikrin já tinham se vendido. Não sei se é se venderam, né, porque se a gente for olhar a história deles, a situação deles é muito precária, né, muito precária. Aí eu não posso colocar a culpa, né? Aí chegou recurso, a promessa de projetos, muita grana, aí começou a dar comida, né? Começaram com comida, e agora o negócio ganhou uma proporção. E agora a Norte Energia tá refém, mas os indígenas também, né? (Trecho de entrevista: militante movimento Xingu Vivo Para Sempre, Altamira, junho/2011).

De fato, a disponibilidade de comida, a partir da distribuição de cestas básicas, para aplacar uma situação de fome nas aldeias e nas comunidades indígenas foi sem dúvida um dos fatores centrais para que os indígenas aceitassem estabelecer acordos com o empreendedor e, mais do que isso, passassem a considerar que a chegada do empreendimento pudesse lhes trazer benefícios. Ainda que essa possa parecer uma lógica imediatista e que vários mediadores tenham tentado explicitar para os indígenas os perigos que essa situação poderia acarretar, contra a fome não há argumentos possíveis, como insistiu a liderança Xipayá favorável à construção da hidrelétrica:

Eu sei que seria melhor ter coisa melhor, mas a senhora nunca passou um dia de fome, a senhora passou? Então. A sua mesa tá farta, num tá? A sua geladeira tá farta. Quantos índios aqui dentro de Altamira tem que hoje, numa hora dessa, a senhora chega menino tá [*começa a imitar choro de criança*] "quero comer, mamãe, eu quero comer"; "menino, não tem nada pra comer, menino! num sabe que não tem, que que eu vou fazer, vou roubar?" [*continua a imitar choro*], menino sai chorando. Tem muito, muito, muito, índio passando fome aqui. Agora porque eu digo, porque eu faço visita nessas baixadas todas eu ando de a pé, quando eu tenho dinheiro eu pago moto-taxi [...]. E é por essa causa que eu digo, entendeu? O cara vai trabalhar nem que seja por um real. Pra num roubar. Pra dar de comer pra família. Entendeu? É isso. Agora veja bem: com essa barragem que vier, também quero povo trabalhando. Eu tô capacitando os meus, juntamente com o Sebrae. Já fiz uma capacitação de apiário, agora vou fazer de administração. (Trecho de entrevista: Liderança indígena Xipayá, Altamira, junho/2011).

Porque se tivesse dentro das comunidades fortalecido, ninguém ia aceitar Belo Monte. Mas aí pega todo mundo despreparado, como diz, de calça curta, passando necessidade, quem que quer ver o seu pai e sua mãe passando fome? Quem quer ver o seu filho principalmente sem ter o que comer? Então tudo isso fez com que as populações terminassem voltando pro outro lado e aceitando a construção de Belo Monte. (Trecho de entrevista: Liderança indígena Xipayá, Altamira, junho/2011).

Essa fome, portanto, que as duas lideranças Xipayas se referem e que vários outros interlocutores mencionaram como elemento crucial para a definição dos posicionamentos dos indígenas no conflito, é uma fome conspícua, de alimentos, mas deixa antever também uma fome de algo mais. Em um contexto em que diversos povos indígenas se encontram em situações de miséria em suas aldeias ou em periferias de cidades, a chegada de um empreendimento do porte da hidrelétrica de Belo Monte, trazendo consigo recursos, pessoas, novas redes inteiras e desfazendo redes antigas, põe em jogo também qual o lugar dos indígenas nessa sociedade em transformação. Ao aceitarem recursos do empreendedor, os indígenas em muitos casos tiveram que romper com as redes de instituições e movimentos sociais das quais participavam antes, e com isso reverem quem são e quais são seus interesses em meio a este emaranhando de possibilidades.

Este aspecto aparece de forma muito contundente no relato de uma das lideranças Xipaya que, depois de cerca de 15 anos atuando com os movimentos sociais locais (FVPP, Xingu Vivo, CIMI) e assumindo a dianteira no posicionamento dos indígenas da Volta Grande contrário à barragem, subitamente decidiu romper com os movimentos sociais e não mais criticar a obra. Ao contrário, começou a receber recursos do empreendedor para a associação de indígenas cidadãos de Altamira da qual é presidente e a apoiar demais grupos indígenas que optaram pelo recebimento mensal das listas de pedidos. Esta mudança de posicionamento causou surpresa em muitos que o conheciam de longa data, mas, via de regra, foi interpretada como uma falha de caráter. Durante a minha pesquisa de campo, vários me falaram: “nem precisa conversar com esta liderança, porque ele é pilantra”, enquanto outros, indígenas, me aconselharam procurá-lo: “Você tem que ir lá, vê se descobre porque ele mudou de ideia. Ele vivia do nosso lado, dizia que ia dar o coração, a alma, sei lá mais o que pra ir contra Belo Monte. Depois se calou. Conversa com ele pra saber qual a posição dele agora, porque ele movimenta todo mundo, ele tem poder, né? (Trecho de entrevista: liderança indígena Juruna, Altamira, junho/2011).

Na conversa que então tive com ele, além de uma refinada análise de conjuntura acerca do empreendimento, da relação com o Estado, da situação dos povos indígenas no Xingu, mas também no Brasil e de modo geral com o capitalismo, esta liderança apresentou suas razões para abandonar a militância contrária à barragem:

Tudo que tinha que fazer contra o projeto Belo Monte nós fizemos. Mas o que me deixou sempre com uma pulga atrás da orelha, como se

diz o ditado, foi porque eu via assim gastar fortunas em movimentos contra o projeto Belo Monte. Aí uma vez eu perguntei pra uma pessoa dum movimento desse, em uma reunião em uma aldeia se gastou 40 mil reais, e por que que não dá pra fazer projeto dessa mesma natureza pra ajudar as comunidades indígenas? Você ia numa aldeia dessa, o povo lá faltava te tomar um pacote de bolacha na mão. Não tinha café, não tinha açúcar, não tinha nada, sabe, o povo morrendo à míngua dentro da aldeia, enquanto se gastava fortunas pra fazer movimento. E mediante essa resposta dessa pessoa eu comecei a pensar, rapaz, eu vejo que a gente tem que buscar outra alternativa, não pensando em Belo Monte, mas pensando nas comunidades. Porque eu vi que o povo tava praticamente se acabando dentro das aldeias. Humilhados mesmo por falta de condições financeiras. Aí começou aquela grande questão da gente querer ouvir o outro lado. (Trecho de entrevista: liderança indígena Xipaya, Altamira, junho/2011).

O ponto definitivo, no entanto, para que esta liderança “cortasse o cordão umbilical” com o movimento e decidisse “ouvir o outro lado” foi a vinda de James Cameron, e os custos logísticos que essa vinda implicou. A discrepância entre a situação dos indígenas nas aldeias e o volume de recursos utilizado em transporte, hospedagem e alimentação da celebridade hollywoodiana e sua equipe fez com que ele se questionasse sobre a validade do processo, e se ele estaria realmente assumindo o lado certo com quem lutar. Como é relatado no trecho abaixo:

Antes gente tinha feito uma grande manifestação na aldeia Murikdjan, Bacajá, toda essa orla do Bacajá, acompanhado pelo James Cameron. Inclusive quem liberou e levou ele pra dentro da aldeia fui eu, né? E só o projeto do James, pra ir nessas aldeias, gastou mais de 200 mil. Mais de 200 mil reais. Com embarcações, tudo grandona, aquela coisa, sabe? Comida, todo mundo, eles comendo do bom e do melhor, e você chegava na aldeia e via o pessoal tudo com fome, sabe, todo mundo de olho duro querendo um pouquinho. Às vezes eu deixava de dar toda a comida pra eles, mandava minha esposa: deixa isso em casa aí e dá pros índios, nem que seja escondido, eu fazia o papel do rato, né, ali, roubando daqueles pessoal pra dar pros índios escondido, ali, um pedaço de sabão, um bombril, uma bolacha, um café, e o que mais me chocou foi que uma vez sobrou uma grande panelada de cozido, eles compraram um boi pra fazer aí na aldeia, e aí sobrou muita comida na panela. Aí ela falou assim: agora vocês pode pegar. Meu deus do céu, na hora que ela falou aquilo, nossa senhora.... na hora que eu olhei praquela imagem eu vi assim, não gosto nem de falar isso, usar essa expressão, mas como se você tivesse jogado um caminhão de lixo lá no lixeirão, e aquele monte de urubu voando em cima, sabe? Ah, aquilo me cortou o coração, eu falei, ah, não! Não dá pra trabalhar desse jeito mais não. Na aldeia Mukridjan, povo Xikrin. Isso foi ano passado. (Trecho de entrevista: liderança indígena Xipaya, Altamira, junho/2011).

Segundo a liderança Xipaya, esta imagem ficou em sua cabeça, e associada à fala de um militante de movimento social que lhe disse que “é mais fácil arrumar dinheiro pra fazer movimento do que pra fazer projeto pra dentro de aldeia”, “aí acabou

de cortar o cordão umbilical contra, não contra o projeto assim, mas de participação em movimento social.” (Trecho de entrevista: liderança indígena Xipaya, Altamira, junho/2011). Este relato nos faz retomar o que foi discutido no quarto capítulo da tese sobre a noção de entrecaptura, definida por Stengers (2003, p. 43) como “coprodução de identidades”, que visa abarcar o processo pelo qual sujeitos (ou paisagens, ou objetos) se transformam mediante traduções locais de possibilidades. Para Stengers (2003), uma das validades deste conceito está no fato de se deslocar a atenção de questões de direito e de legitimidade, sempre vinculadas “ao poder de desqualificar”, para se colocar o foco sobre um “como funciona”. Nesse sentido, é interessante notar com um dos eventos do conflito, que de uma parte acarretou em um prolongamento da rede de resistência ao projeto a uma escala internacional, teve com um de seus efeitos, de outra parte, a ruptura de um dos sujeitos centrais na articulação entre indígenas da Volta Grande e movimentos sociais. Mais interessante, portanto, que se julgar essas razões ou as tomadas de decisão dela recorrentes, é perceber os efeitos desta transformação para os rumos do conflito.

Ainda, a liderança Xipaya acrescenta que, neste momento em que estava disposta a abandonar a militância, recebeu a visita de indígenas Xikrin que estavam considerando negociar com o empreendedor:

E aí os Xikrin vieram e me chamaram pra reunião dizendo o seguinte: os Parakanã já saíram e a gente tá pensando muito em escutar o outro lado da história. Nós estamos muito cansado dessa luta. O nosso povo continua sofrendo nas aldeia, a gente não consegue melhorar nada. [...] Aí eles falaram, quem sabe o outro lado não oferece alguma coisa que pode melhorar a vida das nossas aldeias, né? Passei uma semana dentro de casa pra pensar. Pensava, pensava e não conseguia decidir. Aí falei pra eles: eu só posso fazer uma coisa se vocês estiverem comigo, eu sozinho não posso fazer nada. O que vocês decide? "Nós estamos decidido e queremos você junto conosco, queremos ouvir o outro lado". Daí pra frente começou a ouvir o outro lado da história. E o outro lado apareceu bonito. Pela necessidade da situação das aldeias, foi dentro de uma semana, era voadeira, era barco cheio de mercadoria, a comunidade aí, todo mundo ganhando coisa. E aí, né?... (Trecho de entrevista: liderança indígena Xipaya, Altamira, junho/2011).

Ele afirma, no entanto, que não acredita que esses benefícios iniciais que chegaram com o projeto sejam sinônimo de que a obra como um todo será positiva para os indígenas, e continua a se afirmar contrário a Belo Monte, mas, naquela conjuntura, sentiu necessidade de estar com aqueles que afirma ser a maioria dos indígenas:



Porque eu sei que por trás de toda essa alegoria aí, eu sei que as coisas não vão ser bem assim. Tudo vai ser bom no começo, mas vai ter horas ruins nessa história aí. Eu tenho consciência disso. Eu sei que isso não vai ser bom, mas eu não sou milhões, eu sou eu. E eu não consigo fazer nada. E por outro lado, como liderança, eu tenho que acompanhar meu povo. Por mais que eu saiba que hoje no movimento social tem pessoas que dizem, ah, ele se vendeu pra Norte Energia, tá ganhando fortuna. Eu não tenho salário, eu não ganho nada. Só que eu não posso também ir contra meu povo. Eu não posso deixar de acompanhar eles pra acompanhar movimento. Minha vida toda sempre foi lutar por eles. Mesmo eu sabendo que isso no futuro vai dar problema, e eu sei que vai dar problema, mas eu tenho que tá do lado deles. (Trecho de entrevista: liderança indígena Xipaya, Altamira, junho/2011).

Portanto, mais importante do que criticar suas decisões ou concordar com elas, e mesmo do que questionar se os motivos que esta liderança apresenta são mesmo “os verdadeiros motivos” de sua opção ou se são justificações construídas no momento da entrevista, é interessante levar essas justificações a sério para se interpretar a quais moralidades e critérios de justiça elas remetem. E, nesse sentido, de forma similar com o que já foi discutido para os agricultores e ribeirinhos no que diz respeito às indenizações, percebe-se o quanto de suas identidades está em jogo nas tomadas de decisão sobre que posicionamento tomar, sobre aceitar ou não aceitar participar de negociações com o empreendedor. No caso desta liderança indígena, mesmo que considere que Belo Monte seja “uma alegoria” – isto é, um artefato que visa criar um equívoco, uma armadilha no encontro de perspectivas – ele optou por demonstrar estar ao lado de seu povo ainda que isso signifique comprometer sua honra perante os membros dos movimentos sociais. Dessa forma, sua decisão atuou no sentido da afirmação de uma identidade indígena dentre aquelas existentes no campo dos possíveis, situada fora do padrão que era esperado na rede de oposição à barragem e assumindo os riscos de ser julgado como mais ou menos índio “de verdade”. De fato, a própria existência da demarcação do que e de quem é ou não é índio parece ser parte importante de sua construção de identidade, como aparece no trecho:

Mas eu espero que realmente venham projetos de desenvolver as comunidades indígenas de acordo com as comunidades indígenas. Não de querer fazer índio de colono. Não querer transformar a cultura do índio pra uma situação que não é própria da cultura dele. Você não sabe o tanto que eu me preocupo com isso. Porque eu não quero que nem um outro povo passe o que já passaram o povo Xipaya, o povo Kuruaya e o povo Juruna nessa região. A discriminação, o desrespeito, a perda cultural mesmo, isso é muito ruim pra gente. Hoje eu me sinto um camaleão. No sentido de ser uma pessoa que se camufla. Eu vivo camuflado entre as duas, eu me sinto camuflado entre as duas, entre os

dois grupos. Entre o branco e o índio. Me sinto totalmente entre as duas coisas, não tenho como negar. Mas é muito ruim a discriminação que você passa. Nossa... você não sabe o tanto. (Trecho de entrevista: liderança indígena Xipaya, Altamira, junho/2011).

A situação dessa liderança, que se sente um camaleão permeado pelos dois grupos, branco e índio, não lhe é exclusiva: na Volta Grande, foram inúmeros os relatos que ouvi de pessoas que não assumiam seus sobrenomes indígenas, mas que agora, com os recursos disponibilizados pela Norte Energia querem comprovar que também são índios; ou que não aceitavam serem chamados de nomes indígenas para que não tivessem dificuldades para serem atendidos em postos médicos ou colocarem seus filhos na escola e que, com as reconfigurações decorrentes da chegada de Belo Monte estão avaliando se vale a pena ou não assumirem suas identidades indígenas. Nesse sentido, esses relatos nos levam a pensar sobre o que afirma Silvia Rivera Cusicanqui, uma intelectual indígena Aymara que afirma que os indígenas, sendo sobretudo seres contemporâneos, demonstram em suas performances e práticas “os nossos [seus] próprios compromissos com a modernidade” (RIVERA, 2012, p. 96), e assim não correspondem às práticas que lhes são impostas e que lhes são alheias como tática.

Especialmente, Silvia Rivera defende que a discussão acerca dos povos indígenas que os localize em visões esquemáticas sobre como são “os Aymara”, “os Qhichwas” ou os “Tupiguaraní”, pautadas por atributos

situados em suas origens, nega a contemporaneidade desses povos e os exclui das lutas da modernidade. É dado a esses povos um estatuto residual que, de fato, os converte em minorias enclausuradas nos estereótipos indigenistas de bons selvagens e de guardiões da natureza (RIVERA, 2012, p. 99, tradução livre da autora).

Ainda, Rivera afirma que esta postura ao mesmo tempo em que afirma e reconhece os direitos dos “povos originários”, obscurece e exclui a grande maioria dos povos indígenas que vivem em cidades, centros comerciais, obras, funcionando também, portanto, como estratégia para se privar os indígenas de seu estatuto potencialmente hegemônico na sociedade e de sua capacidade de afetar o Estado. Ao contrário, a autora defende o reconhecimento das estratégias indígenas de envolvimento e mestiçagem, que mais do que rejeitarem as práticas modernas, criam formas de se apropriarem delas, sem que com isso percam suas identidades. Para compreendê-las, Rivera (2012) destaca o conceito aymara *ch'ixi*, o qual apresenta:

A palavra *ch'ixi* possui várias conotações: é uma cor que é o produto da justaposição, a partir de pequenos pontos, de cores opostas ou contrastantes: preto e branco, vermelho e verde, e por aí vai. É a

tonalidade cinza proveniente da imperceptível mistura de preto e branco, que são confundidos pela percepção, sem serem nunca completamente misturados. A noção *ch'ixi*, como muitas outras (*allqa*, *ayni*), reflete a ideia Aymara de algo que é e não é ao mesmo tempo; é ambos branco e seu oposto, preto. A pedra *ch'ixi*, portanto, está escondida no coração de animais míticos como a serpente, o lagarto, a aranha, ou o sapo; animais *ch'ixi* pertencem ao tempo imemorial, a tempos de indiferenciação, quando animais falavam com os humanos. O potencial de indiferenciação é o que une opostos. E, assim como *allqamari* combina preto e branco em perfeição simétrica, *ch'ixi* combina o mundo indígena com o seu oposto sem nunca misturá-lo. (RIVERA, 2012, p. 105, tradução nossa).

Assim, este conceito permite compreender encontros sem sínteses, a diferença coexistindo e a possibilidade de ser um conjunto de opostos que não se anulam e convivem, se assemelhado com o que Marilyn Strathern propõe em suas conexões parciais – ambos conceitos sendo úteis para se pensar o heterogêneo (SCHAVELZON, 2013). No que diz respeito aos indígenas da Volta Grande, pensar suas estratégias a partir de uma concepção *ch'ixi* de coexistência é não desconsiderá-los ou julgá-los “índios menos verdadeiros” pelo fato de aceitarem recursos do empreendedor, mas reconhecer suas decisões como formas de atuar no mundo, de tomar parte das disputas contemporâneas a seu modo, e não seguindo *scripts* sobre qual deveria ser ou deveria deixar de ser o seu posicionamento.

No entanto, pensar as transformações acarretadas por Belo Monte em relação aos povos indígenas da Volta Grande à luz das dinâmicas de coprodução e da coexistência sem síntese não significa interpretar o processo como sendo menos perverso, mas apenas mais complicado, visto que é incoerente se estimular um processo de ressignificação da identidade indígena no mesmo momento em que comunidades inteiras estão na iminência de serem compulsoriamente deslocadas em função do desvio do rio, o que implicaria, segundo a coordenadora de gestão ambiental da Funai, em um etnocídio, ou, segundo um procurador do Ministério Público Federal, a morte cultural e/ou biológica destes povos:

Eu não creio que haja possibilidade nenhuma dos indígenas continuarem vivos, se não do ponto de vista biológico, do ponto de vista cultural, com Belo Monte. Para mim é isso que está em jogo de mais grave, é essa população indígena morta. E vão morrer porque culturalmente, se você não matá-los biologicamente, você vai matar quando eles forem jogados em Altamira. E para mim seria o fim mesmo, um fim extremamente trágico, talvez pior do que uma morte violenta, porque você vai fazer uma morte vagarosa dessas pessoas. (Trecho de entrevista: Procurador do Ministério Público Federal, Altamira, junho/2011).

E, de fato, se retomarmos o ponto de vista do Estado e a maneira recorrente com que este tem se servido de mecanismos de exceção para impor sua soberania, um dos pontos cruciais dessa estratégia diz respeito justamente a não consideração dos direitos dos povos indígenas, que, apesar de ser-lhes garantido por tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário o direito a oitivas em que os indígenas deveriam ser previamente consultados sobre a realização de empreendimentos que acarretam transformações em seus territórios, o Estado brasileiro não realizou esta consulta e não considerou a decisão dos povos indígenas sobre a instalação ou não da maior obra em curso no país em seus territórios. Por isso, uma das lideranças indígenas afirma que:

O governo não ouviu a gente porque ele sabe que se ele ouvisse as comunidades e explicasse o projeto de verdade, ninguém ia aceitar. Porque não tá explicado, nem nós entende direito, imagina quem nem fala português direito? E o que tinha que ser feito o governo não faz, que é as políticas públicas, políticas de asfaltar a Transamazônica, é o desenvolvimento pra região. Porque já tá aberta a Transamazônica, o impacto já sofreu, pra que mais impacto? Se a Transamazônica fosse asfaltada ia ajudar a vida das pessoas. Pra que mais coisa, a gente já sofreu muito com essa história de desenvolvimento e não desenvolveu quase nada. O que desenvolve nós é integrar à sociedade e acabar com tudo que nós temos da nossa cultura. Isso é desenvolver, pra mim não é, pra mim é matar. Matar tudo que você tem de sua tradição. O desenvolvimento pra mim é isso, mata a tradição da pessoa. Então acaba com o povo mesmo, se desenvolver é integrar. (Trecho de entrevista: liderança indígena Juruna, Altamira, junho/2011).

Portanto, na situação limite em que Belo Monte e os povos indígenas se encontram o conflito ambiental se apresenta como um ponto de transformação, em que ou se reconfiguram estratégias de coexistência, ou se acata o desenvolvimento como sinônimo de morte e destruição de mundos inteiros, e com eles seus modos de existência. É por isso que, para a liderança Juruna:

Belo Monte é a cobra grande que tá armando um bote, já começou a se movimentar, pra engolir todo mundo. É a cobra grande da história. Você sabe que aqui na região tem muita história, muitos mitos, mas essa cobra grande é verdadeira. E essa cobra grande é Belo Monte. Existe uma cobra grande aqui, e ela engole barco, engole tudo e ninguém vê, né? É uma história, as pessoas diz que é lenda mas não é, é verdadeira. Pra mim Belo Monte é ela, porque Belo Monte tá preparando esse bote já faz tempo, né? E agora tá começando a se movimentar de novo pra engolir todo mundo. E para mim Belo Monte é a cara da injustiça, é a injustiça vestida assim, na sua frente, sabe? Está muito difícil de combater, mas a injustiça do país está em Belo Monte. O que demonstra pra nós que o governo brasileiro não tá se importando com os povos, principalmente com o povo nativo, né? Não tá se importando, essa que é a questão. O capital é mais importante do que a vida das pessoas. (Trecho de entrevista: liderança indígena Juruna, Altamira, junho/2011).

É nesse sentido que o conflito ambiental, por meio da interpelação ao rumo inexorável dos acontecimentos que representa, abre um novo *campo de possíveis*. Este conceito de campo de possíveis é aqui entendido segundo a interpretação proposta por François Zourabichvili (2000) sobre o conceito de Gilles Deleuze. Nesta abordagem, o possível não é algo que se tem previamente, “você não o tem antes de tê-lo criado [...]”. O possível chega pelo acontecimento, e não o inverso” (ZOURABICHVILI, 2000, p. 335). Assim, nessa abordagem, o acontecimento político por excelência – a revolução – não é a realização de um possível, mas uma abertura do possível. Dessa forma, como explica o autor:

por “um novo campo de possíveis” é necessário entender então uma outra coisa: a palavra possível deixou de designar uma série de alternativas reais e imaginárias (ou...ou...), o conjunto das disjunções exclusivas características de uma época e de uma sociedade dadas. Ele concerne, agora, à emergência dinâmica do novo. (ZOURABICHVILI, 2000, p. 341).

É a esta emergência dinâmica do novo e sua capacidade de circunscrever de maneira diferente o que é ou não tolerável que parecem corresponder as rupturas e transformações do conflito ambiental em torno da construção de Belo Monte.

Este aspecto se torna ainda mais evidente quando se soma, ao contexto da Volta Grande, a participação ativa dos indígenas Mundurucus. Moradores da bacia do rio Tapajós, também no Pará, estes indígenas, temerosos com a iminência de construção de barragens em seus rios, decidiram se antecipar ao início dos estudos de impacto ambiental das hidrelétricas planejadas para suas regiões e ocupar o canteiro de obras da hidrelétrica de Belo Monte. Segundo afirmam, esta atitude se torna necessária visto que estão questionando não apenas a construção das hidrelétricas que viriam a atingi-los diretamente, mas a construção de todas as hidrelétricas na Amazônia e a forma de atuação do Estado brasileiro. A partir do canteiro de obras de Belo Monte, onde permaneceram por oito dias em um primeiro momento, se retiraram e depois retornaram para mais uma ocupação do canteiro até que foram coagidos pela Força Nacional do Exército brasileiro a se retirarem, os Munduruku redigiram e divulgaram ao todo dez cartas. Em todas elas expunham seus pontos de vista, defendiam posicionamentos e questionavam a atuação governamental. Na primeira carta, eles afirmam:

Nós somos a gente que vive nos rios em que vocês querem construir barragens. Nós somos Munduruku, Juruna, Kayapó, Xipaya, Kuruaya, Asurini, Parakanã, Arara, pescadores e ribeirinhos. Nós somos da Amazônia e queremos ela em pé. Nós somos brasileiros. O rio é o

nosso supermercado. Nossos antepassados são mais antigos que Jesus Cristo.

Vocês estão apontando armas na nossa cabeça. Vocês sitiaram nossos territórios com soldados e caminhões de guerra. Vocês fazem o peixe desaparecer. Vocês roubam os ossos dos antigos que estão enterrados na nossa terra.

Vocês fazem isso porque têm medo de nos ouvir. De ouvir que não queremos barragens. De entender porque não queremos barragem.

Vocês inventam que nós somos violentos e que nós queremos guerra. Quem mata nossos parentes? Quantos brancos morreram e quantos indígenas morreram? Quem nos mata são vocês, rápido ou aos poucos. Nós estamos morrendo e cada barragem mata mais. E quando tentamos falar, vocês trazem tanques, helicópteros, soldados, metralhadoras e armas de choque.

O que nós queremos é simples: vocês precisam regulamentar a lei que regula a consulta prévia aos povos indígenas. Enquanto isso vocês precisam parar todas as obras e estudos e as operações policiais no Xingu, Tapajós e Teles Pires. E então vocês precisam nos consultar.

Nós queremos dialogar, mas vocês não estão deixando a gente falar. Por isso nós ocupamos o seu canteiro de obras. Vocês precisam parar tudo e simplesmente nos ouvir.

Vitória do Xingu (PA), 02 de maio de 2013.

Essa carta parece sintetizar de forma eloquente todos os aspectos do conflito ambiental tal qual venho me empenhando ao longo dessa tese em discutir. Nela aparece a diversidade de sujeitos que se unem por possuírem em comum a Amazônia e uma forma de se relacionar com ela que depende que esta “esteja em pé”. São sujeitos que precisam demarcar que “são brasileiros”, isto é, que também devem ter o seu lugar reconhecido na concepção do que vem a ser o Brasil, e que, pela porta do perspectivismo, se deslocam entre mundos com rios, supermercado, antepassados e Jesus Cristo sem abandonarem suas perspectivas. Está presente nesta carta, ainda, a violência do Estado, que usa seu aparato repressor, e também os seus estudos, laudos e empreendimentos, para matar, rápida ou gradualmente, os povos indígenas. E, no entanto, os indígenas afirmam que quem tem medo é o Estado: medo de ouvir.

Se retomarmos o que foi discutido sobre perspectivismo ameríndio, entendemos porque ouvi-los pode ser o gesto mais perigoso para o governo brasileiro: no perspectivismo, onde tudo *pode* ser gente, a comunicação entre os mundos se torna a tarefa mais arriscada – ao reconhecer o outro como alguém que fala, pode se estar abrindo a porta para que seja ele o humano da relação. Por isso, nas etnografias indígenas há sempre relatos de caçadores que, ao estarem solitários na floresta, se deparam com presas – por exemplo, um veado – que lhe dizem algo. O desafio para o

caçador é justamente não responder, pois, caso responda, a relação de predador e presa pode se inverter, visto que estaria sendo concedida ao outro a posição de humano.

No conflito em Belo Monte, se percebe que há mundos que não se comunicam, mas não porque o governo não os veja, mas sobretudo porque o governo não ouve, o que ele demonstra ao não responder às demandas dos indígenas e ribeirinhos. É o que é dito nesta carta: nós falamos; vocês têm medo de nos ouvir porque têm medo de nos entender. Se o governo entende o que dizem os povos da floresta, ele reconhece que eles são humanos – e que, talvez, o Estado não o seja.

É nesse mesmo sentido que, tal qual discutido no quinto capítulo, o agricultor da Volta Grande também se questiona: será que não fomos capazes de ser gente o suficiente? Porque gente fala, e eles não foram ouvidos. Assim, parece ser possível afirmar que o Estado, para manter as suas decisões, não pode suportar que haja outros sujeitos, de outros mundos, imanentes a este. É o pluriverso o que o Estado não suporta.

Os Munduruku, ao que parece, sabem bem disso, e, no entanto, não estão dispostos a abrir mão de serem considerados. Aos escreverem suas cartas, abrem assim um novo campo de possíveis ao exigirem serem concebidos em seus próprios termos, criando a “nova circunscrição do tolerável” que para Zourabichvili (2000) caracteriza um acontecimento político. Em sua sexta carta, no entanto, redigida quando decidiram sair do canteiro de obras após sentirem sua integridade física ameaçada pelo ostensivo aparato policial, os indígenas afirmam que o que está em curso é, para eles, mais do que isso:

Nossa luta se refere a uma dúzia de barragens nos três rios [*Xingu, Tapajós e Teles Pires*], e ela não acabou porque fomos retirados do canteiro. Nossa luta está recomeçando, e isso é uma vitória. Uma vitória que é só nossa – não é da Justiça e nem do governo. O governo não sabe governar indígenas. As coisas estão ruins no Brasil. Nós vamos mudar isso. (Carta nº 6, Altamira, 10 de maio de 2013).

Ainda, em sua sétima carta, os indígenas avisam: “o governo tem que parar de dizer mentiras em notas e entrevistas. E de nos tratar como crianças, ingênuas, tuteladas, irresponsáveis e manipuladas. Nós somos nós e o governo precisa lidar com isso.” (Carta nº 7, Canteiro de obras Belo Monte, 27 maio 2013).

Dessa forma, com estas cartas, e ao longo de todo o conflito, o que parece ficar claro é que os indígenas estão, de modo incisivo e contundente, exigindo que sejam reconhecidos como sujeitos, ativos e responsáveis pelo surgimento de novos possíveis. Novas formas de negociação política, em outros termos. Um parlamento

cosmopolítico, talvez, segundo o vocabulário de Stengers (2003), que entende este como todo lugar em que há uma potência inventiva que resiste à potência axiomática, isto é, onde se questiona os axiomas que sustentam a fabricação dos cálculos e das unidades de medida. Ou quem sabe uma conexão parcial e heterogênea, como no conceito *ch'ixi* de Rivera (2012), na qual se possa construir um pacto sem matar aqueles que ficam de fora. Ou ainda, um novo registro político que esteja saindo das sombras, como afirma De la Cadena (2009). O que não restam dúvidas, contudo, é que se trata de uma nova construção do impensável, na qual as fronteiras entre sujeitos, humanos e não humanos, políticas e formas de coexistência precisam ser reinventadas.



**Figura 48:** Rio Xingu, Volta Grande do Xingu, maio/2011.  
Fonte: Fotografia da autora.





**Figura 49:** Terra Indígena Arara da Volta Grande, Volta Grande do Xingu, maio/2011.  
Fonte: Fotografia da autora.



**Figura 50:** Criança brincando no Xingu. Terra Indígena Arara da Volta Grande, maio/2011.  
Fonte: Fotografia da autora.

## 7 CONCLUSÕES: OS CONFLITOS AMBIENTAIS EM PERSPECTIVA

Isso é só o começo  
É só o começo  
Isso é só o começo  
É só o começo

Aqui chegamos enfim  
A um ponto sem regresso  
Ao começo do fim  
De um longo e lento processo  
Que se apressa a cada ano  
Como um progresso insano  
Que marcha pro retrocesso  
E é só o começo

Estranhos dias vivemos  
Dias de eventos extremos  
E de excessos em excesso  
Mas se com tudo que vemos  
Os olhos viram do avesso  
Outros extremos virão  
Prepare o seu coração  
Que isso é só o começo

Aqui chegamos, porém  
Num evento diferente  
Onde a gente se entretém  
Um ao outro, frente a frente  
Deixando um pouco ao fundo  
O ambiente do mundo  
Por esse aqui, entre a gente  
É só o começo

Assim nesse clima quente  
No espaço e tempo presente  
Meu canto eu lanço, eu não meço  
Minha rima eu arremesso  
Pra que nada fique intacto  
E tudo sinta o impacto  
Da ação de cada canção  
Preparem-se irmã, irmão  
Que isso é só o começo  
Isso é só o começo  
É só o começo

(LENINE, música “Isso é só o começo”,  
2012)

Esta tese iniciou-se com a apresentação de um argumento central: o conflito em torno da construção de Belo Monte trata-se de um conflito ambiental. No entanto, este foi exposto com certo tom de advertência: nesta afirmativa há algo a mais do que pode se supor a princípio, e é neste excesso – de afetos, tensões e disputas – que talvez resida seu principal interesse. Atingido agora o final do percurso, é chegado o momento de se fazer um balanço sobre o que se retém deste processo: quais conclusões este argumento pôde alcançar.

Um primeiro aspecto, ressaltado logo no primeiro capítulo após a discussão acerca do que é a construção da hidrelétrica de Belo Monte e o contexto em que se encontra atualmente, foi a constatação de que o conceito de conflito ambiental, da forma como é correntemente definido, é insuficiente: parece haver em Belo Monte mais do que a disputa pela apropriação material e simbólica de “recursos naturais”. Esta definição do conceito, no entanto, tal qual discutido no segundo capítulo, é descendente de uma genealogia de abordagens sobre o ambiente e sociologia que, a despeito de uma motivação inicial em romper com a primazia do social nas análises, mantém-se circunscrita às fronteiras demarcadas por um pressuposto da separação sociedade/natureza. Contudo, são várias as abordagens que apontam ser não apenas possível mas também necessário para se compreender o emaranhado de relações entre empreendimentos científicos, técnicos e sociais que povoam as sociedades contemporâneas se questionar este pressuposto e se abdicar da cisão entre o social e o natural como ferramenta analítica, tal qual demonstram, entre outros, os Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia. Assim, passou a orientar a pesquisa a seguinte questão central: quais as relações sociedade e natureza em pauta nos conflitos ambientais, ou, como estes podem ser interpretados sob o aspecto relação sociedade-natureza? Tendo-se este questionamento em vista, foi iniciada a pesquisa de campo.

Entretanto, durante a minha estadia em Altamira, Volta Grande do Xingu, Belém e Brasília, discutida no terceiro capítulo, outras camadas de questionamentos se somaram à análise. Se, desde partida, eu já antevia no perspectivismo ameríndio uma postura filosófica que poderia me apontar caminhos para dessubstancializar a separação sociedade/natureza, somente quando eu estabeleci com os distintos sujeitos envolvidos no conflito a “comunicação involuntária e não intencional” pela qual Favret-Saada (1990) caracteriza o estado de afecção, pude começar a perceber as implicações de se entender os diferentes argumentos apresentados e levá-los a sério literalmente, e não metaforicamente. Assim, à discussão teórica acerca das relações sociedade/natureza nos

conflitos ambientais, somou-se a necessidade de se comunicar as tensões entre as diferenças cosmologicamente consistentes entre os distintos sujeitos em conflito.

Para tanto, ainda que se considerasse o conceito de conflito ambiental insuficiente, este não era, contudo, inadequado, visto que traz em si o hibridismo que, no mínimo, torna mais embaçadas as fronteiras entre o social e o natural. Ao reforçar a centralidade do ambiente na configuração de conflitos, abrem-se as portas para uma agência daquilo que se convencionou chamar natureza, ainda que estes caminhos não venham sendo completamente explorados na maior parte das análises sobre conflitos ambientais. Ancorando-se então nas pistas sugeridas por Bhabha (2007), Latour (1994), De la Cadena (2010), Stengers (2007), Viveiros de Castro (2002) e Boltanski (2009), foi proposta uma aposta no conceito de conflito ambiental, mas o interpretando como uma categoria híbrida, com o objetivo de reforçar a sua carga cosmopolítica. Além disso, considerou-se que os conflitos são parte crucial do encontro de perspectivas e estão no centro das relações sociais, isto é, o mundo é um espaço de conflitos, que depende de agenciamentos e do encontro entre pontos de vista.

Para se sustentar a aposta nesta dupla reconceitualização que se tornou então o objetivo da tese – a definição de Belo Monte como um conflito ambiental, e a definição de conflito ambiental sob o modo cosmopolítico – a primeira tarefa empreendida foi a análise dos movimentos de coprodução de identidades ao longo da trajetória do conflito. Este exercício permitiu a constatação de que, além da história de Belo Monte não ser nem apenas a história da obra, nem apenas a história das relações de poder e dominação, mas percursos instáveis e imprevisíveis nos quais as entidades se atualizam e se reinventam mediante movimentos de entrecaptação, o conflito em Belo Monte é também um conflito pelo controle do tempo. É no controle de ritmos e na separação entre atrasos e acelerações que as assimetrias se manifestam, demonstrando que o princípio de simetria metodológica não implica na assunção de que todas as práticas sejam igualmente comparáveis, mas que, ao contrário, há restrições lógicas e sintáticas diferentes em disputa. A partir de então, a proposição cosmopolítica – entendida como o modo pelo qual se atualiza a copresença problemática de práticas distintas – ganhou força, e passou a ser analisada em Belo Monte por meio de dois eixos centrais: “ambiente” e “desenvolvimento”.

A análise acerca do que vem a ser mobilizado como ambiente no conflito foi realizada mediante a discussão sobre a controvérsia no licenciamento ambiental da obra, protagonizada pelo Estudo de Impacto Ambiental, o Ibama e o Painel de Especialistas; a

análise do que os moradores da Volta Grande do Xingu dizem quando falam do ambiente em relação a Belo Monte; e do processo de estabelecimento de indenizações pelo empreendedor aos compulsoriamente deslocados pela obra. A partir destes três aspectos centrais, se tornou evidente que, neste conflito, estão em confronto uma perspectiva que concebe o ambiente como um objeto alheio à sociedade, o qual pode ser planejado e controlado de forma descolada do exercício político do diálogo e da comunicação, e outras perspectivas nas quais aquilo a que se convencionou chamar de natureza é composto por diferentes sujeitos que podem se transformar em humanos e com os quais se estabelece intrincadas relações sociais de afeto e conhecimento. É a possibilidade de coexistência destes mundos distintos que é colocada em xeque no conflito. Para que esta coexistência seja possível, observou-se ser premente a necessidade de se alargar a definição de ambiente de forma com que possa abarcar aquilo que De la Cadena (2009) denomina “o impensável”, isto é, é necessário que se considere a manutenção do Xingu *vivo* como uma demanda legítima em seus próprios termos.

Estes aspectos se asseveram quando se analisa o conflito em torno de Belo Monte sob o viés das disputas acerca do desenvolvimento. Entendido pelos agricultores familiares e ribeirinhos como produção de alimentos, pelos militantes dos movimentos sociais como uma forma de colonialismo e pelos representantes do governo como uma técnica de gestão econômica estreitamente vinculada à expansão da oferta energética, é no ponto de vista do Estado que o desenvolvimento exerce papel central, sendo orientado pelo “uso racional de recursos”. A análise permitiu constatar que, tendo o ideário do desenvolvimento como ensejo, a construção de Belo Monte tem gerado uma apropriação estatal do Xingu, a qual incide sobre as relações sociais locais – inclusive com os não humanos – transformando-as radicalmente. Ainda, de maneira geral, o que o processo de condução da decisão acerca da construção de Belo Monte permite inferir é que o ponto de vista do Estado, ao conceber o desenvolvimento como uma técnica, anula a política.

Uma manifestação dessa despolitização do conflito pelo Estado pode ser constatada quando se analisa as suspensões de segurança, recurso jurídico utilizado pela Advocacia-Geral da União para se suspender os efeitos de decisões liminares contrárias à obra. Nestes recursos, o particular é desconsiderado em favor do universal e é constituído um estado de exceção, no qual a norma pode ser suspensa segundo critérios de segurança nacional. Ainda, destacou-se como, ao transformar o ambiente em terra

nua, o Estado atuou no sentido de transformar os moradores da Volta Grande do Xingu em vida nua, tal qual o conceito proposto por Agamben (2010). Dessa forma, pode se afirmar que, no limite, no conflito em torno de Belo Monte está em jogo se, na perspectiva do Estado, a vida dos moradores da Volta Grande é ou não politicamente relevante.

Tal situação limite parece se expressar, de forma ainda mais contundente, no que diz respeito aos indígenas envolvidos no conflito. Neste caso, o conflito em Belo Monte se apresenta como o ponto de transformação, em que se reconfiguram estratégias de coexistência ainda que se esteja incorrendo sempre no risco de que o desenvolvimento no qual se justificam os projetos de intervenção seja sinônimo da morte de mundos inteiros. Nesse sentido, o conflito ambiental abre um novo campo de possíveis, isto é, instaura acontecimentos que criam novas possibilidades de devires.

Em suma, a partir dessa análise pode-se concluir que o conflito em torno de Belo Monte é um conflito no qual fica evidente que há diferenças maiores entre os pontos de vista dos diferentes sujeitos do que os estudos de impacto ambiental e as políticas de desenvolvimento podem abarcar. Ao interpelar o projeto de construção da hidrelétrica exigindo serem ouvidos, o que os moradores da Volta Grande do Xingu afirmam é que há outros mundos, nos quais são estabelecidas relações sociais com humanos e não humanos pautadas pelo afeto e pela subjetividade que querem exercer seus direitos de continuarem a existir. Ao explicitar demandas que alargam as noções convencionais de ambiente e política, pode-se afirmar que é em termos cosmopolíticos que o conflito se expressa, criando a abertura para uma nova circunscrição do tolerável.

Sendo assim, ainda faria sentido chamar este conflito em torno de Belo Monte de um conflito ambiental?

Tal qual foi discutido, a aposta na categoria conflito ambiental pautou-se pela possibilidade de reforçar a carga cosmopolítica que esta expressão, ambivalente, traz de partida. O adjetivo *ambiental*, por ser tributário da partição ontológica da sociedade moderna ocidental, não diz muito sobre as relações entre humanos e seres outros que humanos presentes nas ontologias não modernas. Contudo, nem por isto perde capacidade estratégica na dinâmica do conflito. Como afirma Pimentel (2012, p. 211), “a natureza, essa multidão, é também aliada no processo de luta pela terra”, e nas tantas demais lutas nas quais é em termos ambientais que se encontram as perspectivas em conflito. A análise sobre Belo Monte nos conduz a refletir que, neste caso, o ambiente se torna o local de um “equivoco controlado”, isto é, o lugar conceitual em que se

estabelece uma relação de interpretação diferencial entre termos homônimos com significados distintos entre as perspectivas, de forma que comunica dois mundos e mantém suas diferenças, tornando possível a formulação coelaborada de projetos políticos com espaço para diferentes mundos (VIVEIROS DE CASTRO, 2009; DE LA CADENA, 2009). Nesse sentido, denominar o conflito em torno de Belo Monte como um conflito ambiental é não perder de vista as possibilidades deste equívoco controlado, é manter a passarela entre as perspectivas sabendo-se que as traduções/traições não apenas são inerentes à comunicação, mas estão nelas a possibilidade de coexistência sem síntese, sem que um mundo anule o outro.

Além disso, como afirma Agamben (2004, p. 15), “se, como se sugeriu, a terminologia é o momento poético do pensamento, então as escolhas terminológicas nunca podem ser neutras”, implicando sempre em tomadas de posição quanto à natureza do fenômeno que se pretende estudar. Nesse sentido, a escolha pela manutenção do termo conflito ambiental para se nomear o fenômeno é duplamente interessante: em um primeiro momento, por reforçar o aspecto contencioso, de disputa, que denominações como “ecologia das práticas”, como sugere Stengers (2003), poderiam eventualmente ofuscar; em um segundo momento, pelo fato de mesmo dentro do esquema moderno ambiente ser um termo demasiadamente impreciso, o que implica que sob seu escopo podem ser abarcadas lutas pela terra, lutas pelo reconhecimento, lutas por direitos, entre outras. Ao se agrupar todas essas disputas em um conceito abrangente, possibilita-se reforçar o caráter holístico do conflito: mais do que disputas pontuais, são disputas de fundo que dizem respeito não apenas a um projeto na Amazônia brasileira ou a outros empreendimentos dispersos pelo Brasil, mas que dizem respeito à causa de distintos conflitos que possuem em comum a luta contra o imperativo do desenvolvimento, contra um monorrealismo que não nos permite aprender com as experiências humanas que nos indicam que podemos ser outros do que somos.

Finalmente, tendo estes elementos em vista, pode-se chegar então a uma última conclusão. A importância teórica e necessariamente política de se dar visibilidade a esses conflitos ambientais, levando a sério a demanda por um questionamento da concepção de ambiente feita pelos grupos atingidos com as suas implicações estendidas ao limite, é que, como bem o sabem os moradores da Volta Grande do Xingu, militantes, pesquisadores e demais envolvidos, o conflito em torno da construção de Belo Monte é só o começo:

Essa barragem está grávida, e é uma porca que pari dez, doze de uma vez. [...] Porque não é uma barragem, é um complexo. É um complexo hidrelétrico. Mais um motivo pra gente embargar essa obra. (Trecho de entrevista: moradora da periferia de Altamira, Altamira, junho/2011).

Belo Monte é um termômetro do que tá por vir. [...] Desde o processo de licenciamento, as decisões que foram tomadas, os atalhos que foram tomados, os posicionamentos governamentais, pra mim Belo Monte é isso, é a amostra grátis do que estar por vir. E não nos deixa nenhum pouco animados. Basta ver o PAC II em termos do que vem por aí. Aí é de novo inundação de terra indígena. E nós não temos possibilidade de mudança de projeto. Vai vir coisa pior, mudança na regra do licenciamento... É só a ponta do iceberg... E aí a questão dos conflitos ambientais eles só tendem a acirrar daqui pra frente. (Trecho de entrevista: Coordenadora Geral de Gestão Ambiental Funai, Brasília, agosto/2011).

A gente está documentando tudo para se ter como base para os próximos processos que necessariamente virão. Por isso que eu tenho muita segurança de que combater Belo Monte, não é desperdício de energia de forma alguma, porque são mais de 300 barragens planejadas na Amazônia, e no rio Xingu eram seis. Então, quanto menos desgaste for feito, menos o governo sofrer no processo de Belo Monte, mais rápido esse processo como um todo é construído, conduzido. Porque na verdade o que você tem é um projeto de ocupação da Amazônia que na teoria seria diferente de tudo que já foi feito na história do Brasil, mas que na prática é o mesmo, de desmatar, destruir, sem nenhum retorno social local, quer dizer, implantar uma sociedade pobre, dependente de ajuda estatal, num solo degradado, é isso que está sendo encontrado na Amazônia como um todo. Então cada frente de batalha contra esse processo retarda o processo como um todo, não é só Belo Monte. (Trecho de entrevista: Pesquisador, membro do Painel de Especialistas, Altamira, maio/2011).

Assim, em um contexto de Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), Copa do Mundo, Plano Nacional de Energia prevendo centenas de novas hidrelétricas, o que é ambiente, o que é desenvolvimento, e qual relação se quer estabelecer entre esses termos não são, mais do que nunca, perguntas retóricas ou abstrações teóricas. Pois, como afirmou Deleuze (1969, p. 372): “o mundo perverso é um mundo em que a categoria do necessário substituiu completamente a do possível”. Dessa forma, se, inicialmente, foi uma motivação teórica que deu origem ao início dessa pesquisa, é para uma conclusão de que é possível expandir as formas de se conceber a política que apontam seus resultados.





**Figura 51:** Pôr-do-sol no rio Xingu, agosto/2011.

Fonte: Fotografia da autora.



**Figura 52:** Balsa sobre o rio Xingu, Comunidade Belo Monte, agosto/2011.

Fonte: fotografia da autora.

## REFERÊNCIAS

ABELES, Marc. **Un ethnologue à l'Assemblée**. Paris: Odile Jacob. 2000.

ACP – AÇÃO Civil Pública, Ministério Público Federal do Pará. Disponível em <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2010/noticias/belo-monte-os-problemas-do-projeto-e-a-atuacao-do-mpf>. Acesso em maio, 2011.

ACSELRAD, Henri (org.) **Conflitos ambientais no Brasil**, Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

ACSELRAD, Henri ; BEZERRA, Gustavo. Inserção econômica internacional e “resolução negociada” de conflitos ambientais na América Latina. In: ZHOURI, A. LASCHEFSKI, K. (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 35-62.

ACSELRAD, Henri. Apresentação. In: Andréa Zhouri. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília. Elementos para análise do RIMA de Belo Monte à luz das conclusões e recomendações do projeto Avaliação de Equidade Ambiental. In: MAGALHÃES, Sônia M. S. Barbosa; HERNANDEZ, Francisco del Moral (org.). **Painel de Especialistas - Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. Belém, 29 de outubro de 2009. Disponível em [http://www.socioambiental.org/banco\\_imagens/pdfs/Belo\\_Monte\\_Painel\\_especialistas\\_EIA.pdf](http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf)

ADI – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. 2005. Trecho do Decreto Legislativo 788/2005, emitido pelo Congresso Nacional.

AGAMBEN, Giorgio. A potência do pensamento. Trad. de Carolina Pizzolo Torquato. **Revista do Departamento de Psicologia**. – UFF, v. 18 – n. 1, p. 11-28, Jan./Jun., 2006.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: Estado de Exceção II**. Trad. Iraci D. Poleti, São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o Poder Soberano e a Vida Nua I**. Trad. Henrique Burigo, 2 ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. Introductory Note on the Concept of Democracy. **Theory and Event**, Vol.13(1), 2010.

AGRA FILHO, Severino Soares. Os conflitos ambientais e os instrumentos da política nacional de meio ambiente. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. (Orgs). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 351-59.

AGRA FILHO, Severino Soares. **Os estudos de impactos ambientais no Brasil: uma análise de sua efetividade**. (Documento de Política nº 18). Brasília: IPEA, 1993. 73p.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). **Conflitos Sociais no "Complexo Madeira"**. Manaus: UEA Edições, 2009. 391 p.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. In: **Travessia**. maio/agosto, 1996. pp. 30-35.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas**: processos de territorialização e movimentos sociais. Anpur, Rio de Janeiro: ANPUR, p. 1-30, 2004.

ALMEIDA, Jalcione . Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z.. (Org.). **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 1ed.Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1997, v. 1, p. 33-55.

ALMEIDA, Jalcione. **O campo da pesquisa e das ações sobre o meio ambiente**. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2004.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Le Statut de La Terre Et Les Réserves Extractivistes. **Cahiers du Brésil Contemporain**, Paris, v. 1996, p. 169-189, 1996.

ALONSO, Ângela e COSTA, Valeriano. Ciências sociais e ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. **BIB – Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais**, ANPOCS, nº 53, 1º semestre de 2002, pp-35-78.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. **Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100930023420/7alonso.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2009.

AMY, Douglas J. **The Politics of Environmental Mediation**. New York: Columbia University Press. 1987.

ANEEL - *Atlas de Energia Elétrica do Brasil*. 2009. Disponível em [http://www.aneel.gov.br/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=1689](http://www.aneel.gov.br/visualizar_texto.cfm?idtxt=1689). Acesso em maio, 2013.

ANTONAZ, Diana. Os estudos sócio-antropológicos no EIA da UHE de Belo Monte. In: MAGALHÃES, Sônia M. S. Barbosa; HERNANDEZ, Francisco del Moral (org.). **Painel de Especialistas** - Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém, 29 de outubro de 2009. Disponível em [http://www.socioambiental.org/banco\\_imagens/pdfs/Belo\\_Monte\\_Painel\\_especialistas\\_EIA.pdf](http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf) Acesso em set/2010.

BARNES, Barry. **The Nature of Power**, Cambridge: Polity Press. 1988.

BECK, Ulrich .**Ecological Politics in an Age of Risk**. Cambridge: Polity Press. 1995.

- BECK, Ulrich. **Risk Society: Towards a New Modernity**. London: Sage
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. 395 p.
- BINGHAN, Gail. **Resolving Environmental Disputes: A Decade of Experience**; in *Resolving Locational Conflict*, Lake. New Jersey : R.W. ed.; Center for Urban Policy Research. 1986.
- BLOOR, David. 'Durkheim and Mauss Revisited: Classification and the Sociology of Knowledge', **Studies in the History and Philosophy of Science** 13: 267-97. 1982.
- BNDES, 2012. BNDES aprova financiamento de R\$ 22,5 bilhões para Belo Monte. Disponível em [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Sala\\_de\\_Imprensa/Noticias/2012/energia/20121126\\_belomonte.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2012/energia/20121126_belomonte.html), acesso em 07 dezembro 2012.
- BOLSTANSKI, Luc. **De la critique – Précis de sociologie de l'émancipation**. Paris, Éditions Gallimard, 2009. 294 p.
- BOUDES, Philippe. **L'environnement, domaine sociologique**. Tese de Doutorado - Université Bordeaux 2 – Mention Sociologique. Avril/ 2008. 536 p.
- BRANDENBURG, Alfio. Do Rural Tradicional ao Rural Socioambiental. *In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Anais....*, Belo Horizonte, 2005.
- BRASIL. Lei N° 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, e cria o Conselho Nacional de Imigração. 1980.
- BUTTEL, Frederick H. New directions in environmental sociology. **Annual Review of Sociology**, 13: 465-88. 1987
- BUTTEL, Frederick H. ; HUMPHREY, Craig R. Sociological Theory and the Natural Environment. *In : DUNLAP, Riley E ; MICHELSON, William . (ed). Handbook of Environmental Sociology* . Westport, CT: Greenwood Press. 2002. pp. 33–69.
- BUTTEL, Frederick. 1992. A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana. *In: Perspectivas*, São Paulo, 15, pp. 69-94. 1992.
- BUTTEL, Frederick. Environmental and resource sociology: theoretical issues and opportunities for synthesis, *in: Rural Sociology* 61 (1), pp. 56-76. 1996.
- CALLON , Michel ; LASCOUMES, Pierre; BARTHE, Yannick. **Agir dans un monde incertain**. Essai sur la démocratie technique, Paris: Le Seuil. 2001.
- CALLON, Michel ; LATOUR, Bruno. Don't Throw the Baby Out with the Bath School! A Reply to Collins and Yearley. *In : PICKERING, A. (Ed.) Science as Practice and Culture*. Chicago, Chicago University Press: 1992. p. 343-368.
- CALLON, Michel. Some Elements of a Sociology of Translation: Domestication of the Scallops and the Fishermen of St Brieuc Bay. *In : LAW, John (ed). Power, Action*

**and Belief: A New Sociology of Knowledge.** London: Routledge & Kegan Paul. 1986. Pp. 196-233

CALLON, Michel; LATOUR, Bruno. 1981. Unscrewing the big Leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so. In: K. Knorr-Cetina; A.V. Cicourel (eds.). **Advances in social theory and methodology: toward and integration of micro- and macro-Sociologies.** Boston: Routledge; Kegan Paul, pp.277-303.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo: CosacNaify, 2009. 440 p.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; ALMEIDA, Mauro. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo: CosacNaify, 2009. p.277-299.

CARNEIRO, Eder J. O GT de conflitos ambientais da ANPOCS (2004-2008): balanço crítico. **Anais 33º Encontro Anual da ANPOCS,** Caxambu, 2009.

CARNEIRO, Marcelo S. Crítica social e responsabilização empresarial: análise das estratégias para a legitimação da produção siderúrgica na Amazônia Oriental. **Cadernos CRH,** vol. 21, n. 53, p. 321-333, 2008.

CARNEIRO, Marcelo S.. A construção social do mercado de madeiras certificadas na Amazônia brasileira: a atuação das ONGs ambientalistas e das empresas pioneiras. **Sociedade e Estado,** vol. 22, n. 3, p. 681-713. 2007.

CASTRO, E.; HÉBETTE, J. (Org.). **Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia.** Belém: UFPA/NAEA, 1989. 252 p. (Cadernos NAEA) ISBN 8571430012.

CASTRO, Edna. Amazônia: sociedade, fronteiras e políticas. **Cadernos CRH,** vol. 25 n. 64, jan./abr. p. 2012.

CASTRO, Edna; PINTON, Florence. (orgs.). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre ambiente e desenvolvimento.** Belém: CEJUP/UFPS/NAEA, 1997.

CATTON, William R.; DUNLAP, Riley E. A new ecological paradigm for post-exuberant sociology. **American Behavioral Scientist,** v.24, n.1, set./oct., 1980. p. 15-47.

CHATEAURAYNAUD, Francis ; TORNAY, Didier. **Les sombres précurseurs: une sociologie pragmatique de l'alerte et du risque.** Paris: Ed. De L'EHESS. 1999.CNEC, 2007

CHATEAURAYNAUD, Francis; TORNAY, Didier. **Mobiliser autour d'un risque: des lanceurs aux porteurs d'alerte.** 2005.

COHN, Clarice. Belo Monte e processos de licenciamento ambiental: As percepções e as atuações dos Xikrin e dos seus antropólogos. **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, v.2, n.2, jul.-dez., p.224-251, 2010.

COLLINS, Harry. **Changing Order: Replication and Induction in Scientific Practice**. London: Sage. 1985.

COLLINS, Harry; YEARLEY, Steven. Epistemological Chicken. In: PICKERING A. (ed.). **Science as Practice and Culture**. Chicago: The University of Chicago Press. 1992. P. 301-326.

CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **A Fazenda Pública em juízo**. 8 ed. São Paulo: Dialética, 2010.

DAOU, Ana Maria. Notas comprometidas sobre a discussão dos efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos, antropologia e a atualidade da temática. **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, v.2, n.2, jul.-dez., p. 282-298, 2010.

DASTON, Lorraine. **Biographies of Scientific Objects**. Chicago: University Of Chicago Press. 2000. 319 P.

DE LA CADENA, Marisol. Indigenous cosmopolitics in the Andes: conceptual reflections beyond 'politics'. **Cultural Anthropology**, 25 (2): 334-370. 2010.

DE LA CADENA, Marisol. Política indígena: un análisis más allá de 'la política'. **World Anthropologies Network/Red de Antropologías del Mundo**. Electronic Journal. N° 04, January, 2009.

DEBAISE, Didier. La fonction du concept de perspective dans Procès et réalité. In: **Perspective: Leibniz, Whitehead, Deleuze**. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin. 2006.

DELÉAGE, Jean-Paul. **Une histoire de l'écologie**, Paris: Seuil, 1991. 330 p.

DELEUZE, Gilles ; GUATTARI, Félix. **Mille Plateaux**. Paris : Minuit. 1980.

DELEUZE, Gilles ; GUATTARI, Félix. **Qu'est-ce que la Philosophie?** Paris: Minuit. 1991.

DUNLAP, Riley. The Evolution of environmental sociology; a brief history and assessment of the American Experience. In: REDCLIFT, M. & WOODGATE, G. **The international handbook of environmental sociology**. Edward Elgar, UK. 1997.

DUQUÉ, Ghislaine. **Casa Nova: Interventions du Pouvoir et Stratégies Paysannes, Un «Municipe» du «sertão bahiano» à l'heure de la modernisation**. Paris, 1980. 405 f. Thèse (Doctorat) 3° Cycle en Sociologie, EHESS, 1980.

ELETROBRÁS, Eletronorte. **CHE Belo Monte: Estudo de Impacto Ambiental**. Brasília, 2002.

ELETRÓBRÁS/ELETRONORTE/MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Relatório de Impacto Ambiental** – RIMA. Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. [2009] Disponível em:

<[http://www.siscom.ibama.gov.br/licenciamento\\_ambiental/UHE%20PCH/Belo%20Monte/](http://www.siscom.ibama.gov.br/licenciamento_ambiental/UHE%20PCH/Belo%20Monte/)>. Acesso em abril de 2010.

ESCOBAR, Arturo. **Mas allá del Tercer Mundo. Globalización y Diferencia**. Bogotá, Colombia: Instituto Colombiano de Antropología e Historia. 2005.

ESCOBAR, Arturo. **Territories of difference: place, movements, life, redes**. Durham, Duke University Press. 2008.

ESCOBAR, Arturo; PARDO, Maurício. Movimentos sociais e biodiversidade no pacífico colombiano. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.341-374.

FAVRET-SAADA, Jeanne. 1990. “Être Affecté”. **Gradhiva. Revue d’Histoire et d’Archives de l’Anthropologie**, 8: 3-9.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Les Mots, la Mort, les Sorts**. Paris: Gallimard. 1977.

FERGUSON, James. Anthropology and Its Evil Twin: “Development” in the Constitution of a Discipline. *In*: COOPER, Frederick; PACKARD, Randall (ed.). **International Development and the Social Sciences: Essays on the History and Politics of Knowledge**. Berkeley: University of California Press. 1997. p. 150–175.

FERGUSON, James. **The anti-politics machine: “development”, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho**. Cambridge/Nova York, Cambridge University Press. 1990.

FERGUSON, James; LOHMANN, Larry. The Anti-Politics Machine: “Development” and Bureaucratic Power in Lesotho. *In*: HAENN, Nora; WILK, Richard (ed.). **The environment in Anthropology – A reader in ecology, culture and sustainable living**. New York and London: New York University Press. 2006. P. 163-72

FERREIRA, Leila da Costa. Conflitos sociais e uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. **Política & Sociedade**, n. 7, out. 2005. p. 105-118.

FERREIRA, Leila da Costa. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. Boitempo Editorial, 1998.

FERT NETO, João. Problemas ambientais rurais e mudanças sócio-técnicas: A trajetória da piscicultura orgânica em Santa Catarina. *Tese de doutorado*. **Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas-Sociedade Meio Ambiente**, 2001.

FLEURY, Lorena Cândido. Cerrado para ser o quê? Representações sociais e conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas, Goiás. *Dissertação de mestrado*.

**Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). 2008.**

FUKS, Mario. Arenas de Ação e Debate Públicos: Conflitos Ambientais e a Emergência do Meio Ambiente enquanto Problema Social no Rio de Janeiro. **Dados**. vol. 41 no. 1, Rio de Janeiro 1998.

FUKS, Mario. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001. 243 p.

FUKS, Mario. Definição de agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social. *In: XXIV Encontro Anual da ANPOCS. Anais...* Petrópolis (RJ). Out/2000.

GENSET Consensus Seminar Report. **Recommendations for Action on the Gender Dimension in Science**. European Commission, FP7 Science in Society programme, 2010. Disponível em [www.genderinscience.org](http://www.genderinscience.org), acesso em março 2013.

GERHARDT, Cleyton H. e ALMEIDA, Jalcione. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. **Ambiente e Sociedade**, v.3, n.2. 2º semestre, p.53-83. 2005.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. *In: GIDDENS A., BECK, U. & LASH, S, Modernização Reflexiva*. São Paulo: Editora Unesp. 1995.

GOLDMAN, Márcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2003, V. 46 Nº 2.

GRANATO, Fernando. Transamazônica, uma estrada do tamanho do Brasil. *In: Guia do Estudante (vários). Aventuras na História – Para viajar no tempo*. Disponível em <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/transamazonica-estrada-tamanho-brasil-433869.shtml>, acesso em 03 fevereiro 2013.

GUIMARÃES ROSA, João. **Grande Sertão: Veredas**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2001. 624 p.

GUIVANT, Julia. A trajetória da análise de risco. Da periferia ao centro da teoria social. *In: BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (Rio de Janeiro) Nº 46. 1998[a]

GUIVANT, Julia. Conflitos e Negociações nas Políticas de controle ambiental: o caso da suinocultura em Santa Catarina. *In: Ambiente e e Sociedade* (Florianópolis) Ano I, Nº 2. 1998[b].

GUPTA, Akhil. **Blurred Boundaries: The Discourse of Corruption, the Culture of Politics, and the Imagined State**. *American Ethnologist* 22(2): 375- 402. 1995.



HAGE, Ghassan. Critical anthropological thought and the radical political imaginary today. **Critique of Anthropology**. 2012 32: 285.

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Piaget, 1997.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. No. 5, pp7-42, 1995.

HARAWAY, Donna. **Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature**. New York: Routledge. 1991.

HERNANDEZ, Francisco del Moral. Energia firme versus Potência instalada, Descrições imprecisas do Projeto, Áreas impactadas invisibilizadas no EIA. *In*: MAGALHÃES, Sônia M. S. Barbosa; HERNANDEZ, Francisco del Moral (org.). **Painel de Especialistas - Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. Belém, 29 de outubro de 2009. Disponível em [http://www.socioambiental.org/banco\\_imagens/pdfs/Belo\\_Monte\\_Painel\\_especialistas\\_EIA.pdf](http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf) Acesso em set/2010. 2009.

HILGARTNER, Stephen & BOSK, Charles L. The Rise and Fall of Social Problems: a Public Arenas Model. **American Journal of Sociology**, v. 94, n. 1, p.53-78. 1988.

IBAMA. Licenciamento Ambiental Federal. Documento eletrônico disponível em <http://www.ibama.gov.br/licenciamento/> ; acesso em janeiro de 2013.

IBAMA/MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/DILIC- Diretoria de Licenciamento Ambiental. **Parecer nº52/2011**. Análise da solicitação de Licença de Instalação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, processo nº 02001.001848/2006-75. Disponível em <http://www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php>, acesso em junho de 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Bacias hidrográficas do Brasil. **Atlas nacional do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

ISA – Instituto Socioambiental. **Especial Belo Monte**. Disponível em <http://www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp> , acesso em 13 de junho de 2010.

JASANOFF, Sheila. **States of Knowledge** – The co-production of science and social order. Routledge: London and New York, 2006. 317 p.

JOLLIVET, Marcel (dir.). **Sciences de la nature, sciences de la société**. Les passeurs des frontières. CNRS Editions, Paris, 1992, 589 p.

JOLLIVET, Marcel; PAVÉ, Alain. L'environnement: un champ de recherche en formation, **Natures, Sciences, Sociétés**, vol. 1, n. 1, p. 6-24, 1993.

KALAORA, Bernard, **Le musée vert, radiographie du loisir en forêt**. Paris: L'Harmattan, [1978] 1993. 304 p.

KRELL, Andreas J. A recepção das teorias alemãs sobre “conceitos jurídicos indeterminados” e o controle da discricionariedade no Brasil. *In: Interesse público*, ano 05, nº 23, janeiro/fevereiro de 2004. Porto Alegre: Notadez, p. 21-49.

LAMINE, Claire; TETART, Gilles; CHATEAURAYNAUD, Francis. Le bio comme reconfigurateur des controverses sur les pesticides et les OGM (1995-2008). **Colloque de la SFER**, mars 2010.

LATOURE, Bruno. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EDUSC, 2001.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOURE, Bruno. **La Fabrique du Droit**. Une Ethnographie du Conseil d'État. Paris: La Découverte / Poche. 2004.

LATOURE, Bruno. **Petites leçons de sociologie des sciences**. Paris, La Découverte, Point Seuil. 2003. 253p.

LATOURE, Bruno. Por que a ecologia política não saberia conservar a natureza. *In: LATOURE, B. Políticas da natureza*. EDUSC, 2003. p. 25-105

LATOURE, Bruno. Quel cosmos ? Quelles cosmopolitiques ?. *In: LOLIVE, J. SOUBEYRAN, O. L'urgence des cosmopolitiques*. Paris : La Découverte. 2007.  
LATOURE, Bruno. **Reassembling the Social**: an Introduction to Actor-Network-Theory. New York: Oxford University Press, 2005.

LATOURE, Bruno; SCHWARTZ, Cécile e CHARVOLIN, Florian. Crises dos meios ambientes: desafios às ciências humanas. In: ARAÚJO, Hermetes R. de (Org.). **Tecnociência e cultura**: ensaios sobre o tempo presente. São Paulo, Estação Liberdade, 1998. p. 91-126.

LATOURE, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos** [tradução Angela Ramalho Vianna]. - Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1997.

LAW, John. Notes on the theory of the actor-network: Ordering, strategy, and heterogeneity. **Systems practice**. August 1992, Volume 5, Issue 4, pp 379-393.

LEITE, Carlos Henrique Costa. A suspensão de segurança e o protagonismo judicial na concretização de políticas públicas. Disponível em <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/suspens%C3%A3o-de-seguran%C3%A7a-e-o-protagonismo-judicial-na-concretiza%C3%A7%C3%A3o-de-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas>, acesso em maio de 2013.

LIBISZEWSKI, Stephan. What is an environmental conflict? **Meeting of the Environment and Conflicts Project**. Zürich, April, 1993.

LISBOA, Marijane Vieira; ZAGALLO, José Guilherme Carvalho. **Relatoria Nacional do Direito Humano ao Ambiente**. Relatório da Missão Xingu. Violações de Direitos Humanos no Licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Plataforma Brasileira

de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – Plataforma DHESCA. Curitiba: Abril, 2010.

LOPES, José Sérgio Leite (coord.); ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane; SILVA, Gláucia (org.). **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 334 p.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

MAA/DGA. República de Cabo Verde. **Plano de Gestão.** Parque Natural Serra Malagueta. 2008. Disponível em <http://portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/1863>, acesso em dezembro de 2010.

MAGALHÃES, Antônio Carlos. Índios e barragens: a complexidade étnica e territorial na região do Médio Xingu. In: SEVÁ Filho, A. Oswaldo (org.). **Tenotã-Mõ** – Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no Rio Xingu. International Rivers Network, 2005.

MAGALHÃES, Sônia M. S. Barbosa; HERNANDEZ, Francisco del Moral (org.). **Painel de Especialistas** - Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém, 29 de outubro de 2009. Disponível em [http://www.socioambiental.org/banco\\_imagens/pdfs/Belo\\_Monte\\_Painel\\_especialistas\\_EIA.pdf](http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf) Acesso em set/2010. 2009.

MAGALHÃES, Sônia. **Lamento e dor:** Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. *Tese de doutorado.* Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFPA) e École Doctorale Vivant et Sociétés (Paris XIII). Belém: UFPA, 2007.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **Introducción a la economía ecológica.** Barcelona: Rubes, 1999.

MATHIEU, Nicole ; JOLLIVET, Marcel (dir.). **Du rural à l'environnement** : la question de la nature aujourd'hui, Paris: ARF - L'Harmattan, 1989. 354p.

MATTEDI, Marcos Antônio. Dilemas da abordagem sociológica da problemática ambiental: considerações epistemológica, metodológica e normativa sobre a guinada ambiental na sociologia. In: **XXIV Congresso Latino-americano de Sociologia.** Arequipa, 2003.

MEDEIROS, Hermes. Avaliação de Impactos do Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte Sobre a Vida Selvagem, Incluindo Implicações Socioeconômicas. In: MAGALHÃES, Sônia M. S. Barbosa; HERNANDEZ, Francisco del Moral (org.). **Painel de Especialistas** - Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém, 29 de outubro de 2009. Disponível em [http://www.socioambiental.org/banco\\_imagens/pdfs/Belo\\_Monte\\_Painel\\_especialistas\\_EIA.pdf](http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf) Acesso em set/2010. 2009.

MEDEIROS, Sérgio Luiz Rodrigues. **Makunaíma e Jurupari**: cosmogonias ameríndias. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. 413 p.

MIRANDA, Evaristo; MIRANDA, José Roberto; SANTOS, Perseu Fernando. Efeitos ecológicos das barragens do Xingu: uma avaliação preliminar. *In*: SANTOS Leinad Ayer O., ANDRADE, Lúcia Mendonça Morato. **As Hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

MMA – Ministério do Meio Ambiente, **Caderno de Licenciamento Ambiental**, 2009. Disponível em [http://www.mma.gov.br/estruturas/dai\\_pnc/arquivos/pnc\\_caderno\\_licenciamento\\_ambiental\\_01\\_76.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/dai_pnc/arquivos/pnc_caderno_licenciamento_ambiental_01_76.pdf). Acesso em fevereiro/2013.

MOL, Arthur P.J.; SPAARGAREN, Gert. "Environment, Modernity, and the Risk-Society: The Apocalyptic Horizon of Environmental Reform, **International Sociology** V.8 (N.4):431-59., 1993.

MXVPS – Movimento Xingu Vivo Para Sempre. Questões Jurídicas. Disponível em <http://www.xinguvivo.org.br/2010/10/14/questoes-juridicas/>, acesso em maio 2013.

NASCIMENTO, Sabrina Mesquita do. Usina Hidrelétrica de Belo Monte: o campo de forças no licenciamento ambiental e o discurso desenvolvimentista dos agentes políticos. Dissertação de mestrado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. **Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA)**. Belém (PA), 2011.

NÓS, INDÍGENAS do Xingu - MDTX - Movimento Pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu. **SOS XINGU** - Um chamamento ao bom senso sobre o represamento de rios na Amazônia. Disponível em <http://www.riosvivos.org.br/Noticia/Carta+++SOS+Xingu+++Um+chamamento+ao+bom+senso+sobre+o+represamento+de+rios+na+Amazonia/236> , acesso em 13 de setembro de 2010.

O'CONNOR, James. Is Sustainable Capitalism Possible?. *In*: O 'CONNOR, James (ed.), **Is Capitalism Sustainable?**, New York, Guilford. 1994.

OZAWA, Connie P. Science in environmental conflicts. **Sociological Perspectives**, vol 39, n.2. pp.219-230.1996.

PDRS – **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu**. Governo Federal/ Governo do Estado do Pará. 2011. Disponível em <http://www.casacivil.gov.br/arquivos/xinguinternet.pdf> . Acesso em maio/2011.

PINTO, Lúcio Flávio. Grandezas e misérias da energia e da mineração no Pará. *In*: SEVÁ FILHO, A. O. (Org.). **Tenotã-Mõ**: alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005. Press, 1994.

- RADOMSKY, Guilherme F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade a emergência de “modernidades” alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 26, nº 75, fevereiro/2011.
- RANNIKKO, Pertti. Local Environmental Conflicts and Change in Environmental Consciousness. **Acta Sociologica**, n.39, p. 57-72. 1996.
- RAYNAULT, Claude. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, p. 21-32, jul./dez. 2004. Editora UFPR.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. **Empresas Transnacionais. Um Grande projeto por Dentro**. Rio de Janeiro/São Paulo. ANPOCS/ Marco Zero. 1991.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, Redes e Ideologia no campo do Desenvolvimento. *Novos Estudos* 80. **CEBRAP**, v.80,p. 109-125, 2008.
- RIVERA, Silvia *Ch'ixinakax utxiwa: A Reflection on the Practices and Discourses of Decolonization*, **The South Atlantic Quarterly** 111:1, Winter 2012, p. 95-109.
- ROCHA, Ednaldo Cândido; DO CANTO, Juliana Lorensi; PEREIRA, Pollyanna Cardoso. Avaliação de Impactos Ambientais nos Países do Mercosul. **Ambiente & Sociedade** – Vol. VIII nº. 2 jul./dez. 2005.
- ROHDEN, Fabíola. Notas para uma antropologia a partir da produção do conhecimento, os usos das ciências, intervenções e articulações heterogêneas. In: FONSECA, C.; ROHDEN, F.; MACHADO, P.. (Org.). **Ciências na vida: antropologia da ciência em perspectiva**. 1ed.São Paulo: Terceiro Nome, 2012, v. , p. 49-57.
- ROTHMAN, Franklin. **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamentos e barragens**. Viçosa: Editora UFV, 2008, 344 p.
- SANTOS, Leinad Ayer O., ANDRADE, Lúcia Mendonça Morato. **As Hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.196 p.
- SCHAVELZON, Salvador. El Gestionismo y el Politicismo en el Estado: el caso de dos estilos de gobierno en la Comisión Municipal de la Vivienda de la ciudad de Buenos Aires. **Campos** 8(2):41-63, 2007.
- SCHAVELZON, Salvador. El pacto de Unidad como encuentro cosmopolítico. **Anais da Reunião de Antropologia do Mercosul**. Córdoba, julho/ 2013.
- SCHAVELZON, Salvador. Sobre política indígena y un cambio de signo en la indigeneidad abierta e inclusiva de la Bolivia Plurinacional, **Revista de Antropologia da UFSCar**, v.4, n.2, jul.-dez., p.151-164, 2012.
- SCHNAIBERG, Allan. **The Environment**. New York: Oxford Univ. Press. 1980.
- SCOTT, James. **Seeing like a State: How certain schemes to improve the human condition have failed**. New Haven and London: Yale University Press. 1998. 445 p.

SEVÁ Filho, A. Oswaldo (org.). **Tenotã-Mõ** – Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no Rio Xingu. International Rivers Network, 2005.

SHAPIN, Steven; SCHAFFER, Simon. **Leviathan and the Air-Pump**: Hobbes, Boyle, and the Experimental Life. Princeton: Princeton University Press. 1985.

SIGAUD, Lygia. O efeito das tecnologias sobre comunidades rurais: o caso das grandes barragens. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 7, n.18, p.18 - 28, fev. 1992. 1988

SOUZA, Ana Paula Santos. O desenvolvimento socioambiental na transamazônica: a trajetória de um discurso a muitas vozes. *Dissertação de mestrado*. Curso de Pós Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, da **Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental**, Belém/PA, 2006.

STENGERS, Isabelle. **Cosmopolitiques I**. Paris : Éditions la Découverte, 2003 (1997). 254 p.

STENGERS, Isabelle. **Cosmopolitiques II**. Paris : Éditions la Découverte, 2003b (1997).

STENGERS, Isabelle. La proposition cosmopolitique. *In*: LOLIVE, J. SOUBEYRAN, O. **L’emergence des cosmopolitiques**. Paris : La Découverte. 2007.

SWITKES, Glenn. Setor Elétrico Brasileiro: Mais Verdes ou Mais Impactos? *In*: ROTHMAN, Franklin. **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamentos e barragens. Viçosa: Editora UFV, 2008.

TARROW, Sidney . **Power in movement**. Cambridge: Cambridge University Publications. 1992.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo, Companhia das Letras. 1988.

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. Michigan: Reading M.A., Addison-Wesley. 1978.

TIMMERMANS, Benoît. Introduction. *In*: TIMMERMANS, Benoît (coord.). **Perspective: Leibniz, Whitehead, Deleuze**. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin. 2006. 168 p.

ULLOA, Astrid. A ecogovernamentalidade e suas contradições. **Ecopolítica**, vol.1, p. 26-42, 2011.

ULLOA, Astrid. **La construcción del nativo ecológico**. Instituto Colombiano de Antropología e Historia -ICANH- COLCIENCIAS, Bogotá, 2004.

VAINER, Carlos B. Extraído d’ “O conceito de atingido. Uma revisão do debate e diretrizes”. *In*: MAGALHÃES, Sônia M. S. Barbosa; HERNANDEZ, Francisco del

Moral (org.). **Painel de Especialistas** - Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém, 29 de outubro de 2009.

Disponível em

[http://www.socioambiental.org/banco\\_imagens/pdfs/Belo\\_Monte\\_Painel\\_especialistas\\_EIA.pdf](http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf)

VAINER, Carlos. O conceito de atingido: uma revisão do debate e diretrizes. In: **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamentos e barragens**. Viçosa: Editora UFV, 2008.

VIEGAS, Rodrigo Nuñez. As resoluções de conflitos ambientais no cenário brasileiro. **Anais 33º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2009.

VIEIRA, Paulo Freire. A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil: 1980-1990. **BIB - Boletim Informativo Bibliográfico**. São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, n.33. 1992.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Transformação” na antropologia, transformação da “antropologia”. **MANA** 18(1): 151-171, 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem** – e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2002. 552 p.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Métaphysiques cannibales**, Paris: PUF (MétaphysiqueS), 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; ANDRADE, Lúcia. Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as Sociedades Indígenas. In: SANTOS, Leinad Ayer O., ANDRADE, Lúcia Mendonça Morato. **As Hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

WALLERSTEIN, Immanuel. After Developmentalism and Globalization, What? **Social Forces**, MARCH 2005, 83(3):1, P. 321-336.

WALSH, Catherine. Development as Buen Vivir: Institutional arrangements and (de)colonial entanglements. **Development**, 2010, 53(1), (15–21).

YANG, Shu-Yuan. 2005. “Imagining the State. An Ethnographic Study”. **Ethnography** 6(4) 35-56: 487-516.

ZHOURI, Andréa . A Re-volta da ecologia política: conflitos ambientais no Brasil. **Ambiente e Sociedade** (Campinas), Campinas, v. 7, n.2, p. 211-213, 2004.

ZHOURI, Andrea ; LASCHEFSKI, Klemens (org). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. 484 p.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A. LASCHEFSKI, K. (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice (orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Rachel. Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente e Sociedade**. Campinas, v. X, n. 2, 2007, p. 119-135.

ZHOURI, Andréa; ROTHMAN, Franklin D. Assessoria aos atingidos por barragens em Minas Gerais: desafios, limites e potenciais. In: **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamentos e barragens**. Viçosa: Editora UFV, 2008.

ZOURABICHVILI, François. Deleuze e o possível (sobre o involuntarismo na política). Tradução de Maria Cristina Franco Ferraz. In: ALLIEZ, Eric (org.). **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. Coordenação e tradução de Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Ed. 34, 2000, p. 333-355.